

Francisco de Paula Falcão e Castro

REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

VOLUME 2

Entrevistas com empresários e políticos

Francisco de Paula Falcão e Castro

REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

2º volume
ENTREVISTAS COM EMPRESÁRIOS E
POLÍTICOS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Maria José de Sena

Reitora

Maria do Socorro Lima Oliveira

Vice-reitora

CONSELHO EDITORIAL - EDUFRPE

Prof. MSc Antão Marcelo Athayde Freitas Cavalcanti (Presidente)

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Profa. Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Profa. Dra. Monica Lopes Folena Araújo

Profa. Dra. Renata Pimentel Teixeira

Profa. Dra. Soraya Giovanetti El-Deir

Profa. MSc. Maria Wellita Bezerra dos Santos



EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFRPE - EDUFRPE

Antão Marcelo Athayde Freitas Cavalcanti

Diretor

José Abmael de Araújo

Coordenador Administrativo

Josuel Pereira de Souza

Chefe de Produção Gráfica

Diagramação final e arte de capa

Janilson Lemos de Araújo Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castro, Francisco de Paula Falcão e

Reforma agrária em Pernambuco : entrevistas com empresários e políticos : volume 2 / Francisco de Paula Falcão e Castro. -- 1. ed. -- Recife, PE : Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2025.

ISBN 978-85-7946-480-5

1. Empresários 2. Depoimentos 3. Direito agrário - Legislação - Brasil
4. Entrevistas 5. Pernambuco (Estado) - Descrição 6. Reforma agrária - Brasil I. Título.

25-274692

CDD-333.3198134

Índices para catálogo sistemático:

1. Empresários : Entrevistas : Pernambuco : Estado :
Reforma agrária 333.3198134
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Francisco de Paula Falcão e Castro

REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

2º volume ENTREVISTAS COM EMPRESÁRIOS E POLÍTICOS

EMPRESÁRIOS:

Antônio Celso Cavalcanti (Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco)
Gerson Carneiro Leão (Sindicato dos Cultivadores de Pernambuco)
Gileno de Carli (Sociedade Auxiliadora da Agricultura)
José Queiroz Siqueira (pecuarista na Amazônia)
Luiz Augusto Perman (Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco)
Mauro Oliveira Cavalcanti (Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco)
Paulo Dantas (pecuarista em Buíque, Pernambuco)
Pio Guerra Júnior (Federação da Agricultura de Pernambuco)
Rodolfo de Andrade Moraes (Sociedade Nordestina dos Criadores)

POLÍTICOS:

Antônio Ribeiro Godoy (gestor público estadual)
Armando Monteiro Fº (ministro da agricultura e usineiro)
Cid Sampaio (governador de Pernambuco e usineiro)
Israel Guerra Fº (deputado estadual de Pernambuco)
João Monteiro de Melo Fº (secretário de Cid Sampaio)
José Fco de Moura Cavalcanti (governador de Pernambuco)
Miguel Arraes (governador de Pernambuco)
Oswaldo Lima Fº (deputado federal de Pernambuco)

1ª Edição

Recife
UFRPE
2025

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ÀS ENTREVISTAS	6
PARTE 1: ENTREVISTAS COM EMPRESÁRIOS	7
1. ANTÔNIO CELSO CAVALCANTI DE ANDRADE	7
2. GERSON CARNEIRO LEÃO	13
3. GILENO DÉ CARLI	17
4. JOSÉ QUEIROZ SIQUEIRA	28
5. LUIZ AUGUSTO PERMAN	34
6. MAURO OLIVEIRA CAVALCANTI	37
7. PAULO DANTAS	47
8. PIO GUERRA JÚNIOR	54
9. RODOLFO DE ANDRADE MORAES	96
PARTE 2: ENTREVISTAS COM POLÍTICOS	101
1. ANTÔNIO RIBEIRO DE GODOY	101
2. ARMANDO MONTEIRO FILHO	114
3. CID FEIJÓ SAMPAIO	124
4. ISRAEL DOURADO GUERRA FILHO	155
5. JOÃO MONTEIRO DE MELO FILHO	168
6. JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAVALCANTI	178
7. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR	187
8. OSWALDO LIMA FILHO	196
APÊNDICE 1 - LISTA DOS ENTREVISTADOS	206

INTRODUÇÃO ÀS ENTREVISTAS

Em relação aos empresários do agronegócio, os entrevistados escolhidos reúnem fornecedor de cana, usineiro, pecuarista e grande proprietário rural.

Dentre os fornecedores de cana, entrevistei Gerson Caneiro Leão e Luiz Augusto Perman, presidente e vice-presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco (SINDICAPE), e Antônio Celso Cavalcanti de Andrade, presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP). Incluí Mauro de Oliveira que havia sido interventor no SINDICAPE durante a ditadura militar. Dentre os usineiros, os entrevistados foram Armando Monteiro Filho e Cid Feijó Sampaio, cujas entrevistas estão no grupo dos políticos, dadas as funções relevantes que os dois exerceram no mundo político.

Entre os pecuaristas figuram José Maria Azevedo e Paulo Dantas. O médico José Queiroz Siqueira tinha sua principal atividade econômica como grande latifundiário e pecuarista na Amazônia, mas residindo em Recife. Entrevistei o presidente da Sociedade Nordestina dos Criadores (SNC), Rodolfo Moraes.

Duas lideranças representam o patronato em geral, Gileno de Carli e Pio Guerra Júnior, que presidiram a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Pernambuco (FAEPE).

Em relação aos políticos, a seleção dos entrevistados atendeu a dois critérios: (i) ter desempenhado um importante papel político em Pernambuco, com viés no mundo rural; (ii) ter desempenhado funções estratégicas em relação aos movimentos sociais rurais.

Atendendo ao primeiro critério, entrevistei três ex-governadores: Cid Sampaio, Moura Cavalcanti e Miguel Arraes. Também atendeu a este critério o ex-deputado Oswaldo Lima Filho, relator da questão agrária na Assembléia Nacional Constituinte de 1988. O segundo critério levou à escolha de Antônio Ribeiro de Godoy, que dirigiu vários órgãos públicos ligados à agricultura em Pernambuco, João Monteiro de Melo Filho, interlocutor do governador Cid Sampaio junto às Ligas Camponesas, Israel Guerra Filho, deputado estadual e assessor da FETAPE.

PARTE 1: ENTREVISTAS COM EMPRESÁRIOS

1. ANTÔNIO CELSO CAVALCANTI DE ANDRADE

Situação da entrevista

A entrevista gravada realizou-se na sala da presidência da Associação, durou duas horas e dela participaram, com curtas intervenções, outros três fornecedores: Zoé Borba Filho, vice-presidente, Hildoro Pereira, tesoureiro e Roberto Brito Cavalcanti, Diretor do Departamento Técnico.

Destaquei, na minha apresentação, que eu estava fazendo uma pesquisa de doutorado sobre as organizações da agricultura de Pernambuco.

Perfil do entrevistado

Antonio Celso Cavalcanti de Andrade tinha 50 anos por ocasião da entrevista, em 30 de julho de 1992, e presidia a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), tendo sido reeleito em abril de 1992 para seu quinto mandato. Ele foi o responsável pela tentativa de fundação da União Democrática Ruralista (UDR) em Pernambuco. Era primo do então governador Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti ⁽¹⁾ e do ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti ⁽²⁾, por mim entrevistado. A família Cavalcanti possui muitos fornecedores de cana.

Destaques da entrevista

- **Tensões no seio do patronato.** Antônio Celso destacou tensões entre os fornecedores e algumas usinas que não repassavam à AFCP as taxas recolhidas dos fornecedores sobre o peso da cana entregue às usinas.
- Em relação ao **acesso à terra**, Antônio Celso diz que ele luta para que os fornecedores de cana que se encontram na condição de arrendatários das usinas possam passar à condição de proprietários dessas terras.

¹Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (PFL) tomou posse como governador de Pernambuco em 15.03.1991 e seu mandato expirou em 01.01.1995.

²Em 15 de março de 1975 ocorreu a posse de José Francisco de Moura Cavalcanti (ARENA), no governo de Pernambuco, eleito em eleição indireta. Seu governo findou em 15.03.1979.

- A AFCP procura ter um bom **relacionamento com o sistema político**. Além de Antônio Celso ser primo de dois governadores, a AFCP possui quatro deputados que defendem os interesses dos fornecedores, entre os quais Mavíael Cavalcanti, também da família de Antônio Celso.
- A tentativa de **instalação da União Democrática Ruralista (UDR) em Pernambuco**, sob o patrocínio de Antônio Celso, não foi bem sucedida por incompreensão de lideranças sociais e políticas, segundo ele.

Entrevista

OS FORNECEDORES DE CANA E SUA ASSOCIAÇÃO

Castro: Há quantos associados inscritos? E quantos em atividade?

Antônio Celso: 2.800 associados, todos em atividade.

Castro: Como é a forma de contribuição financeira dos associados.

Antônio Celso: São três taxas que o fornecedor recolhe na usina, por tonelada de cana, e que são destinadas à AFCP:

- Primeira taxa: 1% para assistência médica para o trabalhador. A gente dá assistência médica a todo trabalhador dos 52 municípios da região canavieira, com carteira assinada. É o maior serviço de assistência médica de uma classe rural da América Latina. Temos 32 ambulatórios e 5 Postos de Serviço. Os ambulatórios atendem o município onde o mesmo está instalado e os municípios mais próximos. Cada ambulatório tem médico e dentista. Alguns deles têm aparelho de Raio X. Esses ambulatórios fazem o tratamento ambulatorial e fazem uma triagem. Quando é caso de operação o ambulatório remete para o Recife, onde temos convênio com hospitais. Facilitamos a venda dos remédios, sendo alguns fornecidos gratuitamente, não só ao produtor de cana mas ao trabalhador da região canavieira que tenha vínculo empregatício com um produtor de cana.
- Segunda taxa: 1,5% para a manutenção da associação;
- Terceira taxa: 1% para preservar o teor de sacarose da cana. A gente tem uma equipe com laboratório para apurar, ou checar, nas usinas o teor de sacarose na cana. Essa taxa é também para a produção de novas variedades

de cana. A gente tem sementeiras de cana com novas variedades. Temos convênio hoje com a Universidade Rural, que substituiu o PLANALSUCAR, que encerrou. Terem fechado o PLANALSUCAR foi o maior erro que cometeram na história da cana de açúcar no Brasil. Quando o IAA acabou, acabou-se o PLANALSUCAR. Passou o acervo do PLANALSUCAR para a Universidade Rural. Só que a Universidade não tem estrutura ainda para fazer o que o PLANALSUCAR fazia. **O IAA, na minha opinião, nunca deveria ter deixado de existir.** Deveria ter sido racionalizado, reformulado, enxugado. Porque, na realidade, era um centro de empreguismo.

Castro: De quem veio a iniciativa para extinguir o IAA?

Antônio Celso: Do Governo Collor.

Castro: Mas houve usineiros que defenderam essa posição?

Antônio Celso: A maioria dos usineiros defendeu. Os grandes devedores do IAA eram os usineiros, que nunca pagaram. Então, fizeram tudo para extinguir o IAA, e transferir esses débitos para o Banco do Brasil, que até hoje não cobrou. Agora, você vê, dos fornecedores de cana do Brasil nenhum ficou devendo um tostão ao IAA. Nenhum órgão de classe nosso deixou débito no IAA.

Castro: Quer dizer que vocês têm problemas com as usinas.

Antônio Celso: Com algumas usinas. Outras são extraordinárias. As que estão devendo ao Banco e ao Governo estão devendo a gente também. A principal causa disso é a má administração, com a transferência de empresa de pai para filho despreparado para assumir. São empresas familiares que não se modernizaram.

Castro: Quantos dos associados são proprietários e quantos são arrendatários?

Antônio Celso: Aí é que está o grande problema. 82% deles são arrendatários de terras, das usinas ou de terceiros, e o restante, proprietários.

Castro: Você reivindica a propriedade de terra para os fornecedores arrendatários?

Antônio Celso: Já reivindiquei 500 vezes. Foi uma reivindicação muito séria. Eles não têm como me responder. Está aí o Governador, que é meu primo, desapropriando terra de usina para pagar.

Castro: Qual é o tamanho das propriedades?

Antônio Celso: A média é em torno de 300 hectares. Não existe latifúndio na região canavieira. A não ser das usinas.

Castro: E as áreas dos arrendatários são do mesmo tamanho?

Antônio Celso: A maioria é menor. Mais ou menos 60% da classe. Tem muito parceleiro. Muitos trabalham em regime familiar: ele, a mulher, os filhos, às vezes um agregado ou dois agregados.

Castro: Os fornecedores atuam na Associação e no Sindicato dos cultivadores?

Antônio Celso: Não obrigatoriamente. Aqui em Pernambuco houve cinco ou seis reformas agrárias, e tem muito parceleiro: é o homem que planta dez, vinte toneladas de cana. Então, o sindicato tem mais associados do que a gente. O Sindicato trata do problema trabalhista entre o fornecedor e o empregado.

Castro: AFC e Sindicato atuam nos mesmos municípios?

Antônio Celso: São 52 municípios canavieiros.

Castro: Qual é o corpo de assessoria da AFC?

Antônio Celso: Temos 5 agrônomos, temos 20 ou 22 técnicos agrícolas. Temos 4 advogados no Departamento Jurídico. Para fazer o contrato de arrendamento de fornecedor, cobrar débitos da usina que não pagou ao fornecedor. Temos contadores e fazemos uma prestação de contas anual.

Castro: Quanto à atuação do Sindicato e da Associação, a gente poderia dizer que o Sindicato é mais para a relação entre os fornecedores e os trabalhadores, e a Associação é mais para a relação entre os fornecedores e os usineiros, e para a modernização tecnológica, não é?

Antônio Celso: E para as relações com o Governo: a reivindicação de preço, levantamento de custo.

(Nesse momento, outros diretores entraram na sala e fizeram intervenções. Na entrada do vice-presidente, Zoé Borba, médico, o presidente toma a palavra).

Antônio Celso: (apresentando-me) Ele está fazendo pós-graduação em Paris, e está querendo ver a vida da gente. (Apresentando o vice-presidente:) Esse é médico fornecedor, é doutor e é vice-presidente.

Castro: A entidade possui algum periódico?

Antônio Celso: Não. A gente tem uma coluna semanal no Diário de Pernambuco, para dar toda notícia da diretoria à classe. Geralmente na sexta-feira. E temos também três noticiários nas Rádios, por semana. Isso é importante porque o fornecedor de cana que mora no campo não lê jornal.

Castro: A variedade de cana aqui de Pernambuco está meio cansada, não?

Antônio Celso: Fazemos pesquisa com a Universidade Rural para ter sempre uma variedade nova, atualizada.

Castro: Qual é a produtividade máxima que se tem aqui?

Antônio Celso: A da Usina Pedrosa, de 68 toneladas por hectare, em média. Você pode ter até 120 toneladas num hectare, mas numa propriedade toda, se ela é muito boa, fica em torno de 60 a 70. E a média do Estado é em torno de 52.

Castro: Como é que a entidade fomenta a modernização? É através do fornecimento de novas variedades? Tem treinamento para os associados?

Antônio Celso: Variedades novas, às vezes a gente faz demonstração de trator, combate à cigarrinha, palestras sobre adubação.

Castro: O pessoal faz viagens para visitar outras regiões?

Antônio Celso: Agora mesmo tem um agrônomo da gente lá em São Paulo para ver o problema do teor de sacarose. Agora a gente está vendendo cana não é só pelo peso, mas é também pela quantidade de açúcar que tem nela. Ele foi para lá para ver como é que isso funciona. A gente já tem três laboratórios, fiscalizando as usinas. Ele está vendo como é que a gente pode aperfeiçoar esse sistema.

Castro: Vocês têm intercâmbio com Associações de outros Estados?

Antônio Celso: Temos com as de todo o país. No mandato anterior eu visitei nove países produtores de cana. De África, Ilha Maurício, Ilha Reunião, Nova Zelândia.

Zoé: E agora a gente está vendo se vai à Cuba.

Castro: Que outros Estados possuem AFC e qual a articulação entre elas? Existe uma instância nacional para representar o conjunto das AFC?

Antônio Celso: No Brasil há mais de 22 AFCs.

Castro: A composição da direção da AFCP reflete a heterogeneidade da base?

Antônio Celso: Sim, tem **fornecedores proprietários e fornecedores arrendatários das várias regiões da Zona da Mata.**

Castro: Ouve-se dizer que a categoria dos fornecedores de cana está em decadência econômica e política. O Sr. concorda com essa afirmação?

Antônio Celso: Infelizmente está em decadência econômica. Muitos arrendatários estão entregando as terras de volta às usinas.

OS FORNECEDORES E O SISTEMA POLÍTICO

Castro: Por que a UDR não se desenvolveu em Pernambuco?

Antônio Celso: Eu mesmo trouxe a UDR e eu mesmo a fechei. Fizemos um leilão, com 400 cabeças. A UDR foi incompreendida, ela não era violenta.

Castro: Que importância a Associação atribui em dispor de representantes políticos no Parlamento?

Antônio Celso: É muito importante. Temos uns 4 deputados mais ligados a nós, entre os quais Mavíael Cavalcanti.

Castro: A Associação se empenha em ajudar a eleger esses parlamentares, comprometidos com a defesa dos interesses da categoria social junto ao Estado?

Antônio Celso: Oficialmente não.

2. GERSON CARNEIRO LEÃO

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida na sede do Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar de Pernambuco (SINDICAPE), num clima cordial.

Perfil do entrevistado

Gerson Carneiro Leão tinha 46 anos por ocasião da entrevista, em 01 de setembro de 1992, e presidia o Sindicato desde 1986. Recentemente, em 2024, com 79 anos, continuava à frente do SINDICAPE e acumulava a presidência da Cooperativa do Agronegócio da Cana-de-Açúcar (AGROCAN), localizada no parque industrial da Usina Pumaty, da qual é arrendatária, no município de Joaquim Nabuco, na Mata Sul. Exerceu também a presidência da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Destaques da entrevista

- O entrevistado tinha um bom relacionamento com políticos de todas as tendências, inclusive com Miguel Arraes. Com o presidente da Associação dos Cultivadores de Cana, Antônio Celso, a relação pessoal era inamistosa.
- Em relação ao fracasso da UDR em Pernambuco, Gerson atribuiu o fato à forte representatividade das lideranças empresárias em Pernambuco em relação às suas bases sociais, o que não abria brecha para a entrada da UDR. Além disso, não havia em Pernambuco nem o MST, nem grandes proprietários de terra.
- Reconhece o valor de o sindicato ter representantes políticos. Naquele momento, o sindicato não os tinha por falta de união entre os fornecedores. Mas o sindicato tem uma boa relação com as lideranças políticas do Estado, como Marco Maciel, Roberto Magalhães, Gilson Machado, José Múcio Monteiro e Miguel Arraes.

Entrevista

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SINDICATO

Castro: Quantos associados vocês têm?

Gerson: Uns dez mil, sendo 80% pequenos.

Castro: Quem vocês consideram um pequeno fornecedor?

Gerson: De mil toneladas abaixo. Eles fornecem cem, duzentas, trezentas. É uma miuçaia muito grande. Nesses seis anos e pouco de mandato, terceiro mandato, eu tenho lutado muito pelos pequenos. Eu atendo todo mundo bem.

Castro: Esses pequenos fornecedores têm uns 30 a 40 hectares.

Gerson: Tem fornecedor com 10 hectares. Ele vive pior que um trabalhador rural. Eles mesmos trabalham com a família e na safra contratam safristas. Às vezes, têm um trabalhador que ajuda eles.

Castro: Quantos advogados vocês têm?

Gerson: A gente tem 36 advogados trabalhistas. Cada Junta do interior tem um, para a justiça cível e criminal.

Castro: Vocês prestam serviços de assistência médico-odontológica?

Gerson: Nós temos um ambulatório na cidade do Cabo, e três ambulâncias.

Castro: Os fornecedores procuram mais os ambulatórios da Associação, que tem uns 18 postos?

Gerson: Está quase tudo fechado. Por isso mesmo é que eu abri esse do Cabo, na Zona Sul, onde há muitos fornecedores.

O SINDICATO DOS FORNECEDORES E AS OUTRAS ENTIDADES

Castro: Por que vocês conseguem ter muito mais associados que a Associação?

Gerson: Porque o órgão oficial é o sindicato.

SINDICATO E POLÍTICA

Castro: Vocês dão importância em ter representantes políticos da classe?

Gerson: **Nós deveríamos ter.** Mas só tivemos um representante político, foi o doutor Francisco Falcão. Ele foi deputado em duas legislaturas. De lá para cá nós não elegemos mais ninguém, por falta de união da classe.

Castro: Mavíael Cavalcanti não é um representante de vocês?

Gerson: Mavíael é ligado à cana, mas não foi eleito indicado pela classe.

Castro: Depois das eleições vocês procuram formar um grupo de parlamentares que seja mais afinado com a categoria?

Gerson: É. Nós procuramos sempre aquele grupo mais ligado. Temos Marco Maciel, que nos tem ajudado muito, Gilson Machado, apesar de ser usineiro, tem trabalhado muito nesse setor, José Múcio Monteiro, Roberto Magalhães, o próprio Miguel Arraes. Eu me dou muito com ele. Agora, há pouco, o Banco do Brasil, para liberar uns recursos para a cana, precisou do aval dele, que era deputado federal, pelo PSB. Fui a ele e ele fez um telex pedindo.

Nós não temos corrente política. Eu mesmo me dou com todo o mundo. Eu me dou com Byron Sarinho, eu me dou com Ney Maranhão, com Miguel Arraes, com todos os políticos, com Maurílio Ferreira Lima. Eu respeito a ideologia de cada um. Se o Byron Sarinho é comunista, e ele acha que está certo, eu respeito. Não vou arengar com ele porque ele é comunista. Me dou muito com Miguel Arraes. O velho gostava muito de mim. A hora que eu queria chegar no Palácio só era ligar aqui, no telefone, que ele me atendia. Eu era mais bem recebido do que agora, com Joaquim Francisco. Por incrível que pareça.

Castro: O segundo Governo de Arraes não preocupou o fornecedor?

Gerson: Não. Agora não. Pelo contrário.

Castro: E o primeiro Governo de Arraes causou preocupação?

Gerson: No primeiro eu era menino. Quando ele foi eleito no segundo Governo todo o mundo ficou apreensivo. Mas ele mudou completamente. Foi completamente diferente. Eu estou vendo, agora, pior do que no Governo dele. Joaquim fazendo demagogia, desapropriando essas terras de usineiro dando 5 hectares de terra a um homem. O que é que um homem faz com 5 ha. de terra? Um cara que tem 40 está numa situação ruim, quanto mais quem tem 5 hectares!

Fornecedor (presente na sala): Você tem uma experiência lá em Rio Formoso, quando o INCRA desapropriou o Engenho Vermelho, que era uma propriedade grande, que produzia 25 mil toneladas de cana, dividiram para diversos trabalhadores. Hoje os trabalhadores estão vendendo e está tudo na mão de um só.

Gerson: A CIRA Caxangá é a imagem ⁽³⁾. Reforma Agrária, tudo bem. Agora, com o nosso povo não vai. Botam esse povo com 40 hectares de terra, dão um financiamento a ele com uma correção monetária dessa, ninguém paga, o Banco não empresta no outro ano. Vão fazer o que? Se acaba lavoura, se acaba tudo. Aquilo só dá cana. O que falta são cooperativas com o apoio do Governo, como no Paraná, e nesse meio do mundo por aí.

A UDR

Castro: Por que é que a UDR não teve sucesso aqui em Pernambuco?

Gerson: Porque aqui já tem outras lideranças. Aqui não tem muita invasão como tem no Sul do país, aquelas propriedades grandes. Aqui as propriedades são pequenas. Lá no Sul tem muita propriedade grande, lá no Mato Grosso. A UDR atuava mais nesses lugares. Aquilo era um troço muito radical demais.

Castro: Apesar disso algumas pessoas tentaram ainda implantá-la.

Gerson: Quem tentou implantar a UDR aqui foi Antônio Celso. Ele queria aparecer.

Castro: Ele me disse que ele mandou buscar Ronaldo Caiado e ele fechou a UDR.

Gerson: Ele fechou? (riso irônico)

³Cooperativa Integrada de Reforma Agrária, que reúne os assentados de grandes assentamentos, como na Usina Caxangá, em Pernambuco, desapropriada pelo INCRA no início do regime militar.

3. GILENO DÉ CARLI

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida na sede da Associação dos Fornecedores de Cana, em cujas dependências era sediada a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAA).

Perfil do entrevistado

Gileno dé Carli, com 83 anos no momento da entrevista, realizada em 14 de maio de 1992, era agrônomo e jornalista e um grande proprietário de fazendas de criação de gado em Custódia, no Sertão. Ele foi presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, que havia sido reconhecida em 31 de dezembro de 1873 por um decreto do imperador Pedro II. Foi Chefe de Gabinete de João Cleophas, Secretário de Agricultura de Pernambuco (1931-1934), Chefe de Gabinete de Carlos de Lima Cavalcanti, Governador de Pernambuco (1935-37). Foi Presidente do IAA (1951-1954), deputado federal por Pernambuco (1959- 1964), pelo PSD, presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco-FAEPE (1968-1987), vice-presidente da Confederação Nacional de Agricultura – CNA (1968-1987). Pelo casamento ingressou no círculo familiar do patronato da agroindústria açucareira de Pernambuco. Escreveu dezenas de livros sobre a agricultura, reforma agrária, mundo rural, e sobretudo sobre a atividade açucareira. Faleceu em 21 de fevereiro de 1997.

Destaques da entrevista

- Importância do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na gestão das divergências entre fornecedores de cana e usineiros.
- A gestão dos conflitos no seio do patronato permitiu uma boa negociação trabalhista entre patrões e trabalhadores.
- Alguns usineiros conseguem eleger-se parlamentares defendendo os interesses pessoais e não os da categoria.
- A UDR não se implantou em Pernambuco porque aqui o patronato tinha entidades bem representativas, não havendo brecha para a entrada da UDR.

- Não se deve diversificar a atividade produtiva da Zona da Mata, mas aproveitar melhor os subprodutos da cana.
- Pernambuco tem a boa alternativa da fruticultura irrigada.
- O parque industrial açucareiro de Pernambuco é moderno. O atraso é nas plantações de cana em razão do solo exaurido e sementes ultrapassadas.
- Pode-se plantar cana no semi-árido, com irrigação. Parte das usinas da Zona da Mata seria transferida para o Semi-árido irrigado.
- O IAA é um exemplo de que uma boa intervenção do Estado na atividade produtiva. No IAA havia um Conselho de Representantes dos produtores que administrava os conflitos entre usineiros e fornecedores.
- Gileno descreveu processo de criação das associações e entidades sindicais patronais de Pernambuco, iniciado no final do segundo império. O movimento sindical patronal teve início do século XX.

Entrevista

ATIVIDADES PRODUTIVAS DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO

Castro: É possível a diversificação agrícola na Zona da Mata?

Gileno: Eu acho muito precária a diversificação da produção na Zona da Mata. É preferível industrializar os sub-produtos da cana de açúcar do que substituir canaviais por outro tipo de agricultura. Há um sem número de subprodutos da cana: papel, plásticos, proteína para alimentação, etc. Esta é a solução para a agroindústria açucareira. Não se pode perder o parque enorme que se tem na região, transferir daqui para outras áreas. Então, a mão de obra daqui vai ser aplicada aonde? Transferir para o Sul a mão de obra daqui? Há saturação no Sul, tanto que já existe muito migrante voltando para a sua terra, que deixaram já há tantos anos. Além disso, com a mecanização do Sul se tornou difícil para a mão de obra do Norte e Nordeste ir para o Sul. Eu acho que a fruticultura irrigada no Sertão vai ser muito mais razoável e racional do que querer transformar a zona canavieira em zona frutícola ou de qualquer outra atividade agrícola.

Castro: É viável a atividade agrícola no Sertão?

Gileno: No Sertão, qualquer distúrbio climático, qualquer retardamento de chuvas, complicaria tremendamente os problemas da receita do agricultor. Sempre se teve,

sempre será assim, a chamada agricultura branca [milho, feijão, jerimum, melancia]. São culturas de pobre e não cultura de área já industrializada e com a tradição de industrialização como tem a Zona da Mata de Pernambuco.

Talvez se possa criar camarão na Zona da Mata, como complemento da cana. Há uma usina em Alagoas que tem talvez o maior criatório de camarão da América do Sul. É, portanto, viável a implantação de atividades complementares.

Castro: Pode haver modernização industrial do parque açucareiro de Pernambuco?

Gileno: São Paulo tem hoje usinas muito maiores que as de Pernambuco. Mas não tem tão eficientes como as daqui. Há 10 anos passados, Pernambuco tinha um rendimento industrial superior à média do rendimento industrial do país. Quer dizer, não é o problema da máquina. É o problema do solo e o problema de sementes para a lavoura canaveira. No meu entendimento, a parte industrial não deve nada a qualquer outra zona açucareira do Brasil. Mas o rendimento agrícola de Pernambuco é 30% mais baixo que o rendimento agrícola médio de São Paulo.

Castro: A produtividade da cana em Pernambuco é inferior à de São Paulo, a qual já é inferior ao rendimento em outras áreas, como Havaí e Cuba, não é?

Gileno: Sim. Mas, há quantos anos se planta cana no Nordeste? Há quase 500 anos. Então, o solo se exaure. E com a crise financeira, tanto da agricultura como da indústria, ninguém, ou quase ninguém, está adubando em Pernambuco. Se você percorrer, aqui em Recife, as revendas de adubo, você vai perceber a redução de mais de 50% das vendas de adubo para a cana de açúcar. Quer dizer, não há dinheiro para comprar adubo. Não havendo dinheiro para comprar adubo você tem um rendimento muito menor. Talvez uma solução, para o futuro, será na transferência parcial das usinas para a margem do São Francisco. O São Francisco é uma oportunidade de ter uma agricultura altamente racionalizada, com a cana de açúcar. Há uma usina no São Francisco, pertencente a Gustavo Colaço, que produz 140 t/ha, quando a média de Pernambuco não vai além de 50 t/ha. Mas toda a área é irrigada. Então, temos uma área irrigável na margem do São Francisco, que pode ter muitas vezes a produção de açúcar na Zona da Mata de Pernambuco.

Castro: A possibilidade de um grande canal de irrigação, levando a água do São Francisco à região semi-árida, já chegou a ser discutida?

Gileno: Há um plano de Governo de levar as águas do São Francisco para os rios secos do Nordeste. Se isso for feito pode-se ter todo tipo de agricultura tropical, na base da irrigação. No futuro, essa pode ser uma solução: deixar as usinas de maior porte na Zona da Mata e transferir as outras para o São Francisco.

Castro: Sem irrigação não é viável nenhuma agricultura no Sertão?

Gileno: Olha, eu sou fazendeiro do Sertão. Eu tenho um ano bom e três ruins. Então não há nenhum tipo de atividade agrícola que se sustente sem água. A média da minha região, que é Custódia, Betânia, é de 800 mm de chuva por ano, mas tem ano que chove 400 mm, às vezes mal distribuídos. Não pode haver agricultura nenhuma estável na base de uma oscilação tão grande na pluviosidade. Eu tenho a impressão de que, onde houver água há agricultura, onde não houver água, não pode haver a não ser essa atividade rudimentar de criar cabra, boi magro, etc. Eu não creio numa atividade agrícola eficiente e permanente que garanta que vai tirar a renda de uma terra sujeita a tais variações climáticas. **Mesmo o algodão, que no fundo é uma planta xerófita, ele sofre muito com a falta de chuvas.** Tínhamos antigamente o algodão de fibra longa, o arbóreo, mas a praga dizimou de tal maneira os algodoads de fibra longa que hoje há remanescentes, ninguém mais tem essa atividade, que era uma atividade suplementar, que servia inclusive para garantir um pouco de renda ao agricultor que, plantando gêneros de alimentação, com a seca perdia tudo, mas ainda resistia às variações do clima. Mas hoje, nem essa atividade restou. O Governador Joaquim Francisco está tentando reanimar a cultura do algodão no Nordeste. Queira Deus que isso possa ser possível. Tendo sido já um polo de produção bastante razoável, porque **se plantava antigamente algodão e cana de açúcar, na Zona da Mata mais próxima do Agreste. Não era consórcio. Eram áreas destinadas a cada uma das atividades separadas. O senhor de engenho era também produtor de algodão. O algodão era complementar à produção de cana.** Mas o algodão desapareceu com a expansão da lavoura canavieira.

Castro: Em que municípios era feita essa associação de cana com algodão?

Gileno: Paudalho, Nazaré, Timbaúba, Vicência, Macaparana, naquela Zona da Mata Norte, onde a cana de açúcar se expandiu sobre outras culturas mais recentemente.

A REFORMA AGRÁRIA, ESPECIALMENTE NA ZONA DA MATA

Castro: Collor, quando governador, chegou a fazer o que Joaquim Francisco está fazendo, receber terras de usineiro como pagamento de dívidas.

Gileno: Ele prometeu isso em Alagoas. Mas não tenho conhecimento maior, mas eu acho que isso não chegou a ser efetivado. É um problema muito sério, esse problema do governador de Pernambuco. Se essa usina está hipotecada, os seus engenhos estão arrendados por contratos com prazo certo. Como é que vai desapropriar e anular o contrato de arrendamento já ajustado muito antes de qualquer iniciativa do Governo? E a prova está aí. O Governador declara que tem 10.000 ha. à disposição, desapropriados, mas até agora parece que só tem mil e tantos hectares inteiramente livres para poder dividir.

Castro: As usinas em débito com o Estado estão funcionando normalmente?

Gileno: Estão funcionando normalmente. Se a usina explora a terra diretamente, a desapropriação tem que ver o valor das socas ou da cana planta que ficou, e isso tem que indenizar à vista, ou então fazendo um controle de contas. Mas isso é um processo lento. A pessoa chega e diz: "Tá aqui, eu quero dar tantos hectares pela minha dívida do BANDEPE, o BANDEPE aceita a avaliação da parte, ou o BANDEPE manda fazer a sua avaliação? O BANDEPE manda fazer uma avaliação. E essa avaliação vai coincidir com a estimativa do valor da terra feita pelo proprietário? Não, o proprietário vai prá Justiça. A Justiça é morosa.

Castro: É o caso de Caxangá, que até hoje uma parte não está resolvida.

Gileno: Parte nenhuma. Então, Caxangá é muito pior. Porque agora eles querem impor a não permissão da revenda da propriedade. Isto é, quando entregaram ao novo proprietário com a cláusula de intransferível. Eu lhe pergunto: morre o homem que assumiu a responsabilidade do imóvel. Tem 10 filhos. O que é que se vai fazer, pertence a um, pertence ao espólio? O grande problema da subdivisão, da pulverização da terra na Espanha, quando fizeram a reforma agrária no fim do século passado foi exatamente esse, a sucessão dos donos da terra, tornando obrigatória a subdivisão da terra, que ficou de tal maneira pulverizada que ninguém lucrou coisa nenhuma, cada um tinha quase que um quintal. É o que vai acontecer. Então a cláusula de que não pode vender, ta certo, não pode vender, ou se vender

tem de vender tem de fazer uma venda simulada. Mas, na sucessão? Até hoje não se conseguiu resolver esse problema da sucessão em país algum. Porque um compra, casou, tem filhos, morreu, tem de subdividir. Então, aquilo que era uma área rentável, dividindo por 5,6,8 se transformou num minifúndio improdutivo.

Castro: A fragmentação excessiva da propriedade fundiária foi evitada, no tempo do Brasil colônia graças à instituição do morgadio ⁽⁴⁾.

Gileno: O morgadio está certo. Na Inglaterra houve muito isso. O primeiro tomava conta, o resto que se danasse. Mas aqui, a legislação moderna não autoriza isso. Há um estudo feito pelo INCRA num desses assentamentos grandes, feitos numa antiga usina, lá perto de Maraial, 10 anos depois somente um dos lotes possuía eletricidade. Havia duzentos e tantos lotes.

AS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS DA AGRICULTURA

Castro: Em que momento o Ministério do Trabalho botou a camisa de força da estrutura sindical sobre essas entidades que nasceram com uma total liberdade?

Gileno: Os produtores, tanto usineiros como fornecedores criaram dois tipos de sociedade: a da atividade sindical e a da atividade política da classe.

O que aconteceu, então, dentro do setor açucareiro? Tanto aqui como em São Paulo e outros lugares, criou-se o Sindicato da classe, dentro das normas oficiais da sindicalização, e o tipo Associação dos Fornecedores de Cana, que então tinha uma atividade política que antigamente o sindicato não podia ter.

Antigamente, com todos os problemas políticos, a Associação podia fazer investida contra o governo, ameaça de greve, tratores nas estradas, etc. mas o Sindicato se fizesse podia sofrer intervenção do Estado. Hoje as coisas estão mais flexíveis. Os usineiros criaram a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, que era o órgão político do setor. Depois, com a sindicalização veio o Sindicato dos Usineiros de Pernambuco, já na época de Getúlio. Depois veio o sistema de federalização e a Confederação.

Castro: Como foi sua experiência na direção da FAEPE?

⁴Segundo a legislação agrária portuguesa pela lei do morgadia a terra era herdada pelo filho varão.

Gileno: Quando eu assumi a Presidência da Federação, eu passei lá 18 ou 19 anos, eu tentei reorganizar os Sindicatos, que substituíram as antigas associações rurais e vinham do tempo de Cleophas quando Ministro da Agricultura. Quando Cleophas era Secretário da Agricultura de Pernambuco, em 1930, não existia nenhuma associação. Existiam com o nome de Sindicato, mas sem expressão da lei sindical, o Sindicato de Goiana e o Sindicato de Amaraji. Mas todas elas inexpressivas. Só a da capital tinha expressão porque tinha voz estadual e representava os interesses da área rural nos Congressos, como os de 1905, em Pernambuco, de 1908, na Bahia e outros congressos existentes por aí afora.

Então, eu me reuni, e fiz a Federação, e eram exigidos, se não me engano, 20 sindicatos para se reunir numa Federação. Eu tinha interesse em consolidar a antiga Federação das Associações Rurais, transformando-a já dentro do espírito da lei sindical. Dentre as associações só tinha a de Caruaru que expressava a vontade do ruralismo do interior. Não existe espírito associativista. Mesmo nas convocações da Federação, eu chamava os presidentes, nem todos vinham para as reuniões.

Eu transformei a Federação muito mais numa atividade de projeção intelectual do que na defesa das necessidades da classe. Se bem que o Sindicato dos Fornecedoros de Cana, já formado, pertencesse também à Federação.

Por que acontecia essa anomalia? Porque quando foi instituído o sistema sindical nacional já existia o Sindicato da cana de açúcar de Pernambuco e de outro Estado, se não me engano, do Estado do Rio. E na própria legislação há referências explícitas desses dois sindicatos, cuja área abrange a totalidade da área canavieira. Então, digamos o município de Carpina, que tem atividade canavieira, mas tem outro tipo de atividade menor, essa atividade não tinha representação. O sindicato só atendia a quem plantava cana. Os outros produtores ficavam sem nenhuma representatividade. Embora determinados municípios tivessem pecuária, tivessem agricultura, mas ficavam dentro da área açucareira.

Castro: Hoje já há Sindicatos Rurais na Zona da Mata?

Gileno: Ainda não. Tentaram ainda criar dois sindicatos, apesar de a lei dizer que a área territorial do Sindicato de Pernambuco, Estado do Rio e tal, era a área canavieira, eles tentaram em Vicência, outro em Igarassu. Todos dois fracassaram.

Castro: Os produtores de leite da região de Garanhuns se sentem representados pelo Sindicato Rural?

Gileno: Se sentem. Quando há problema de leite, por exemplo, a Federação tem um setor de atividade leiteira. Vêm representantes deles e discutem os problemas aqui. Mas eu cheguei há certo tempo à conclusão de que a representação é muito mais de tipo nacional, pelas federações, do que de tipo estadual, pelos sindicatos. Os sindicatos não funcionam, não tem vitalidade, não tem vida. Só tem alguma vida a Federação porque ela vai discutir os problemas na Confederação, onde a expressão pública da representação realmente é forte. E naturalmente o presidente da federação não vai dizer que o interesse é só da atividade açucareira, que é representada não por ele mas pelo próprio sindicato, porque esse tem força. Mas o que é que vale o Sindicato de Garanhuns, que tem uma atividade leiteira só, no âmbito geral dos problemas de Pernambuco? Nada.

Castro: O senhor não acha que poderia ser uma alternativa a criação de sindicatos nacionais por tipo de atividade, por exemplo, o sindicato nacional do leite, com representações nas áreas onde houvesse produção de leite.

Gileno: Isso diminuiria o valor da representação nacional. O que é que iria representar a Federação de Pernambuco: a Federação de Leite, a Federação de Cana, a Federação de qualquer outra cultura? Porque a Federação da Cana de Açúcar é da cana do açúcar ou do açúcar, ou do álcool?

Castro: Por que é que os engenhos centrais, que foram planejados exatamente para dissociar a atividade industrial da atividade agrícola, fracassaram?

Gileno: Fracassaram porque quando se instalaram os engenhos centrais – e eles não tinham atividade agrícola – os setores de engenho, todos eles fornecedores, não desmancharam os seus engenhos de produção de açúcar. Na hora em que o açúcar bruto dava dinheiro eles deixavam de mandar as canas para a usina, fabricavam o seu açúcar e o vendiam. Então, havia falta de matéria prima para o engenho central. É por que os engenhos centrais não expandiram as suas atividades agrícolas na proporção dos investimentos industriais que foram feitos? Porque estavam descapitalizados, eles já haviam saído de uma crise terrível, com o fim do braço escravo. Estava tudo desorganizado. Então, quem é que iria trabalhar? O negro saía de lá, vinha para a cidade, não queria mais saber de trabalhar no eito.

Mesmo que houvesse salário, o salário daria, naquela altura, para a sobrevivência deles? O sentido da liberdade era mais forte do que a fome? O espectro da própria escravidão dava a eles o que? O sentido de libertação. Libertação é ir pelo mundo, buscar uma vida nova, onde se pudesse encontrar atividades melhores do que a atividade agrícola no trabalho rural.

Desorganizou-se, então, de tal maneira a produção de cana pela falta de mão de obra. Porque o senhor de engenho, que entrou em crise perto da libertação, já estava entrando em crise porque o seu capital era a sua escravatura, os seus escravos. **Eles vendiam escravo para fazer dinheiro. Qual era o capital deles? Não havia crédito rural organizado. Quando veio a crise, era vender escravos para o Sul, onde a atividade cafeeira estava extremamente próspera, e esse pessoal era todo vendido pelo senhor de engenho.**

E 1884 apareceram os engenhos centrais dos ingleses, aqui, na Paraíba e em Alagoas, mas os engenhos de açúcar antigos não foram desaparelhados. Quando vinha um preço maior para o açúcar, em vez de fornecer cana aos engenhos centrais, eles produziam açúcar.

A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DO PATRONATO

Castro: Qual é a representatividade política do patronato rural de Pernambuco?

Gileno: Há um prestígio político difuso. Coisa curiosa, não existe hoje um líder federal de Pernambuco que represente a classe dos fornecedores de cana, ou a classe dos usineiros. **Há usineiros que são políticos, deputados, mas ninguém pode dizer que têm a representação da classe. E a coisa se explica. Entre os usineiros, por exemplo, cada um se considera líder.** Então, é a batalha dos líderes. Nem sempre quem lá está tem a representatividade da classe inteira.

Castro: Mesmo se o político foi antes dirigente de uma entidade de classe?

Gileno: Sim.

Castro: Porque o projeto político do usineiro que se elegeu deputado foi mais pessoal do que da própria classe, não é isso?

Gileno: Exatamente. Ele não pode dizer que numa assembléia da classe ele tenha sido escolhido para representá-la. Ele é usineiro por circunstância, ele é amanhã um fornecedor de cana por acaso, mas não é um homem que tendo a classe inteira se reunindo diga: “Este é o meu representante”. Mas isso não se dá só com a classe do usineiro, não! É em todo o canto.

Castro: No Sertão também não existe a representatividade classista?

Gileno: É a mesma coisa. Por que? Porque, na verdade, **não existe espírito partidário nem corporativo. Existe mais o individualismo político, a amizade política, do que a representação classista.**

Castro: A falta de representatividade dos políticos enfraquece as entidades.

Gileno: É claro! Quando a gente vê entidades na Europa decretando uma greve, a greve se realiza. Aqui é uma coisa muito difusa. Isso é um mal nacional.

Castro: Eu estudei um pouco a época de De Gaulle. No tempo dele houve a co-gestão na agricultura francesa. As entidades de agricultores durante uns 15 anos elaboraram e co-geriram a política agrícola. Criaram-se, por região, Câmaras de Agricultura, onde tinham assento as entidades, de grandes e médios agricultores, Câmara de Vereadores da região, etc. Isso foi uma experiência que eu achei riquíssima de as entidades de classe serem capazes de participar do poder, de algum modo, enquanto entidades. Aqui no Brasil isso é praticamente impensável.

Gileno: É, não existe isso.

Então, **a gente não tem, na verdade representantes políticos a não ser talvez, o deputado Ronaldo Caiado, que conseguiu empolgar, num determinado instante, a agropecuária do Sul. Principalmente porque era fraca a liderança da Confederação. Faltou à Confederação, da qual eu participava, aquela estrutura de estudo e de competência política para dar o relevo que a classe precisava ter naquele momento.**

Foi quando explodiu o fenômeno do Caiado, e ele empolgou principalmente as lideranças do Sul. Foi muito difícil penetrar em Pernambuco. Fizeram tudo: Antonio Celso, que é o presidente aqui da Associação, trabalhou enormemente, Francisco Falcão também, mas foi pura perda de tempo.

Com a minha vinda para cá a Sociedade sobreviverá porque agora tem espaço físico e todos os que vêm esse patrimônio tem consciência de que ele não pode ser destruído. Vou lhe mostrar a pinacoteca daqui.

4. JOSÉ QUEIROZ SIQUEIRA

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida em sua residência, no bairro do Poço da Panela, em Recife. Na maior parte do tempo esteve presente Paulo Vasconcelos, criador de gado em Gravatá e através de quem tive acesso ao entrevistado. Paulo Vasconcelos, eu o tinha visto uma única vez em aniversário de um amigo meu, momento em que o assunto girou em torno de minha tese de doutorado sobre reforma agrária e Paulo sugeriu que eu entrevistasse o dr. Queiroz, médico e pecuarista amigo seu. Na chegada à casa de Queiroz fui apresentado como o sociólogo defensor dos “pobrezinhos”, que o entrevistado considerava marginais e que deveriam ser tratados com bala. O interesse dele era de me mostrar como os proprietários são vítimas desses pobrezinhos, que tinham invadido e destruído a sua fazenda, por orientação dos sindicatos e da CPT, segundo disse.

Perfil do entrevistado

José Queiroz Siqueira, na ocasião da entrevista, em 19.10.1992, era um grande proprietário de terras na região de Marabá (Pará), onde possuía, com mais dois irmãos, 19 mil hectares de terra. Desde 1991, ocorre um grande conflito agrário em suas terras, já tendo havido cerca de dez mortos. É formado em medicina.

Destaques da entrevista

- O entrevistado narrou a **invasão de suas propriedades no Pará**, sob a liderança de um deputado, da Pastoral da Terra, de um pastor e de três sindicalistas. Diante da omissão das autoridades, inclusive da Polícia Federal e do governador do Estado, ele procurou se defender através da polícia e de pistoleiros contratados. Suas terras estão sendo desapropriadas pelo INCRA.
- Descreveu o **processo de ocupação da Amazônia** por parte de grandes empresas, inclusive bancos, a instalação de projetos colonização particular e projetos de assentamento do INCRA, e a ação de pessoas físicas e jurídicas de outros Estados, como ele próprio, na Amazônia e Centro-Oeste.
- Relatou casos em que levava, às próprias custas, policiais e oficiais de justiça para expulsar os invasores. Outras vezes levava sua milícia particular.

Exposição de Queiroz

Queiroz quis me fazer, antes da entrevista, uma exposição de sua instalação no Mato Grosso e no Norte. Esse relato poderia se intitular de “A saga de um médico transformando-se num grande pecuarista na Amazônia”. Essa exposição não foi gravada, mas bastante bem anotada por mim.

José Queiroz formou-se em medicina, em Recife, fazendo pós-graduação no Rio de Janeiro. Em 1972, ainda recém formado, junta-se a um outro médico paraibano, e um a terceiro, boliviano, para se transformarem em criadores de gado no Centro-Oeste e Norte. Chegaram os três ao oeste do Mato Grosso. Percorreram a região durante um mês, procurando uma cidade onde ficar. Queriam um lugar onde pudessem ganhar dinheiro. Depois desse levantamento resolveram que o melhor lugar era Rondonópolis, onde ficaram dois anos. A seguir passaram para Mirassol do Oeste, que era uma Colônia particular, fundada por um paulista, o dr. Paulo Mendonça. Ficaram aí de sete a oito anos. Essa colônia era próspera, colonizada em cerca de 90% por empresários de São Paulo. A mão-de-obra era levada pelos próprios empresários, de suas regiões de origem. Fica a 70 km da Bolívia. O Banco do Brasil recusou-se a financiá-los. O Bradesco financiou para os três a montagem de um hospital. Mas iam sempre investindo em terras. Essa colônia tinha 100.000 ha., com um núcleo urbano. Os lotes rurais tinham de 30, 100 e de até 500 ha. Queiroz comprou 62 hectares. A colônia vizinha, também particular, era de 80% de goianos.

Essas terras eram do Governo Estadual. Formaram-se 15 colônias. Três colônias eram particulares. Foram as que tiveram sucesso. As colônias que ficaram com o Governo estadual não prosperaram. Eram de pequenos lotes, doados. O Governo não ajudava o pequeno produtor a escoar a produção. Nas colônias particulares a infra-estrutura era feita pelos empresários que iam para lá. Com o dinheiro de 100 ha de São Paulo comprava-se 1.000 no Mato Grosso.

Depois desses oito anos, ele já tinha seu pé de meia: dois hospitais e fazendas. Mas, cansado de lá, resolveu em 86, voltar para a cidade grande. Fez, esse ano, um concurso do INAMPS e passou. Vendeu os dois hospitais e foi fazer pós-graduação no Hospital das Clínicas de São Paulo. Depois voltou para o Recife. Havia se casado anteriormente, com noiva daqui. Desiludiu-se da medicina de Recife, entre 1977 e 1979. Achava que tinha mais meios em seus hospitais do Mato

Grosso. Vendeu, então as terras do Mato Grosso e comprou, no ano de 1986, 2.000 ha em Rondônia, na região de Cacoal e Pimenta Bueno, que estava em explosão. Chegavam 1.000 pessoas por dia lá.

Ficou dois anos formando a fazenda. Todo mês ia lá, a 5.000 km do Recife, onde continuava morando. Por isso resolveu vender as terras de Rondônia e comprar no Pará, em Marabá, sempre com gado. Em Marabá comprou: 5.100 ha, dos quais era dono de 75% (3.800 hectares) sendo o resto de um irmão seu. Ficam próximas de Carajás, região de mata, o Castanhal Piranhas, na margem da estrada de Carajás. Depois as terras somaram 19.000 hectares, em cinco fazendas com seus irmãos. Era uma área pacífica em 1985.

O projeto era de pecuária a extração de castanha do Pará e exploração racional da madeira. Só derrubaram 20% das matas. No resto fizeram exploração da mata, para extração da madeira. O Projeto de Manejo Florestal tinha 3.000 ha. Foi cadastrado pelo IBAMA, que cadastrou as árvores. As que tem mais de 30 cm de diâmetro podem ser derrubadas. Esses 3.000 ha são divididos em lotes, para fins de extração de madeira. Há árvores de 40 m³, o que equivale a uma carreta. Tinha 29 km de estradas cascalhadas. O projeto de gado de corte: 1.400 cabeças de nelore.

Além de Queiroz, muitas pessoas físicas e jurídicas compraram terras na região. Por exemplo: Banco Bamerindus, Usina Ourinhos, que tinha 80.000 cabeças de gado. Muitos grandes frigoríficos. Tudo isso na região de Marabá. Havia muitos garimpeiros. Uma das cidades é Curionópolis, em homenagem ao major Curió.

O Governo não fez nada e como só dava título a quem fizesse benfeitorias em pelo menos 50% da área, muitos derrubavam a mata de qualquer jeito.

Os conflitos de terra começaram em 1988, e duram até agora. Os sindicatos que os estimulam são os de Marabá, Eldorado e Curianópolis, além da Igreja. O processo de uma invasão começa quando o sindicato pega profissionais para invadir as propriedades mais valorizadas, para conseguir a desapropriação. Em 88/89 começaram as invasões, no meio da mata, com “pistoleiros”. Houve uma chacina de vários empregados de suas fazendas em maio de 91. Os líderes foram um deputado, um padre, um pastor, três sindicalistas. O proprietário sente-se impotente.

“O mais interessante é eu entrevistar eles com a polícia, dentro da mata, dizendo: “tô aqui, dentro do Castanhal... Eu chegava com a Polícia: “Aqui é a Polícia, levante a mão”

Entrevista

A INVASÃO DA PROPRIEDADE DE QUEIROZ NO PARÁ

Castro: Você fazia isso com ordem judicial?

Queiroz: Uma parte era.

Castro: E hoje, como é que estão as coisas?

Queiroz: Hoje eles dominam a área. Então começou o processo judicial.

Paulo Vasconcelos: Quem mais merecia morrer ali foi Chico Mendes.

Castro: Houve um processo de desapropriação?

Queiroz: Estou brigando com o INCRA agora.

Paulo Vasconcelos: Eles destruíram todas as sedes, botaram fogo...

Queiroz: **Eu levei vinte policiais, e dois oficiais da Justiça, para tirar eles de dentro das matas. Eles saíam.** Aí eu repetia isso quatro ou cinco vezes, gastando dinheiro. Saíam e entravam de novo. O sindicato dizia: “Volta pra lá de novo”. Eles voltavam. **De vez em quando eu entrava lá com minha milícia preparada para isso. Eu pegava o avião, levava cinco, dez ou oito [pistoleiros], cansado de levar a polícia para lá.** Aí eles corriam para o Sindicato e diziam: “óia! Aconteceu isso...” Aí o presidente do sindicato passava telex para o Ministro da Justiça Jarbas Passarinho, durante o Governo Collor, nesses termos: “O dr. Silveira matou cinco posseiros, matou dez posseiros... Vou te mostrar jornal dizendo isso: “O dr. Silveira matou oito posseiros ali na minha fazenda. Aí o Ministro da Justiça liga para o Governador do Pará, para o Secretário de Segurança Pública, para a Polícia Federal, para o Comandante do Exército. E eu tava lá. Só que não morreu ninguém.

Eu ia para Belém, para o Coronel Cleto e dizia: “Coronel, não morreu ninguém. Eu estava disposto a matar, agora não morreu ninguém.

E aí **eles começaram a matar os meus empregados. O pessoal do sindicato, delegado do sindicato, conforme você vai ver aqui, foram presos.** Não sei se estão presos ainda. Só foram presos em novembro agora porque eu fui a Brasília, com várias autoridades, e de tanto eu insistir consegui, em novembro do ano passado, levar oitenta e quatro policiais. Tudo com o meu dinheiro, porque o Governo não botou um tostão. Até o transporte foi eu que dei.

Castro: Você foi a única vítima ou tem outras também?

Queiroz: Tem outras. Várias.

Paulo Vasconcelos: Há um desestímulo para os fazendeiros.

Queiroz: Os fazendeiros estão fugindo.

Castro: Eu estou surpreso porque sempre eu soube que as pessoas que se estabeleceram na vida dispunham de recursos para se defender. E a Justiça?

Paulo Vasconcelos: Que Justiça? Se Cristo viesse ao Pará teria que vir armado.

Queiroz: Me diga. Na medida em que eu, como proprietário rural, eu estou dentro de minha propriedade comprada, estou dentro da lei, comprei com meu dinheiro, estou executando um projeto lá, um trabalho, sendo produtiva a área, explorando a castanha, explorando a madeira e a pecuária, dando oportunidade de emprego aos empregados de que necessito. Estou dentro da minha terra. **Onde é que cabe meia dúzia de forasteiros, ligados a Sindicato, a Pastoral da Terra, à Igreja? Aonde cabe a esse pessoal aproveitar-se da minha propriedade para fazer a política deles?** Porque a Igreja quer fazer a reforma agrária em cima da terra alheia. O sindicato quer fazer reforma agrária em cima da terra alheia. Por que eles não reivindicam ao Governo, áreas que não tenham donos, para fazer o projeto deles? Por que é que a Igreja não pega as áreas dela antes de mandar invadir a propriedade privada? Começa por aí. Porque tanto faz ser uma fazenda, uma casa, é a propriedade privada.

Castro: E nessa região, não tem terras de que o Governo pudesse dispor?

Queiroz: Tem demais. O Governo tem. **O Governo querendo comprar ele compra. Ele ainda tem o domínio de uma área muito grande na região, na Amazônia, em qualquer parte do país, as terras devolutas.**

Então, como eu estava dizendo, esse pessoal, o trabalhador, até prova em contrário, ele é um desprotegido, ele é um sem sorte, não tem direito a plantar nada. Então, por meio do sindicato e das Igrejas, começam as invasões. Aí você veja. Nós, proprietários rurais, a gente não pode tirar eles na marra.

Castro: E vocês não se organizaram?

Queiroz: A organização começou. Eu vou te mostrar, vai telex para o Ministro Jarbas Passarinho, Polícia Federal, Governador do Estado. O Governador do Estado do Pará, o anterior Jáder Barbalho, ele negou a polícia a cumprir o mandato judicial, a ponto de a juíza participar isso ao presidente da República e ao presidente do tribunal de justiça do Estado, ameaçando prender o comandante da Polícia Militar por não ter cumprido o mandato judicial. E o governador negou. Por isso é que **os proprietários rurais, na medida em que eles, recorrendo, como lhe é devido, às autoridades competentes para tirar o invasor de lá, o invasor, não é o posseiro, o governo se omite, as autoridades se omitem. O que é que ele faz? Ele tem é que partir para a sua milícia particular.** Então, os grupos que nasceram no Pará e no Brasil, de defesa contra a invasão, é por omissão das autoridades competentes, de Polícia Civil a Polícia Federal. Eu tenho aqui as nossas solicitações e as negativas deles para dar cobertura à gente.

Castro: A UDR se implantou lá?

Queiroz: A UDR, na época de Ronaldo Caiado, foi mais ou menos respeitada porque ele fez um trabalho com os proprietários rurais para eles se defenderem. Mas, na hora que ele deixou a UDR voltaram a acontecer as invasões. O Governo abriu as pernas.

Queiroz: (Lê um telex de 21.01.91, enviado ao Ministro Jarbas Passarinho e ao Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma)

5. LUIZ AUGUSTO PERMAN

Situação da entrevista

A entrevista individual me foi concedida na sede do Sindicato. Parte da entrevista não foi gravada, a pedido do entrevistado. Eu tinha uma boa aproximação com o mesmo desde o tempo em que fomos vizinhos num condomínio em Recife.

Perfil do entrevistado

Luiz Augusto Perman, com 44 anos no momento da entrevista, em 10.10.1992, era vice-presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco. Tinha formação universitária como Técnico em Administração de Empresas e era membro do Rotary Clube de Casa Amarela, em Recife.

Destaques da entrevista

- O entrevistado tentou diminuir a animosidade entre o SINDICAPE e a AFCP numa visita que fez à AFC, mas sem sucesso.
- Analisou a falência da Usina Santa Terezinha, uma das mais modernas da América do Sul. Esse fato deveu-se à má gestão. A crise da agroindústria açucareira deve-se à queda no preço do açúcar, pela concorrência internacional.

Entrevista / Parte não gravada

O ENTREVISTADO

Castro: Como se deu a sua entrada para o sindicalismo?

Luiz Augusto Pérman: Há vários anos sou associado ao Sindicato e à Associação, mas o primeiro cargo foi o atual, cuja posse foi em março de 1992.

Castro: Quantas toneladas de cana você fornece?

Luiz Augusto Pérman: 10 mil por safra, com um bilhão de cruzeiros de faturamento. Apesar disso me considero em situação crítica. Para comprar o atual apartamento onde moro tive que vender dois outros. Estou iniciando a revenda de veículos

Castro: O que aconteceu com a **Usina Santa Terezinha**?

Luiz Augusto Pérman: Há uns 50 anos ela era uma das mais modernas da América do Sul. Seu proprietário, o Coronel Adolfo Pessoa de Queiróz, foi substituído por seu filho, José Adolfo Pessoa de Queiróz, que tem dois filhos, Ricardo e José Adolfo. Ricardo era vaidoso e megalomaniaco, tendo feito investimentos acima da capacidade real de produção. **A administração da usina era paternalista.** O filho de Ricardo é o atual administrador, que **contraiu débitos com a Previdência Social e o Banco do Brasil, que ficou com alguns engenhos.**

Entrevista / Parte gravada

Castro: O que representou a extinção da **Cooperativa dos Plantadores de Cana de Pernambuco** (COOPLAN) para a categoria dos fornecedores?

Luiz Augusto Pérman: No tempo do IAA, quando os preços do açúcar no mercado internacional eram altos e o Brasil era grande produtor, existia um fundo de reinvestimento para a modernização. Foi quando várias usinas se aparelharam, houve essa expansão em São Paulo, atingindo o Paraná, com os recursos do IAA. E a COOPLAN conseguiu verbas para financiar caminhões, máquinas, herbicidas, pesticidas, enxadas, utensílios leves. O precursor disso foi Francisco Falcão.

O ponto forte, que trouxe, por várias épocas, benefícios para os fornecedores foi o financiamento de adubo. Esse adubo era colocado à disposição dos associados com um preço de 30 a 40% inferior ao do mercado. Isso incomodava muito aos fabricantes de adubos. Aqui já se chegou a ter oito ou nove revendedores de adubo. Hoje, a coisa ficou tão desinteressante que só tem dois ou três.

De 85 para cá começou a haver uma queda no preço do açúcar. A tonelada do metro de açúcar, que custava 1.500 dólares, deve estar hoje em torno de 250 dólares. Os custos de produção são altos. Acredito que o governo deveria ter usado uma estratégia de não estimular os outros países a produzir açúcar, fazendo concorrência com o Brasil. Se o Brasil tivesse baixado o preço, teria desmotivado outros países a produzir. O IAA não enxergou isso. Achou que esse dinheiro ia ser por toda a vida, tentou beneficiar a indústria, os fornecedores, tentando aparelhá-los. Mas, por outro lado, houve uma concorrência, que está sendo hoje maléfica.

O Brasil, no custo no açúcar, acho que está em 3º lugar. Mas nos outros países os governos subsidiam. A COOPLAN trouxe uma série de benefícios. Mas como a atividade começou a perder na remuneração para o agricultor, foram também ficando escassos ou recursos de retorno à Cooperativa. A COOPLAN repassou muitos recursos do Banco do Brasil, cobrando um *spread* ⁽⁵⁾

A coisa começou a se agravar. Os recursos ficaram escassos, a compra de fertilizante não se encaixava muito, os associados já não pagavam à COOPLAN. Foi havendo uma diminuição da capacidade de funcionamento. Eu acredito até que a intervenção que houve foi por questão política, porque na classe existem duas facções, a do atual presidente da Associação, que tem uma tendência de fazer um *marketing* em função do nome dele, e aqui o Sindicato e a COOPLAN. Basicamente o que aconteceu foi a falta de recursos.

Se esta cooperativa fosse localizada no Sul do país, não teria sofrido isso porque lá a mentalidade é outra, em função da influência européia, com horizonte mais aberto para o grupo. A Cooperativa de Cutia hoje é até internacional. Há uma idéia, sendo reaberta a COOPLAN, de a mesma operar apenas com fertilizante, de 20 a 30% mais barato, sendo o crédito obtido no Banco do Brasil.

Castro: A intervenção representou, então, um prejuízo grande.

Luiz Augusto Pérman: Grande, porque ela tem dinheiro em caixa, uns 25 bilhões, que ela podia negociar com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Então, isso daria uma viabilidade econômica à Cooperativa.

Castro: Existe uma **divisão na categoria dos fornecedores?**

Luiz Augusto Pérman: Há um mês e meio fui à sede da Associação, para propor um entendimento, superando-se o atual clima de animosidade. Fui recebido por Zoé Borba, Cristiano Falcão e um outro diretor, que me levaram na gozação. Acham que essa divisão é um fato irreversível.

⁵*Spread* bancário é a diferença entre o juro cobrado pelo banco a um cliente, e o juro pelo qual ele remunera este cliente. Por exemplo: se o banco cobra 25% de juro pelo capital emprestado ao cliente e remunera em 5% pelo capital investido pelo cliente, o *spread* é de 20%.

6. MAURO OLIVEIRA CAVALCANTI

Situação da entrevista

A entrevista me foi concedida na sede do SINDICAPE e durou meia hora.

Perfil do entrevistado

Mauro Oliveira Cavalcanti, com 72 anos por ocasião da entrevista, em 04.09.1992, era médio fornecedor de cana no município de Nazaré da Mata ⁽⁶⁾, produzindo cana em terras arrendadas. Entre 1952 e 1960 foi sócio-gerente da Usina Capibaribe, em São Lourenço da Mata, muito próxima da cidade. Essa usina, considerada uma usina moderna, foi desativada em 1962.

Por ocasião da entrevista, Mauro produzia cana no Engenho Velho, arrendado de um proprietário de terras localizadas em Nazaré e Tracunhaem. Fornecia cana para a Usina São José, da qual é o fornecedor mais antigo e para as usinas Santa Tereza, Matari, Mussurepe e Aliança. Em 1974, numa situação financeira melhor, ele tinha 4 engenhos arrendados, com uma produção total de 25.000 t.

No início dos anos 1970, na ditadura militar, ele foi, por cerca de quatro anos, interventor no Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar (SINDICAPE), nomeado pelo Ministério do Trabalho, função por quase quatro anos.

Destaques da entrevista

- Mauro fez o **elogio de Arraes**, dizendo que durante o seu primeiro governo, em 1964, o contrato de trabalho com os trabalhadores era menos oneroso ao fornecedor que o atual. Havia muita agitação na Mata Norte, promovida pelos sindicatos de trabalhadores e por Padre Crespo, mas Arraes não apoiava aquela agitação. Mauro considera que Arraes era um homem de palavra e, por isso, ganhou a confiança dos fornecedores.
- Nos **conflitos trabalhistas** quem defende o fornecedor é o departamento jurídico do sindicato, e nos conflitos com as usinas, o fornecedor pode ser defendido pelo

⁶Na última safra ele produziu 8.000 toneladas de cana por ano em 332 hectares arrendadas.

departamento jurídico do sindicato ou da associação. Quando havia IAA era este que mediava os conflitos entre o fornecedor e a usina, defendendo o fornecedor.

- As **tensões entre usineiros e fornecedores** ocorrem quando usinas recolhem a taxa do fornecedor na pesagem na cana mas não a repassam ao sindicato.

Entrevista

OS FORNECEDORES: SUAS ENTIDADES E RELAÇÕES COM OS USINEIROS

Castro: Quando o senhor participou da direção do Sindicato dos Cultivadores?

Mauro: Fui membro de Junta Governativa, nomeada pelo Ministro do Trabalho, por volta de 1974, juntamente com José Miguel Neto e Manoel Felipe de Souza Leão. A intervenção durou de três anos e meio a quatro, durante a gestão de Romildo Leite, como delegado regional do trabalho. O presidente do Sindicato no momento da intervenção era José Augusto Queiroga Maciel.

Castro: E por que demorou tanto tempo a intervenção?

Mauro: Nós obedecíamos às determinações da delegacia do trabalho, que determinou uma nova eleição após um certo tempo.

Castro: Na vida do Sindicato que momentos foram mais importantes?

Mauro: As datas de convenção, todo ano. De ano para ano nós perdemos terreno em nossas convenções. Tenho aqui cópia do contrato da convenção coletiva da lavoura canavieira de Pernambuco, de 1964, quando diziam que o Governo de Miguel Arraes era comunista. Eu hoje lutaria para voltar a esse contrato.

Castro: O trabalhador nesse tempo tinha menos direitos, não é?

Mauro: Não era menos direitos. Tinha os direitos que cabem. O trabalhador tem obrigação de dar o máximo de sua capacidade. Porque o trabalhador hoje só trabalha até 10 horas da manhã. Eu dou uma tarefa, não é diária. Na diária ele, com a enxada no ombro, vai embora

Castro: Pernambuco tem cerca de 270 mil trabalhadores na cana. Quantos seriam suficientes para manter o mesmo nível de produção?

Mauro: A metade. Porque se o empregado trabalhou de 7 às 10 e cumpriu a tarefa dele, se ele trabalhasse até 5 horas da tarde ele cumpriria duas tarefas.

Castro: Digamos que o Governo fizesse uma política de emprego para essa metade que está sobrando, deslocando 60 mil trabalhadores para outras atividades agrícolas. Com isso a lavoura canavieira de Pernambuco teria uma melhoria?

Mauro: Melhoria eu não digo. Mas disciplinava o trabalho do homem e o educava. Porque esse excedente de mão de obra seria colocado em terras para o lado do Agreste, Sertão, para eles produzirem como patrões, com mentalidade de patrão.

Castro: Se houvesse diminuição do número de trabalhadores o fornecedor e o usineiro poderiam colocar máquinas.

Mauro: Eu sou contra. Máquina não substitui o homem. Só em algumas coisas. Com elas você faz o serviço rapidamente, mas mal feito. O homem cavar um sulco, o homem limpar uma cana, é muito melhor o homem fazer isso do que máquina, do que trator. O homem chegar a terra para cobrir um rebolo de cana, ele sabe com a chuva e com o sol, a quantidade de terra que ele bota no sulco. É uma arte.

Antigamente, não havia esses problemas com os sindicatos dos empregados, porque o nosso mantém-se o mesmo, perdendo terreno sempre. Mas hoje em dia os sindicatos dos trabalhadores só orientam o trabalhador para produzir o mínimo.

Castro: É porque eles estão diante do problema do desemprego da classe deles.

Mauro: Eles estão diante do problema do desemprego, mas que deve ser solucionado não por esse meio, que encarece a produção.

Castro: Por isso é que eu digo: se houvesse condição de realocar uma parte dos trabalhadores em outra localidade...

Mauro: No Sertão, com irrigação. O nosso Sertão é riquíssimo em lençóis d'água. Eu conversei com um geólogo, Marcelo Castro, filho do general Lafaiete Brito Castro, que é meu cunhado. Ele me disse que os lençóis d'água do Sertão são enormes. Podia-se fazer poços artesianos.

Castro: Na região de Ibimirim, Inajá, no Sertão do Moxotó, há esses lençóis.

Castro: O senhor é também filiado à Associação dos Fornecedores de Cana?

Mauro: Como sócio, mas não participo da administração.

Castro: Qual a vantagem de se filiar às duas entidades?

Mauro: Aqui, nós temos obrigação de nos associar, porque é um sindicato oficial, o porta-voz dos desejos dos fornecedores. Todos os fornecedores são obrigatoriamente associados do sindicato. A Associação é uma opção: a gente pode ser e pode não ser filiado. A Associação é uma coisa boa. Agora mesmo eu entrei num Plano de Saúde onde eu pago uns 25% do que eu teria de pagar se eu pagasse diretamente à Golden Cross. A Associação tem uma parte social de Clube, piscina, pode-se levar a família para lá, tem uma parte de convívio.

Castro: Se houver um conflito entre fornecedor e usineiro, por exemplo um problema num contrato de arrendamento, ou com as cotas de fornecimento, a quem o fornecedor recorre, ao Sindicato ou à Associação?

Mauro: Os dois órgãos têm a capacidade de defender o associado, a não ser a parte trabalhista, que é específica do sindicato. As outras questões – diferença de estoque, mel, as questões comuns entre fornecedores e usineiros – podem ser defendidas pela Associação ou pelo Sindicato.

Castro: Se o senhor tivesse um problema com o seu usineiro, procuraria quem?

Mauro: O Sindicato, porque eu vivo aqui.

Castro: Mas, uma pessoa que vivesse lá procuraria a Associação.

Mauro: Procuraria lá e eles defenderiam com capacidade, com interesse, com tudo.

Castro: AFCP e Sindicato atuam nos mesmos municípios?

Mauro: Em todos os municípios de Pernambuco e nos municípios vizinhos, onde haja fornecedores, como em Novo Lino, Alagoas, que botem cana para usinas de Pernambuco. Esses fornecedores são nossos associados, recolhem aqui.

Castro: Ouve-se dizer que a categoria dos fornecedores de cana está em decadência econômica e política? O Sr. concorda com essa afirmação?

Mauro: Política e econômica.

Castro: Essa decadência se manifesta de que forma?

Mauro: Se manifesta financeiramente, porque o Governo desprezou a agricultura, contrariando todos os princípios de vida, porque onde chega a civilização tem que se cuidar da agricultura. O Governo cuida de roubar. Agora mesmo, com esses escândalos, o dinheiro que foi desviado para mão de particulares, resultado de roubo, daria para financiar durante três anos a lavoura canavieira em Pernambuco.

O Governo não dá assistência. Tem uns incompetentes na direção do Ministério da Agricultura. A gente ouve, lê nos jornais que o Brasil está abarrotado de grãos, passa tudo em contrabando nas fronteiras do Paraguai, Uruguai.

Castro: Há fornecedores que estejam entregando seus engenhos?

Mauro: Muitos. Fica até difícil eu lhe dizer. Isso é coisa recente, de dois anos para cá. Todo mundo quer deixar o engenho. Inclusive eu, que trabalho em engenho arrendado. Eu tenho a liberdade de moer aonde eu quiser. Preferi a São José porque considero a melhor usina da região. E tenho bom entendimento com ele. Então, eu fiquei lá. A decadência começou com Sarney, que tirou o subsídio.

Castro: Quando um fornecedor é rendeiro de uma usina ele é obrigado a fornecer só para aquela usina?

Mauro: Só para aquela usina, de acordo com a lei.

Nós tivemos um grande prejuízo quando acabou-se o IAA. O IAA era quem julgava, era quem defendia o fornecedor, quem mantinha esse relacionamento de fornecedor e usina. Porque o usineiro respeitava as decisões do IAA. E o IAA era imparcial, ele fazia justiça.

Castro: Depois da extinção do IAA como é que isto está sendo feito?

Mauro: Cortaram as pernas e as mãos do fornecedor. Isso não está sendo feito por meio nenhum. Agora mesmo nós temos uma diferença de estoque. O meu usineiro, que é um grande usineiro, disse que no momento em que sair publicado o nosso direito de diferença de estoque eles pagam imediatamente.

Castro: Em que consiste esse problema de diferença de estoque?

Mauro: No período em que a gente fornece a cana a usina fabrica o açúcar e estoca. Não vende aquele açúcar imediatamente. Vai vender depois de uns três meses, com um aumento grande, num regime inflacionário. E nós temos participação nesse açúcar. Mas os usineiros estão sem pagar há três anos. Eles vão pagar pelo preço atual, o preço do momento. Eu mesmo mandei fazer um levantamento de um ano, 90/91. Foi feito. Eu tenho direito a receber da Usina São José duas mil e poucas toneladas de cana. Quer dizer, nos três anos são seis mil toneladas. Em moeda corrente do país, hoje, eu teria a receber 360 milhões de cruzeiros (de onde se deduz que uma tonelada é vendida por Cr\$ 60.000,00). E eu liso, com dificuldade de trabalhar no engenho, e esse dinheiro na mão do usineiro. O usineiro diz: “Não, seu Mauro, nós pagamos”. E realmente o usineiro paga tudo o que deve, agora só vai pagar quando uma autoridade dessas qualquer determinar que eles têm que pagar.

Castro: Os fornecedores arrendatários procuram se tornar proprietários das terras?

Mauro: Não, porque aí seria uma traição aos proprietários. Eu mesmo sou arrendatário de um engenho e peço a Deus que a dona e os herdeiros, que são dez ou onze, eles se mantenham sempre como proprietários. Eu tenho um bom relacionamento com eles e não tenho nenhuma ganância de pleitear o engenho.

Castro: E no caso das usinas que estão em débito com o BANDEPE, com a Secretaria da Fazenda, o senhor não acha que seria legítimo que os fornecedores rendeiros dessas usinas pudessem adquirir essas terras através de uma transação com o BANDEPE e com a Fazenda do Estado?

Mauro: (me interrompendo) Com o INCRA, com as repartições. Eu acho que seria razoável, seria uma grande coisa. Essas terras (dadas pelas usinas como pagamento de dívidas) passariam do usineiro para o fornecedor numa transação através do BANDEPE, do INCRA. Um sujeito vive num engenho como arrendatário durante trinta, quarenta, cinqüenta anos. De repente eles são indenizados por uma mincharia, por uma porcaria qualquer e têm que abandonar o engenho. Eu acho que é uma injustiça do Governo deixar tirar esses homens da terra.

Castro: A categoria nunca se mobilizou para...

Mauro: Para tomar os engenhos?

Castro: Não digo tomar não. Para conseguir que mudasse essa situação.

Mauro: Joaquim Francisco está fazendo esse plano para o camponês. E está errado. Devia ser para os fornecedores de cana que estão explorando essas terras.

Se você pegar um peixe e botar fora d'água ele morre. **A mesma coisa acontece se você tirar muitos camponeses da condição de empregados e der uma propriedade a eles. Com três, quatro, cinco anos a propriedade está acabada. Porque eles não têm capacidade de administrar. Não são educados suficientemente para passarem de empregados a empregadores. Eles não têm condição nenhuma. Os engenhos desapropriados deviam passar aos fornecedores.** Os fornecedores manteriam aqueles empregados como já vinham mantendo, melhorando até os níveis sociais, dar mais terra para eles trabalharem.

A assistência médica nós já damos através da Associação. Todo trabalhador canavieiro de fornecedor de cana têm assistência médica.

Castro: Na sua região a Associação tem ambulatório?

Mauro: Tem laboratório em Nazaré e tem a dois quilômetros do nosso engenho. O atendimento é espetacular. Tem dentista. Mulher gestante tem direito à maternidade.

AS RELAÇÕES ENTRE FORNECEDORES E TRABALHADORES RURAIS

Castro: Faça uma comparação das relações sociais na lavoura canavieira entre o primeiro e o segundo Governo de Arraes. **Arraes, como mediador, é aceito pelo fornecedor?**

Mauro: Hoje em dia é. Eu não voto nele. **Mas é um homem que adquiriu uma certa confiança nossa. Porque ele quando diz uma coisa é aquilo. Naquela maneira matuta do Sertão cearense. É um homem que se impõe. Como governador do Estado foi o melhor Governo que nós tivemos.**

Castro: E nesse segundo Governo?

Mauro: Nesse último não. Aquele de 64, quando João Goulart era o presidente da República. Quando ele aumentava a cana era 80%. Nós temos uma defasagem hoje de Cr\$ 48.000,00 por tonelada de cana.

Castro: Como Arraes, no primeiro governo, exercia influência no Governo Federal?

Mauro: A política era a mesma. Jango era socialista.

Castro: Era de esquerda.

Mauro: De esquerda. Mas eu uso o nome socialista, que é mais simpático.

Castro: Arraes conseguiu naquela época defender os interesses dos fornecedores?

Mauro: Em 1964 nós tínhamos uma vida tranqüila, com dinheiro para trabalhar.

Castro: O senhor se lembra do **primeiro governo dele**?

Mauro: Me lembro.

Castro: Na sua região de Nazaré havia muita agitação social?

Mauro: Havia.

Castro: Mas não por conta do Governador.

Mauro: Não. Eram os presidentes de sindicato de trabalhadores, que estavam tendo uma situação social nova, então eles queria mandar nos engenhos. E com isso criavam-se conflitos. Com o engenho parado nem ração dos animais eles deixavam dar. E Arraes não apoiava isso.

Castro: Esses sindicatos eram da Igreja ou comunistas?

Mauro: De trabalhadores.

Castro: Eu sei. O que eu quero saber é que forças estavam por trás desses sindicatos.

Mauro: A Igreja.

Castro: Padre Crespo, Padre Melo?

Mauro: Padre Melo e um outro, que eu não lembro agora. Eu fui padrinho de casamento de Paulo Crespo. Porque ele saiu da Igreja e casou-se com uma menina que era filha de um compadre meu, tomava de conta de um engenho meu, Santo Elias. Eu fui convidado para ser padrinho, mas não fui porque ele era comunista.

Castro: Isso não é verdade não. Paulo Crespo combateu os comunistas em 64.

Mauro: Crespo ia de jeep, aos engenhos, acompanhado de uma mulher, que trabalhava com ele. A Polícia Federal me chamou Mauro pra dizer que Crespo era comunista. Então eu pedi a Crespo que não voltasse mais ao seu engenho. Depois que passou a civil, Crespo fez um curso sobre sindicalismo na Alemanha) (7).

OS FORNECEDORES E OS ORGÃOS PÚBLICOS

Castro: Como foi o relacionamento das entidades de fornecedores com o poder político, em todo o período em que o senhor acompanha a vida da entidade?

Mauro: Estadual ou Federal?

Castro: Os dois, conforme o caso.

Mauro: Atendimento em relação a que: produtividade, defesa do solo, irrigação?

Castro: Os interesses que vocês acham mais importantes para vocês

Mauro: Os mais importantes não são estaduais. Do Estado teve Nilo Coelho que deu um benefício para nós descontando só 2% de ICM da cana. Os outros que vieram depois de Nilo Coelho acabaram com isso e cobram 17% sobre a cana de açúcar. O que é um absurdo. Entre ICM e o recolhimento que a gente faz para órgão de classe, para FUNRURAL, negócio do INSS chegam a trinta e poucos por cento sobre o preço da cana. O Governo Estadual pouco faz pelo fornecedor de cana.

Castro: Poderia fazer mais?

Mauro: Podia, incentivando o bom entendimento entre trabalhador e fornecedor, fazer escola para os trabalhadores da cana, mas com orientação sadia. Todo sindicato de trabalhadores, que recolhe o dinheiro deles, devia ser obrigado a manter uma escola. Recolhia e fazia um benefício para a classe, que é a educação.

O povo do campo não tem educação nenhuma. Se você chegar numa casa de trabalhador: "Comadre, eu quero lhe dar um presente. O que é que você quer?".

⁷Padre Crespo publicou em 1972 um trabalho sobre sua viagem de estudos na Alemanha sobre cooperativismo.

Ele vai dizer: “Um radinho de pilha”, em vez de pedir um filtro, para ter uma água filtrada. Eu tenho água boa lá no engenho, Antônio também tem água boa. Mas eles, eles tiram água com uma cuia. Aquela cuia pode ir contaminada, eles não têm higiene nenhuma. Perto do lugar onde tem um poço eles tomam banho, eles defecam, eles fazem tudo quanto é sujeira, não procuram beneficiar aquela cacimba.

Castro: Eu terminei as minhas perguntas. Você queria acrescentar alguma coisa?

Mauro: Temos a sorte de contar com o sindicato com órgão de classe, onde nós temos três departamentos jurídicos: o comercial, para a defesa civil dos associados, temos o trabalhista, e temos um criminal, que pouco funciona porque fornecedor não mata ninguém. E temos uma diretoria boa, sadia. Temos dificuldade de dinheiro porque as usinas não recolhem as taxas do sindicato no tempo hábil.

O outro fornecedor, Antônio: Recolhem e não pagam.

Mauro: É uma apropriação indébita. Porque o dinheiro não é delas. Mas não são todas. Tem usina que recolhe pontualmente, religiosamente. Agora tem muitas outras aí que ficam devendo de uma safra para outra. E o Sindicato fica apertado porque não tem aquele dinheiro, que já está dentro de um plano de despesas. É só.

7. PAULO DANTAS

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida em sua residência, na cidade de Buíque. Iniciei o contato com uma conversa não gravada, sem notas, pelo quase total desconhecimento da situação do entrevistado. Levei Paulo André, meu filho, com 14 anos na época. A esposa do entrevistado, Dona Dulce, presente à entrevista, serviu-nos suco de acerola produzida na fazenda.

Perfil do entrevistado

Paulo Dantas, por ocasião da entrevista, em 23.10.1992, era pecuarista e grande proprietário de terras, fundador e presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Guanumbi, uma vila do município de Buíque, no Agreste. A base social da associação, fundada em 1984, é constituída, segundo o entrevistado, por cerca de 500 pequenos produtores. A associação presta assistência social e produtiva a estes associados, com fornecimento de alimentos aos mais carentes.

Destaques da entrevista

- Houve duas **invasões de terra na região**. Depois disso, Paulo Dantas, entre 1986 e 1987, coordenou reuniões com pouco mais de trinta grandes proprietários para preparar a defesa de suas propriedades e, eventualmente, implantar a UDR na região. Não houve mais invasão depois disso.
- Relatou um caso de invasão, que terminou depois que os 63 invasores exploraram tudo o que havia na propriedade e venderam todos os lotes para um grande proprietário. Outro caso foi o de Canhotinho, onde foi feita agrovila e depois de algum tempo os lotes foram também vendidos.
- Paulo Dantas preside uma associação comunitária de produtores de sua região, na qual a quase totalidade são pequenos produtores. Isso mostra a falta de liderança cooperativista e sindical para organizar os pequenos agricultores.
- As **cooperativas agropecuárias** da região só beneficiam seus dirigentes.
- A região do entrevistado tem um deputado que a representa, Joel de Holanda.

- Fez um **crítica à atuação do PT** nas universidades, colocando seus quadros políticos como estudantes de fachada, para fazerem política estudantil.
- Quanto aos **movimentos sociais que lutam por terra**, ele disse que a maioria são liderados por aproveitadores.

Entrevista. Parte não gravada.

Castro: É verdade que o senhor organizou um Núcleo da UDR em Pedra?

Paulo Dantas: Não. Os meninos é que andaram botando, na época, uns adesivos nos carros. (Ao chegar um dos seus filhos, veterinário, em tom de brincadeira o entrevistado o apresenta). Esse é o homem da UDR, que colocava adesivo nos carros. Na faculdade o PT bota estudantes profissionais só para fazer política.

Entrevista. Parte gravada.

CONFLITOS DE TERRA

Castro: Você estava falando a respeito do seu pensamento sobre **as pessoas que invadem terra e fazem ocupações**.

Paulo Dantas: Eu não quero generalizar. Mas eu acho que na grande maioria essas pessoas são aproveitadoras. Nós temos, por exemplo, a invasão dessa propriedade na Região de Pedra, a fazenda Riacho do Pau, que é da família do finado Pedro Salviano. **63 famílias ocuparam essa propriedade, exploraram tudo quanto tinha nessa propriedade: a madeira, que se aproveitava para a fabricação de carvão. E quando a terra não tinha mais nada, só ficou a terra, cada qual foi vendendo seus lotes, e hoje a propriedade é de uma pessoa só, porque comprou todos os lotes.** Quer dizer, dentro de um período de menos de dez anos todas essas pessoas exploraram o que tinha em cima dessa terra e hoje devem estar procurando outras áreas para invadir novamente. Portanto eu acho que essas pessoas não são pessoas que querem, que gostam da terra, ou que precisam dela para seu sustento. Porque, na verdade, não têm coragem para trabalhar. Essa é minha opinião. Não generalizando. É o que eu vejo aqui, nessa região da gente.

Tenho informações de que ocorreu da mesma forma **em Canhotinho, onde o governo chegou a construir uma agrovila, mantendo esse pessoal lá, dando uma cesta básica durante um período de dois anos. E quando o governo parou de dar essa alimentação, porque achava que esse pessoal estava apto a dirigir os seus destinos, abandonaram, também venderam suas terras e devem estar procurando outra vantagem por aí afora.**

Talvez não seja isso o que ocorre no Brasil, de um modo geral. Mas tem casos que deveriam ser analisados de uma forma melhor, quais as pessoas que realmente querem terra e querem trabalhar.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E OS PROBLEMAS DOS AGRICULTORES

Castro: Com que objetivo foi criada a sua Associação?

Paulo Dantas: A nossa associação se chama Associação de Desenvolvimento Comunitário de Guanumbi. Como o nome já diz, ela busca o desenvolvimento dessa comunidade, uma comunidade pobre, pequena, abandonada pelos poderes públicos, esquerdas, a vila de Guanumbi, que é distrito de Buíque. Para você ter uma idéia, a agricultura que se pratica nessa região é a mesma que meu pai praticava há cinquenta, sessenta anos atrás. Não é por falta de vontade do povo, da comunidade não, é por falta de meios, por falta de governo.

Castro: Que tipos de sócios compõem a Associação?

Paulo Dantas: Em sua grande maioria são pessoas carentes, pobres da região. Na verdade, são sócios mais por interesse em receber uma ajuda, uma semente para plantar na época de chuva, uma foice, uma enxada, uma alimentação. As vezes a gente consegue algum alimento na Cruzada de Ação Social. A Associação é cadastrada lá e, às vezes, nós recebemos uma cota de leite ou de medicamento. **Essas pessoas, eu acho que a maioria, são associadas mais por interesse em receber alguma ajuda do que mesmo para desenvolver a agricultura.**

O pessoal que compõe a diretoria – presidente, tesoureiro, um conselho deliberativo e um conselho fiscal – são mais esclarecidas. Elas procuram orientar esse pessoal a se unir para que tenham mais condições de reivindicar.

Castro: São todos agricultores?

Paulo Dantas: São todos agricultores, outros são pecuaristas.

Castro: Pequenos, médios, grandes?

Paulo Dantas: Pequenos pecuaristas.

Castro: Qual o tamanho da sua propriedade?

Paulo Dantas: Eu sou o presidente da Associação. A nossa propriedade é um caso à parte. Nós temos 600 hectares.

Castro: Quer dizer que é uma propriedade boa, bastante bem aproveitada.

Paulo Dantas: É. Na minha região são poucos os que têm propriedade desse porte. A maioria são pequenas ou micro propriedades que não chegam a 30 hectares.

As propriedades antigas foram se subdividindo, de famílias que foram crescendo, a prole aumentando, e as propriedades foram se dividindo, de modo que hoje, uma propriedade de 30 hectares está dividida entre 30 famílias.

Castro: Vocês têm açudes na região?

Paulo Dantas: Particular. Eu, por exemplo, tenho alguns pequenos açudes dentro da propriedade, com recursos próprios, sem nenhuma ajuda.

Castro: Os chamados poderes públicos ainda não ajudaram muito a região.

Paulo Dantas: Ainda não chegaram. Eu não sei se existem, só vejo falar (risos).

Castro: O programa de irrigação chamado **Água na Roça**...

Paulo Dantas: No Governo Arraes oito pessoas, se não me engano, lá na nossa região, receberam alguma ajuda: um motor-bomba, um equipamento de cano e aspersores. Mas nunca tiveram nenhuma assistência técnica. Hoje plantam por lá. Ainda hoje algumas pessoas que têm esses motores plantam a tomate, a batatinha, milho, feijão, mas **sem nenhuma orientação técnica**.

Castro: Vocês criaram a Associação porque acreditavam que o Sindicato Rural e a Cooperativa não estavam cumprindo bem a sua missão?

Paulo Dantas: O fato é que Sindicato lá não existe. **Existe uma cooperativa lá em Buíque, por sinal está falida, os diretores, o presidente da cooperativa**

utilizaram todos os recursos e equipamentos que a cooperativa conseguiu juntar, do governo, esse pessoal utilizou em benefício próprio. E a comunidade nunca se beneficiou com nada da cooperativa. Sementes e medicamentos veterinários sempre eram vendidos mais caro do que nas farmácias particulares. A cooperativa não desempenhou o papel de cooperativa lá na nossa região.

Castro: A Cooperativa de Buíque.

Paulo Dantas: A de Buíque. **A de Pedra, da mesma forma, a de Arcoverde também, sempre satisfazendo interesse dos seus diretores.**

Então, justamente, por esse descrédito das entidades que surgiram lá foi que nós tivemos a iniciativa de criar a Associação. Até agora ainda está engatinhando. Foi fundada em 1984. Mas continua engatinhando por falta de recursos, por falta de atenção das autoridades. A gente já tem procurado, eu já tenho me esforçado muito. Já fiz tanta viagem às Secretarias para ver se consigo alguma coisa, mas é difícil.

Castro: Você vai sozinho ou vai com mais algum diretor?

Paulo Dantas: Eu tenho ido com a direção da Associação, a gente já tem procurado políticos, que sempre prometem, mas, a gente não tem conseguido quase nada.

OS AGRICULTORES E OS POLÍTICOS

Castro: Vocês não têm um político da região que dê maior apoio a vocês?

Paulo Dantas: Nossa região não tem sequer um deputado da região. Sempre as pessoas acreditam mais no santo de fora. O santo de casa não faz milagre.

Castro: Quais foram os deputados mais votados lá?

Paulo Dantas: Entre os federais teve o deputado José Jorge, o deputado Maviasel Cavalcanti, inclusive nós votamos nele, para ver se botavam água na comunidade, mas ele esqueceu também. Estamos esperando ainda, a promessa que ele fez.

Castro: Entre os deputados estaduais?

Paulo Dantas: Joel de Holanda ajudou. A Associação tem hoje um Centro Social na comunidade, que foi construído com recursos do FUNDEC, com a ajuda do dr. Joel de Holanda. Realmente foi o único político que chegou a desembolsar.

Castro: Mas isso já foi agora, sendo ele Secretário?

Paulo Dantas: Não, não, quando ele era deputado estadual. Era candidato à reeleição. Ele ajudou, ainda temos 3.000 metros de cano, para botar água encanada lá, e nós conseguimos esses canos por intermédio do dr. Joel de Holanda. Mas aí foi na época que o dr. Miguel Arraes assumiu o governo, o dr. José Múcio perdeu, e nós ficamos sem ter a quem recorrer. A política sempre tem esse problema.

Durante o governo Arraes eu também me afastei da Associação. Ajudei a botar na associação, como presidente, um compadre meu, Jarbas, que tinha apoiado a candidatura de Arraes. Mas foi pior do que eu. Não conseguiu nada.

Nós estamos lutando para conseguir para a associação um trator, com uma patrulha mecânica, que compreende uma grade aradora, uma roçadeira e uma carroça para 4 toneladas. Esse trator se destinava a prestar serviços a pequenos agricultores, que são sócios, para fazer roço do mato, arar a terra, transportar a colheita, e assim por diante. Os recursos para a compra do trator foram aprovados pelos FUNDEC, o Fundo de Assistência Comunitária do Banco do Brasil. Então, o FUNDEC aprovou o recurso para a compra desse trator. 90% do valor da compra desse trator, e 10% ficava a cargo da Associação.

A associação dispõe de quinhentos e vinte e poucos associados. Eles contribuem com mil cruzeiros por mês. A Associação não tem nenhuma despesa, porque não paga nenhum funcionário. Todos os serviços são feitos voluntariamente, gratuitamente. Esses recursos de contribuição dos associados nós estamos aplicando em uma conta no Banco do Brasil, já se prevenindo para um futuro compromisso que tiver. Construímos o Centro Social com esse dinheiro e conseguimos pagar.

Castro: Quer dizer que a Associação não é somente para a produção agrícola.

Paulo Dantas: Dentro da Associação funciona uma escola de corte e costura, temos quatro máquinas de costura, com dinheiro emprestado do Banco do Brasil, compramos e já pagamos. Temos uma escola de artesanato, uma escola de datilografia, com quatro máquinas. Todo o nosso débito no Banco do Brasil hoje é 21 cruzeiros. Não pagamos porque não está vencido, mas temos o dinheiro para pagar.

Castro: Você, diante desses casos de invasões de terra na proximidade, não achou importante uma organização dos produtores para se prevenir?

Paulo Dantas: Na época que houve essa invasão nessa propriedade, e ameaçaram a propriedade de um outro amigo meu, um vizinho, Abdon, então, na época, eu conversei com alguns amigos, que tinham áreas maiores, na faixa de quinhentos hectares, que eram justamente as áreas mais visadas, para que, da mesma forma que esse pessoal estava se organizando para invadir propriedade, que nós também nos organizássemos para defender a nossa. Eu acho que uma propriedade que a gente comprou, pagou por ela, e trabalha e vive dela, não podemos correr o risco de perdê-la para quem nunca trabalhou e para quem não conhece sequer a terra.

Nessa época, houve uma conversa nesse sentido, entre trinta, trinta e poucos proprietários, amigos meus. Mas não houve nenhuma organização. Estávamos, combinados para que se a propriedade de qualquer um de nós fosse invadida, só era avisar e recorrer aos amigos para a gente se defender. Se a polícia não nos desse garantia, a gente ia ter que pelos nossos meios garantir a nossa propriedade. Felizmente nunca foi preciso recorrer à força, para isso.

8. PIO GUERRA JÚNIOR

Situação da entrevista

Realizei duas entrevistas com Pio Guerra, ambas gravadas. A principal, em 14.06.1992, foi iniciada na sede da FAEPE e concluída em sua residência. Posteriormente, em 26.08.1992, houve uma entrevista complementar, na sede da FAEPE, sobre temas rurais. Além disso, Pio Guerra prontificou-se a me facilitar a obtenção de entrevistas com Gérson Carneiro Leão, Sávio Vieira (AGROPENE), Gustavo Queiroz e José Gualberto, empresário irrigante moderno.

As entrevistas com Pio Guerra têm um peso significativo pelo fato de se tratar do principal representante do patronato rural Pernambucano, com uma trajetória longa nessa representação, além de ser também dirigente nacional da Confederação Nacional da Agricultura, o que lhe dá uma visão do mundo rural brasileiro. Além disso, trata-se de uma pessoa com muito conhecimento e habilidade política, o que ficou sobejamente constatado por suas ponderações.

Perfil do entrevistado

Pio Guerra Júnior, com 43 anos no momento da entrevistas, em 14 de junho e em 26 de agosto de 1992, era presidente, desde abril de 1987, da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE) ⁽⁸⁾ e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) desde 10.12.1987, entidade então presidida pelo mineiro Alysson Paulinelli. Além disso, era membro da Sociedade Nordestina dos Criadores (SNC), do Sindicato Rural de Pedra e da Associação Brasileira de Criadores da Raça Guzolando. Em 2024, quando finalizo a edição da presente obra, Pio Guerra continuava à frente da FAEPE.

Suas funções anteriores foram: Presidente da Confederação Nacional da Agricultura-CNA (maio de dezembro de 1990), diretor da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Pernambuco-APECO, membro do Conselho deliberativo da SUDENE como representante da CNA, chefe da Delegacia Regional da Secretaria da Planejamento da Presidência da República, em Pernambuco (1985-1986) Sua formação universitária é de engenheiro agrônomo.

⁸A FAEPE foi fundada em 20 de setembro de 1951, em reunião na Sociedade Auxiliadora da Agricultura.

Além de criador de cavalos de raça, ele exercia a atividade econômica de produtor de leite no Sertão, e de banana e de cana de açúcar, na Zona da Mata, e era representante comercial de adubo químico na região.

Finalmente, convém observar que ele pertence a uma família de políticos. Seu pai, Pio Genésio Guerra, foi prefeito de Orobó, deputado estadual e federal (1955/ 1959 pela União Democrática Nacional (UDN)). Um de seus irmãos, José Carlos Guerra, foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1962 e teve seus direitos políticos cassados pela ditadura militar e, posteriormente, com a implantação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Um outro irmão, Sérgio Guerra, foi deputado federal pelo PSB e secretário de Indústria e Comércio do segundo governo de Miguel Arraes (15 de março de 1987 a 1º de abril de 1990).

Destaques da entrevista

- Pio Guerra realçou a **importância do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco (SINDICAPE)** no conjunto dos sindicatos patronais filiados à FAEPE. Tal importância decorre dos fatores: (i) vinculação do sindicato à atividade canavieira, um ramo econômico tradicional e economicamente forte em Pernambuco; (ii) os fornecedores de cana são uma categoria social preparada intelectualmente; (iii) o sindicato congrega 10 mil produtores, número expressivo, e é o mais antigo dos sindicatos representativos dos produtores rurais; (iv) a atividade canavieira sendo regulada pelo Estado confere ao sindicato um status de negociador com o poder público e os sindicatos de trabalhadores rurais.
- Quanto às **principais categorias do patronato**, além dos fornecedores de cana, têm expressão econômica e política em Pernambuco, os produtores de leite e os produtores de hortifrutigranjeiros na área irrigada do São Francisco.
- Pio Guerra propôs a existência de **sindicatos por produto**, além do sindicato por base territorial. Além do sindicato dos cultivadores de cana, poderiam ser criados os sindicatos dos produtores de leite, dos produtores de banana, etc., que seriam filiados à FAEPE, como os sindicatos rurais. A Confederação Nacional da Agricultura está organizando as Câmaras Setoriais, fóruns que debaterão cadeias produtivas específicas da agropecuárias, para o qual serão convidadas as organizações patronais que operam naquelas cadeias. Por exemplo: a cadeia do coco, do leite, do tomate, etc.

- Em relação ao desenvolvimento da **cultura da maconha** em Pernambuco, nos últimos anos, ele atribui esse fato à diminuição do crédito para os produtores rurais. No Agreste Meridional se plantava maconha até o momento em que começou a haver apoio à pecuária de leite. Na região de Floresta, com o chamado escândalo da mandioca, em que o crédito rural foi mal aplicado, a medida governamental foi suprimir o crédito para aquela região, o que ocasionou o grande desenvolvimento da cultura da maconha na área. Por isso, não basta, segundo Pio Guerra, desapropriar terras mas é preciso dar a esses assentados condições de acesso às políticas agrícolas.
- Em relação ao **associativismo**, Pio Guerra disse que **o brasileiro perdeu a confiança na política, o que o leva a não acreditar também em qualquer tipo de organização. Isso é verdade especialmente no Nordeste. O cooperativismo brasileiro tem poucos donos, não é democrático.**
- O **relacionamento da FAEPE com a FETAPE** não está bom, por conta do desintesse da FETAPE, que tem sido procurada por ele, Pio Guerra, para manterem um bom clima de entendimento.
- Das três grandes regiões de Pernambuco – Mata, Agreste e Sertão – a que Pio Guerra considera com menos problemas é o Agreste, por conta do desenvolvimento da pecuária leiteira. Ele chamou a atenção para o apoio que a SUDENE deu ao desenvolvimento da pecuária na região, sobretudo através dos incentivos fiscais do 34/18 e do FINOR.
- Quanto as **relações do patronato com os trabalhadores rurais**, Pio Guerra negou uma de minhas hipóteses de pesquisa, a de que o fato de que políticos pernambucanos, vinculados ao patronato, tivessem adquirido mais habilidade em negociar com os trabalhadores pelo fato de terem ocupado funções importantes no poder público federal. Ele considera que foi a força da organização dos trabalhadores, desde o tempo das Ligas Camponesas, continuando pelos STRs canavieiros, sob a liderança da FETAPE, que obrigou o patronato a negociar.
- Em relação à **UDR**, Pio Guerra manifestou-se contrário à sua vinda para Pernambuco. Para ele, não havia grandes produtores em Pernambuco que apoiassem a vinda dessa entidade. Pernambuco já foi um Estado de tensão social no campo, quando o cenário nacional e mundial era outro, mas hoje o cenário mudou, e não há espaço para a radicalização no campo.

- Quanto ao **relacionamento entre as organizações profissionais e os partidos**, Pio Guerra salientou que as organizações profissionais devem se desvincular dos partidos, agindo de forma autônoma, o que não impede que elas busquem eleger políticos que defendam os seus interesses.
- Pio Guerra acha **muito positiva a aproximação da Igreja Católica com a população rural mais necessitada**, respeitando a legislação do país. Pio Guerra defende as mobilizações, desde que sem desordem, como as invasões de terra.
- Em relação à **reforma agrária**, Pio Guerra admite a existência de um problema fundiário no Brasil, hoje menor que ontem, porque a sociedade passou de predominantemente rural para predominantemente urbana. Mas o problema a ser resolver em primeiro lugar, segundo Pio Guerra, é o problema da política agrícola. É preciso preparar o assentado para se tornar um produtor moderno.

Entrevista principal

A FAEPE E O PATRONATO RURAL

Castro: Desde quando o senhor é presidente da FAEPE e vice-presidente da CNA?

Pio Guerra: Presido a FAEPE desde 87 e sou vice-presidente da CNA desde 88.

Castro: Que outras funções o senhor já exerceu em entidades profissionais?

Pio Guerra: Eu fui e sou sócio de algumas associações de classe de criadores: Criadores de Gado Chianino, Sociedade Nordestina dos Criadores, sócio fundador de algumas, sócio remido de outras. Eu sempre exerci atividade pecuária, que tem associações civis específicas por raça. Cheguei a ser candidato, uma vez, para uma diretoria, na Sociedade Nordestina dos Criadores mas não me elegi.

Além disso, durante um tempo de minha vida, eu e meus irmãos tivemos uma concessionária de automóveis. Havia, uma associação, e eu fui diretor dessa associação. Mas não era vinculada à agropecuária.

Castro: Quantos Sindicatos Rurais são filiados à Federação, onde se localizam e quais as atividades produtivas de seus associados?

Pio Guerra: São 32 sindicatos rurais filiados à nossa Federação, no Alto Sertão, no Médio Sertão, no Agreste e na Zona da Mata. Antes de sair a CLT [em 1943] havia em Pernambuco o Sindicato dos Cultivadores de Cana do Estado de Pernambuco. Era o único sindicato rural brasileiro por produto e com base territorial estadual e com mais de 10 mil associados. Os demais sindicatos rurais representam o conjunto dos empregadores rurais de um município.

Castro: O SINDICAPE tem praticamente uma vida autônoma.

Pio Guerra: Todos os sindicatos são autônomos. A filiação à FAEPE é apenas uma questão política, organizacional, mas rigorosamente os sindicatos têm uma vida autônoma, e mais autônoma ainda depois da Constituinte de 88, que ampliou a liberdade sindical, desvinculando completamente o exercício da atividade sindical de qualquer órgão governamental, apenas exigindo que eles se organizassem no seu sistema confederativo, reunindo Sindicatos, Federações e Confederação.

Castro: Existem Sindicatos Rurais na Zona da Mata?

Pio Guerra: Existem sindicatos rurais em Igarassu e Machados.

Castro: No município onde não houver Sindicato Rural o agricultor que não planta cana poderia entrar no Sindicato dos Cultivadores de Cana?

Pio Guerra: Não. A área de abrangência de um sindicato pode incluir os municípios limítrofes se nestes não houver sindicato, solicitando uma extensão de base para que os produtores do município vizinho possam se filiar a este sindicato. Isso tudo veio com a CLT.

Castro: Que sindicato rural se destaca pelo nível de organização?

Pio Guerra: A categoria de produtores rurais mais organizada em Pernambuco é a dos fornecedores de cana. Primeiro, porque eles tinham um conceito organizacional e um nível intelectual muito maior do que os outros produtores. É a cultura racionalmente explorada, a mais antiga, a que mais deu dinheiro ao Estado e que formou o patrimônio desse pessoal. Eles se organizaram através de associações civis e de sindicatos. A organização através da associação civil é muito mais fácil do que sob a forma de sindicato porque a organização sindical exigia uma

série de formalismos legais, pois é o sindicato o representante legal da categoria. Existia e existe uma legislação toda que ordena como se forma um sindicato, enquanto que a associação civil é pura e simplesmente a reunião de um agrupamento de pessoas semelhantes, ou não, com interesses comuns, ou não, que se reúnem e que oficializam isso no Cartório Civil de Registro de Documentos e constituem uma associação. Não têm nenhum compromisso, nenhuma maior responsabilidade. Eu não quero dizer com isso que não existam associações representativas e eficientes. Existem, mas o trabalho de formação de uma associação sempre foi e é ainda hoje mais simples do que a de um sindicato.

Por outro lado, os fornecedores de cana, tinham um relacionamento com o Governo muito maior do que qualquer outra categoria produtora porque quem definia a política para o setor canavieiro era o Governo. Era preciso que o Governo tivesse um interlocutor oficial, com a importância econômica do setor canavieiro, próximo do centro geo-político do Estado que era Recife. Por outro lado esse setor sentia a necessidade de negociar com o Governo que era quem ditava, e não o mercado, as linhas de ação econômica da atividade canavieira.

Tudo isso forçou a que os produtores de cana de açúcar formassem, com mais naturalidade que outros setores, organizações representativas.

Os outros setores passaram a ser extremamente pulverizados, sem ter áreas concentradas de produção dessa ou daquela cultura, sem a interferência do Governo nas definições de seus preços, cotas e etc.

A proibição de haver sindicato por produto desmotiva o empregador rural para sindicalizar-se. Você sensibiliza muito mais um produtor de coco de Igarassu a fundar uma instituição que trate somente de coco, do que ele se filiar ao sindicato de Igarassu, que vai tratar da política de coco, de inhame ou seja, de todas as culturas que se pratiquem ali. Os interesses dos produtores de coco são exclusivos, nem sempre são os interesses dos produtores de inhame ou de qualquer outra coisa. A tendência que se verifica hoje na vida sindical rural do Estado e brasileira é que os produtores se aglutinem em formas sindicais por produto e não mais por território.

Castro: Qual é a tendência na organização do sistema sindical?

Pio Guerra: Vão continuar os tipos de sindicato, por produto e por base territorial. O sindicato de base territorial vai tratar dos interesses comuns dos produtores, como

crédito rural, tributação, custeio e benefício da Previdência Social, meio ambiente, política agrícola do Estado e da política agrícola nacional, articuladas.

Quanto aos sindicatos por produto, em Pernambuco a tendência é que dentro de três a quatro anos se comecem a formar sindicatos por produtos, filiados à nossa federação, e que vão ter que conviver com os sindicatos municipais por uma questão de eficiência. Vai ser uma mudança que a gente não sabe até onde vai.

Vai haver uma fase de transição. Os produtores de algumas culturas, além da cana, serão mais fáceis de agregar, como os produtores de leite, os produtores de culturas irrigadas no São Francisco, hortifrutigranjeiros, entre outros.

Os produtores de tomate já tem associações. Mas eu entendo, por exemplo, que o pessoal da tomate é muito fácil, é muito perto do interesse do pessoal da cebola. Quem produz tomate hoje, amanhã pode estar produzindo cebola, depois ele pode estar produzindo melão, ou pode estar produzindo melancia. O importante é que são culturas irrigadas, numa determinada microrregião, que têm problemas específicos e que precisam ser tratados de maneira diferenciada, mas articulada. Já imaginou se todos decidissem plantar só uma cultura naquele período?

Produtores de grãos nós não temos. A produção de grãos em Pernambuco é uma produção extremamente pulverizada e praticada basicamente como uma cultura de subsistência e não como uma cultura economicamente e racionalmente explorada. Ninguém produz milho para ganhar dinheiro com milho. Um produz milho para usar na fazenda, o trabalhador, o pequeno, produz porque não tem conhecimento sobre outra cultura e usa o milho até para consumo próprio.

Castro: Qual a importância do algodão e da pecuária?

Pio Guerra: Pecuária de corte é outra atividade que pode vir a ter facilmente uma organização mais fácil desde que se modernize.

O algodão, em Pernambuco, é cultivado basicamente em pequena propriedade no semi-árido, que não tem recursos para praticar outro tipo de atividade. É uma cultura barata de se implantar, embora seja cara de você manter por conta dos custos de defensivos, então você cai na questão da produtividade, que é muito dependente da chuva e das variedades. A comercialização do algodão é complicada. As indústrias de beneficiamento de algodão, e as indústrias têxteis, com uma visão míope, se aproveitaram fortemente do produtor rural. Além disso, faltou uma política menos solta para essa atividade, inclusive controlando as importações.

Hoje existe uma lei agrícola, que foi aprovada esse ano, e que tem uma legislação diferente, que já está começando a surtir efeito e que nós produtores temos uma esperança muito grande que essa lei agrícola possa de certa forma coibir algumas importações danosas à produção rural do Brasil. Na questão do algodão, num curto espaço de tempo, o Governo estadual e o setor industrial poderiam se unem junto conosco para se fazer uma tentativa diferente de se recuperar essa atividade econômica. É preciso muita pesquisa para ver se existem variedades mais produtivas e que produzam mais economicamente.

Castro: Que avaliação você faz dos plantios de maconha?

Pio Guerra: Há 15, 20 anos já se plantava maconha em áreas inóspitas, escondidas e numa escala extremamente menor. Ela hoje tem uma dimensão assustadora. O que aconteceu? De uns anos para cá os créditos subsidiados para algumas culturas no Sertão foram se extinguindo, até a data de hoje, onde não existe crédito subsidiado nenhum. Por que? Por várias razões. As dificuldades naturais que o país foi conhecendo, a capacidade lobística e insaciada do sistema financeiro em ganhar sempre mais, incluindo o Banco do Brasil, que é uma estatal infernal na vida da agricultura brasileira – essa é uma declaração sincera, difícil de fazer, mas sincera – o Banco do Brasil é um mal na agricultura de Pernambuco. A extinção do subsídio forçou o agricultor da região semi-árida e buscar outra atividade. Então, ele entrou na maconha por uma questão de sobrevivência, especialmente o pequeno.

É a mesma questão do meio-ambiente – eu assisti uma vez um discurso do então Governador Miguel Arraes dizendo que Pernambuco tinha 18 mil localidades onde não havia água para beber. Como você falar em conservação de solo, conservação de meio ambiente, tecnologia, semente selecionada, com uma pessoa que não tem água para beber? O sujeito está preocupado em beber água, depois é que ele vai ver outras questões, não é verdade? Ele está morrendo de sede, não é? Então, você falar em questão moral, ética, para o homem que está morrendo de fome? Ele planta até outra coisa – eu não sei o que é pior do que maconha – cocaína, ou o que diabo seja, para ele não morrer de fome, ele e os filhos dele. Então a questão é puramente econômica. Eu tinha dito a você no início da conversa que existiam plantios de maconha em Águas Belas, Bom Conselho, ali por perto de Garanhuns, e mais para dentro, para o lado de Alagoas, nas regiões mais inóspitas,

há 15 ou 20 anos, antes do advento de algumas pastagens que vieram reformular o manejo pecuário da região, e se abandonou o plantio de maconha nessas áreas.

Mas o que é que aconteceu? Passou-se a ter a atividade da pecuária leiteira, vieram variedades de palmas forrageiras, capins diferentes, melhorou-se a tecnologia da exploração leiteira e possibilitou-se que regiões então inviáveis para a pecuária leiteira pudessem produzir leite. E havia também uma política leiteira coordenada até então pelo Governo, via CILPE, que permitia a sobrevivência do produtor nessas regiões, com créditos adequados naturalmente a maconha foi saindo. Não foi a ação da polícia, foi a ação consciente do produtor que vislumbrou uma atividade que garantisse a sua manutenção honestamente.

Veio o caso de Floresta, com grande estardalhaço da imprensa com relação àquele escândalo da mandioca: crédito subsidiado e mal aplicado, desvio de verba, não sei o quê, coisas que dentro de um universo de corrupção que havia já na época era uma coisa mínima, mas era o Nordeste, e teve exploração política e teve interesses envolvidos de todos os lados e terminou se condenando um município a uma inanição completa de crédito. E aquela sociedade tinha que sobreviver, ela não ia se mudar toda. Aí surgiu a maconha. Aquilo teve um grande efeito de propagação.

Acho que é perfeitamente reversível o plantio de maconha desde que se criem instrumentos de créditos diferenciados, se levem tecnologias adequadas para aquelas regiões, e se transformem regiões-problema em regiões produtivas, economicamente viáveis com migrações orientadas e um programa de planejamento familiar plenamente discutido. Não é só desapropriando terras, porque se você desapropria terras e simplesmente dá essa terra a um pequeno produtor, ele vai morrer de fome ou vai plantar maconha.

Castro: Qual o relacionamento entre os Sindicatos Rurais e as cooperativas e associações de produtores?

Pio Guerra: Vou começar pelas cooperativas que são instrumentos comerciais extremamente úteis teoricamente, e os principais instrumentos que devem ser estimulados e construídos para organizar um grave problema da produção rural que é a comercialização, principalmente dos pequenos produtores.

Eu vejo as cooperativas de um modo muito crítico. Você vê donos de cooperativas e isso fere frontalmente o interesse do sistema cooperativo. E esse mal não é do Nordeste não, esse mal é nacional. Em Minas Gerais um cidadão está há

mais de 20 anos na presidência da Cooperativa de Itambé, que é uma das maiores produtores de leite do Brasil.

A cooperativa muitas vezes – eu tenho uma experiência já nacional – contraria os interesses do produtor porque põe em primeiro lugar os interesses da instituição. As cooperativas de crédito que existem no Centro-Sul tomam dinheiro do Banco do Brasil e repassam ao produtor com juros em seu benefício.

A função da cooperativa é a função comercial e não uma função política representativa. Até porque se uma determinada cooperativa de crédito depende de recursos do Banco do Brasil, ela não pode questionar fortemente o Banco do Brasil como se fosse uma instituição sindical, porque ela vai precisar do repasse do Banco do Brasil. É diferente do sindicato. A representação política do produtor rural, se não é, de fato, hoje feita pelo sindicato, a tendência é que esta representação seja feita pelo sindicato, por força de lei e por força da conjuntura.

Por outro lado, o meio rural pernambucano se esvaziou. Eu acho que nós temos hoje 30% de nossa sociedade morando no meio rural., 70% está nos centros urbanos. O poder político do meio rural também esvaziou-se.

A agricultura é uma coisa tão particular que em todo mundo desenvolvido é uma atividade subsidiada, o que não acontece no Brasil. E isso na região mais pobre do Brasil, e na região agricolamente mais difícil do Brasil, mas onde podem ser desenvolvidas tecnologias que alterem significativamente a realidade econômica da produção rural. Mas isso custa dinheiro, custa investimento, custa pesquisa, conhecimento, não só da tecnologia como na preparação do agricultor.

Além disso, há o descrédito da sociedade em relação a partidos políticos, Igreja, sindicato, cooperativa, etc. Isso aumenta a dificuldade de organização.

Os grandes produtores normalmente não participam de nossas organizações. Primeiro, por um vício histórico. O que é que acontecia? O grande produtor – pode ser industrial, comerciante, agricultor, ou prestador de serviços – tentava sempre resolver o seu problema isoladamente. Ele ia à autoridade municipal, estadual ou federal, com a qual ele tinha um acesso direto pela sua dimensão, pelo seu prestígio e resolvia o seu problema. Com o passar dos anos o grande produtor viu que o seu problema era tão grande que para resolver o seu problema ele tinha de resolver o do concorrente dele. Então ele foi se organizando. E mesmo assim ainda ficou a possibilidade de fazer as coisas via política, via pressão pessoal dele, via relacionamento pessoal dele. Hoje existem ações que um grande produtor não tem

como conseguir com um deputado. Por exemplo, tem uma faixa especial de crédito, que depende de uma política nacional de crédito. Os grandes problemas, eles não tem mais condições de resolver isoladamente. Mesmo assim ele não participa das instituições, não se interessa. Ele ou resolve pessoalmente ou não acredita que as instituições possam resolver.

Castro: Qual é a composição social dos sindicatos rurais?

Pio Guerra: É fundamentalmente de pequenos produtores de pequeno e médio produtor, pequeno mesmo. E não é por consciência associativa não. É porque dezoito ou dezenove dos nossos sindicatos têm convênio com o antigo INPS e prestam assistência odontológica, assistência ambulatorial, etc. Então, os produtores utilizam o sindicato como instrumento mínimo de atendimento à sua saúde.

Castro: Os pequenos produtores são atraídos pela FETAPE?

Pio Guerra: Sim. Existe um meio de campo muito nebuloso. A FETAPE, as organizações de trabalhadores sempre buscaram angariar para si os pequenos produtores. E eles classificam como pequeno produtor aquele indivíduo que não emprega ninguém. Teoricamente se você emprega é empregador.

A rigor, o que é que cabia às organizações de trabalhadores agregarem? Unicamente quem fosse empregado, aqueles que tinham carteira assinada, ou, se não tinham, prestavam um serviço e recebiam uma remuneração. Mas surgiu o indivíduo que tem uma pequena propriedade e que a explora com a própria família, o que é muito comum. E isso aí eles querem levar para o lado deles. Uma parte se filia às instituições deles, outra parte se filia à nossa instituição, está entendendo? Na medida em que ele cresce um pouco, que ele tem um empregado, ele já passa a ter problemas trabalhistas e já começa a ver a coisa com outra ótica, não é? Ele empregou um sujeito, o sujeito botou ele na Justiça, ele teve um problema, ele já vai ver o outro lado da medalha. E como essa legislação toda é conturbada, é complicada, é ineficiente, tanto para o empregador como para o trabalhador – ela não garante o empregador e ela penaliza o trabalhador – quer dizer, é uma legislação conturbada, nebulosa e que muda todo dia sem o conhecimento do empregador e do empregado.

Esse meio de campo é muito amorfo. Buscando a aposentadoria o produtor vai buscar o sindicato dos trabalhadores, mais atuante.

Castro: A FAEPE procura angariar novos associados entre os pequenos produtores, já que a FETAPE está mais ligada aos trabalhadores da cana?

Pio Guerra: Vou fazer duas considerações: Primeiro é o seguinte. A FETAPE tem, acho, mais de 150 sindicatos. Desde quando eu cheguei à Federação, eu estou aqui completando cinco anos esse ano, eu só abri dois sindicatos, um que tinha fechado e eu reabri e outro onde já havia um pessoal de liderança que queria se organizar. E houve duas outras regiões onde os produtores discutiram com a gente a conveniência de criarem um sindicato rural. Mas como o problema deles era banana, e não podia haver sindicato por produto, isso em 1988, eles desistiram. De forma que nós nunca tivemos interesse em ampliar o nosso quadro de sindicatos.

Além disso, acho que a função do sindicato não é dar assistência dentária, mas assistir o agricultor nas questões básicas, fornecer uma assessoria jurídica que o oriente no cumprimento de suas obrigações sociais, defender seus interesses econômicos junto à Prefeitura, junto aos Estados e transformar suas reivindicações locais em reivindicações estaduais, regionais ou até nacionais. Para isso, a FAEPE precisa dispor de uma assessoria técnica competente que elabore estudos, que analise problemas e sugira soluções aos Governos federal, estadual e municipais.

No meu município um sujeito tinha uma fazenda de 100 hectares, tinha 4 ou 5 filhos. O que ficou dentro da fazenda e foi comprando as partes dos outros irmãos foi que se arreventou. Um que saiu foi para a cidade, botou uma bodeguinha, já está com um “supermercado”, está com uma venda grande: o outro foi comprar e vender charque, está com um caminhão fazendo frete. Você está entendendo?

Finalmente, gostaria de dizer que não fazemos um grande esforço para abrir sindicatos. Hoje o mais viável é aparelhar a Federação material e tecnicamente, para que se possa formular, discutir, argumentar, questionar, sugerir soluções.

Tanto o Sindicato dos Cultivadores de Cana e a Associação dos Fornecedores de Cana têm um orçamento maior do que o da Confederação Nacional da Agricultura. O orçamento da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco é duas vezes maior que o da Confederação Nacional da Agricultura. Os recursos desse orçamento vêm dos percentuais retidos pela usina conforme o peso da cana fornecida, sendo que uma parte dessa taxa vai para o Sindicato e a outra vai para a Associação. Esse recolhimento foi determinado pelo IAA.

O caminho que nós estamos encontrando na Confederação, e que deverá a médio prazo passar para as Federações, é formular as chamadas **Câmaras Setoriais**. Isso já foi realizado na Confederação, onde você tem uma Câmara Setorial do Café, por exemplo. Todas as Cooperativas, Associações Cívicas, Federações e Sindicatos que mexem com o café são convidadas, pela Confederação, a participar dessa Câmara. Você tem três segmentos na Câmara Setorial. O que é que acontece? Essas instituições todas que compõem esse grande colegiado elegem três diretores: um presidente, um secretário e um vice. Os assuntos são levados para discussão dentro da Câmara Setorial. Quando houver uma discordância, e for para votação, você tem votos de todas as associações cívicas valem um. As associações cívicas vão se sentar num canto, vão discutir entre elas e vão dizer: “Você é a favor ou contra a proposta? Eu sou a favor.” As Cooperativas vão se sentar ali e vão discutir qual é o voto das Cooperativas. “Eu sou contra”. As Federações e os Sindicatos vão dizer: “Sou contra”. Então, quem ganhar aqui é a decisão que a Câmara toma. Cada segmento tem um voto com o mesmo peso. E essa decisão tomada por essa Câmara é a decisão que a Confederação vai defender. Compreendeu como é o jogo? Nós já estamos com quatro Câmaras funcionando na CNA: cana de açúcar, café, pecuária de leite e meio-ambiente.

Castro: Não tem Câmara Setorial de carne?

Pio Guerra: Não. Pecuária de corte foi feita mas não está funcionando ainda não. Está meio capenga. Mas essas 4 com certeza já estão operando.

Castro: E aqui em Pernambuco?

Pio Guerra: Primeiro foi criado o Comitê técnico de coco, com uns 40 a 50 produtores expressivos.

Castro: Eles fundaram uma associação?

Pio Guerra: Não. Acredito que eles fundaram uma associação civil um tempo atrás que não prosperou. Houve uma importação desastrosa de coco e começaram a chegar aqui produtores de coco angustiados. Nem sindicalizados eram. E como eu não quero forçá-los a se sindicalizarem ou qualquer coisa dessas, então eu disse a eles: “Vamos criar aqui um Comitê técnico de coco. Vocês terão tudo aqui: A Federação dá instalação, dá telex, dá a infra-estrutura toda, vocês não pagam

absolutamente nada. Vocês se reúnam, elejam um presidente; elegeram um presidente, Francisco Porto.

Depois, o Comitê de leite. O leite é a segunda maior atividade produtiva do setor rural do Estado. Eu acho que é a mais carente de um apoio emergencial da gente, das lideranças rurais. Agora ela sofre alguns entraves. Primeiro, ela foi exposta a uma liberação de preços. O preço antes foi tabelado durante 42 anos. Durante esse período, o Governo baixava uma portaria todo mês. O leite C, que é o caso, o produtor vai vender à indústria por 10 cruzeiros, a indústria vai vender ao padeiro por 12, o padeiro vai vender ao consumidor por 15. Então, o Governo definia as margens de lucro de todo mundo. Isso durou 42 anos. Depois de 42 anos o Governo disse: “Está liberado, vocês façam como quiserem”. Isso no Centro-Sul, onde existem muitas indústrias e onde o produtor de leite tem outras opções econômicas funciona razoavelmente, funcionou melhor para eles. Mas não foi o caso do Nordeste, onde os produtores são menos organizados. Em Pernambuco a questão do leite, tem um agravante, 90% da produção está no Estado. O Agreste pernambucano tem mais de 200 mil propriedades, não é brincadeira não.

Em relação à **privatização da CILPE**, tenho a dizer o seguinte. Quando houve a notícia da privatização da CILPE a FAEPE nós reunimos aqui quatro ex-secretários da agricultura, três diretores da CILPE, consultamos todos eles, os sindicatos de trabalhadores da indústria, e formulamos esse documento com sugestões para se resolver o problema da CILPE. Inicialmente fomos a Luis Otávio Cavalcanti, Secretário de Planejamento, que supostamente era quem decidia, e manifestamos a ele uma completa discordância da maneira como essa privatização estava sendo feita. Luis Otávio é meu amigo, eu gosto muito dele. Luis Otávio disse: “Não posso decidir. A decisão está num plano superior”.

Depois fomos à Assembléia Legislativa, falamos liderança por liderança, deputado por deputado, entregamos o mesmo documento. Nossa sugestão aos deputados foi a de que o Estado, que tem um quadro técnico e um instrumental de análise muito mais preparado do que a gente, busque uma solução intermediária e que, aos poucos, vá passando a indústria leiteira da mão do Estado para a mão do produtor, através de uma cooperativa.

O produtor hoje não está preparado para assumir a CILPE, eu tenho consciência disso. Não é uma cooperativazinha A,B, C ou D que pode assumir uma estrutura da dimensão da CILPE, que tem vários postos de recebimento, por onde

podíamos passar a transferência para as mãos dos produtores. Por que não se pega o Conselho Administrativo da CILPE e o coloca sob o regime de uma participação paritária, o Governo nomeando o presidente e o diretor financeiro, e os produtores nomeando outro diretor para acompanhar a administração, com assento para os produtores. Fica proibida a diretoria admitir qualquer funcionário. O Governo contrate uma empresa de consultoria externa para fazer um plano de recuperação da indústria CILPE, com definindo metas e prazos da recuperação em detalhes: “Você precisa demitir 10 funcionários, precisa fechar 5 postos, precisa comprar 10 turbinas, comprar isso, comprar aquilo”. De onde vem o dinheiro para recuperar a CILPE? O Estado vai dar tanto, o produtor vai dar quanto. Agora, transforme isso em ações ordinárias com direito a voto, não essas ações preferenciais sem direito a voto que foram distribuídas por ocasião da compra da GISA.

Castro: E como está a situação da CILPE hoje?

Pio Guerra: Bom, essa nossa proposta foi apresentada, foi entregue a eles e nada. A decisão do Governo é vender. A moda hoje é a privatização.

Castro: Eles querem, então, uma simples privatização?

Pio Guerra: Pura e simples. Além desse lado econômico, social, político, tudo o que eu contei, tem o lado moral. Porque a luta da GISA e a indústria de São Bento foram compradas com o dinheiro do produtor, rapaz. O produtor, nós éramos produtores na época, produzíamos 1.200 litros por dia. Nessa época tínhamos um projeto na SUDENE, eu e meus irmãos. Eles retinham 2,5% do nosso preço para comprar ações preferenciais da CILPE. Então a CILPE comprou essas duas unidades industriais exclusivamente com o dinheiro do produtor rural. Quer dizer, o Estado está vendendo uma coisa que ele não comprou, que é do produtor de fato, não é de direito porque de direito é do Governo. Porque o Governo escriturou, quem pagou foi o produtor e a CILPE é quem ficou com as ações das empresas. Foi uma decisão imoral. Isso eu disse textualmente no documento e a todos os deputados.

Nós entendemos o seguinte sobre a atividade leiteira em Pernambuco. Primeiro, a produção de leite é produzida fundamentalmente na região do Agreste, onde havia uma atividade leiteira racional, uma atividade permanente, que ocupava permanentemente o produtor, pulverizada em 200 mil propriedades rurais, não sendo uma atividade feita em grandes propriedades. Então, o que é que cabia ao

Governo fazer? Primeiro, seria estimular fortemente a produção de leite numa região que já tem tecnologia para isso, aprimorar essa tecnologia, ocupar integralmente a área com potencial produtivo que existe nessa região. Em segundo lugar, deveria apoiar a produção de leite em alguns bolsões do Sertão, que também tem perspectivas econômicas de produzir leite. Terceiro, estimular a criação de indústria de beneficiamento de leite de 2ª e 3ª geração não só em Recife mas em centros urbanos rurais, com isenção de impostos. Em quarto lugar, não limitar a venda do leite pernambucano ao mercado interno de Pernambuco. Pernambuco já exportou leite para o Nordeste todo, já exportou leite para o Centro-Sul, e tem condições diferentes do Ceará, porque o Ceará só tem semi-árido, não tem essa região do Agreste, onde a gente tem uma produção mais estável. O Ceará no verão não produzindo leite, compraria o leite pernambucano.

Castro: E se poderia também produzir leite de cabra?

Pio Guerra: Também, mas leite de cabra tem é mais complicado. Primeiro, nós não dominamos completamente a tecnologia do beneficiamento do leite da cabra, Segundo, o nosso mercado não é comprador de produtos lácteos de cabra. Você vai ter que produzir aqui para mandar para fora. Além disso, as raças produtoras de leite são raças européias. Eu conheço o maior produtor de leite de cabra, que está lá perto de mim, em Venturosa. Eu já criei cabra, um pouquinho.

Castro: Quais são outras linhas de atuação da FAEPE?

Pio Guerra: A nossa prioridade hoje é fortalecer a infra-estrutura da instituição de maneira a poder realizar estudos, prestar serviços à própria associação e à sociedade rural de Pernambuco, para que eles se animem a se organizarem nas suas instituições sindicais porque vêem que a Federação presta serviços a eles. E também transmitir a esse pessoal o grande serviço que a CNA presta; a gente já conseguiu reverter um pouco esse quadro na Confederação. A Confederação tem realizado serviços importantes para o agricultor brasileiro. Embora ele não tenha consciência e não saiba disso. A Lei Agrícola foi uma grande vitória, a questão do ITR foi uma outra grande vitória.

Castro: A FAEPE tem peso na CNA?

Pio Guerra: Tem, a FAEPE tem muito peso na CNA. Modestamente, tem.

Castro: Já no tempo de Gileno tinha esse peso ⁽⁹⁾?

Pio Guerra: Sim, o Dr. Gileno emprestava à Confederação a sua contribuição intelectual, porque o presidente anterior era muito limitado intelectualmente. E as grandes Federações, que tinham quadros intelectuais mais expressivos, eram opositoras do antigo presidente. De maneira que a reserva intelectual, cultural que a antiga direção tinha era o Dr. Gileno. Então, a nossa Federação sempre teve um bom espaço dentro da Confederação.

Quando eu venci a eleição aqui em Pernambuco o antigo presidente da Confederação havia ganho por um voto sua eleição. Na hora que eu ganhei a eleição aqui saiu um voto do lado de lá e veio um voto pro lado de cá. Então eu tive um peso específico de virar a eleição. Isso me deu um poder de negociação dentro do sistema confederativo – a mim não, à Federação – que permitiu que eu fosse já na primeira eleição o vice-presidente da Confederação. Eu era o presidente de Federação mais novo do Brasil. Hoje tem um mais novo do que eu.

No fim do meu primeiro mandato, eu dirigi a Confederação por cerca de sete meses, como Presidente, porque o presidente era Alysson Paulinelli, que foi ser candidato a governador de Minas Gerais, e eu assumi a Confederação. Dado o bom relacionamento e o entendimento que existe hoje dentro da Confederação, eu seria o candidato natural para continuar na presidência da Confederação. Mas eu, pessoalmente, não quis. Por várias razões. E o grupo fez um outro candidato, único, que foi o ex-presidente de Minas Gerais, o Salvo, que é uma figura belíssima, muito preparado. Então, o nosso presidente hoje é uma figura muito boa e político muito hábil. Eu tinha um relacionamento muito bom com as pequenas Federações e ele tinha um relacionamento muito bom com as grandes Federações. Eu quis ficar como vice-presidente, o que não me obriga a morar em Brasília. Posso ir duas vezes, vou lá, passo duas semanas por mês, e divido dentro do que é possível dividir, ficando a direção integral com o presidente, mas a Federação de Pernambuco tem um tratamento muito relevante dentro da Confederação.

⁹ Gileno foi vice-presidente da Confederação Nacional de Agricultura entre 1968 e 1987.

Castro: A FAEPE, pelo que você me disse, está representando uma faixa de pequenos produtores. No resto do Brasil é também assim?

Pio Guerra: Também. Em todo o Brasil é a mesma realidade, pequenos e médios produtores. O grande produtor normalmente resolve com o deputado a questão dele. Ele resolve com o governador, ele resolve com o prefeito, não é? Ele só se aglutinou, associativamente, no momento da UDR, na questão da reforma agrária, quando se radicalizou fortemente o processo da questão fundiária na Constituinte e quando a Confederação não tinha uma liderança como presidente. O seu presidente era Flávio Brito, um homem completamente dissociado da coisa, e deixou isso correr frouxo. Isso forçou as Federações, as grandes Federações a caminharem para apoiar também a chamada Frente Ampla da Agricultura.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, O PAPEL DO ESTADO NESTE PROCESSO

Castro: Até que ponto estão interligados os empresários do sistema financeiro, industrial, comercial e agrícola em Pernambuco?

Pio Guerra: Existem duas interligações: a da indústria sucro alcooleira que, por força de uma necessidade industrial foi obrigada a investir mais na produção primária e a da fruticultura irrigada no São Francisco, que também, por uma necessidade de abastecimento de suas unidades fabris partiram para investir também no meio da produção primária.

Castro: E o grupo de Armando Monteiro Filho?

Pio Guerra: Cana de açúcar, só. Tem alguma coisa de pecuária aqui em Ribeirão, mas pelo gosto de um dos irmãos deles. Mas o negócio deles é cana de açúcar. Tem duas ou três usinas. Mas o Banco Mercantil, a Noraço, e as revendas de veículos compõem o todo do Grupo Monteiro.

Eu conheço algumas pessoas que, através dos incentivos fiscais do 34/18 da SUDENE, construíram algumas fazendas em outros Estados, não em Pernambuco, porque aqui as terras eram muito caras e pequenas. Mas em Pernambuco não há quem prospere na agricultura.

Castro: E a agricultura irrigação no São Francisco?

Pio Guerra: Aí é outra história. Existe uma agricultura irrigada produzindo uva, tomate, manga em algumas regiões do São Francisco.

Castro: Há modernização na pecuária?

Pio Guerra: Na parte da pecuária você tem alguns selecionadores de animais de elite que realmente têm padrão nacional, e internacional mas não chegando a formar um segmento social porque a pecuária exige hoje quantidade e nós não temos área para grandes rebanhos. As propriedades são pequenas.

Castro: Que importância tiveram os incentivos fiscais administrados pela SUDENE/BNB para a modernização da agropecuária em Pernambuco? Se possível especificando os setores de atividade e as regiões do Estado mais beneficiadas.

Pio Guerra: Bom, a SUDENE teve uma importância muito grande na época em que o 34/18 e o FINOR mesmo estimularam a formação de empreendimentos no meio rural. Nós, eu e meus irmãos tivemos uma fazenda, que herdamos de nosso pai, de 590 ha, que foi o projeto pecuário laureado nos 10 anos da SUDENE. Foi essa que produzia 1.200 litros de leite que eu te falei. Então, nos 10 anos em que a SUDENE administrou esses incentivos, o projeto de nossa propriedade teve um efeito demonstrativo muito importante na região. Ele trouxe tecnologia para a região: manejo, pastagens artificiais, etc. Além de empregar, de recolher impostos, mas o que foi mais importante foi o fato de ele ter trazido uma visão diferente da administração rural. Eu acho que isso é uma coisa que o incentivo fiscal, na época em que havia, pela SUDENE, o 34/18 e o FINOR, que financiava integralmente, ele foi importante não só por gerar riqueza, por gerar arrecadação, por gerar produção, por gerar emprego, mas por trazer um conceito organizacional empresarial para a unidade rural, coisa que não existia. O produtor rural era por formação, por característica, completamente desestruturado na forma organizacional da sua atividade. Aqueles que quiseram fazer projetos agropecuários partiram para Estados como Piauí, Maranhão, Bahia, onde a terra era mais barata e, às vezes, até melhor. E, nos últimos anos, a SUDENE não mais financia adequadamente projetos pecuários, fica mais restrita às culturas irrigadas, mas dentro de um conceito onde o subsídio fica só na palavra. Na realidade você não tem subsídio quase nenhum.

AS RELAÇÕES ENTRE O PATRONATO E OS TRABALHADORES

Castro: Você, que tem uma visão do país, acha que o patronato rural daqui tem mais capacidade de negociação com os trabalhadores do que outros patronatos?

Pio Guerra: Acho. **Quando se diz patronato é o patronato da cana de açúcar, porque o outro não existe.** O outro tem dois empregados, três ou quatro, é a miséria do Nordeste toda. É pobre o empregador e o empregado.

Castro: Não há grandes fazendeiros no Sertão?

Pio Guerra: Não existe o grande fazendeiro no Sertão.

Castro: O grupo Coelho, por exemplo.

Pio Guerra: O Grupo Coelho é industrial. Talvez ele tenha até terra, como a Volkswagen tem terra, mas é fazendeira a Volkswagen? Tem alguma grande fazenda do Grupo Coelho funcionando? Eles são industriais e comerciantes.

Você não vê grandes fazendeiros no Sertão e no Agreste. E na cana de açúcar também já não tem mais. Tem os usineiros, que têm grandes áreas de terra. Eu entendo até que em alguns momentos por ambição e em outros momentos até por necessidade de sobrevivência, porque o negócio passou a ser tão ruim que os fornecedores foram se inviabilizando e os usineiros que precisavam de cana, foram comprando as terras, porque senão fechavam as usinas deles.

Castro: Essa força política que o Sertão tem – de vez em quando elegem governador – vem de onde?

Pio Guerra: Vem da qualidade do candidato e não da região.

(Ouve-se a buzina de um carro. Era sua esposa que o vinha buscar para o almoço)

Pio Guerra: Vamos almoçar comigo lá em casa.

(Aceitei o convite e a entrevista continuou em sua casa)

Castro: O fato de figuras do patronato rural de Pernambuco terem ocupado altos cargos de direção do setor público agrícola nacional desde o início da República, passando mais recentemente por Cleophas, Armando Monteiro Filho, Moura Cavalcanti ...

(Pio Guerra me interrompe para acrescentar outro político)

Pio Guerra: Oswaldinho (referindo-se a Oswaldo Lima Filho, por mim entrevistado), que também era patrão e é patrão, é proprietário, tem mais terras do que eu, embora não diga, não é? (ri) Vamos lá.

Castro (continuando): esses cargos públicos ocupados por pernambucanos conferiram ao patronato uma experiência em lidar com as organizações dos trabalhadores?

Pio Guerra: Não, de maneira nenhuma. Os trabalhadores em Pernambuco se organizaram, tiveram uma capacidade de mobilização organizacional grande e também uma facilidade conjuntural na negociação de seus pleitos que permitiram isso. Quando eu digo trabalhadores eu digo trabalhadores da cana-de-açúcar. Sem dúvida nenhuma **as conquistas dos trabalhadores de cana-de-açúcar têm reflexos, maiores ou menores, nos trabalhadores rurais como um todo, são conquistas extensivas a todos eles.** A própria organização das instituições deles, inclusive a arrecadação, tenha vindo do trabalhador da cana-de-açúcar, os seus sindicatos atuam no Estado como um todo, mais eficiente aqui ou acolá.

Essas pessoas que assumiram cargos importantes no Governo eram fundamentalmente industriais. Armandinho era industrial, João Cleophas era industrial, usineiro no Rio de Janeiro. Todos dois eram industriais, não eram agricultores. Ambos engenheiros e não agrônomos. Engenheiro Armandinho, construtor de estrada. O outro também engenheiro e industrial, não tinha nada com a agricultura. Apenas tinham terra, como muitos têm terras. Oswaldinho assumiu não por uma questão de ser produtor rural, mas por ser homem público, por ser um político do sistema.

Castro: A presença de movimentos sociais rurais durante os anos 50 em Pernambuco, entre os quais destacam-se as Ligas Camponesas, teriam contribuído para que o patronato rural de Pernambuco, comparativamente ao de outros Estados brasileiros, tenha adquirido experiência em administração de conflitos?

Pio Guerra: Creio que sim, os trabalhadores forçaram os empregadores a aprender a arte da negociação embora poucos patrões tenham aprendido. Mas isso levou a que as duas partes tivessem conversações.

Castro: Como são as relações entre a FAEPE e a FETAPE?

Pio Guerra: Por culpa exclusiva da FETAPE não são melhores. Eu acho que as lideranças dos trabalhadores rurais de Pernambuco precisavam evoluir mais. Sinceramente, acho isso. Eu me lembro que quando eu assumi o meu primeiro mandato eu telefonei pessoalmente para o presidente da FETAPE, que era José Rodrigues, dizendo que tinha sido eleito, e que eu gostaria de me colocar à disposição dele para qualquer encontro e gostaria de recebê-lo na minha Federação, e tal, e ele foi muito frio e não retornou nenhuma notícia. Em seguida, houve a minha posse, eu mandei convite e convidei por telefone, pessoalmente. Ele não foi à minha posse, nem mandou representante. Eu nunca recebi nenhum convite para a posse de José Rodrigues. E alguns assuntos, inclusive onde havia interesse comum, como o problema que os nossos sindicatos e os sindicatos dos trabalhadores muitas vezes têm – eu estou dando os detalhes para poder você pegar a moral da história - muitos dos sindicatos dos trabalhadores têm convênio com o INSS, como os meus têm, aquilo que eu te falei. E o INSS atrasa pagamento 3,4,5,6 meses.

Eu moro aqui em Casa Forte e José Rodrigues mora também. Um ou duas ou três ocasiões eu passei, ele estava no ponto de ônibus, eu ia, dei carona. E no caminho eu dizia: “Zé, tá acontecendo isso, isso, isso. Vamos juntos ao INSS. Vamos reivindicar o pagamento dos nossos convênios, para serem feitos.”. Quer dizer, não era uma questão de trabalhador, nem de empregador, era uma questão de convênio que o Governo está lesando os interesses dos meus sindicatos e dos sindicatos dele. Eu nunca consegui que ele marcasse um encontro, uma reunião, embora promettesse. Então, existe uma fuga. Isso é um caso específico de Pernambuco. Na Confederação isso não acontece. O relacionamento com Aloisio Carneiro, que era o ex-presidente da CONTAG, com a Confederação, quando eu fui presidente, e também com o novo presidente era um relacionamento extremamente amistoso, o que nunca impediu de nós termos posições divergentes: ele defender os interesses dele e nós defendermos os nossos. Eu acho que, no caso da FETAPE, é uma posição extremamente retrógrada e ultrapassada, de manter esse distanciamento, que em lugar nenhum se vê. Agora, você não consegue mudar a cabeça das pessoas. Eu imagino, e as informações que eu tenho é que existe dentro da FETAPE também uma política muito intensa de setores até mais radicais que o próprio José Rodrigues e que esses setores inibem que José Rodrigues possa ter uma aproximação maior. Isso me foi dito por Aloisio Carneiro, ex-presidente da CONTAG, que interpretava pudesse ser isso, quando eu abordei esse tema também

com ele. Mas rigorosamente é difícil, porque as lideranças dos trabalhadores em Pernambuco são muito arredias a qualquer tipo de aproximação.

E eu não participo diretamente com eles nas negociações trabalhistas. O Sindicato dos Cultivadores de Cana é quem participa. Como a questão é mais da cana-de-açúcar, eu faço sempre questão de delegar. Eu vou mas não participo das negociações *tête-à-tête*. São sempre os advogados ou do Sindicato, ou o próprio presidente do Sindicato. Ao sindicato cabe colocar, melhor do que a Federação, as questões específicas da cana-de-açúcar. E à gente cabe apoiá-los. Mas sempre tendo a preocupação de consolidar o entendimento das coisas. As vezes em que tentei me aproximar do pessoal dos trabalhadores, não consegui, não tive êxito.

Castro: Nas negociações do dissídio anual dos canavieiros, os usineiros e os fornecedores fecham com a mesma posição?

Pio Guerra: É uma coisa engraçada. Nós fornecedores - eu estou transmitindo o sentimento do Sindicato dos Cultivadores – posso até estar interpretando de alguma forma equivocada, mas eu imagino que seja assim.

Os usineiros sempre lutaram para fazer as negociações ao lado da gente. E nessa história toda, nós, cultivadores, temos um prejuízo muito grande. Porque os usineiros querem ficar ao nosso lado porque nós somos o elo mais fraco. Como empregadores os usineiros têm uma capacidade de pagamento muito maior do que o fornecedor de cana. Interessa, portanto, ao usineiro negociar ao lado do fornecedor para utilizar como argumento a dificuldade do fornecedor. Interessa ao trabalhador que o usineiro esteja dentro da negociação porque ele argumenta que o usineiro tem um poder de pagar maior do que o do fornecedor. No fim nós pagamos mais do que deveríamos pagar. E a rigor nós temos unicamente a receita da cana. O usineiro tem toda a receita que a indústria lhe permite. Não é justo que o camarada que tem um poder de renda menor pague a mesma coisa do que outro que tem um poder de renda muito maior.

A REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO: ATRAVÉS DAS ENTIDADES DE CLASSE E DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Castro: Por que a UDR não teve sucesso em Pernambuco?

Pio Guerra: A principal razão é que a maior categoria de produtores que temos, a dos fornecedores de cana, tem duas grandes instituições que a representam muito bem. Não havia um vazio de representação. Além disso, não tínhamos grandes proprietários de terra como em Goiás e Tocantins. Nossas lideranças tinham consciência que não era conveniente a radicalização no campo de Pernambuco, que já é um Estado muito complicado politicamente. A UDR só iria prestar um desserviço, só ia beneficiar o radical de direita e de esquerda.

Castro: Essa posição política do patronato pernambucano em evitar a radicalização foi consciente, houve reuniões para discutir-se a questão?

Pio Guerra: Houve, reunindo o Sindicato dos Cultivadores e o Sindicato dos Usineiros que decidiram não estimular o desenvolvimento da UDR aqui.

Castro: Mas a Associação dos Fornecedores de cana deu apoio à UDR.

Pio Guerra: A pessoa que encabeçou a proposta de trazer a UDR foi Antonio Celso, presidente da Associação. Foi ele que pegou a bandeira da UDR e tentou levá-la. Ele e Francisco Falcão. Naturalmente as outras lideranças dos fornecedores de cana não poderiam ficar ausentes. Mas se filiaram e ficaram de fora. Se o presidente de uma associação que é grande, a Associação dos Fornecedores, pega a bandeira, vai para os jornais e gasta dinheiro, e não sei o quê, e você diz que não entra, você cria um conflito entre eles. Mas o cara entrou e ficou fora. Eu nem entrei, embora tivesse, na época, um relacionamento pessoal com Ronaldo Caiado melhor que todos eles aqui por causa da minha ação nacional na Confederação. Eu tinha um trânsito muito bom com Ronaldo Caiado em Brasília.

Castro: E depois, você é pecuarista também.

Pio Guerra: Não era pela questão do pecuarista. Era pela questão da minha condição nacional. Até porque quando eu fui eleito presidente aqui eu não conhecia Ronaldo Caiado. E houve uma história muito engraçada: o Caiado queria vir para a minha posse e eu não quis que ele viesse. E isso criou um conflito dentre as pessoas que me apoiaram. Eu sou dono de 168 ha de terra em Pedra. Então, havia fazendeiros que tinham me apoiado, que são meus amigos e que vieram me trazer a proposta: “traga Caiado para a sua posse”. Eu disse que não queria. Arraes tinha assumido o Governo e poderia haver alguém que fosse creditar a minha vitória a

Ronaldo Caiado, o que seria uma inverdade. Eu tinha uma posição já firmada de não entender conveniente a presença da UDR naquele momento em Pernambuco. E isso criou um conflito a ponto de eles marcarem uma vinda de Caiado para o dia da minha posse. Eles me responderam: “Tá bom, Pio, você vai fazer a sua posse, você já disse que vai chamar Arraes. Então você chama Arraes e nós vamos chamar Ronaldo Caiado para o Clube Internacional. Então fizemos um acordo: eu não fui chamar Arraes pessoalmente, fiz um convite formal. Fiz outro convite formal para Caiado. Nem veio Arraes nem Caiado. E fiz uma posse modesta, sem conflito (ri).

Castro: Em que setores a UDR teve alguma penetração?

Pio Guerra: Exclusivamente na Associação dos Fornecedores de Cana.

Castro: Em Garanhuns eles estabeleceram uma sub-sede?

Pio Guerra: Não conheço. Não prosperou um canto nenhum. E não foram todos os fornecedores de cana. Foi especificamente uma liderança que encabeçou o movimento. Só conseguiu fazer um leilão em Pernambuco.

Castro: Os fornecedores estão divididos. Nesta última eleição havia duas chapas.

Pio Guerra: São divididos. Eu não me meto na política dos fornecedores, tenho muito cuidado. O meu sindicato é o que eu apoio normalmente. O grupo apoiado pelo Sindicato perdeu a eleição agora. Tentei fazer a pacificação entre as partes – o Sindicato e a Associação dos Fornecedores de Cana - quando entrei, não consegui, não tem jeito. Eu convivo bem com os dois, embora me associe às questões do meu sindicato, filiado à minha instituição e que deve receber minha maior atenção.

Castro: Você falou que Pernambuco não quis radicalizar. O patronato preferiu uma certa concórdia. Como se explica isso no berço das Ligas Camponesas? Pernambuco oscila entre a conciliação e a tensão social no campo?

Pio Guerra: Bom, a palavra tensão social no campo eu acho muito forte. Aqui já houve tensão social no campo, mas não há mais. Eu vejo muita dificuldade no campo, muita miséria no campo. **E tensão social é a periferia de Recife**, que tem muito mais tensão social que o campo. Acho que houve um passado muito distorcido do relacionamento empregado-empregador, um passado antes da legislação trabalhista, que propiciou a organização das Ligas Camponesas. Eu sou

observador, não como estudioso do tema. Sou filho e irmão de político. Meu irmão é deputado federal, meu pai foi deputado. Tenho sensibilidade política sobre essa questão. Acho que as Ligas Camponesas surgiram dentro de outro contexto político nacional, que aqui também existia. Um contexto que redundou numa revolução no Brasil, uma contra-revolução. Havia duas forças tentando radicalizar o processo. Na atividade canavieira havia um grande contingente de mão-de-obra que contribuiu para o surgimento das Ligas. Arraes, em seu primeiro governo, o que foi legítimo e correto, na medida em que ele procurou corrigir normas trabalhistas que não estavam sendo cumpridas. Mas o último Governo, Arraes agiu diferente, distribuir dinheiro, distribuir vaquinha, distribuir empréstimo, um paternalismo puro e simples, é a compra do voto. O que ele fez com o “Chapéu de Palha” e com outras coisas, exatamente o que a direita fez a vida toda no coronelismo do interior. Por que Arraes agiu de modo diferente? Porque, no segundo governo, já existia uma legislação que, bem ou mal vinha sendo cumprida. O trabalhador da cana de açúcar recebe 20% a mais do que o trabalhador urbano, e ainda tem uma série de benefícios que o trabalhador urbano não tem: tem habitação, tem uma porção de coisas. Aquela distorção grotesca que havia no primeiro Governo já não havia mais no segundo. Não é verdade? Então, como é que ele ia fazer para agradar esse povo dele?

Eu acho que esse a radicalização fomentada pela Ligas Camponesas culminou com a revolução e isso automaticamente radicalizou ainda mais as posições político-partidárias em Pernambuco. Juntou a questão estadual com a questão nacional e radicalizou o processo em Pernambuco. O meu irmão foi cassado e não era um homem de esquerda, entre aspas. E isso foi muito prejudicial para o Estado e ainda é até hoje. Acho que essas lideranças velhas têm que acabar! Lamento que elas ainda existam. Lamento sinceramente. Votei em Joaquim Francisco, acho que Joaquim não está fazendo um bom Governo, o que foi para mim uma grande decepção. Eu tinha muita esperança em Joaquim Francisco. Achava que ele seria um Governador diferente. Achava que ele era preparado, que ele era novo, que ele tinha outras aspirações. Mas saiu-se muito mal, acho que o Governo está muito mau. E lamento que sobrevivam figuras da geração de Arraes. Eu votei em Brizola no primeiro turno, também. Para você ter idéia da confusão, como é danado! Votei em Brizola. Depois votei em Collor e votava novamente, porque acho que Lula seria pior ainda. Se isso está um tumulto desse jeito, com o PT no Governo a coisa estava mais complicada ainda.

Castro: As entidades de representação profissional patronais ou de trabalhadores se declaram autônomas em relação a partidos políticos e ao Estado. Em que sentido o senhor entende esta autonomia?

Pio Guerra: Eu acho que em relação ao Estado ela é fundamental. E também em relação aos partidos ela é fundamental. Embora ela hoje exista em relação ao Estado ela não existe com relação aos partidos. Essa é uma opinião genérica minha, embora eu tinha na minha Federação presidentes de Sindicatos que são filiados ao PDT, PTB, PL, PFL, PMDB, de todas as matizes, menos ao PT. Da mesma maneira os Sindicatos devem ter filiados em seus quadros os empregadores e produtores de vários partidos. Por esta razão é que eu entendo que as instituições sindicais não devem de forma nenhuma misturar a sua ação sindical com a questão política partidária. É muito ruim isso. Todas as vezes que isso aconteceu foi ruim para as instituições. Isso tira a independência da pessoa, compromete, de certa forma a ação da instituição. Naturalmente você tem uma simpatia, existem algumas linhas programáticas de Partido que se chocam frontamente com o que pensa uma categoria. Isso pode acontecer. Então, eu não conheço dentro do nosso sistema sindical brasileiro, nenhum simpatizante do PT, nem do PC do B, ou de um PC desses da vida, que eu nem sei quantos são. Agora, PSDB, PMDB, PDT, tem vários. Tem deputados, tem tudo. Mas eu continuo achando que essa coisa deveria ser rigorosamente dissociada da vida sindical. Mas no interior é difícil você imaginar qualquer instrumento organizacional que se forme sem que haja a interferência da política municipal. A nível estadual e de Confederação é normal a dissociação da atividade sindical da atividade partidária. O Dr. Gileno, quando presidente, fazia essa dissociação, embora tivesse um filho deputado. Na minha gestão, também se faz essa dissociação. Eu vejo que na Federação das Indústrias também acontece isso. Não conheço, ao certo, a questão da FETAPE. Acho que ela é muito dividida nisso. Eles não conseguem se dissociar do processo político. Eles participam abertamente de movimentos políticos. Eu acho errado. Eu acho que a luta sindical, a luta do corporativismo – no bom sentido – da defesa da categoria é uma coisa, e a luta partidária é uma luta maior, mais ampla.

Castro: Você não acha importante que os Partidos políticos sejam representantes de forças sociais? Ou seja, que a entidade social, ou a entidade sindical se interesse

em ter um representante no Parlamento para servir de canal para a classe, mas sem que a entidade se subordine ao parlamentar?

Pio Guerra: Eu estou entendendo. Eu não tenho muita firmeza nisso que vou dizer. Eu acho que, por exemplo, a gente comenta muito no Congresso Nacional e a imprensa tem falado muito sobre a “bancada rural”. A bancada rural aprovou isso, a bancada rural aprovou aquilo. Então, a bancada rural é vista como forte no Congresso. Então, eu sempre digo, isso é uma meia verdade: “Maior do que a bancada rural é a bancada dos motoristas”. Todo mundo ali tem carteira de motorista. No entanto, nós temos os piores e os mais caros carros do mundo. Se a bancada dos motoristas fosse unida e corporativista teríamos uma indústria automobilística eficiente e um carro barato para usar. Então, a questão não é a bancada rural. Existe um número significativo de deputados que são proprietários de terras. Mas isso não significa que eles ajam articulados em defesa do setor rural. Muitas vezes eles tem a terra mas o seu principal negócio é outro. Sérgio Guerra por exemplo tem uma fazenda de 100 ha. Mas ele não é da bancada rural, não é nem tido como tal mas ele é proprietário de terras também. Agora, o que é que acontece? A rigor, 75% do eleitorado brasileiro hoje é urbano. O que existe é ele, meu irmão Sérgio Guerra, representa ali o interesse da sociedade urbana, porque o eleitorado dele é quase todo urbano. Na hora em que Sérgio for votar ele vota a favor do lado urbano e não do rural, apesar de ter uma fazenda. Ele vota a favor dos 75% do eleitorado dele que é urbano.

A questão de ter representantes rurais, eu acho que nós deveríamos ter sim, mas no futuro, no momento em que nós estivermos suficientemente conscientes e organizados. Isso só vai acontecer quando a atividade rural tiver viabilidade econômica. Eu nunca vi um sujeito que passa necessidades ter outra preocupação antes da sua própria sobrevivência. O produtor rural de Pernambuco está preocupado em sobreviver. Ele não está preocupado em ter representante, em ter instituição, ele está preocupado em sobreviver. Ele não sabe como pagar as contas, como fazer a feira, como educar o filho, como alugar uma casa, como comprar um carro. Ele está desesperado, tentando viabilizar a atividade dele. Então, ter representante rural fica num segundo estágio. Nos lugares desenvolvidos, onde a atividade rural remunera os produtores, eu acho que essas pessoas, ao se organizarem devem buscar eleger os seus próprios representantes, o que é natural, para todas as Câmaras, para vereador, para prefeito, etc. Fora isso, cabe às

instituições representativas alertarem aos seus associados, quais os parlamentares que têm tido comportamento simpático ou contrário às nossas teses.

Castro: Vocês nunca alertaram os seus Sindicatos sobre os candidatos mais identificados com a linha da entidade?

Pio Guerra: Fizemos. Não é nem a Federação. Hoje na Confederação nós fazemos a relação dos deputados que votaram a favor e contra os nossos interesses. E informamos isso a todas as Federações, que repassam essa informação para os Sindicatos. Aqui em Pernambuco eu mandei para todas as Associações civis e sindicatos. Não é um patrulhamento ideológico, mas a gente precisa começar a se conscientizar de quem são as pessoas que votam as coisas de nosso interesse e quais aquelas que não votam.

Castro: Vocês fazem como a FETAPE, que faz assembléia de sindicatos para ver que candidatos deve apoiar?

Pio Guerra: Não, a nossa Federação nunca fez isso. Existem Federações do sistema que fizeram isso já. A Federação de alguns Estados. Minas Gerais, por exemplo, na última eleição, ela ia para um município onde tinha Sindicato forte, e fez umas 10 ou 12 reuniões regionais. Minas Gerais tem mais de 400 sindicatos. É uma Federação muito grande. Então ela fazia um debate com os deputados da região. Convocava os produtores e dava 10 minutos para cada candidato da região para expor seus pontos de vista aos produtores. Aqueles que tinham conhecimento dos problemas do setor se saíam bem, enquanto os outros por si só se destruíam e isso repercutia na comunidade.

Mas, quanto a votar ou não votar, eu não acho que deva se meter na questão menor, do município. No município mesmo, tanto o empresário rural quanto o trabalhador, votam pelas questões partidárias locais. O que você precisa é transmitir a ele o posicionamento de cada parlamentar para que ele saiba escolher aqueles que defendem os seus interesses, dentro da sua conveniência, dentro da sua linha de ação municipal. Só isso.

Castro: No caso dos usineiros, o Gilson Machado presidiu o Sindicato do Açúcar e depois exerceu o mandato de deputado federal constituinte em 1988. Você tem um político que represente a categoria dos empregadores rurais?

Pio Guerra: Não, infelizmente nós não temos, em Pernambuco. A categoria dos usineiros é um grupo reduzido de pessoas, o que é muito mais fácil de aglutinar no período eleitoral. Um deputado não se elegeria só com os votos dos usineiros, mas o apoio financeiro, estrutural e logístico que o sistema dos usineiros dá a ele, é fundamental. No nosso caso, se nós não temos recursos para melhorar a estrutura da sede de nossa Federação, muito menos temos para patrocinar candidaturas. Eu não sou contra que se faça isso, não. Ninguém melhor do que um usineiro pode entender os problemas dos usineiros. Ninguém melhor do que um metalúrgico para apresentar as questões dos metalúrgicos. Eu acho que isso é natural.

Castro: Você acha que a FETAPE se envolve muito politicamente?

Pio Guerra: Eu não tenho opinião firmada. A FETAPE é quem sabe se está se envolvendo muito. Não estou bancando o pessedista, não. Acho mesmo que quem faz essa avaliação correta é a FETAPE. Eu acho que as nossas organizações não deveriam indicar candidatos mas apenas informar ao seu pessoal qual é a posição de cada candidato. E cada um, de sua consciência que escolha.

Castro: Como você analisa a atuação da Igreja católica no campo de Pernambuco a partir das Ligas Camponesas?

Pio Guerra: Eu me envolvi diretamente com a questão classista, graças a Deus, quando o processo de radicalização fundiária já tendia a amainar.

Os partidos comunistas, ou de tendências comunistas tinham uma visão socializante comunitária, e isso tudo hoje caiu num descrédito muito grande. Além desse lado tem o lado da consciência de todos de que a atividade rural está empobrecendo seguidamente. Não adianta você dar a terra a um trabalhador, esperar que com aquilo ele seja capaz de reverter a sua condição social, que ele não é capaz de reverter. A discussão hoje é mais abrangente.

A Igreja católica depois de ter passado muitos anos avessa a qualquer tipo de reforma passou a ter uma preocupação social, e se aproximou das classes menos favorecidas, inclusive as do campo, que não participavam da vida da Igreja. Isso é totalmente legítimo. Mas deixar que essa aproximação se transforme em instrumento de convulsão, de estímulo à desordem, de estímulo para alguém não cumprir a legislação em vigor, a desobediência civil, isso não está certo. Eu acho que o pecado da Igreja foi o de ter estimulado isso. Ela tinha que procurar esse setor da

sociedade, procurar organizá-lo, mas tinha que ser a condutora de um entendimento, de uma busca negociada, responsável, de busca concreta das razões, que tentasse alterar e resolver a questão, e não simplesmente fazer o mais fácil, que era estimular a ilegalidade, a convulsão, a revolta. Não estou dizendo que a Igreja toda fez isso. Algumas pessoas fizeram.

Castro: Você se refere mais a invasões de terra?

Pio Guerra: Tem as invasões de terra, invasões de repartições públicas, depredações, invasões de lotes urbanos. Se for caminhar para esse lado é desordem civil, não há quem consiga controlar mais nada. Eu acho que fazer uma passeata é uma coisa, fazer mobilização é uma coisa, convocar as lideranças políticas, empresariais, para prestar um depoimento àquela comunidade sobre um assunto, questionar a legislação, alterar a legislação, tudo isso está dentro do jogo democrático. Esse Casaldáliga, as poucas coisas que eu leio dele, são coisas loucas, realmente é um guerrilheiro, o discurso dele é de pegar em armas. Isso não leva a nada. O lado extremado da Igreja, eu acho que está equivocado. O lado construtivo, o lado organizacional a que eu já me referi eu acho que é válido e que é necessário e que era uma lacuna que a Igreja precisava atender.

A REFORMA AGRÁRIA, O PNRA

Castro: O Brasil é um dos únicos países do mundo que não fez uma reforma agrária. Na Nova República, o PFL e o PMDB estavam de acordo para fazer uma reforma agrária. Foi o “Compromisso com a Nação” que previa isso. Entretanto, nem dessa vez, com essa aparente consciência das elites, a reforma agrária foi feita. Como você explica esse fracasso?

Pio Guerra: Bom, reforma agrária é um assunto, que graças a Deus, felizmente, está começando a ser melhor avaliado. É um problema, dentre os milhares de problemas que o país tem para resolver.

Em primeiro lugar, para você discutir a reforma agrária no Brasil é preciso você fazer um cadastramento do que existe. Mas a questão fundiária é um elemento dentro da questão agrícola. Falta uma política agrícola no Brasil. O nosso crédito rural é mais elevado do que o de todos os nossos concorrentes internacionais. As

nossas barreiras alfandegárias não existem. Você para importar um carro paga de 40 a 60% de imposto, mas você pode importar feijão, arroz, milho e você não paga imposto nenhum, você tem a fronteira completamente aberta. Aberta aos países que subsidiam suas agriculturas e você passa a concorrer não com o agricultor americano mas com o tesouro americano. Então, essas características da vulnerabilidade da produção agrícola brasileira transformam a produção agrícola brasileira numa atividade de elevado risco e de pouquíssima rentabilidade.

Existe o problema fundiário mas não é justo desapropriar um terreno urbano pagando em dinheiro, à vista, e desapropriar uma propriedade rural pagando em títulos de dívida agrária, com o prazo de 20 anos. O direito de propriedade tem de ser igual para todos. Então você poderá ter novas pequenas propriedades, novos empresários rurais com viabilidade de crescimento e de uma vida digna no campo.

O que existe nos assentamentos que aí estão? São feitos loteamentos. Quando eles estão em terras não exploradas o sujeito devasta o meio ambiente, destrói toda a mata, aproveita a madeira e vai embora porque não consegue sobreviver com o lote que fica.

Digamos que existam 200 latifúndios que não estão produzindo. Eles têm que ser, na minha avaliação, altamente taxados. Se o sujeito tem essa propriedade para especulação, vamos meter um imposto elevado nessa propriedade. Com esse dinheiro vamos ter recursos para desapropriar aquela acolá, fazer política agrícola, subsidiar quem está produzindo. Vamos tributar quem não está produzindo.

Castro: Que solução você daria para as terras de grileiros?

Pio Guerra: Eu acho que se ele estiver produzindo ele tem que ser preservado. Ele deve pagar ao Estado aquela terra que ele ocupou.

Castro: E se ele não estiver produzindo?

Pio Guerra: Bem, ele tem que ser desapropriado, como o proprietário que não está produzindo tem de ser desapropriado.

Castro: Confiscado

Pio Guerra: Preso, ele tem que ser é preso e não só desapropriado! (ri). O negócio do grileiro é o seguinte. Num país com essas características com o nosso, a figura do grileiro tem que ser analisada caso a caso. Porque tem grileiro e grileiro. Tem o

grileiro que pega uma região onde já existem pequenos produtores, chega lá, massacra, explora, expulsa. Esse é um criminoso. Aquele pequeno proprietário que estava lá, abriu uma nova fronteira agrícola, arriscou-se, teve todos os dissabores de enfrentar a natureza e estava ali tentando produzir para sobreviver ou para ganhar dinheiro, mudar seu destino, esse é um bom grileiro.

Castro: Podemos chamar ele de posseiro.

Pio Guerra: É um posseiro. Então, o grileiro em cima do posseiro é um criminoso. Esse eu não admito. Agora, o sujeito que pegou uma área que não tinha ninguém, uma área do Estado, e começou a trabalhar, esse sujeito está fazendo um bem à Nação, está gerando emprego, está circulando divisas, está fazendo prosperar uma região, está consolidando o domínio do país, da sociedade brasileira sobre o seu território, que é uma questão que tem hoje uma dimensão que não tinha há 5 ou 6 anos atrás. A gente está vendo aí a olhos claros os interesses internacionais sobre as nossas terras. Só um cego não está vendo isso.

Um assunto que me veio agora na cabeça, **a Eco-92, me chamou muito a atenção para isso. Será que a gente não está vendo a ganância desses países desenvolvidos sobre o nosso patrimônio natural? É preciso que o Brasil tome consciência disso e, urgentemente, ocupe economicamente essa região. É preciso dar prioridade a essas regiões de nova fronteira.** Elas não podem ser deixadas aí como estão. Porque aí entra esse apelo xiita, ecologista, que é uma coisa completamente inusitada e ninguém sabe onde vai parar. Felizmente a questão ecológica também está começando a cair na realidade. O discurso está mudando um pouco para a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Mas a rigor o que existe é um grande interesse das grandes potências em cima de nosso território por conta de outras coisas.

Mas o que eu vejo da reforma agrária é isso. Acho que as lideranças dos trabalhadores rurais e as lideranças dos empresários rurais estão muito mais amadurecidas, as lideranças políticas também, as experiências negativas de todos esses assentamentos que têm sido feitos são provas incontestes de que o caminho não é esse, o caminho tem que ser paulatino, ou melhor tem que ser acompanhado de outras ações.

A nossa Confederação fez uma pesquisa no Brasil todo sobre a questão da reforma agrária. Havia uma pergunta que se fazia: "Você acha que vai desinchar as

idades?” Havia um pensamento de que a reforma agrária ia acabar com a periferia dos grandes centros, ia aumentar a produção agrícola, etc. Era tanta coisa, era tanto milagre! Era a mesma coisa de que a eleição direta ia salvar o país, depois era o Constituinte que ia salvar o país, depois era a reforma agrária que ia salvar o país. Todas as mazelas são creditadas à questão fundiária do Brasil. O que não é verdade. **Você tem de modernizar a agricultura brasileira e transformar os trabalhadores rurais que têm vocação agrícola, que têm sentimento com a terra, em proprietários rurais com potencial de crescer, e ter uma vida digna.** É isso o que deve ser construído. Vamos criar instrumentos que beneficiem esses pequenos produtores que serão alocados em regiões que estão aí disponíveis para que implantem atividades agrícolas que desenvolvam a pequena propriedade. A gente cultiva 50 milhões de hectares no Brasil. O Brasil tem 500 milhões de hectares agricultáveis. O problema da gente não é fundiário. Terra tem à vontade, o problema é agrícola mesmo, é a conjuntura produtiva nacional que é deficiente, que não estimula o investimento e a atividade não recompensa quem trabalha nela. Por isso é que todo mundo está correndo do campo.

Castro: Os alimentos são caros no Brasil?

Pio Guerra: Em relação ao poder aquisitivo. Então, o que é que o setor urbano fez? A única maneira de o setor urbano, do industrial, do banqueiro, conseguir ganhar dinheiro folgado é se ele comprimir o setor rural. Porque a nossa indústria é ineficiente. Então, a única maneira de o produtor rural sobreviver é se ele tiver uma mão-de-obra barata. Isso é claro!

Castro: Mas, de fato, a comida é cara.

Pio Guerra: Nossa comida não é cara. O poder aquisitivo do trabalhador é que é baixo. Veja, nós produzimos soja, somos o segundo maior produtor de soja do mundo, temos soja na porteira mais barata que os Estados Unidos. Perdemos competitividade da porteira para adiante, onde começa a confusão, a bi-tributação, os encargos elevados, os custos portuários irrealistas, são os cartéis do transporte, os cartéis dos setores urbanos de distribuição e tudo mais. Mas, dentro da porteira nós produzimos soja barata, produzimos laranja, nós produzimos tudo. E não temos subsídio nenhum. Nós compramos um trator mais caro do que um produtor argentino, temos um financiamento mais caro do que um produtor argentino tem, e a

gente produz ainda para competir com esse povo: 70% do saldo positivo da balança comercial brasileira foi de origem agrícola no ano passado. Com todas essas mazelas de que eu estou falando. A agricultura exporta menos que a indústria, mas ela não importa nada, ela só exporta. A indústria exporta mais porém importa muito também, para poder produzir. Então, nós temos uma grande vocação agrícola e essa grande vocação agrícola não pode ser subestimada.

Esse país tem que ser um grande produtor agrícola. É questão de tempo. À revelia de tudo, isso vai acontecer. A saída para o Pacífico, um dia vai chegar. E quando nós chegarmos lá nós vamos botar soja e tudo mais, do lado de lá, muito mais barato do que o americano.

Castro: Se você fosse Governador de Pernambuco, qual seria sua política agrícola e fundiária?

Pio Guerra: É uma plataforma de Governo, não é mole não (ri).

Vamos dividir o Estado nas três regiões: Mata, Agreste e Sertão.

Eu acho que para a região da Zona da Mata tinha que ser buscado uma diversificação com a questão da cana-de-açúcar. Essa diversificação não significava acabar com a cana-de-açúcar. Significava dispor na Zona da Mata de produtores não só de cana mas também de pecuária de leite, pecuária de corte, confinamento, alguma fruticultura irrigada. Onde pudesse ser banana era banana, onde pudesse ser seringa era seringa, onde pudesse ser urucum era urucum. O Governo devia ordenar, estimular mesmo, procurar soluções que pudessem transformar a propriedade da Zona da Mata em produtora de cana-de-açúcar e de outras coisas, diversificando, para que a propriedade, em si, fosse viável. No momento em que o preço da cana estivesse ruim, o de outros produtos estava melhor. No momento em que o trabalhador não estivesse trabalhando na cana ele estaria trabalhando também noutra coisa. Isso pelo lado da produção e da ocupação da mão de obra.

Pelo lado do trabalhador, o Governo precisava ter uma ação social importante: que garantisse escola, que garantisse educação, para melhorar o nível das novas gerações de trabalhadores rurais que existem na Zona da Mata, de maneira a propiciar-lhes outras fonte de trabalho, para você não criar gerações e gerações de miseráveis ou de trabalhadores rurais analfabetos sem saúde e mal alimentados. Para você trazer também tecnologia para a Zona da Mata você precisa de uma mão-de-obra especializada.

O Governo precisava cumprir a sua função social na maneira em que protegesse o trabalhador com serviços básicos de que ele precisa: de assistência médica, de educação, e tudo o mais, no campo. As propriedades precisavam ser rentáveis, diversificando naquilo que fosse mais apropriado na sua atividade empresarial. O Governo deveria também criar estímulos creditícios e fiscais para que se instalassem – em todo o Estado e não só da Zona da Mata – agroindústrias, que iriam fazer prosperar as cidades interioranas e não somente trazer esse povo para Recife. E também, agregando valor à produção rural do Estado.

Partindo para o Agreste, eu acho que o Governo deveria ter uma política agressiva com relação à pecuária de leite. O Governo deveria estimular e tecnificar a pecuária de leite e a industrialização do leite. Ele teria que estimular e orientar a modernização da produção do leite na propriedade rural, com pastagens, com manejo, com tecnologia de produção, com rebanhos aprimorados, com assistência técnica, com assistência veterinária, com cursos de preparação de mão-de-obra. Deveria também estimular, com isenção de tributos, a formação de novas agroindústrias mais modernas do que as que existem hoje que absorvesse toda a produção leiteira que irá advir, em grande quantidade, dessa região. Nós temos um potencial enorme de produção de leite no Estado, que não poderia deixar de ser estimulado. A tecnologia industrial existe, é uma tecnologia igual a de todo lugar do mundo, não é coisa diferente para o semi-árido. O que precisa apenas são estímulos fiscais, que o Governo crie isenções, políticas em acordo com prefeituras, investimentos, *joint ventures*, não sei. O Governo teria que criar alguma forma de estimular a industrialização do leite e fazer a sua parte em relação à propriedade rural, como eu falei. O produtor reagiria positivamente, tenho plena convicção.

Acho que a distribuição fundiária no Agreste é plenamente satisfatória. No Sertão, tem que haver uma agregação de propriedades. Pequenas propriedades do Agreste e do Sertão que sejam inviáveis economicamente, em qualquer tipo de exploração, precisam ser agregadas porque isoladamente elas não são viáveis.

E na Zona da Mata eu só vejo propriedades muito grandes nas usinas. E essa é uma problemática que eu não tenho consciência de como resolvê-la. Sinceramente não tenho uma opinião firmada, não conheço muito bem a questão fundiária das usinas, mas acho que passa pelo endividamento do setor. É uma conta de chegada tem que ser feita considerando o endividamento do setor.

Em todas as experiências de reforma agrária feitas na Zona da Mata, os pequenos parceiros que foram criados, todos eles foram plantar cana-de-açúcar de novo. Todos, sem exceção. Então, alguma coisa tem de ser vista aí na questão da diversificação. Mas, para isso, o pequeno parceiro tem que ser capacitado, senão ele termina sendo fornecedor de cana de novo.

E no Sertão, as regiões que são objeto de irrigação têm um potencial econômico reconhecido por todo o mundo. O que precisa haver, por parte do Governo, era a busca de uma ordenação. Os investimentos agroindustriais parecem muito mais fáceis para beneficiamento de frutas e de culturas irrigadas do que na região de leite. Na região irrigada, o mais importante é você conseguir organizar a produção agrícola de maneira que ela fosse rentável para o agricultor. Era preciso organizar a comercialização, criar instrumentos que permitissem ao produtor não produzir melão e ser surpreendido com uma super-safra, produzir cebola e ser surpreendido com uma importação de tomate da Argentina. Há necessidade também em todas as regiões de encarar o problema do planejamento familiar.

Castro: Mas é o Governo estadual que vai fazer esse disciplinamento?

Pio Guerra: O Governo estadual tem um poder político de pressionar muito grande. Na questão da cebola, por exemplo, havia uma taxação compensatória que se colocava sobre a cebola importada, que foi prorrogada pelo Governo, eu fui ao Governador Joaquim Francisco, o Governador telefonou para o Ministro Marcílio na época, ele tinha acabado de tomar posse, ele reviu na mesma hora. Infelizmente o mal já tinha sido feito. Era para se ter feito isso antes. Prejudicou-se não apenas a agricultura de Pernambuco mas a cebola de São Paulo também. Mas, na medida em que o Governo tem participação nisso, está atento a essa questão, tem estrutura técnica para estar acompanhando tudo isso, esse policiamento fica mais fácil e as soluções podem se discutidas e aplicadas em tempo hábil.

Eu acho que o esforço maior do Governo com respeito às áreas irrigadas é, primeiro, trazer tecnologia de outras regiões para aqui, para aprimorar o nível de exploração das áreas irrigadas e, segundo, organizar a comercialização, porque o grande desestímulo de quem irriga naquela região é a comercialização. Comercializa cebola, tem prejuízo, comercializa melão, tem prejuízo, aí ele entra na maconha. Ele já está tão inadimplente com o Banco que termina indo para a maconha para não perder a propriedade nem passar fome.

Economicamente eu não vejo muita dificuldade. A atividade de frutas irrigadas, de culturas selecionadas na região semi-árida de Pernambuco é, teoricamente, altamente econômica. Mas, na prática, ela não se torna econômica por um estrangulamento na comercialização. É a comercialização que é complicada, são alguns entraves da ordem sanitária, dificuldades a nível de Itamarati que ocasionam alguns embaraços alfandegários, falta de estímulo fiscal, etc.

No resto do Sertão, que é a grande área do Estado, 40 ou 50% do semi-árido nordestino, nós temos que definir algumas microrregiões onde possa se fazer culturas específicas e bolsões de produção de grãos. Por exemplo, em Ouricuri ou no Araripe e em algumas regiões de menor risco se pode fazer uma pecuária de caprinocultura. Deve-se também estimular a fazer pecuária de leite onde a mesma puder ser feita. O resto são grandes propriedades de pecuária de corte sazonal porque você tem um longo período de estiagem. Fazer como se faz nos Estados Unidos. Vamos ter regiões onde você só faz invernações: choveu você compra o gado, não choveu você não compra. A propriedade fica toda pronta, esperando chuva. Se chover planta, se não chover não planta. Preservar algumas áreas em degradação com projetos de reflorestamento.

É preciso quebrar o cartel da comercialização de carne em Pernambuco, que era patrimônio de um frigorífico só.

Castro: Talvez o pequeno produtor se adaptasse bem nas áreas de irrigação.

Pio Guerra: Sem dúvida. É uma coisa perfeita. **A questão da reforma fundiária deveria ser nas áreas irrigadas, que são caracteristicamente pequenas propriedades. Aí, sim, o Governo poderia desapropriar algumas áreas, treinar esse pessoal do semi-árido, e levá-lo para essa região, ordenando a sua comercialização. Está perfeito, ocupar as margens dos açudes públicos, até com projetos de piscicultura como em Itaparica, por exemplo.**

Castro: A margem do São Francisco poderia ser ocupada por explorações familiares de irrigantes. O sistema jurídico de acesso à terra poderia ser variável, ou com a propriedade individual, ou com a posse, ficando nesse caso a propriedade com uma cooperativa, que poderia fazer contratos de comodato com os seus associados.

Pio Guerra: O importante é que você desloque essas famílias, as prepare, e lhes dê uma pequena propriedade irrigada e com a qual ela possa ganhar dinheiro. Porque

lá no semi-árido sem irrigação essa pessoa não vai poder ganhar nunca, seja com 10, 100 ou 200 hectares.

AS RELAÇÕES ENTRE O PATRONATO E O ESTADO

Castro: Durante o PNRA havia aqui em Pernambuco a Comissão Agrária, atuando junto ao Delegado Regional do INCRA. Como a FAEPE participou da mesma?

Pio Guerra: Eu peguei ainda, duas ou três reuniões dessa Comissão Agrária.

Castro: Qual a sua apreciação que você faz dessa Comissão?

Pio Guerra: A pior possível (repete 4 vezes). O Governo de Sarney foi extremamente avesso a reformas num lugar e era extremamente reformista noutra. Era uma colcha de retalhos. Esse Governo aí [de Collor] você pode dizer que tem vários defeitos, mas ele tem um chefe, que pode ser bom, pode ser feio, pode ser corrupto, pode ser honesto, despreparado, mas quem governa é o presidente. No Governo Sarney não havia isso.

Eu não gosto de falar sobre o passado porque isso não constrói nada. Eu gosto muito de conversar sobre o futuro.

Essas Comissões criaram muito mais conflitos do que resolveram. Tanto que desapropriaram as terras de Londrina, no Paraná, desapropriaram o Cruzeiro de Gravatá, com 30 ha. onde tinha o Cruzeiro, desapropriaram uma propriedade de 15 ha. em Campina Grande. É inadmissível que uma Comissão composta pelo Delegado Regional do INCRA, por técnicos de todo nível, desapropriem terras altamente produtivas de Londrina, desapropriem o Cruzeiro de Gravatá, ou desapropriem 15 ha. perto de Campina Grande.

Castro: No caso de Londrina, o que houve foi a declaração de área prioritária, não houve desapropriação.

Pio Guerra: Porque eles anularam no outro dia o decreto. Mas o decreto foi baixado para desapropriar. Mas isso dá a idéia de como a coisa era feita sem nenhum critério, sem nenhuma lógica. A coisa era feita no emocional, na ideologia demagógica, na maluquice, no fanatismo de algumas pessoas que se acercaram do

INCRA naquela época. E isso se estendeu a todos os Estados. E o INCRA tinha o controle absoluto das Comissões Agrárias.

A Comissão nunca exerceu a sua mais importante função que era a função negociadora. Você já ia para uma reunião daquela sabendo que a decisão era a que o representante do INCRA quisesse. Então era rigorosamente inócuo, era uma decisão homologatória, não era uma discussão, não era uma negociação. Então, as Comissões provaram que não tiveram nenhuma eficiência. A prova é que todos os assentamentos deles, não só em Pernambuco mas no Brasil todo, são inviáveis economicamente. Até hoje recebem salário do Governo. É por isso que não se faz mais assentamento. Você é obrigado a dar uma cesta básica e um salário mínimo ao sujeito. Quem é que vai trabalhar? O cara tem uma cesta básica e um salário, ele vai trabalhar por amor a quem? Com a cultura que se criou de receber e não trabalhar, não produzir. A mesma cultura de alguns agricultores brasileiros que não querem pagar ao Banco. Estão tomando para não pagarem como fizeram alguns maus usineiros brasileiros. Já estavam devendo tanto, não tinha como pagar, “vamos tomar mais”. Então, no meio do trabalhador criou-se isso. “Por que eu vou trabalhar? Eu exploro a madeira, recebo a feira, recebo o salário, dane-se questão de produção” Não é isso? Está tudo errado.

Castro: Como tem sido o relacionamento da entidade com o poder público federal e estadual quanto ao atendimento das reivindicações dos agricultores?

Pio Guerra: O melhor relacionamento é com o governo federal, feito pela Confederação. Com o governo estadual o relacionamento com a Federação é razoável, mas poderia ser melhor. Ele não é melhor, primeiro, porque a minha Federação passou muitos anos ausente. Não é fácil fazer uma Federação dentro daquelas características todas que eu lhe dei, da produção rural, da história da Federação, e tudo mais. Você fazê-la representativa e preparada para uma discussão. Porque na hora em que você vai ter uma discussão com o poder público, se você deve dispor de quadros técnicos bem pagos e bem treinados, especialistas em meio ambiente, em tecnologia, etc. E a nossa Federação não está preparada para esse debate por falta de uma equipe técnica forte que pudesse levar as nossas questões com o melhor aparato de argumentos possível. Essa deficiência de nosso lado tem feito com que o nosso relacionamento não seja mais frutífero. Por outra parte, o que a gente sente do lado do Governo é um grande descaso de todos os

Governos estaduais com o setor agrícola pernambucano. Não é com a Federação da Agricultura, é como o setor agrícola.

A Secretaria de Agricultura de Pernambuco tem um orçamento de 5%, menor que o do poder judiciário. Então a Secretaria de Agricultura de Pernambuco é sempre a última Secretaria a ser preenchida. O Governador nomeia os Secretários de sua inteira confiança, que ele acha mais importantes para a sua gestão, e negocia cargos, entre eles a Secretaria de Agricultura, que, normalmente, as grandes forças políticas não querem porque a entendem fraca.

Então, tudo isso dá uma imagem concreta do **pouco caso que os Governos estaduais fazem do setor rural pernambucano. E por que fazem este pouco caso? Porque 60% do eleitorado está nos centros urbanos e a participação econômica do setor primário vem caindo ano a ano.**

Castro: Quais seriam as secretarias mais importantes?

Pio Guerra: A Secretaria de Educação, de Saúde, e a Secretaria da Fazenda. Essas Secretarias são mais poderosas politicamente que a nossa Secretaria. O Banco do Estado também é muito mais.

Castro: Que peso teria um diretor da Carteira de Crédito rural do BANDEPE para a classe, um presidente da EMATER.

Pio Guerra: Bom, a questão do crédito rural está muito concentrada na mão do Banco do Brasil. Os Bancos particulares, em Pernambuco, operam com 8% ou 9% do crédito. Então, não têm peso específico.

Castro: O BANDEPE não tem peso nenhum para o crédito rural?

Pio Guerra: Nenhum. Já teve até um peso maior, agora não tem nenhum. Além disso, a posição hoje da Federação é de que o agricultor não tome dinheiro do crédito rural. Não tome, porque não tem como pagar. A única atividade para a qual poderiam tomar empréstimo bancário é na cana, mas os bancos não financiam. Eu até fiz um comentário na época da questão da CILPE: “Se fechar o BANDEPE ou o Banco do Brasil, não faz falta para a agricultura, mas a CILPE pode fazer”.

Castro: Digamos que o novo Governo diga para a FAEPE: “Escolha 4 cargos para os quais vocês querem indicar nomes”, que cargos vocês escolheriam?

Pio Guerra: Sem dúvida a Secretaria de Agricultura, a CILPE, e eu criaria um organismo específico para a região das zonas irrigadas do Estado, talvez uma Secretaria de Irrigação. Eu acho que o potencial econômico da região do São Francisco, e de outras regiões é enorme. Existem outros rios que podem ser perenizados também, o Ipojuca, e outros. A gente não fala neles porque o São Francisco é muito maior e não está sendo plenamente utilizado. A gente sempre esquece dos outros, que também existem: no Agreste e também na Zona da Mata.

Então, acho que seria a Secretaria de Agricultura, a CILPE e uma Secretaria de Irrigação. Não precisaria mais de outra, não.

Castro: O que é que você acha da extinção da CISAGRO?

Pio Guerra: A CISAGRO cresceu demais e passou a ter atividades que não eram inerentes à sua função: abastecimento, distribuição de cesta básica, compra e revenda de alimentos. Eu acho que isso foi uma ação de interesses político-eleitorais dos governantes. A questão de uma patrulha mecanizada é fundamental para o Estado no semi-árido. O Estado precisa ter, se possível, os seus instrumentos próprios de abrir poços, construir barragens, mecanizar a sua agricultura. Isso são ações importantes que a CISAGRO deveria desempenhar com correção. Se, com a extinção da CISAGRO, o Estado transferir essas funções para outros organismos – o que não fez até hoje – tudo bem. Mas acontece que ele acabou com a CISAGRO e não arranjou outro órgão que desempenhasse estas funções. Ele não corrigiu o que estava errado na CISAGRO nem fez o correto noutro canto. Então, é lamentável. É um instrumento a menos de desenvolvimento do meio rural do Estado.

Um quarto órgão relevante para a nossa atividade é o IPA. Para nós, a pesquisa é rigorosamente fundamental e precisa ser tratada com grande atenção.

9. RODOLFO DE ANDRADE MORAES

Perfil do entrevistado

Rodolfo de Andrade Moraes tinha 67 anos por ocasião da entrevista, em 13 de agosto de 1992, e presidia, há 10 anos, a Sociedade Nordestina dos Criadores (SNC), estando em seu sexto mandato. Sua formação universitária era de engenheiro agrônomo.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida na sede da SNC. Além dos 30 minutos da entrevista houve uma visita à entidade, acompanhada do Dr. José Loyo Júnior, zootecnista da Secretaria de Agricultura, responsável pelas Exposições de Animais, mediante parceria entre esta secretaria e a SNC.

Destaques da entrevista

Segundo o entrevistado, em Pernambuco observa-se a **ausência de grandes pecuaristas**, só havendo pequenos e médios criadores. Há um processo de modernização pela introdução de raças selecionadas de rebanho e no melhoramento genético, feito no próprio Estado, como no caso dos equinos e bovinos. A Secretaria de Agricultura tem dado apoio a essa modernização.

A SNC apresentou um bom grau de organização visando a defesa dos interesses dos pecuaristas, agrupados em associações específicas por tipo de animal e raça. As sedes destas associações localizam-se no prédio da SNC e, ao mesmo tempo, constituem-se em Núcleos da própria SNC.

Quanto ao **não desenvolvimento da UDR** em Pernambuco, Rodolfo Moraes atribui o fato a não haver agitação no campo em Pernambuco durante o governo Sarney. A SNC não apoiou a instalação da UDR em Pernambuco.

Em relação à **reforma agrária**, o entrevistado constata que todas as áreas onde foram feitos assentamentos fracassaram, sendo a produção dos assentados inferior à que era feita antes.

Quanto à **atividade partidária**, a SNC mantém-se afastada, mas os associados estão ligados a vários partidos

Entrevista

A SNC E O PATRONATO RURAL DE PERNAMBUCO

Castro: Desde quando o Sr. é presidente da SNC?

Rodolfo: Há 10 anos. Estou no sexto mandato.

Castro: Que outras funções o Sr. exerce ou já exerceu?

Rodolfo: Em Diretório Acadêmico, na época de estudante.

Castro: A SNC é também utilizada pelos pecuaristas como um órgão de defesa dos interesses econômicos da classe?

Rodolfo: Dos interesses da classe e melhoria técnica também. Fazemos o registro dos criadores dentro das normas zootécnicas.

Castro: Então, existe na Sociedade a preocupação com a modernização pecuária?

Rodolfo: Grande. Há três anos que as Exposições de Animais são organizadas e dirigidas pela Sociedade. Antes eram organizadas pela Secretaria de Agricultura, com o apoio da Sociedade. Organizamos e dirigimos todas as Exposições, exceto as do interior, onde quem dirige são geralmente as Prefeituras.

Castro: Os pecuaristas se filiam a Sindicatos Rurais, ligados à FAEPE?

Rodolfo: Alguns. Se filiam mais aqui na Sociedade Nordestina dos Criadores.

Castro: A Sociedade tem sub-sedes no interior?

Rodolfo: Não, eles vêm aqui. Nós temos reuniões semanais. Toda segunda-feira, às 19 horas, se reúnem aqui 100 a 150 pecuaristas de todo o Estado. A Sociedade tem Núcleos das diversas raças, cada uma com uma sala.

Castro: Cada raça deu origem a uma Associação?

Rodolfo: São Associações e ao mesmo tempo Núcleos da Sociedade. Eles estão procurando ajudar o trabalho da Sociedade, de divulgação, nas Exposições, etc.

Castro: As várias espécies de rebanhos dão origem às associações?

Rodolfo: Estão aqui mesmo, como a Associação dos Criadores de Equíneos, a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos e a Associação dos Criadores de Cavalos Árabes. Eles têm sede aqui, mas tem autonomia em relação à SNC.

Castro: Por que a UDR teve em Pernambuco um desenvolvimento bastante medíocre no Estado, em relação ao desenvolvimento em outros Estados brasileiros? A que fator o senhor atribui esse certo fracasso da UDR?

Rodolfo: Não foi exatamente um fracasso. Não havia em Pernambuco uma agitação como havia em outros Estados, de modo que não tinha razão da UDR agir.

Castro: Mas Pernambuco teve época em que as esquerdas eram mais agressivas.

Rodolfo: No tempo das Ligas Camponesas, de Julião, de Arraes.

Castro: Apesar de o senhor achar que houve uma certa presença da UDR no Estado, não houve um apoio público da Sociedade?

Rodolfo: Não.

Castro: Os fornecedores de cana apoiaram a UDR. Antonio Celso me disse que ele fez questão de trazer Ronaldo Caiado para aqui. Vocês não fizeram isso?

Rodolfo: Não. Eu compareci. Mas oficialmente, não houve apoio.

Castro: Caiado não cabia no espaço político de Pernambuco?

Rodolfo: Não cabia.

A MODERNIZAÇÃO DA PECUÁRIA EM PERNAMBUCO

Castro: Qual é o perfil sócio-econômico do pecuarista de pernambucano?

Rodolfo: É médio e pequeno. Não temos condição de ter grandes rebanhos.

Castro: Isso porque Pernambuco não tem condições de terras boas?

Rodolfo: É, não tem. O Sertão, você sabe, as condições são difíceis. Agora, houve uma melhora com a introdução da algaroba e do capim buffel.

Castro: Então, o pecuarista de Pernambuco é de médio para pequeno, e está em processo de modernização, graças às raças mais selecionadas. Para que rebanhos?

Rodolfo: Bovinos, eqüinos... Temos bons produtores de cavalo: Mangalarga, Marchador, Quarto de Milha, etc.

Castro: A pecuária pernambucana está se modernizando? Em que setores?

Rodolfo: Na parte seletiva.

Castro: Desde quando vem se intensificando esse processo de modernização?

Rodolfo: Desde uns 20 ou 30 anos.

Castro: O FINOR e a SUDENE contribuíram para isso?

Rodolfo: A maioria dos projetos dos pernambucanos está fora do Estado, sobretudo na Bahia, Maranhão e Piauí.

Castro: Que fatores contribuíram para a melhoria da pecuária em Pernambuco?

Rodolfo: O interesse do proprietário, do fazendeiro, em melhorar o seu rebanho geneticamente e o incentivo da Secretaria de Agricultura do Estado.

Castro: O DPA ajudou, de algum modo?

Rodolfo: Ajudou e muito. Infelizmente, hoje, está praticamente extinto.

Castro: E tem havido pesquisas?

Rodolfo: Ficam com o IPA, que ultimamente não tem feito pesquisas significativas.

Castro: Então, a melhoria vem mais da importação de reprodutores e de matrizes.

Rodolfo: E também do trabalho genético feito aqui no Estado, através de cruzamentos, da introdução da inseminação artificial.

Castro: Em que ano se introduziu, em Pernambuco, a inseminação artificial?

Rodolfo: Quem introduziu fui eu, há uns 15 anos atrás, criando uma Central de Sêmen. Hoje temos a transferência de embrião. Foi um avanço extraordinário.

Castro: E isso está difundido entre os pecuaristas?

Rodolfo: São poucos. Nem todo pecuarista pode fazer isso. Tem que ser um técnico para fazer isso. A inseminação é mais simples, e pode ser feita por um vaqueiro.

Com a inseminação artificial pode-se ter aqui no interior do Estado, o melhor reprodutor do mundo. Esse sêmen é importado, conservado em nitrogênio e pode resistir 20 a 40 anos. Existe uma central de sêmen no Sul, com representantes no Estado, com sêmen de reprodutores nacionais e com sêmen importado.

REFORMA AGRÁRIA

Castro: Que análise o senhor faz do Plano Nacional de Reforma Agrária de Sarney?

Rodolfo: Todos os projetos de reforma agrária aqui na região fracassaram. Em Alagamar, Rio Tinto, na Paraíba, a produção das áreas de reforma agrária é hoje inferior ao que era antes. Eu não sei a razão porque acontece isso.

O PATRONATO E O SISTEMA POLÍTICO

Castro: Como tem sido o relacionamento da entidade com o poder público, para o atendimento das reivindicações dos agricultores?

Rodolfo: Bom. Sempre tive acesso aos Secretários de Agricultura.

Castro: Que pressão sobre o Estado vocês fazem na defesa de seus interesses?

Rodolfo: A pressão política, através de representantes políticos e a Associação.

Castro: A entidade se empenha em ajudar a eleger parlamentares comprometidos com a defesa dos interesses da categoria social junto ao Estado?

Rodolfo: Não apoiamos abertamente, porque isso aqui é um coquetel de partidos. Por isso deixamos os associados com inteira liberdade.

Castro: E nem quando é um pecuarista, que frequenta a Sociedade, e resolve se lançar candidato, a Sociedade não dá um certo apoio?

Rodolfo: Não.

PARTE 2: ENTREVISTAS COM POLÍTICOS

1. ANTÔNIO RIBEIRO DE GODOY

Perfil do entrevistado

Antônio Ribeiro de Godoy tinha 70 anos por ocasião da entrevista, em 29 de julho de 1992, momento em que era assessor da Companhia de Armazens Gerais de Pernambuco (CAGEP).

Godoy era natural de Serra Talhada e nasceu em família de políticos, filho do ex-deputado Methódio Godoy, primo dos ex-governadores Agamenon e Roberto Magalhães, irmão do ex-deputado Ribeiro Godoy e do vereador de Recife Mauro Godoy e tio de Abelardo Godoy, ex-prefeito de Bonito.

Formou-se em agronomia, mas não exercia atividade produtiva na agropecuária, inclusive nem era proprietário rural.

Destacou-se como dirigente de entidades patronais. Foi pioneiro na fundação de sindicatos patronais agrícolas de Pernambuco nos anos 1960, exerceu a função de presidente da Federação das Associações Rurais de Pernambuco (FAREP) entre 1963 e 1964, e foi o primeiro presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE) ⁽¹⁰⁾, em 1968, ainda na fase de diretoria provisória.

Ocupou diversos cargos públicos, como o de Secretário da Agricultura de Pernambuco no governo de Otávio Cordeiro, do Partido Democrata Social (PSD), de outubro de 1958 a março de 1959, e dirigiu vários organismos públicos vinculados à agricultura de Pernambuco durante os governos da Aliança de Renovação Nacional (ARENA), do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido do Frente Liberal (PFL), na ditadura militar e no começo da Nova República, ocasião em que o governador de Pernambuco era Roberto Magalhães.

Embora tenha sido um político conservador, Godoy demonstrou capacidade de diálogo com o sindicatos dos trabalhadores e as organizações católicas atuantes no campo e manifestou admiração pelo trabalho de Padre Crespo na criação de sindicatos de trabalhadores rurais.

¹⁰ A presidência de Mauro Godoy na FAEPE deu-se na fase de diretoria provisória, a que substituiu a diretoria da antiga FAREP. Com as eleições que se realizaram ainda em 1968 foi eleito presidente da FAEP o agrônomo Gileno de Carli.

Faleceu aos 90 anos, em 05 de dezembro de 2011, como assessor da Secretaria de Agricultura de Pernambuco.

Destaques da entrevista

Tensões entre patronato e trabalhadores rurais, em Pernambuco. Para Godoy esses protagonistas manifestaram capacidade de negociar seus conflitos. Contribuiu para isso a existência, no campo pernambucano, desde os anos 1960, de entidades de representação profissional patronais e dos trabalhadores.

Na Nova República **a moderação nessas relações deveu-se, em grande parte, à presença da Sociedade Nordestina dos Criadores, com forte representatividade profissional, fato que inibiu a entrada da UDR em Pernambuco.**

Tensões no seio do patronato. Godoy relatou o clima de tensão entre a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o patronato estadual na disputa pela direção da Federação de Agricultura de Pernambuco (FAEPE), pondo em lados opostos o próprio Godoy e Gileno de Carli, este apoiado pela CNA, e também entrevistado por mim.

Representação profissional do patronato. A qualidade dessa representação variou bastante entre as categorias do patronato. A melhor representatividade foi usufruída pelos pecuaristas, exercida através da Associação dos Criadores de Pernambuco. Em segundo lugar, a qualidade da representatividade cabe às duas entidades dos cultivadores de cana – um sindicato e uma associação -, entidades bem organizadas mas concorrentes entre si. Em terceiro e último lugar, os usineiros tem uma entidade de representação, o sindicato dos usineiros, onde predominam os interesses individuais.

Representação política do patronato. Existe uma representação política do patronato rural pernambucano através de alguns deputados, eleitos com o apoio financeiro de algumas categorias patronais, mas sem haver no processo eleitoral uma linha ideológica ou de coerência partidária. Godoy destacou que a força política

dos usineiros não é capaz de eleger um governador. Uma razão para isso é que há um preconceito enraizado na cultura política da região, onde se vê o usineiro como um senhor de engenho, com perfil de dominação violenta.

Elogios de Godoy. Nosso entrevistado teceu elogios para:

- **os trabalhadores rurais**, por seu nível de organização e consciência política
- **a Igreja católica** pelo apoio à sindicalização dos trabalhadores rurais;
- **o usineiro Armando Monteiro Filho**, por sua mentalidade guiada pela justiça social e pelo trato respeitoso com seus próprios trabalhadores;

Agricultura familiar. Godoy **propôs a criação da Federação de Sindicatos de Agricultores Familiares** de Pernambuco. Proposta que veio a se realizar posteriormente. No Sertão, segundo ele, a maioria dos STR's são compostos por agricultores familiares, que ele chama de autônomos.

Reforma Agrária. Na concepção de Godoy, **antes de se pensar em fazer a reforma agrária é preciso fazer uma reforma agrícola**, modernizando a agricultura e preparando trabalhadores para serem responsáveis pela produção agrícola em um estabelecimento familiar. Por outro lado, ele considerou o Estatuto da Terra como uma legislação agrária avançada. O problema é colocá-lo em prática, segundo ele.

Lideranças do patronato na direção do Estado. Godoy mostrou que é grande a influência do patronato pernambucano sobre o Estado federado e o Estado nacional, inclusive na ocupação de cargos direção. Ele mesmo é um exemplo. Analisou o governo de Cid Sampaio e Miguel Arraes.

Em relação a **Arraes**, Godoy destacou que seu partido, o PSD, que congregava uma parcela importante do patronato, apresentou Paulo Guerra, como vice da chapa de Arraes, do Partido Social Trabalhista (PST), para seu primeiro governo, garantindo a vitória da chapa. Isso chama a atenção para o caráter **conciliador** da liderança de Arraes.

Em relação a **Cid Sampaio**, Godoy diz que apesar de ter feito campanha contra Cid, para o governo do Estado, reconhece seu **grande trabalho na**

Secretaria de Agricultura, inclusive na Companhia de Revenda e Colonização (CRC), que era responsável pela reforma agrária estadual.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida em sua sala na Companhia de Armazens Gerais do Estado de Pernambuco (CAGEP), em Recife, num clima bastante descontraído. Destaquei, na minha apresentação, que eu estava fazendo uma pesquisa de doutorado sobre as organizações de agricultura de Pernambuco.

Entrevista

REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL DO PATRONATO RURAL

Castro: Que entidades representavam os produtores rurais antes da criação da FAEPE e como se deu a criação desta Federação?

Godoy: Em 1963, eu e mais alguns agrônomos e veterinários, fazíamos parte da Federação das Associações Rurais, presidida por Arnaldo Peixoto de Oliveira, e eu era um dos diretores. Quando ele saiu ele me entregou o negócio. Quando eu fundei o Sindicato de Amaraji, Fausto Pontual, da cana, veio em cima. Como eu já tinha diretoria certa, eles desistiram. Criei, dentro da FAREP, um Departamento de Produção Vegetal e um Departamento de Produção Animal.

Castro: Você contratou agrônomos?

Godoy: Não cheguei a contratar porque quase toda a diretoria era de agrônomos. A gente trabalhava porque não queria deixar cair esse negócio. Foi feito tudo isso aqui de 63 para 64.

Os Sindicatos Rurais antes de serem reconhecidos têm que funcionar como Associações e devem ter um número determinados de associados. Minha ideia era que se permanecesse com os dois tipos de entidade, os sindicatos e as associações, que não podem sofrer intervenção por parte do Governo. Mas esta ideia não prevaleceu. Apenas os fornecedores de cana têm associação e sindicato.

Naquela época, por qualquer coisinha, podiam botar um interventor no sindicato e fazer miséria com a gente. Então, haveria o sindicato, com advogado

para a defesa da classe, usar propaganda, essa coisa, e a associação, para festa, para uma porção de coisas.

Até hoje a Associação dos Agrônomos não passou para Sindicato. Eu estou pensando em utilizar uma antiga associação de engenheiros agrônomos – eu já tirei no Cartório o nome dela – e ver se transformo ela em Sindicato, deixando continuar existindo a Associação do Agrônomos. Porque os agrônomos no Clube de Engenharia, não têm força para nada. E aliás, o Sindicato dos Engenheiros, caiu muito com esse negócio da CHESF.

Castro: Você tem a lista das associações rurais daquela época?

Godoy: Tenho. (Godoy forneceu-me uma relação das entidades sindicais no ano de 1968, a seguir resumida:)

- A FAEPE, reconhecida em 1968;
- 21 Sindicatos, entre os quais o Sindicato dos Cultivadores de Cana, que foi reconhecido em 1965;
- 18 Associações Rurais com pedido de reconhecimento como entidades sindicais já encaminhado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Castro: Como foi o relacionamento da FAEPE com a CNA, durante a sua presidência, em 1968?

Godoy: Eles ameaçaram de intervenção na Federação de Pernambuco, antiga Federação das Associações Rurais, que estava então com uma Diretoria Provisória, pois ainda não se tinham realizado as primeiras eleições para a FAEPE, sendo diretores Antônio Leandro Estima, Arnaldo Peixoto de Oliveira, Lauro Ramos Bezerra e Nelson Andrade de Oliveira. Mas foi só uma ameaça de boca, não houve nada oficialmente. O Flávio Brito – que era um raso – queria botar um presidente dele o Oswaldo L. C. Guimarães, que era diretor administrativo da CNA, e depois veio para Recife, onde ganhava como empregado da FAEPE, para me ajudar. Foi ele quem denunciou essa quadrilha de esculhambação que estava havendo.

Castro: E ele guardava bem a documentação?

Godoy: Tudo era bem organizado. Tem Livro de Atas de tudo.

Castro: Será que a viúva dele não teria esse material?

Godoy: Eu não sei. No Governo de Paulo Guerra, Arnaldo Peixoto de Oliveira já tinha deixado a direção da FAEPE. Eu já era da Federação das Associações Rurais desde 1963. Fui para Brasília e para São Paulo, representando Pernambuco. Fui presidente desta Federação. A Federação das Associações tinha um jeep velho. Eu fiz uma petição para o Dr. Paulo Guerra, governador de Pernambuco, para que o Departamento de Produção Vegetal fizesse o reparo nesse jeep, para poder a gente criar as associações rurais. Eu visitei todas as Associações e comecei o processo de transformação em sindicato daquelas que realmente queriam. E ficaram poucas fora desse processo. Isso já foi em 68, posterior à Revolução de 64.

Paulo Guerra, Cleophas, **Flávio Brito, que era senador e presidente da CNA** acharam por bem fazer eleição, e botar o Gileno como candidato a presidente. O Gileno tinha muita propriedade, a fazenda São Gonçalo, muito grande.

Castro: E porque Paulo Guerra, que era do PSD, o seu partido, queria um outro candidato?

Godoy: Havia interesses de toda a parte. Cleophas, Gileno e Paulo Guerra faziam parte da CNA. Então eles queriam botar....

Castro: Uma pessoa mais ligada a eles.

Godoy: A eles, para poder fazer a política deles. E eu não era agricultor e não sou ainda. Não tinha propriedade, não tinha nada.

Castro: E eles queriam botar Gileno como interventor.

Godoy: Para mim era Gileno que eles queriam botar, mas não havia motivo. E Gileno foi o primeiro candidato, apresentado pelo Sindicato de Sanharó, se eu não me engano. O primeiro presidente foi Gileno, e o Nelson Andrade de Oliveira ficou na vice-presidência. Isso aí foi uma exigência nossa. Quando eu criei a Federação, dentro de pouco tempo eu marquei a eleição.

Quando Gileno entrou eu me afastei. Fui lá depois para receber uma homenagem, quando Dr. Nelson comprou a sede. Prestaram uma homenagem a mim e a Gileno. Está lá o retrato da gente na Federação.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO PATRONATO

Castro: Por que a UDR não teve em Pernambuco um desenvolvimento tão importante como em outros Estados brasileiros?

Godoy: Porque aqui os **pecuaristas tem uma representação bem organizada, através na Sociedade Nordestina dos Criadores. Foi esse nível de organização que travou o ingresso da UDR em Pernambuco.** Essa entidade já começou forte com Abelardo, com Paulo Guerra. Hoje é Rodolfo Moraes, muito dedicado, construiu uma sede. Eles podiam ter apoiado a UDR mas não apoiaram.

Castro: E os **trabalhadores** são organizados?

Godoy: Sim, eles **têm consciência da força que têm. Quando eles vão para um encontro agrícola eles vão com agrônomo, com advogado, com economista...**

Enquanto os **proprietários rurais** não têm essa concepção. Cada um só vê o caso dele. Quando há uma crise eles se juntam todos. Na cana de açúcar **os fornecedores de cana é quem ainda tem peito, são capazes de lutar, matar e morrer por aquele patrimônio deles. Não é o caso do usineiro. Esses abrem. Dão dinheiro a tudo quanto é de Partido.**

Castro: Do seu ponto de vista os fornecedores são mais coesos?

Godoy: São mais coesos. Desde Francisco Falcão ⁽¹¹⁾.

Castro: Você acredita que os usineiros e os fornecedores de cana ainda têm muita força política em Pernambuco?

Godoy: Têm.

Castro: Mas não dá para eleger um governador?

Godoy: Não, não dá. Mas eles podem dar dinheiro. Porque há uma campanha contra usineiro, senhor de engenho. Eu, mesmo, quando fui para Cucaú, não acreditei que o Dr. Armando me chamasse. A impressão que nós, lá do Sertão tínhamos, era a pior do mundo, que usineiro matava, que dava surra, essa coisa todinha, que nas Usinas não se não respeitava ninguém. Mas **em Cucaú me deram tudo. Foi uma experiência muito boa para mim. Uma vez o Dr. Armando disse: “Você gosta muito da parte social”. Porque eu comia mesmo com os**

¹¹ Francisco Falcão foi presidente da AFCP por vários mandatos, com gestões bem sucedidas, inclusive com a promoção de grandes mobilizações dos fornecedores, na defesa do preço da cana.

agricultores. Eu nunca vi um pessoal mais miserável que esses trabalhadores de cana da Zona Sul. E eu cheguei a dizer a Dr. Armando: “Dr. Armando, eu não tenho inveja do senhor como usineiro. Minha posição é muito triste, porque eu nem sou da sua confiança, e nem sou da confiança dos operários, por mais que eu faça”. Mas o velho Armando fazia uma certa obra social, tinha escola...

Armando Monteiro se orgulhava de ser agricultor. Ele era de um jeito que, quando ele chegava a visitar os campos, antes de sair ele me dizia: “Você está gastando muito. Vamos dar uma volta”. Ele saía e ia se entusiasmando. Ia anotando, “faça isso”. Quando terminava a visita dele, eu dizia: “Dr. Armando, o senhor veja as ordens que o senhor deu. O senhor reclamou porque eu estava gastando muito, mas agora o senhor...” E ele dizia: “É porque eu sou agricultor, e agricultor aqui se entusiasma”. E ele queria ensinar até a agrônomo, fiscais, administradores.

Castro: Ele permitia que os moradores tivessem sítios?

Godoy: O Dr. Armando deixava que tivessem sítios mas não na área da cana de açúcar. Fora dela a gente podia escolher a área. Nós oferecemos um hectare já plantado com banana nos limites dos engenhos, desde que o camarada morasse ali, vigiando. Pois bem, poucos quiseram um negócio desses. Eu não sei se ele também ia tirar banana para a fazenda.

ATUAÇÃO DA IGREJA NO CAMPO

Castro: Como o Sr. analisa a atuação da Igreja católica no campo, em Pernambuco a partir dos anos 50?

Godoy: A criação de sindicatos, de associações, era uma coisa extraordinária e dava meios para que as pessoas se desenvolvessem. O maior trabalho, nesses sindicatos rurais, foi da Igreja. Esses padres se dedicaram e orientaram. Por que, quem é que ia orientar? O proprietário ia orientar? Não ia.

RELAÇÕES ENTRE O PATRONATO E OS TRABALHADORES.

Castro: O patronato rural e o campesinato de Pernambuco, ao longo das últimas décadas, têm um relacionamento no qual predomina a linha da negociação ou, ao contrário, o do conflito e do afrontamento?

Godoy: Há um paradoxo muito grande entre o usineiro e os empregados.

O Castelo Branco foi muito bom para os trabalhadores. **Essa lei de Reforma Agrária, o Estatuto da Terra, é uma coisa extraordinária.** Se cumprisse isso eu tenho a impressão que a coisa se resolvia todinha.

A REFORMA AGRÁRIA

Castro: Por que têm fracassado os planos de reforma agrária no Brasil?

Godoy: Eu acho o seguinte. **O Estatuto da Terra é uma coisa muito bem estudada.** Eles pesquisaram tudo que existia no mundo sobre reforma agrária. Eudes de Souza Leão ⁽¹²⁾ fez parte dessa equipe. Deram ao Castelo um trabalho altamente significativo. E o Castelo apoiou o negócio. Para cumprir aquela coisa era onde estava a dificuldade...

CRIAÇÃO DE UMA FEDERAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES

Godoy: Eu queria criar uma Federação de Autônomos. A minha concepção é que cada agricultor desses, com sua família e seus trabalhadores, se sindicalizasse e tivesse INPS. Se você fizer uma estatística dentro dos sindicatos de operários rurais, você vai ver que a maioria é de pequenos proprietários, ou trabalha como arrendatário, essa coisa.

Castro: Essa camada de pequenos produtores tem uma certa dificuldade em ser representada, porque é atraída pela FETAPE e pela FAEPE, não é?

Godoy: A FETAPE conquistou essa camada.

¹² Eudes de Souza Leão é considerado um personalidade pelas funções que exerceu, como agrônomo, no mundo acadêmico, inclusive na UFRPE, como dirigente de órgãos ligados à agricultura, tendo ocupado a direção da Secretaria de Agricultura em substituição a Barbosa Lima Sobrinho, no governo de Etelvino Lins (1950-1954), foi criador da Companhia de Armazens Gerais e Silos de Pernambuco (CAGEP), entre outras importantes iniciativas para o desenvolvimento rural de Pernambuco. Por indicação do presidente Castelo Branco foi um dos elaboradores do Estatuto da Terra, em 1964. Faleceu em 15 de setembro de 2018, aos 98 anos de idade.

Castro: Mas eles podiam se filiar à FAEPE?

Godoy: Podiam. Em São Joaquim do Monte, por exemplo, o Sindicato Rural é de pequenos produtores, em Sanharó também.

Castro: Mas você acha que eles deviam ter um sindicato próprio.

Godoy: Aqueles que não são empregadores, que são autônomos, esses deviam ter sindicatos próprios e uma Federação própria. Era outra categoria que tinha que criar. No Sertão quase todos os sindicatos de trabalhadores rurais são de autônomos.

Castro: As associações que você queria transformar em sindicatos ainda funcionam?

Godoy: Eu não sei. Eu sei que eu deixei 42.

Castro: Serra Talhada possui o segundo maior sindicato rural do Estado, logo depois do de Cultivadores de cana, não é?

Godoy: Não sei.

LIDERANÇAS DO PATRONATO NA DIREÇÃO DO ESTADO

Castro: Como tem sido o relacionamento da entidade com o poder público, nas reivindicações dos agricultores?

Godoy: Eu fui Secretário de Agricultura no Governo de Otávio Cordeiro, que tirou o período restante da gestão de Cordeiro de Farias, quando este renunciou após a vitória de Cid Sampaio. Fui sucedido como Secretário de Agricultura por Francisco Falcão, liderança da classe. Além disso, o presidente da Federação pode ter audiência com o Presidente da República. O grupo que me sucedeu na Federação, consegui aprovar vários projetos em benefício da categoria. Isso explica o crescimento de Gileno como liderança da classe.

Castro: Quando Arraes foi candidato a governador pela primeira vez ele teve apoio de parte do PSD?

Godoy: **A gente botou Arraes com Paulo Guerra, do PSD, na vice.**

Castro: Avalie a atuação do Governo de Cid Sampaio em relação à agricultura.

Godoy: Eu fiz campanha contra Cid Sampaio. Tivemos que expulsar colegas da Associação de Agrônomos que apoiaram umas medidas que Cid Sampaio fez que contrariaram o nosso pensamento. Lindalvo Farias, que fazia parte comigo da Associação, e era um cabra de esquerda, mas uma esquerda muito independente. Ele era presidente da Associação dos Agrônomos. E eu também fazia parte da diretoria. Nós fizemos uma campanha grande contra Cid. Nós derrubamos Cid Sampaio no Sindicato dos Engenheiros. **Agora ninguém pode encobrir que foi Cid Sampaio quem mecanizou a Secretaria de Agricultura. Ele trabalhou muito.**

Eu vi na Prefeitura de Recife, onde eu fui Secretário de Abastecimento no Governo de Geraldo Magalhães Melo. O que desgraça um governo são os chaleiras. O cabra fica pensando que tudo vai bem. Os secretários têm que dizer o que tem para fazer. O que está feito, deixe que o povo diga. Aqui para nós, quem abriu o leque para a administração de Geraldo fui eu. A equipe de Geraldo era de gente experimentada, de homens de bem. Eram de nível de Secretário de Estado.

Castro: Você acompanhou o trabalho da CRC, no tempo de Cid Sampaio?

Godoy: Na CRC, realmente, eles trabalharam um bocado. Cid Sampaio teve um erro grave. Essa eu não perdo. Foi acabar com o único Departamento de Conservação de Solos do Brasil, e que se deve a Oswaldo Lima Filho. Nem São Paulo tinha um departamento assim. Com gente preparada.

DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA NA ZONA DA MATA

Castro: Na Zona da Mata pode haver diversificação de culturas, como uma opção econômica?

Godoy: Banana é o que eu vejo com mais potencial. Maracujá também dá bem.

Castro: Cereais não?

Godoy: Com os cereais eu tive uma experiência em Palmares, onde nós investimos em correção de solos e numa adubação maciça. A resposta, por exemplo, do milho, que era, vamos dizer 500 kg, por hectare, passou para uns 1.500 kg/ha. E esses mil quilos a mais não davam para pagar a correção e o adubo. Não era econômico. Quem está pensando em diversificação deve analisar esse aspecto.

O filé dos solos em Pernambuco é na Zona da Mata, e esse solo é todo sujeito à erosão. Se você botar uma cultura ali que não contribua para a conservação dos solos, você vai acabar com os solos.

Castro: E a pecuária é viável na Mata?

Godoy: É viável. Onde for mais frio coloca-se o búfalo, que está se adaptando muito bem. Por causa da umidade muito grande tem que ser um gado especializado para aquilo, como um Jersey, e outros.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO

Castro: A agricultura do Estado se modernizou?

Godoy: Honestamente eu lhe digo que não. Aí é onde está a minha tese: **era ter uma reforma agrícola, não agrária, para depois vir a reforma agrária. Você tinha que preparar o agricultor para depois fazer a reforma agrária.** No Sertão tem agricultor com terra à vontade – uns 300 a 400 hectares - e não planta.

Castro: Por causa da falta de uma política?

Godoy: Da falta de política e também por causa das condições climáticas. Eu trabalhei com produção de sementes na zona irrigada, em Cabrobó, na margem do rio. Você não pode comparar um hectare de feijão produzido em Águas Belas, no Agreste Meridional, que é zona de chuva, com um hectare produzido em zona irrigada. Por que o cara da cana não muda? Porque ele sabe que a cana é a única que você planta com um preço fixo. Sabe o rendimento dela e sabe quanto você vai ganhar depois que você colher.

Castro: Mas com uma produtividade baixa.

Godoy: É relativo. Tem produtividade aqui em Pernambuco muito boa, na Zona da Mata, onde tem mais de 70 t/ha. Por exemplo, na Usina Estreliana, de José Lopes, onde um colega meu está fazendo adubação orgânica e pode chegar a uma produção muito boa, de 80, 100 t. O que há é que a produtividade de Pernambuco é mais estimada na balança, onde é subestimada pelo usineiro. Uma coisa que eu cheguei a conversar com Rômulo, que é agrônomo, sobre a deficiência muito grande

na colheita da cana. Tem gente que colhe verde uma cana que é tardia, e deixa a cana precoce - que é quando ela tem mais açúcar – e colhe quando ela está seca. Isso faz cair muito o rendimento. Por exemplo, a TX, que é uma cana rica, uma cana muito dura, prejudica muito a Usina, mas tem muito teor de sacarose. Ele pega, bota na margem da estrada, de ramal ferroviário, com medo de incêndio. Quando começa a colher vai colhendo essa cana tardia, de 14 ou 15 meses, e bota ela, em vez de botar uma cana precoce. Resultado, colhe aquela, e quando vai colher a outra, já está seca, já passou do período de riqueza do açúcar.

Eu aprendi muito sobre adubação. Quando eu cheguei me disseram: “Olhe, Godoy, aqui já está definida a fórmula para encosta, para a chã...”. Mas tinha três engenhos meus onde **eu fazia uma compostagem daquele lixo da cidade**, depois de um beneficiamento.

Por que a SUDENE não faz uma análise de todos esses projetos agrícolas, agropecuários, industriais, para examinar quem fez e quem analisou o projeto? Por que o número de empregos que eles dizem que ia dar e não dá? Cada projeto tinha que ter agrônomo, veterinário, técnicos com uma especificação profissional.

Castro: Você acha que os recursos do FINOR não foram bem aplicados?

Godoy: O problema desse FINOR foi uma coisa muito séria.

Castro: Só para beneficiar certos grupos.

Godoy: Para beneficiar certos grupos e o cara que tinha mais facilidade. Eu conheço projeto que o cara comprou trator, comprou tudo. Gente que botou no projeto que a estrada era de 7 m de largura, fazia só um trecho. Quando ia a fiscalização ele provocava o alargamento de um ponto da estrada, onde terminava o trecho construído segundo o projeto, e dizia para o fiscal: “Para adiante a gente não pode passar não, mas o resto é todo esse jeito”. Particularmente, eu posso até lhe dizer o nome do cara.

No Sertão, um cara faz um poço, pelo DNOCS, com X horas de trator. Mas pede a alguém notas frias dizendo que gastou Y horas. Resultado, o cara está rico.

Castro: O DNOCS foi um dos órgãos mais manipulados, não é?

Godoy: Manipulado. Porque o DNOCS era um órgão paternalista. Eu encontrei gente usando dois fungicidas que têm a mesma finalidade.

2. ARMANDO MONTEIRO FILHO

Perfil do entrevistado

Armando Monteiro Filho tinha 67 anos por ocasião da entrevista, em 10 de Setembro de 1992, sendo detentor de dois ricos perfis, o de empresário e o de político, com formação universitária em engenharia civil. Preocupado com a democracia e a justiça social militou, quando jovem, no movimento estudantil, tendo desempenhado a função de Presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) e de Secretário da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Como empresário, ele era, na ocasião da entrevista, proprietário e superintendente das Usinas Cucaú e Laranjeiras, presidente da Destilaria Gameleira SA, presidente da Recife Automóveis S.A. (REASA), da Nordeste Automóveis S.A. (NORASA), da Indústria e Comércio de Laminados (NORAÇO), da Fiação e Tecelagem de Ribeirão S.A. e da Companhia Agropecuária Vale do Ribeirão (CAPRI). Como político, ele é um dos líderes, em Pernambuco, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), criado e dirigido por Leonel Brizola, de quem foi próximo desde os anos 1950. Armando exerceu a função de Ministro da Agricultura por indicação do Partido Social Democrático (PSD) de João Goulart, este integrante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1961 e 1962, durante o regime parlamentarista, tendo como primeiro ministro Tancredo Neves. O PSD e o PTB estavam coligados neste governo. Como Ministro da Agricultura ele apresentou propostas para a reforma agrária ⁽¹³⁾

Anteriormente ele foi Deputado estadual pelo PSD (1950-1954), Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de Pernambuco durante os Governos de Agamenon Magalhães e Etelvino Lins (1950-1954), Deputado Estadual de Pernambuco, pelo PSD, entre 1950 e 1954 e Deputado Federal, também pelo PSD (1955-1962). Como Secretário de Viação ele pavimentou uma parte significativa das estradas de Pernambuco, contando para isso como o apoio empresarial.

Ele foi candidato ao governo de Pernambuco, nas eleições de 1962, nas quais o eleito foi Miguel Arraes, candidato da Frente do Recife, com o apoio de

¹³ MONTEIRO FILHO, Armando. *Anteprojeto de Reforma Agrária. Aumento da produtividade, humanização do homem do campo*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1962. Série Documentária n. 18.

uma dissidência do PSD, que lhe ofereceu Paulo Guerra como vice da chapa. Duas coisas chamam a atenção nessa eleição. A primeira é que Cid Sampaio rompeu com Arraes, que havia sido seu candidato a prefeito de Recife e, a segunda, é que Armando Monteiro Filho, disputa em faixa própria, ele que tradicionalmente era um aliado da esquerda. Os interesses partidários falaram mais alto.

Armando era genro de Agamenon Magalhães, um dos fundadores do PSD nos anos 1930, antigo governador de Pernambuco e uma das principais figuras da história política de Pernambuco. Seu filho, Armando Monteiro Neto, foi senador de Pernambuco, ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2015-2016) de Dilma Russef e continua como uma figura importante na política desse Estado.

Em 2010, Armando Monteiro publicou um livro de memórias, *Foi Assim. Memórias, histórias, depoimentos e confissões* ⁽¹⁴⁾, prefaciado por Lula, então em seu segundo mandato de presidente da República.

Armando Monteiro faleceu em 02 de janeiro de 2018, aos 92 anos de idade.

Destaques da entrevista

Reforma Agrária. Armando apoiou a implantação do importante Projeto de Colonização da Usina Caxangá, doando cerca de cinco mil hectares para assentar trabalhadores. Mas o resultado foi negativo, segundo o entrevistado, pois a produtividade baixou de 24 t/ha para 8 t/ha nessa área.

Manifestou-se um admirador das Ligas Camponesas.

Recentemente, apresentou um **Plano Habitacional para o campo**, beneficiando 50.000 trabalhadores com lotes cedidos em comodato, com casa e infra-estrutura produtiva. Para isso, apresentou uma proposta à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e ao Sindicato dos Usineiros. A FETAPE, segundo Armando Monteiro, não deu muita atenção a esta proposta, mas o Dr. Romeu da Fonte, Secretário do Trabalho no segundo governo de Miguel Arraes a aprovou. Depois veio a crise do governo Collor e não se pôde fazer mais nada.

¹⁴ Ver Monteiro Filho, Armando. *Foi assim. Memórias, histórias, depoimentos e confissões*, Ed. Bagaço, Recife, 2010, p. 378.

Agroindústria açucareira. Para Armando é necessário resolver a crise econômica dessa atividade, beneficiando usineiros, fornecedores e trabalhadores permanentes, da parte industrial e do campo.

Presença do Estado na economia. Armando, contrariando os políticos liberais, é favorável à presença do Estado na economia. Por isso, foi contra a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), pois com este instituto o Estado mediava as controvérsias entre os atores econômicos da agroindústria açucareira.

Relações entre o patronato e os trabalhadores rurais. O entrevistado defende uma melhor relação entre o patronato e os trabalhadores, inclusive com uma melhoria salarial para os trabalhadores.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida no escritório da Usina Cucaú, no bairro de Benfica, em Recife, na presença do Prof. Christian Gros, da Universidade de Paris III e meu orientador no doutorado, que se encontrava em Recife nesta ocasião. Antes do início da entrevista, o Dr. Armando fez diversas observações defendendo a figura do usineiro do preconceito que, segundo ele, existe contra essa categoria.

OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADO SOBRE A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

Armando: Antes de você começar a gravar eu gostaria que você lesse um artigo meu: “O amargo açúcar de Pernambuco”. No momento dessa entrevista, em que a usina está parada, eu achava que essa mão de obra temporária devia ser localizada num projeto de reforma agrária. Eu achava que a mão de obra permanente devia ser realocada: em vez de morar no engenho, sem água encanada, sem luz, deveriam ser feitas agrovilas nas periferias das cidades já existentes. No nosso caso: Ribeirão, Gameleira, Rio Formoso, Ibiratinga, que é um distrito de Ribeirão. Com isso você mudava a cultura desse trabalhador rural, que não têm ambição. Ele trabalha três horas, ganha 20% do salário mínimo e vai para a casa. Se ele estivesse incorporado a essa sociedade de consumo, tivesse uma televisão em

casa, os filhos fossem para o clube, ele começava a ter maiores ambições e, naturalmente, ia produzir muito mais.

Castro: E não aumentaria o desemprego?

Armando: Isso é o grande mal, porque, na realidade, a cana é uma cultura que tem mão de obra intensiva, demanda muita mão de obra. No nosso caso, nós temos cinco mil funcionários e dois mil cortadores de cana. Se esses cortadores de cana fizessem o dobro da produção, uma parte desse pessoal podia ser realocado numa atividade produtiva, numa reforma agrária, iam plantar a sua lavoura, iam criar a sua vaca, etc.

O Japão deu ao mundo um exemplo de competência, com condições climáticas adversas, terras fracas, sem energia elétrica.

Entrevista

A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Castro: Quais as linhas gerais de sua proposta para agroindústria canavieira?

Armando: Eu não represento nenhum órgão de classe. Eu fui, particularmente, conversar com o presidente da FETAPE e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar.

Castro: Em sua proposta o senhor propõe que se beneficiem 50.000 trabalhadores.

Armando: Isso é o Plano habitacional, são 50.000 casas. Eu separo muito a mão de obra permanente da mão de obra temporária. Para a mão de obra permanente o problema era de promoção social.

Castro: O Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (GERAN) se propunha a modernizar a agroindústria canavieira do Nordeste, liberando terras para nelas assentar famílias de trabalhadores rurais. Por que esta proposta não teve sucesso?

Armando: Fomos o primeiro a aderir a essa proposta. Praticamente doamos ao Governo cinco mil hectares para a Usina Caxangá. A experiência foi altamente desastrosa. Nesses cinco mil hectares, produzíamos cento e vinte mil toneladas de

cana (24 t/ha). Depois, com a Usina Caxangá, a área produzia oito mil toneladas. Foi uma coisa altamente desagradável, o que compromete uma coisa tão séria como a reforma agrária. O mal dessas experiências... Primeiro, **é um problema que nada tem de ideológico, é um problema social e um problema econômico**. Mas entra uma carga ideológica muito grande. Então, não se chega a uma conclusão, fica um negócio resolvido com demagogia.

Ter um pedaço de terra e nela fazer agricultura é um ato de amor. A pessoa tem de gostar da agricultura. Nunca se viu um judeu, que é um símbolo da inteligência, no mundo, mexendo na agricultura, atividade pouco remuneradora. De maneira que é preciso uma vocação, é preciso uma tendência.

Eu sou apologista apaixonado das Ligas Camponesas. Foi o primeiro surto de organização na área rural que surgiu em Pernambuco. Foi na década de 50, promovida pelo deputado Francisco Julião. Ligas Camponesas, a organização da classe trabalhadora rural! Foi um movimento muito bonito. Mas eles estão hoje com uma forte carga política partidária. O interesse da classe está hoje um pouco misturado com o interesse sindical e com o interesse também eleitoral. Uma comunhão de interesses.

Eu acho que uma coisa importante para Pernambuco, como é **o setor açucareiro, comportava um projeto abrangente, que unisse proprietários de usinas, proprietários de engenho, classe trabalhadora nos dois níveis, agrícola e industrial, para que tivessem um projeto comum para salvar o setor. Você não pode promover a classe trabalhadora com um setor deficitário.**

Eu acho que a crise gera uma solução. Eu acho que a situação está tão precária, seis usinas de Pernambuco já não moeram o ano passado, várias estão parando, e vai-se criando, então, uma consciência. E vai-se quebrando o preconceito contra o setor.

Castro: Sua proposta poderia ser discutida pelas forças econômicas envolvidas?

Armando: Eu dei essa proposta à FETAPE, que passou oito meses sem me dar uma palavra. Aquilo era uma pauta para discussão. Que ela fosse acrescentada com outros itens. Oito meses, sete meses, seis meses, não me disseram nada. De maneira que, quando o Jornal do Comércio veio aqui me ouvir sobre outros problemas eu abordei o assunto. E disse que, realmente, tinha entregue aquela proposta para ser discutida, e não tinha recebido uma resposta. Eu atribuía essa

desatenção a outros interesses, como os votos para líderes sindicais, para vereadores, para deputados indicados pela entidade. Depois dessa entrevista eles me responderam dizendo que aceitavam discutir a minha proposta, menos a questão da produtividade.

E o caso de Pernambuco foi interessante. Na época do primeiro governo de Miguel Arraes, foi estendido o salário mínimo ao trabalhador do campo. Nesse momento foi feita uma tabela de produção, com as braças a serem trabalhadas e as toneladas de cana a serem cortadas. Em 79, no período revolucionário, houve uma pressão dos militares para uma diminuição da produtividade. Essas tabelas foram reduzidas a quase metade. Na agroindústria canavieira 80% das empresas trabalham no vermelho, mas apesar disso é quem mais emprega mão de obra. Todo esse esforço da SUDENE, que foi muito louvável, nesses 30 anos, gerou menos empregos do que a agroindústria açucareira.

A proposta que eu fiz, não era um projeto de reforma agrária ainda, era um projeto habitacional. As usinas davam um pedaço de terra para o sítio, uma área pequena. Perto da casa ele teria um comodato, para que ele não vendesse amanhã aquele pedaço de terra. Ele morava na casa e tinha o direito de plantar e criar. O Governo federal, através da Caixa Econômica, financiava o projeto. O Ministério da Ação Social ajudava a infra-estrutura, a fim de baratear a proposta acessível. E chegamos à evidência que a infra-estrutura custava o valor da casa. O Governo do Estado fazia a escola e coordenava a tarefa. O município eletrificava.

Isso foi levado ao governador do Estado. Ele se entusiasmou. Fizemos uma doação, o primeiro plano começou. Aí começou esse desmantelo do Governo federal, essas coisas todas estão nos atingido, e a Caixa Econômica não liberou os recursos para o Governo do Estado fazer, através da Companhia de Habitação Popular (COHAB) as duzentas primeiras casas.

Romeu da Fonte, líder dos trabalhadores rurais, elogiou a minha proposta.

Castro: Por que o IAA ⁽¹⁵⁾ foi extinto?

Armando: O problema foi político. O Governo dava muita ênfase à desregulamentação da economia, à abertura econômica, e o IAA foi substituído pela SDR, a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Naturalmente o IAA tinha muito

¹⁵ O Instituto do Açúcar e do Alcool, autarquia federal, foi criado em 1º de junho de 1933 pelo presidente Getúlio Vargas e extinto em 07 de maio de 1990, pelo presidente Fernando Collor.

mais autoridade para coordenar. Eu não digo que o Instituto não cometesse os seus erros. Ele tinha o monopólio das exportações e houve muita irregularidade nas exportações.

Mas, eu acho que o órgão fez falta. Pelo menos, havia um setor responsável pelo açúcar. De maneira que eu acho que foi um erro. A idéia da extinção foi boa, mas o resultado foi ruim. Porque havia um órgão que coordenava. Hoje todo mundo mexe no negócio do açúcar e nós não temos a quem recorrer para debater esse problema. O problema não é fácil de ser resolvido. Falta criatividade. Dou exemplos.

Nós temos essa complicação do álcool: 70% das canas do Brasil se destinam ao álcool, 30% ao açúcar. É imprescindível mexer no preço do açúcar: não tem sentido nós termos uma tonelada a 200 dólares, quando os Estados Unidos, a Flórida a 400, a Argentina tem a 500. Não tem sentido, não tem lógica isso, precisa subir o preço. Subir o preço do açúcar significa subir o preço do álcool. Subir o preço do açúcar sem subir o preço do álcool significa que grande parte da cana que está sendo destinada ao álcool vai para o açúcar. Se toda a cana destinada ao álcool for para o açúcar, significa 12 milhões de toneladas. O mercado internacional movimentava por ano 20 milhões de toneladas, porque os países produtores do mundo produzem 125 milhões de toneladas, consomem 105, e mandam para os outros países, 20 milhões. Quer dizer, isso arrasaria o mercado externo e o mercado interno do nosso país. Então, tinha que subir o açúcar e subir o álcool.

Por que não sobe o álcool? Está atrelado ao negócio da gasolina. O que fez lá o europeu, com essa abertura, com essa unidade desse mercado comum? Em face dos altos índices de poluição da gasolina, estabeleceu o tributo de um dólar por barril. Esse tributo será elevado paulatinamente até o ano 2.000, até chegar a 10 dólares por barril, para estimular a produção dos combustíveis não poluentes, entre os quais o álcool. O Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) é um êxito fantástico no mundo, igual sucedâneo para a gasolina, bem sucedido, renovável. Amanhã, os nossos descendentes, na décima ou vigésima geração não vão ter petróleo e nós teremos sempre o álcool, enquanto não aparecer outro melhor. Falta o quê? Responsabilidade. O tratamento do setor é um tratamento irresponsável.

Vamos fechar as usinas de Pernambuco? Vamos. Se for para a felicidade de Pernambuco, se houver alguma coisa que gere mais emprego, que dê mais resultado, vamos fechar. Mas, enquanto não se arranjar o seu sucedâneo, vamos viabilizar essa atividade econômica.

Castro: Estão pensando em criar uma Câmara Setorial para o açúcar.

Armando: É uma idéia, devíamos criar. O Brasil está há 120 dias sem um governo (16). Eu sou inquieto. Eu não sou membro do sindicato, eu não faço parte de nenhuma entidade de classe, mas sou um preocupado, mais como homem público do que como empresário. Tenho a responsabilidade das empresas mas tenho espírito público. Já fui Secretário de Estado, já fui deputado, já fui Ministro e me incomodo com esse quadro desolador de Pernambuco.

Castro: Eu estive lendo o seu currículo...

Armando: Fui presidente da UEP, fui secretário geral da UNE, fui deputado estadual, federal duas vezes, fui Secretário de Viação.

Eu sou uma pessoa comum, igual às outras, sou obstinado quando me envolvo com as coisas. Quando fui convidado para ser Secretário de Viação eu tinha 24 anos de idade, tinha saído da escola. Nunca tinha exercido a minha profissão de engenheiro. Foi no governo de Agamenon Magalhães, em 51. Pernambuco não tinha um quilômetro de estrada pavimentada, era tudo estrada de barro. Nós tínhamos vindo do Governo anterior, de Barbosa Lima, o professor Baltar, que foi meu professor na Escola, era diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Fizeram aqui um grande debate sobre as estradas de Pernambuco, elaboraram um Plano, eu fiquei apaixonado por aquela idéia, e tão logo assumi a Secretaria, apresentei ao governador um Plano de pavimentar as estradas. O governo do Estado não tinha recursos. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) não podia ajudar porque as estradas, embora fossem federais, não estavam incluídas no Plano de primeira urgência. Batemos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), batemos no Banco do Brasil, fui até o presidente da República, em nome do governador. Não arrumamos um real. Fizemos aqui, então, um adicional de 0,4% do Imposto de Vendas e Consignações. Naquela época não era Imposto de Circulação de Mercadorias. Pavimentamos em 4 anos 350 km de estradas, na época as melhores estradas do Brasil. Essas estradas resistiram esses 30 anos com péssima conservação. Chegamos a Caruaru, chegamos a Goiana, chegamos a Carpina, chegamos a Palmares. A classe

¹⁶ O mandato do presidente Fernando Collor estava sob risco de *impeachment*, que foi evitado em vista de sua renúncia em 29 de dezembro de 1992.

empresarial ajudou, a Associação Comercial, a Federação das Indústrias, todos aceitaram esse tributo, tendo a certeza de que ele seria bem empregado. De maneira que minha eleição foi em função dessa obra administrativa. Fui o deputado federal mais votado nessa ocasião.

Castro: Depois de ter sido Ministro da Agricultura o senhor deixou a política?

Armando: Fui candidato ao senado em 66 e perdi a eleição para João Cleophas.

Castro: Hoje o senhor está no PDT.

Armando: Eu sempre fui PDT. Mas passei pelo PSD. A revolução acabou com os Partidos, de maneira que quando criaram o MDB ⁽¹⁷⁾ eu passei para ele. Eu tinha sido Ministro de Jango. Não foi por nenhuma questão ideológica. De maneira que ingressei no MDB até a sua extinção. Eu achei que com a extinção do MDB tinha terminado a tarefa da frente heterogênea que era o MDB, apesar de ter prestado grande serviço ao processo de redemocratização. Brizola chegou do exílio, eu aderi ao Partido dele. Conhecia o Brizola, e admiro ele até hoje, quando eu exercia o cargo de Ministro e ele era Governador do Rio Grande do Sul. E fizemos lá um entendimento administrativo muito bom, assinamos um convênio, um Plano genético para o trigo. Graças a isso o Brasil é hoje praticamente auto-suficiente de trigo, e eu vi o plano fantástico do Brizola na escolarização do Rio Grande do Sul. Houve um grave problema fundiário lá, resolvemos o assunto. Daí nasceu essa admiração pelo homem. Ele pode ter seus defeitos, mas é um homem sério e obstinado. E tem um profundo sentimento em relação à camada menos favorecida da população. O Brizola acha que a educação é o problema número 1 do Brasil. Acha que esse negócio de CIEPS ⁽¹⁸⁾ é uma coisa fundamental. A posição dele em relação ao Collor foi em função disso. Brizola é uma pessoa afetiva. Quando chegou no governo, como governador do Rio ⁽¹⁹⁾, foi ao presidente da República, Fernando Collor, pleitear a Linha Vermelha. O presidente atendeu e disse: “Não é só isso não.

¹⁷ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB foi registrado em 24 de março de 1966, para abrigar os opositores da ditadura militar brasileira, enquanto os adeptos da ditadura eram abrigados na ARENA, Aliança Renovadora Nacional. No MDB havia a ala dos moderados e a ala dos radicais. Seu crescimento levou o presidente Geisel a extinguir o bipartidarismo, surgindo em 1980 o PMDB.

¹⁸ Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), concebido por Darcy Ribeiro.

¹⁹ Brizola foi eleito governador do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1982, tendo governado de 15 de março de 1983 a 15 de março de 1987. E foi eleito uma segunda vez como governador do Rio de Janeiro nas eleições de 1990.

Eu vou executar o seu plano de escolarização”. E aprovou o negócio do CIAC ⁽²⁰⁾. O Brizola ficou, então, muito encantado com o presidente da República. O presidente Collor teve sua vida dividida em duas etapas: o play-boy e o estadista. De maneira que Brizola foi o último a se desengajar do apoio a Collor, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) finalizou o seu trabalho. Brizola, no íntimo, nenhum de nós desejava que aquilo fosse verdade. Nós lamentamos que isso tenha acontecido. Isso nos humilha perante o mundo. Que sociedade é essa onde o presidente está maculando os nossos melhores valores!

Castro: O patronato rural de Pernambuco e os trabalhadores sabem administrar os seus conflitos?

Armando: Eu acho que nós somos um povo tacanho na mentalidade. Com toda a isenção, eu não estou atacando ninguém, eu não sou de atirar pedras. E penso muito naquela frase lapidar de Santo Agostinho: “Não julgueis o próximo antes de andares sete dias com suas sandálias”.

Eu acho que **os interesses não são tão conflitantes quanto parece**. É preciso aumento o salário. Portugal tem um salário mínimo de 300 dólares, a Espanha de 500 dólares, a Itália, de 1.000 dólares, e nós com um salário mínimo de 100 dólares! Eu não me conformo com isso. É possível que Portugal possa, com aquela fragilidade econômica, e nós, com essa pujança econômica, não tenhamos condições de pagar?

²⁰ O Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente (CIAC) foi uma iniciativa de Leonel Brizola, quando governador do Rio de Janeiro. Inspirava-se no Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), concebido por Darcy Ribeiro e na Escola Parque, de Anísio Teixeira.

3. CID FEIJÓ SAMPAIO

Perfil do entrevistado

Por ocasião da nossa entrevista, em 23 de julho de 1992, Cid Feijó Sampaio tinha 82 anos de idade, presidia o Partido Democrata Cristão (PDC), em Pernambuco, partido que apoiou o candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Jarbas Vasconcelos, nas eleições daquele ano, para a prefeitura de Recife. Ele era proprietário de uma usina de açúcar, a Roçadinho, transferida de Pernambuco para Alagoas.

O início da vida pública de Cid Sampaio foi como líder empresarial no setor industrial. Nessa fase de sua vida, ele foi presidente do Sindicato dos Usineiros de Pernambuco, presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE) entre 1946 e 1948, presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco (CIEP) de 1946 a 1948); e primeiro presidente eleito da Cooperativa da Indústria do Açúcar de Pernambuco em 1952.

Sua fase de político teve início em 1947, com sua filiação à UDN, partido que, em 1958, o lançou candidato ao governo de Pernambuco, função que exerceu de 31.01.1959 a 31.01.1963 ⁽²¹⁾. **Sua candidatura foi apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderado em Pernambuco por Gregório Bezerra. Entre suas realizações como governador destacam-se várias desapropriações para a reforma agrária de Pernambuco, como a Engenho Galileia, berço das Ligas Camponesas, no município de Vitória de Santo Antão .** O foco de sua gestão foi a industrialização, tendo construído a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO), sendo a borracha produzida a partir do álcool da cana de açúcar. Criou também o Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (BANDEPE).

Posteriormente ao mandato de governador, Cid Sampaio foi deputado federal de Pernambuco, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de fevereiro de 1967 a 31.01.1971, eleito com a maior votação no Estado. Neste seu mandato, ele presidiu a Comissão de Finanças da Câmara Federal, atuando aí como opositor da ditadura militar. Após este mandato, retornou às suas atividades empresariais.

²¹ - Seu secretário da Agricultura foi o deputado Francisco Falcão, eleito pelos fornecedores de cana de açúcar, e que foi presidente da UDR de Pernambuco em 1986. O outro secretário de Estado de Cid Sampaio foi João Monteiro de Melo Filho, por mim entrevistado.

Nas eleições para o senado, em 1978, foi candidato na sub-legenda da ARENA, como suplente de Nilo Coelho ⁽²²⁾. Com a morte de Nilo Coelho, em novembro de 1983, Cid Sampaio assume a cadeira de senador, pelo PMDB, exercendo este mandato até 1990. Ele presidiu, então, a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Nas eleições presidenciais de 15 de janeiro de 1985, no colégio eleitoral, Cid Sampaio votou na chapa de Tancredo-Sarney. Em maio de 1986, desliga-se do PMDB, e ingressa no Partido Liberal (PL).

Sua formação universitária foi como químico industrial (1930), engenheiro industrial (1932) e engenheiro civil (1932), cursos realizados no Rio de Janeiro. É autor de várias obras, inclusive sobre *A sociologia, a educação e a hereditariedade*.

Faleceu em 30 de setembro de 2010, aos 99 anos de idade.

Destaques da entrevista

Conciliação na Nova República. Para Cid, esse clima de conciliação se deve à corrupção no Congresso Nacional, com a compra de votos pelo poder executivo, junto a parlamentares de direita e de esquerda.

Reforma agrária. O homem do campo, segundo Cid Sampaio, está abandonado pelo poder público, e somente dar a terra não é suficiente. É necessário uma política de desenvolvimento rural, atrelada a uma política de desenvolvimento do país. A reforma agrária não pode ser vista pelo lado ideológico, como antes do golpe militar, mas em seu aspecto econômico e social, vinculado a uma política agrícola e a um plano de desenvolvimento nacional. A vinculação à política agrícola foi conseguida nas colônias implantadas em seu governo, segundo o próprio Cid, colônias essas desestruturadas no governo seguinte, de Arraes.

Engenho Galileia. Cid emitiu um decreto de desapropriação, que referendado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco. Mas não houve o desenvolvimento desta Colônia, termo usado no Plano Agrícola de Pernambuco, porque o assessoramento que a FAO daria para a organização do assentamento não foi aceito pelas lideranças dos trabalhadores, inclusive pelo deputado Francisco

²² Nestas eleições de 1978, Jarbas Vasconcelos foi o candidato a senador, pelo MDB, mais votado, mas perdeu para Nilo Coelho por conta da legislação de sub-legenda, ambas da ARENA.

Julião. Assim, pode-se dizer que, do ponto de vista econômico, o Engenho Galileia não se tenha transformado em assentamento sustentável.

Radicalização na luta de reforma agrária. Para Cid, esta radicalização correu antes do golpe militar, graças à presença em Pernambuco de diversos grupos da esquerda radical, alguns dos quais sob a liderança de Gregório Bezerra, que era respeitado por Cid. Mas, Na Nova República, o apoio que a UDR recebeu da Associação dos Fornecedores de Cana, através de Francisco Falcão e Antônio Celso foi um apoio meramente teórico.

O insucesso dos assentamentos. Diferentemente do que muitos apregoam que o insucesso de muitos assentamentos se deve ao despreparo do homem, Cid afirma que o principal fator do insucesso desses assentamentos é a falta de assistência técnica adequada.

Política agrícola. Cid descentralizou a Secretaria de Agricultura, abrindo um escritório em cada município, com técnicos e equipamentos. Criou a Companhia de Revenda e Colonização (CRC) que garantia preços mínimos aos agricultores.

Os feudos políticos do interior. Até os anos 1960, o interior estava praticamente isolado, por grave deficiência de comunicações. Isso favoreceu a existência de vários feudos políticos em Pernambuco. Com a melhoria nas comunicações, o poder desses senhores feudais diminuiu muito, mas agora eles retornaram ao cenário político, geralmente através de seus descendentes.

Diminuição da tensão entre o patronato e os trabalhadores. Hoje isso se dá devido às barganhas políticas que se fazem depois das eleições, inclusive com emprego de corrupção. Cid defendeu o diálogo na soluções dos conflitos sociais.

Ligas e sindicatos. Cid estimulou, em seu governo, a partir de 1961, que as Ligas se transformassem em Sindicatos, para diminuir a radicalização. Ele participou, pessoalmente, de algumas negociações.

O imbroglío da sucessão de Arraes. Em 31 de março de 1964, com a prisão de Arraes, o general Justino, comandante do IV exército, quis assumir o governo do Estado, o que não foi aceito pelos coronéis. Então Justino convidou Cid, que liderava a oposição ao governador, para o cargo, já que os militares não queriam a posse do vice-governador, Paulo Guerra (PSD). Cid não aceitou e pressionou pela posse de Paulo Guerra, para garantir um mínimo de democracia no processo sucessório

Comparação entre o primeiro e o segundo governo Arraes. Em seu primeiro governo Arraes fez vista grossa para o radicalismo das esquerdas no campo, e no segundo governo ele desenvolveu políticas de assistência ao homem do campo. O que aumentou seu capital eleitoral, sobretudo na Zona da Mata.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida em sua residência no bairro do Monteiro, em Recife. O caminho para a obtenção dessa entrevista foi muito simples, sem intermediários, apesar de eu não ter tido antes nenhuma aproximação com o entrevistado. Localizei seu telefone nas antigas listas telefônicas, liguei para o número de sua residência, ele mesmo atendeu, para minha surpresa. Identifiquei-me e pedi-lhe o agendamento da entrevista, o que foi feito sem dificuldade.

Entrevista

A REFORMA AGRÁRIA E A POLÍTICA AGRÍCOLA

Castro: Como o senhor analisa o tema de reforma agrária?

Cid: É impossível tratar o problema de reforma agrária isoladamente. Diferentes países têm políticas agrárias voltadas para a própria atividade que justifica o trabalho na agricultura. Mas o Brasil é um país onde não existem programas agrícolas, onde não existe interligação entre a economia agrícola, a economia industrial e a economia de serviços. O homem dedicado economicamente à agricultura, independentemente de sua condição social – de empregado ou empregador – era considerado de tal modo diferente que era excluído da

Previdência. A política de preços mínimos, por exemplo, no Brasil, teve início a partir quase que da década de 60, quando no Nordeste existia a maior pobreza.

Então, você prender um homem à agricultura, exercendo uma atividade não remuneradora, sem planejamento do programa de distribuição do produto agrícola, sem nenhuma segurança de preço mínimo, sem nenhuma assistência tecnológica para aumentar a sua produtividade, é condená-lo à miséria.

Eu vou lhe dar um exemplo. Em 1959, eu assumi o Governo de Pernambuco, na vigência de uma crise econômica terrível no Nordeste, uma política inflacionária brasileira, que foi a forma que o Presidente Juscelino encontrou para promover o desenvolvimento industrial, utilizando a emissão de dinheiro. Com a emissão de dinheiro o poder aquisitivo da população caía em todo o Brasil em função das emissões do Governo para fazer investimentos não só de infra-estrutura como até na construção da nova capital. Os investimentos do Governo eram feitos exclusivamente no Sul do Brasil, inclusive vários serviços públicos foram suspensos no Nordeste. Para você ter uma ideia, existem açudes fundamentais para o desenvolvimento da região que levaram 54 anos, outros 47 anos, outros 35 anos para serem construídos. Ora, isso denota uma ausência completa de investimentos até naquilo que fora considerado fundamental que era água, não só para possibilitar o cultivo da terra, como possibilitar a própria vida

O problema da reforma agrária foi tratado no Brasil com a preocupação política, de tirar dividendos políticos, de dividir, de obter apoio para fazer prevalecer, o que existia no mundo daquela época, que era a luta ideológica. Um mundo que sobreviveu até bem pouco, quando desabou o socialismo totalitário.

Quando eu assumi o Governo, desapropriei uma Usina, com todas as suas terras, desapropriei vários engenhos, principalmente aqueles onde havia choque entre os camponeses e os proprietários de terras e outros onde não havia ocorrido ainda o choque. Convoquei a FAO ⁽²³⁾ para fazer a seleção dos colonos, o que é fundamental para qualquer programa de reforma agrária, não permitindo que a política interferisse. Incluí no Plano, através do Estado, a sobrevivência por um ano, para o colono, em termos de ele conseguir manter-se na sua própria área, fornecendo recursos. Cada colono recebia um galinheiro com 50 frangos, recebia uma vaca, um burro, para ele fazer transporte, recebia uma bomba para irrigar as

²³ Organização para a Agricultura e Alimentação. Em inglês, *Food and Agriculture Organization*.

suas terras, uma moto-bomba, porque naquele tempo não existia eletricidade no interior. Para você ter uma ideia, a primeira Usina elétrica inaugurou-se no Nordeste em 1954. Usava-se, então, o motor diesel e uma bombinha para irrigar.

Castro: Que engenhos, além do Galileia, o senhor desapropriou?

Cid: Os engenho Barra, Guabiraba, Terra Preta e a Usina José Rufino, que fechou e levaram as máquinas para outro lugar e eu desapropriei as terras.

Essas colônias que eu implantei, com a reforma que foi feita na Secretaria de Agricultura, foram totalmente desmanchadas nos Governos seguintes, inclusive no Governo Arraes, que nos sucedeu. Eu descentralizei a Secretaria de Agricultura, que passou a funcionar com um Departamento em cada município, onde tinha agrônomo, veterinário, técnicos agrícolas, que moravam todos no local. Disponibilizei tratores, bombas, para o desenvolvimento da agricultura, porque dentro da economia agrícola, ainda hoje o trator é inacessível..

Nos Estados Unidos toda a produção agrícola é planejada, o Governo compra os excedentes, mas limita a produção de cada um. Quem produzir além daquilo que foi limitado pelo Governo não goza dos benefícios do preço mínimo marcado. O Governo mantém um estoque.

Castro: Eu vi isso também na França, onde cada propriedade tem quotas para cada produto que ela produz, não podendo exceder esse limite.

Cid: É. Então, existe uma programação. Existe em toda a Europa, como nos Estados Unidos, uma segurança de preço.

Castro: A mecanização agrícola de seu Governo ficou a cargo da CRC?

Cid: Não. A CRC foi um organismo destinado a manter os preços agrícolas a nível econômico. Os preços variam muito na agricultura, onde o pobre da agricultura é que paga o pato, pois não tem condições econômicas de esperar o período da entressafra, principalmente até dois ou três meses depois da safra. Os preços variavam, como ainda hoje variam, em torno de 50% entre o momento da colheita e o da entressafra. Para evitar que isso ocorresse, a CRC foi criada com o objetivo de revenda e colonização. Ao mesmo tempo em que ela fazia o sistema de colonização ela comprava a produção agrícola no período da safra, pagando

imediatamente o agricultor a média do preço entre o período da safra e o período da entressafra, quer dizer, o período de plantio. Pagava a média, de imediato.

Castro: Fazendo-se uma estimativa futura?

Cid: Não, porque mais ou menos a gente tem a diferença fazendo uma estatística com os dados dos anos anteriores, onde a variação era, conforme o produto, de 65% a 50%. Então, a CRC comprava pelo preço médio e distribuía a retrovenda. Pela primeira vez o agricultor teve retrovenda.

De formas que eu entrei nesse programa, certo de que o Plano que vigorava no Sul do país, o refinanciamento dos estoques pelo Banco do Brasil, encarregado de estabelecer a política agrária, pudesse ser estendido para o Nordeste, para onde não existia. Todavia, não consegui.

Mas o meu Plano teve êxito porque, como o Estado entrava no mercado, comprando de início, pois existia uma Companhia de Armazéns Gerais no Estado, os comerciantes começaram a notar que não iriam comprar cereais. Então, chegaram ao preço que a CRC pagava, que era o preço médio. Quem queria vender tinha opção: ou vendia ao comerciante ao preço que vendia à CRC, mas, nessa hipótese, abrindo mão da retrovenda, que era realmente paga pela CRC. Pela primeira e única vez em Pernambuco o agricultor recebeu do Governo a retrovenda do cereal que havia recebido. Eu estou citando isso como um exemplo, um parêntese. Foi uma tentativa de se estabelecer condições de se poder dividir terra.

Há outro problema. Eu acho que o tema da reforma agrária tem que ser encarado com um problema global e não somente como um problema político. É que a Zona da Mata de Pernambuco, que é a zona mais fértil de Pernambuco, é grandemente acidentada. E nós vivemos aqui em regime de inverno, com precipitações muito grandes, na Zona da Mata Sul principalmente, com 2.000 mm de precipitação anual e chuvas torrenciais. De formas que as culturas dessas zonas acidentadas não podem ser feitas para produtos, como o milho e o feijão, cuja raiz é pivotante ou penetrante e que exigem solos revolvidos, o que não é o caso para a cana, que tem raiz superficial, na forma touceira. Por isso, em determinadas áreas da Zona da Mata é impossível plantar milho ou feijão, porque nem as condições do solo, nem a topografia ou o regime de chuvas são favoráveis. Isso talvez tenha sido uma das razões porque a cultura da cana ainda prevalece hoje.

Do Brasil Colônia para hoje **Pernambuco** passou por uma evolução enorme. O seu povo foi o centro dos movimentos mais modernos do mundo. **Aqui ocorreram as primeiras revoluções liberais e a primeira revolução republicana no Brasil. Aqui se centralizaram os maiores núcleos da esquerda radical, quando se dava no mundo o confronto entre o socialismo, representado pelo Leste europeu, e o capitalismo, representado pelos Estados Unidos.**

De formas que seria uma coisa esquisita a gente pensar que o sistema de cultura e de agricultura, que ainda hoje prevalece, suportasse as pressões de toda a evolução cultural e não evoluísse.

Evidentemente que a política agrária e a política agrícola no Brasil também evoluíram. Se você se debruçar, por exemplo, sobre o problema da produção europeia, vai verificar que o Governo, inclusive nos países escandinavos, subsidia todos os excedentes exportáveis, em termos de assegurar, ao produtor interno o preço econômico, que é assegurado, pelo Governo, para o mercado interno. Você veja o exemplo dos laticínios. A Holanda, que não é escandinava, mas como todos os países escandinavos tem excedentes de leite e exporta esses excedentes sob a forma de produtos industrializados, como manteiga, queijo, iogurte, etc. Pois bem, tudo que sai da Escandinávia e da Holanda para os mercados externos é subsidiado e o preço interno é econômico. Evidentemente assim é possível fazer agricultura, é possível destinar pequenas áreas à agricultura.

Em Pernambuco, desde o tempo da Colônia, nós utilizamos a cultura da cana como vocação da terra. Não resta dúvida que a cultura da cana é concentradora de renda. Ela subordina a utilização do produto a uma fábrica que não dista mais que alguns quilômetros da área onde ela foi plantada. Não se transporta cana como se transporta milho. Se você procurar a percentagem de açúcar que você tira de uma tonelada de cana você vê que a matéria prima é tão desproporcional ao que ela produz que não seria possível suportar o custo do transporte para que ela fosse fabricada à distância. Isso foi se centralizando e as pequenas propriedades que existiam mesmo no tempo dos engenhos banguês, em função desse outro problema, a falta de uma política agrícola, uma política de preços, foram sendo absorvidas pelas grandes propriedades.

Dos colonos que eu instalei em Pernambuco – com toda a assistência, com agrônomos, com assistência técnica, com seleção feita pela FAO, com custeio inicial

de um ano para que fizesse o capital de giro necessário para que eles trabalhassem – resta hoje muito pouco. A maioria dessas colônias desapareceu.

Castro: Dentro do sistema federalista brasileiro, um Governo estadual tem autonomia para, na inexistência de uma política agrícola nacional, executar uma política agrícola estadual?

Cid: É muito difícil. Eu mesmo senti muitas dificuldades porquanto o problema não se cinge só ao traçado de uma política geral. Existe também a falta de recursos econômicos.

Talvez São Paulo e Paraná, talvez Santa Catarina, sejam os únicos Estados que tenham hoje possibilidade de estabelecer uma política agrária, porque eles têm uma grande concentração de renda. A renda de São Paulo é quase 50% da renda brasileira. 10% da população ativa paulista tem uma renda equivalente à renda média da França, e 5% da média dos Estados Unidos.

No Ceará a vocação agrícola é o algodão e culturas de subsistência, lá não tem Zona Úmida, o Ceará só tem semiárido. Eles se aproveitaram dos brejos. A produção de algodão do Ceará era inicialmente exportada, hoje é utilizada pelos grupos industriais locais.

Em Pernambuco, o máximo que se produziu de algodão, foram 22 milhões de toneladas por ano. Hoje se produz dois milhões. Eu peguei Pernambuco produzindo 6 milhões e deixei Pernambuco produzindo 16 milhões. Somente no ano recorde da produção ele atingiu 22. Antes ele se situava, em média entre 16,18, 20.

Castro: O senhor está dizendo que falta uma política agrícola não só para o pequeno produtor mas mesmo para o grande produtor?

Cid: Para o pequeno e para o grande também. Haja vista a própria indústria de açúcar. A política açucareira no Brasil, se nós tomarmos por base desde o princípio desse século, a política açucareira foi feita inteiramente à revelia do Governo federal até 1930. Houve ações do Governo Estadual.

Tivemos, ainda no período da Colônia, Governadores de Província, representantes do poder central, que importaram as primeiras máquinas a vapor que começavam a ser feitas lá fora, para adaptar aos banguês daqui. Trouxeram técnicos europeus para fazerem a manutenção dessas máquinas, e que foram de grande ajuda para o desenvolvimento de Pernambuco.

No final do século XIX as Usinas Centrais foram contratadas pelos Governos de Pernambuco, com a Fivelille e com outra companhia inglesa, a Glasgow – eu não me recordo exatamente o nome – que montaram várias Centrais, para substituir os velhos engenhos. Essas Centrais não deram resultado, pela dificuldade da inexistência de estradas, e pelas dificuldades de transporte à distância, porque trazer cana para abastecer uma Usina é muito diferente que trazer cana para abastecer um banguê. Antigamente isso era feito nas costas de burro ou em carros de boi, não existia caminhão. Então, as Centrais fracassaram inteiramente.

Entre o fim do século passado e princípio desse século começaram a ser montadas as pequenas Usinas. Nós chegamos a 1909 tendo uma renda média *per capita* industrial em Pernambuco maior do que a renda média *per capita* em São Paulo. E São Paulo, como o Rio de Janeiro, beneficiou-se muito do Império. Isso desde o seu período inicial, com a vinda de Dom João VI ao Brasil, quando foram dadas as primeiras autorizações para que indústrias fossem montadas no Brasil. E surgiram as primeiras indústrias e durante todo o período imperial, inclusive com o auxílio do processo de imigração italiana, suíça, portuguesa, e alemã - mais para Santa Catarina e Sul do Brasil -, foram criando condições diferentes de trabalho. Mas ainda hoje, os pequenos agricultores carecem de uma política agrícola.

É o que está acontecendo no próprio rio São Francisco. Ali a água é distribuída pelo Governo, as condições são mais favoráveis, e existe o único organismo de pesquisa no Nordeste, a EMBRAPA, que faz seleção de variedades. Mas, assim mesmo, as normas, o processo de orientar e educar ainda é falho, haja vista a traça no tomate, que destrói as culturas dos pequenos agricultores e está sendo difícil de combatê-la aqui, embora a traça seja facilmente combatível. Cada um planta a sua cultura, a seu tempo, favorecido pela irrigação e pelo clima do Sertão, mas sem um planejamento agrícola que determine. Quando um acaba de combater a traça e faz o seu plantio, a cultura de outro, já está em período de colheita, transmite a traça e vai destruir a outra cultura recém fundada.

De formas que **esse problema de reforma agrária, a meu ver, com a experiência de ter feito e iniciado em Pernambuco, e a necessidade social de fazê-lo, torna-se muito mais difícil porque depende de uma política global.**

A POLÍTICA NO INTERIOR DO ESTADO.

Castro: Até que ponto a categoria dos agricultores é responsável por esta falta de uma política agrícola nacional? Eles têm um peso demográfico grande ainda.

Cid: Mas o peso econômico é muito pequeno. Eles têm peso político pela influência eleitoral que exercem.

Castro: Mas esse peso político não se traduz numa política agrícola consistente.

Cid: Pois, justamente, a falta dessa política agrícola decorre de várias coisas. Decore de falta de visão e de falta de objetivo político, que talvez prejudique mais a possibilidade das soluções, inclusive agrárias, do que qualquer outra coisa.

A desordem política no Brasil, que não é de hoje, mas nós estamos passando por um pique [risos] que está sendo constatado principalmente porque houve a liberdade de fazê-lo, porque o processo é velho. Evidentemente esse processo existiu no passado. Embora colimasse os mesmos fins, os mesmos resultados, eles eram muito desorganizados. Saltava aos olhos: eram parentes, irmãos, primos, filhos, tios, que tomavam conta das Caixas, mas que não era feito com um certo método, que infelizmente aperfeiçoou-se [gargalhada]. Mas, como tudo no mundo tem um ciclo, às vezes a perfeição leva a um fim. E no caso brasileiro, talvez nós tenhamos chegado a esse ponto [risos].

Seria interessante também que se fizesse uma análise sócio-econômica do problema da política agrária na situação do Nordeste do Brasil. Nós vivemos até o ano 1960 praticamente sem estradas. Não existia também telégrafo. O único meio de transporte era o ferroviário, restrito a duas linhas, uma caminhando para o Sertão, para o Centro, e a outra paralela ao litoral, acompanhando a Zona da Mata. De forma que as propriedades estavam muito distantes e inacessíveis ao Governo central e às medidas do Governo central.

Em função disso **formavam-se verdadeiros feudos**, quase com as mesmas características do regime feudal. As populações, quer nas zonas mais afastadas da estrada de ferro na Zona da Mata, quer na zona do Sertão e na zona do Agreste, eram inacessíveis em curto espaço de tempo à comunicação, ao transporte, à interveniência do Governo central. De forma que, em função do sistema eleitoral que prevalecia, em que os políticos eram da cidade, mas cuja concentração eleitoral estava no interior, que era uma população mais analfabeta. A população da cidade era mais independente. Para manter os feudos políticos, para manter as **oligarquias**, o sustentáculo não era o eleitorado das cidades ou da capital, vamos

dizer, porque as outras cidades tinham pouca expressão. Não era o eleitorado da capital, era o eleitorado do interior.

Esses feudos eram comandados pelas lideranças, quase sempre de terra, ou de fábrica. A esses homens era entregue a Justiça, pela indicação de Juízes e promotores, a Polícia, pela indicação do delegado e até a escolha dos soldados, e o poder de fisco, pela indicação dos coletores. Eu sofri ameaça de assassinato, já tendo assumido o Governo, em 1959, por ter removido um desses coletores.

Castro: Até que ponto ainda hoje perdura o coronelismo?

Cid: Hoje mudou um pouco. O transporte, o acesso, a comunicação, que não existia, o rádio, a televisão, fizeram que as notícias circulassem, que os escândalos se manifestassem. E para vencer a eleição havia de vencer essa Polícia, vencer-se a Justiça, e vencer-se os chefes políticos, que ameaçavam, fechavam as praças, dissolviam comícios, apagavam as luzes. Eu fui vítima disso e eu, como candidato, cheguei a trocar tiros no interior e me engalfinhar com um cabo de polícia no interior. Esses polos de agricultura, pela distância e inoperância do poder, eram subordinados aos líderes locais, geralmente proprietários de terras. Hoje, a diretriz da influência passou para a boca do cofre.

Castro: Que polos são esses?

Cid: Os polos eram políticos. Tinha polo político na zona do algodão, tinha polo político na zona da cana, tinha polo político na zona pastoril. Petrolina, Salgueiro, Bom Conselho, Limoeiro, eram polos políticos. Eles polos giravam em torno de chefes políticos chamados de coronéis. Eles socorriam, em caso de moléstia...

Castro: Eles não tinham uma força econômica extraordinária.

Cid: Alguns tinham uma grande força econômica para o meio. Talvez não tivessem essa força econômica toda se fossem comparados, por exemplo, com os comerciantes da capital. Recife durante muito tempo foi um polo distribuidor em função do porto, para toda a região Nordeste. O comércio de Pernambuco, ou de Recife, era um grande comércio e tinha grandes fortunas, que depois se estenderam para a indústria. Grandes fábricas de tecidos, de açúcar mesmo, passaram para mãos de grandes comerciantes, pela grande riqueza que eles armazenavam.

Castro: Os comerciantes naquele momento, constituíam um segmento social à parte, ou já estavam entrelaçados com outros interesses econômicos? Como, por exemplo, o grupo Coelho, que tem capitais aplicados no comércio, na indústria, um pouco na agricultura.

Cid: Os dois. Na época, comandava em Petrolina o coronel Quelé, que era o pai da geração mais velha dos Coelho de hoje. Ele era dono de Petrolina. Ele, como todos os outros coronéis ou chefes políticos tinham juiz, promotor, coletor, polícia, tudo, toda a força. Eles resolviam tudo. Depois, com a evolução, também a riqueza foi se transferindo um pouco. As lideranças que chegavam ao poder. Porque, como eu estava dizendo, um dos grandes males da atuação do Governo na agricultura é a falta de programa, a falta de objetivos, a falta de desejo de fazer. O cargo político era procurado como um lugar de prestígio e de benesses. Era o poder pelo proveito. Então, em todas as regiões, onde o poder é conquistado, objetiva-se unicamente o proveito. Não existem doutrinas, programas, que unissem a todos. O desejo de cada um de crescer, de se desenvolver e de aproveitar condicionava o projeto político e dava continuidade à oligarquia.

Castro: Esses chefes políticos não são empresários, no sentido preciso do termo. Utilizavam o patrimônio como um meio de acesso ao poder.

Cid: Isso é o caso dos políticos. A parte disso, a grande maioria, uma boa parte dos empresários não era política, achava que era ruim fazer política, que política era uma coisa meio diletante. Ou seja, a sociedade vivia, ou convivia com o mundo político mas não participava do mundo político. E, diante do que nós assistimos hoje, no Brasil, nós ainda podemos dizer que o comportamento da sociedade é esse. A chegada ao poder no tempo da ditadura, deu-se pela força das armas. Fora desse período, o mecanismo de chegada ao poder foi a compra de votos, sobretudo considerando que as massas de eleitores não tinham passado por um processo educativo. Dificilmente houve candidatos que tivessem se baseado num convencimento, numa mística popular, que tivesse um programa que representasse um caminho para a comunidade. Foram raros os movimentos, raros, vamos dizer, as quase revoluções que foram feitas aqui em que esse aspecto transpareceu ⁽²⁴⁾. E aqui no Norte, por exemplo, nas capitais. De uma época mais recente para cá,

²⁴ Provavelmente Cid se refere ao momento de sua chegada ao poder, derrotando o domínio das oligarquias do PSD, que estavam no poder 1930, no caso de Pernambuco.

houve, excepcionalmente, derrotas eleitorais dessas oligarquias, derrotadas por políticos das cidades, tanto que diziam que Recife era uma cidade cruel, que Recife era uma cidade radical, justamente porque ela se opunha às oligarquias.

E tem uma coisa interessante a ser observada hoje, não sei se você observou. Os homens que ainda hoje dominam a política pernambucana, principalmente a interiorana, mas isso se reflete na capital, conservam esse domínio através da comunicação, inclusive pelas grandes redes de televisão onde a propaganda política é feita pelo dinheiro. No geral, as oligarquias foram as que cresceram muito através da política. Se você observar, você verá que o poder político em Pernambuco continua com os descendentes da oligarquia que caiu, que foi derrotada em 1958. É filho, é sobrinho, ou é neto, mas são exatamente as mesmas famílias.

Castro: Isso é interessante. Quando eu procurava comparar os anos 50 com os anos 80, eu observava que os personagens são os mesmos.

Cid: São os mesmos. Eles caíram, mas voltaram. Só não estão na frente aqueles, ou que Deus levou, ou que a idade inutilizou. Às vezes são as mesmas pessoas. E quando não são eles, são os seus filhos, os seus sobrinhos...

Castro: É uma coisa curiosa. Eu entrevistei, num dia desses, Gileno de Carli. Conversamos muito sobre esses aspectos históricos, entrevistei também Moura Cavalcanti, enfim, eu tenho entrevistado diversas pessoas que representam posições diferentes, o que me permite compor o quadro.

Cid: É evidente.

Castro: Antes do governo militar de 64 houve uma grande radicalidade no campo de Pernambuco, o que não se repetiu durante o Governo Sarney. **Pernambuco pacificou-se?**

Cid: Quem faz muito bem isso, e é a grande responsável por isso, é uma senhora que hoje até se chama corrupção. Todo mundo deixou-se levar, e é interessante a gente pode verificar isso até nas votações das representações, onde existe representação radical de esquerda, e representantes do que há de mais reacionário de direita, e, por coincidência, os votos coincidem, e passam as maiores barbaridades, são aprovadas leis, são feitos acordos e barganhas,

aprovando as coisas mais indecorosas, com a conivência daqueles que na hora das eleições se opõem tenazmente .

Castro: É mais um jogo de interesses pessoais e de grupos.

Cid: É o que parece. **Agora, evidentemente, isso não é regra. Existem, vamos dizer, em todas as comunidades, os inconformados, os revoltados, os que lutam, os que se empenham. E isso atinge quase o país todo, embora cada Estado tenha as suas características peculiares. Mas, em certo sentido, hoje, a onda é a mesma, num jogo de interesses que a ditadura aperfeiçoou – a daqui cumpriu bem a sua missão - aperfeiçoou bastante. O Governo Sarney foi um exemplo disso .** Chegou um momento em que Sarney, embora impopular e conduzindo o país no seio de uma terrível crise inflacionária - nós chegamos a ter no Governo Sarney uma inflação de 80% ao mês-, conseguiu no pique dessa crise, prorrogar seu mandato, quando ficou célebre a mensagem franciscana, “é dando que se recebe” [risos].

Castro: O fato de o patronato rural de Pernambuco ter ocupado, em diversos momentos da história da República brasileira, postos de comando no Ministério da Agricultura e em órgãos ligados à agricultura influenciou para que esse patronato se experimentasse no trato da negociação e do diálogo com os trabalhadores?

Cid: Eu creio que a influência foi muito pequena, ínfima mesmo. Porque esse diálogo não existia por falta de lideranças culturais nas duas classes. E que o agravamento, por exemplo, que chegou ao seu máximo com as Ligas Camponesas, foi decorrente de uma crise econômica muito grande. Não teriam surgido Ligas Camponesas em Pernambuco se não fosse a grande crise econômica da indústria do açúcar, a partir de um determinado período, quando começou a grande concorrência com o Sul, com São Paulo principalmente, e, ao mesmo tempo, o desequilíbrio econômico proporcionado pelo desenvolvimento do Sul, feito através de um processo inflacionário nacional de emissão de moeda. Todos os gastos realizados com as moedas emitidas eram feitos no Sul. Ora, toda a emissão acarreta desvalorização da moeda no bolso de quem está recebendo. Nesse período, a crise do açúcar se acentuou muito, inclusive pelo choque que existia entre a indústria do Sul e a do Norte, São Paulo querendo absorver as cotas de produção que tinham

sido estabelecidas em 1930. De formas que a crise se acentuou a tal ponto que a fome levou à luta.

Castro: Mas nos anos 50 o preço do açúcar estava alto. E isso motivou a que as Usinas e os fornecedores de cana ampliassem as áreas de produção de cana, o que agravou o problema, não?

Cid: Nos anos 50?

Castro: Sim. Uma das razões das expulsões de moradores foi a expansão das áreas de lavoura de cana ⁽²⁵⁾.

Cid: Eu creio que há um certo engano nisso. Antes de 1958 não houve expansão de cana, ao contrário, houve uma migração da produção para São Paulo.

A grande crise foi provocada pela falta de dinheiro, por falta de suporte econômico e baixo preço da cana, provocando desinteresse na cultura da cana. Hoje não interessa ao usineiro daqui plantar cana. Ele planta como condição de não faltar matéria prima para a sua indústria. Os fornecedores que plantam com sua própria família, de 100 a 600 hectares de terra, em função do preço da cana, reduziram a sua produção, muitos deles entregando a terra à Usina, até por arrendamento, para que ela explorasse. Porque a Usina explora sob a condição de paralisar ou não, porque se ela não tem cana ela fecha.

Castro: Há fornecedores proprietários arrendaram terras às Usinas?

Cid: Em algumas áreas.

Castro: Bom, de qualquer forma, o senhor acredita que as forças sociais da agricultura de Pernambuco, o patronato e o campesinato, sabem negociar?

Cid: Eles têm negociado. O aperfeiçoamento da comunicação, dos meios de transporte, da televisão que chega em todas as casas, foi provocando um melhor relacionamento entre as classes. E elas negociam. Em Pernambuco, o que agora

²⁵ A base social das Ligas era constituída sobretudo por pequenos arrendatários, chamados de foreiros, no Nordeste, e de parceiros, cujas explorações foram substituídas pela cultura da cana de açúcar, em expansão por causa da alta de preços no mercado internacional, sobretudo a partir de 1961, quando o mercado norte-americano se fechou para o açúcar cubano. O nascimento das Ligas está vinculado à resistência dos camponeses contra a sua expulsão.

está um pouco mais atenuado, **o que existia em relação aos desentendimentos que ocorriam, decorria em boa parte do interesse meramente político das lideranças.** Elas não entravam nisso em busca de uma solução para o problema. Veja o exemplo de Galileia. Eu desapropriei Galileia simultaneamente com uma grande área de terra da Usina José Rufino, e com outros engenhos de Vitória de Santo Antão: Terra Preta, Barra e outros.

Eu quis racionalizar o loteamento em Galileia, inclusive com o pessoal da FAO, transferindo os excedentes, porque algumas famílias que moravam em Galileia tinham um hectare por família. Elas não podiam sobreviver com um hectare por família. **Os lotes que nós, no Estado, estávamos fazendo eram de 10 hectares por família.** A proposta que o Governo fez, dentro de um plano global, era de deixar em Galileia aquelas famílias que podiam viver ali, transferindo os sobrantes para as áreas desapropriadas da Usina José Rufino, nas terras onde não havia colonos.

Mas isso foi impossível. **Eu saí do Governo sem deixar Galileia colonizada, pela reação provocada por Julião.** O Governo tinha um comportamento democrático, em Galileia, procurando mostrar aos camponeses que a solução para eles era ir para outra colônia, que amontoados ali eles não podiam viver, que eles não podiam viver com um hectare para cada família, que às vezes tinha seis, oito pessoas, vivendo daquilo. Mas o interesse político era prevalecente. Até a minha saída do Governo **eu fiz várias colônias no município de Vitória, Guabiraba, perto de Bonito, fiz até no Sertão, em Cabrobó. Mas não consegui colonizar Galileia por razões políticas.**

Eu vou lhe citar outro fato. Quando o Governo fez o seu Plano Agrícola de Pernambuco, inclusive com CRC e tudo, pela imprensa, eu, como governador, discutia com Julião, que criticava o programa. Eu pedia a ele que desse solução, e lhe fiz um desafio público: que eu me submetia a ter analisada e julgada a política do Governo por uma Comissão de três pessoas: João Monteiro Filho, que era um homem de esquerda, Antônio Baltar, o velho, que era do PC, e o outro era também de esquerda, Nilton Cardoso. Eu disse: “eu vou discutir o Plano do Governo e você traz o seu Plano. E eu me comprometo a adotar o seu Plano se esta Comissão de três homens de esquerda acharem que o seu está melhor”. E deu-se essa reunião em Palácio. E depois da apresentação do Plano a essa Comissão, Julião declarou – você pode recorrer ao testemunho de João Monteiro Filho, que é do PDT, é homem

conhecido – “O meu plano é revolucionário. Eu estou pregando uma revolução. Não me interessa dar solução aos problemas. Eu não tenho um Plano”.

Castro: Esses documentos, esses Planos, são conservados hoje em dia?

Cid: Eu os tenho. Mas se eu lhe levar para o Gabinete você vê que é impossível achá-los. Eu contratei uma bibliotecária mas não tive tempo para dar a assistência necessária para a organização.

Castro: Realmente, essa memória não pode se perder não.

Cid: Mas tem muita coisa publicada, que eu publiquei no meu Governo.

Castro: O senhor teria algum exemplar disponível que pudesse me ceder?

Cid: Tenho. Eu vou lhe ceder, talvez, isso é fácil de arranjar, um livro com as Ações do Governo, que foi o resumo que eu escrevi ao sair do Governo. Evidentemente, escrevi com o auxílio dos Secretários, e tudo isso.

Castro: Sobre os projetos de assentamento na Zona da Mata. O senhor se referiu ao Galileia e a alguns outros. Depois o INCRA e o PROTERRA fizeram uma série de projetos de colonização. O que vulgarmente se diz é que esses projetos mostram que o homem está despreparado para a reforma agrária. Isso é um chavão sobretudo usado por alguns setores patronais: “Está vendo que reforma agrária não dá certo? Veja aí Caxangá”. Agora, procurando analisar o problema menos apaixonadamente, o senhor acredita que é somente o despreparo do homem que explica o insucesso dos assentamentos?

Cid: Não. Sem um programa agrícola, sem uma política agrária, você bota um homem na terra para ele a desenvolver, mas ele não vai ter sucesso. Hoje, as grandes propriedades agrícolas estão ruindo por falta de tecnologia. Então, hoje mais do que nunca, ou a gente precisa fornecer a esse homem uma biotecnologia, onde as variedades mudam de aspecto e a produtividade quase que duplica com uma rapidez enorme. Se eu não me engano, na Itália, as sementes são selecionadas por quilômetro: essa semente é para ser usada do quilômetro x ao quilômetro y, essa outra do quilômetro b ao quilômetro c, em função da qualidade da terra e outros fatores. Hoje, num mundo com as fronteiras abertas, nós poderemos

concorrer sem tecnologia? Você veja o tomate do São Francisco, que não pode concorrer com o da Argentina, que chega aqui mais barato. Por isso estão sendo abandonadas as culturas de tomate. Você vai encontrar na Argentina maquinarias das mais modernas, estufa fechada para plantar tomate. Então, o problema é global. O país está atrasado em todos os setores.

E se Pernambuco desenvolveu-se mais do que os outros é porque a agricultura em Pernambuco é ligada à indústria, tanto que a produção industrial *per capita* de Pernambuco, até a de Alagoas, era maior do que a de São Paulo, no início do século. Qual era a indústria? Era a indústria agrícola, a indústria da cana. Ainda não tinha surgido a grande indústria de transformação, que só chegou depois da Segunda Guerra. Então, nós tínhamos a grande virtude de ter o melhor rendimento industrial associado ao trabalho agrícola, o que eles não tinham. A falta de usinas em São Paulo, que se deu antes desse último surto de 1950, fez com que a Colônia de São Vicente, que foi um dos núcleos de produção açucareira no Brasil Colônia, desaparecesse diante dos Núcleos nordestinos. Em face disso, Pernambuco cresceu. Mas Pernambuco, ele mesmo, se auto-destruiu. Pernambuco foi o primeiro polo cultural do país. Aqui se fundou, junto com São Paulo, a primeira Escola de Direito, Escola de Engenharia. Nós tínhamos por volta de 1860 para frente, quatro estações de produção de semente agrícola, como se chamava naquela época. E Pernambuco chegou a ter o maior rendimento industrial e agrícola de cana com a variedade Java, que tinha um teor de sacarose muito maior, então o rendimento da terra era muito maior. E hoje, Pernambuco não tem um Centro de Estudo de Cana.

Alagoas também não tem. Tinha um que está fechado. Vieram os americanos para cá, trazidos da Louisiana, houve reação contra a presença dos americanos. Os americanos foram embora e o negócio fechou. Isso foi em Alagoas.

Castro: Até que ponto as elites de Pernambuco têm culpa de o Estado não estar se desenvolvendo?

Cid: As elites têm culpa absoluta.

Castro: Porque o Ceará, por exemplo, está disparado em relação à Pernambuco. O senhor, quando enfrentou a força do PSD, deu um golpe forte nas elites. Mas, realmente, elas se restabeleceram depois.

Cid: Elas se restabeleceram de sociedade com as esquerdas. Quem elegeu o meu sucessor Miguel Arraes foi o PSD, que se coligou com ele. O vice era do PSD (26).

Castro: Arraes sempre se utilizou das dissidências das oligarquias, não é?

Cid: Ele utilizou os mesmos métodos políticos, segundo os quais vale tudo. Quando o PSD deu o vice-governador, e associou-se com Arraes, trazia no bojo dessa revolução a ideia de substituí-lo. Não foi outra coisa. Isso foi claramente expresso.

Castro: Já estava previsto isso.

Cid: Estava previsto não, imaginou-se que se chegava a isso.

Castro: Porque o golpe de 64 foi tramado há bastante tempo, ele não foi gestado de uma hora para outra. É bem possível que...

Cid: Eu acompanhei de perto isso. Inclusive Arraes entrou na Prefeitura eleito por mim. Ele não se elegia. Eu recebi um apelo dele uns 15 dias antes das eleições. Segundo as pesquisas ele estava em baixo e descrente. Foi me apelar. Então, eu fiz um determinado entendimento e fui para a rua. Depois do segundo comício, as coisas mudaram de sentido: o outro começou a descer e ele começou a subir. E elegeu-se.

Castro: Ainda sobre as oligarquias. No caso do Ceará, Tasso Jeressati venceu os três coronéis (27), como se dizia na época.

Cid: Tasso não era político.

Castro: Era um empresário industrial. O senhor também não era político. Há muita semelhança entre os dois.

Cid: A eleição de Jeressati foi semelhante à minha. Pernambuco se encontrava numa queda de receita. O Ceará não tinha essa queda toda porque não tinha havido pique. Pernambuco já tinha sido um Estado de economia forte no Brasil. Pernambuco ajudou a financiar a expulsão da esquadra portuguesa na Guerra da Independência. Quem pagou a esquadra foram os produtores de açúcar de

²⁶ O vice de Arraes era Paulo Pessoa Guerra.

²⁷ Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals, todos coronéis da reserva.

Pernambuco e os exportadores de madeira do Maranhão. Então, existia uma força econômica.

A minha ascensão ao Governo deu-se em função, primeiro, de uma campanha que foi feita aqui por um homem completamente esquecido e que não era nem industrial, nem nada, era um administrador, um técnico, Pombo Veras. Esse homem começou a escrever, a fazer análise econômica da situação de Pernambuco depois eu me juntei com ele, e começamos a fazer essas análises e a fazer as primeiras publicações, mostrando a desigualdade do Nordeste com o Sul, mostrando a especulação, as trocas com São Paulo, a diferença do número de leitos, por pessoa, a mortalidade infantil muito maior, todos os dados sociais e econômicos.

Isso foi resultando um estado de espírito, que me levou à direção de um órgão de classe. Eu primeiro fui para a FIEPE e depois fui para o Centro das Indústrias. Eu fui afastado da FIEPE por motivo político, quando chegou aqui o Governador Barbosa Lima Sobrinho, que é um homem extraordinário, mas aqui foi um mero joguete das forças tradicionais dos coronéis do PSD e, talvez, o pior Governo que Pernambuco teve. E era um homem mais preparado, mais puro, mas enganaram Barbosa Lima. Ele era um homem formal. De formas que aquelas raposas políticas que vinham desde a ditadura de Getúlio faziam um cozinhado político. Nunca houve tanta perseguição política, nunca houve tanta chacina.

Castro: Isso foi em 49, mais ou menos.

Cid: Barbosa foi de 47 a 50.

Castro: Foi nessa época que o senhor foi presidente da FIEPE.

Cid: É.

Castro: No Governo Dutra.

Cid: Eu comecei como Presidente do Sindicato de Indústria do Açúcar. E tenho a honra de dizer que foi naquela época que eu inseri no Estatuto da Lavoura Canavieira a taxa que naquele tempo equivalia a 5% do preço do açúcar e a 5% do preço da cana, obrigatoriamente gasta em serviços sociais nas Usinas e no campo. Daí surgiu o primeiro plano de assistência social, de assistência médica, aos trabalhadores, que era 20 vezes, ou 100 vezes melhor que o da Previdência Social. Foi quando o trabalhador de Pernambuco teve assistência no campo. Porque,

inclusive, o Sindicato fiscalizou. O Hospital que existe hoje, e foi comprado depois pela Previdência, foi feito pela Usina Catende. Havia o hospital da Usina que eu tinha em Pernambuco, que hoje está fechada, porque eu a levei para Alagoas.

Castro: O senhor se refere ao Hospital Barão de Lucena?

Cid: Não, ao Hospital da Usina Catende. As Usinas faziam os hospitais. Nós tínhamos um serviço de assistência. Para você ter uma ideia da nossa Usina: nós tínhamos nos engenhos, 26 administrações. Nós tínhamos em cada engenho uma enfermaria. E tinha o hospital central e o ambulatório central.

Castro: Qual era a sua Usina?

Cid: Roçadinho, uma Usina pequena. Todo o trabalhador tinha uma ficha, tinha médico, tinha dentista. O trabalhador recebia uma receita de injeção, ou para fazer um curativo numa ferida, isso ia para o enfermeiro do Posto do engenho. Não tinha um enfermeiro em cada engenho porque não tinha necessidade. Os enfermeiros eram volantes. Havia horários de atendimento. O enfermeiro saía de cavalo, chegava ao engenho de tal hora, batia a sineta, atendia ali os doentes, e assim esses enfermeiros faziam o rodízio dos engenhos diariamente, para aplicação de injeção, essa coisa toda. Todo esse sistema de assistência era mantido com percentual do produto, que foi proposta minha quando presidente do Sindicato. Foi o melhor serviço de assistência social que funcionou em assistências dadas pelas Usinas de Pernambuco. Havia um patronato, que era um serviço de amparo aos meninos que não tinham família em Catende, onde foi criada uma escola de escoteiros para os filhos de trabalhadores que tinham perdido o pai.

Castro: Voltando à comparação entre a sua vitória sobre os coronéis de Pernambuco e a de Tasso Jereissate sobre os coronéis no Ceará. Depois de Tasso veio Ciro, que continuou na mesma linha e Ciro é hoje um governador aceito popularmente. Em Pernambuco, apesar do golpe que as oligarquias sofreram com a sua eleição, elas conseguiram se restabelecer e isso justificaria porque Pernambuco não conseguiu se desenvolver como o Ceará.

Cid: Conseguiram se restabelecer em função do período da ditadura. Na ditadura o PSD da época tomou conta do Governo.

Com a vitória de Arraes e Paulo Guerra quem passou ao comando das oposições em Pernambuco fui eu. Quando houve a revolução, o general Justino, comandante do IV exército, sediado em Recife, e os coronéis se desavieram. Justino queria ser o interventor em Pernambuco. Como os coronéis do IV Exército se opunham a que ele fosse o interventor, Justino me chama ao IV Exército e me convida, porque eu tinha sido Governador antes de Arraes, e depois, estava comandando a oposição a Arraes, pela UDN, partido que liderava a oposição ao Governo. Eu não aceitei. Acredito, mesmo, que o Partido nunca me perdoou [risos], na esperança, na ingenuidade de supor que nós não íamos realmente ter uma ditadura militar, porque, inclusive, Castelo passou um radiograma para cá dizendo que o processo dentro de um ano ia se resolver. Quando eles me convidaram e eu não quis, eles então me perguntaram: “Quem é que o senhor indica, se o senhor não quer, o senhor que chefia a oposição do Governo?” Eu disse: “Não preciso indicar. Vocês não querem restabelecer a democracia? Não é para se evitar um golpe nas instituições que está sendo esse movimento? Então já tem o escolhido, que é o vice-governador”. Que era Paulo Guerra. Saí dali para falar com Paulo Guerra, com quem eu não me dava, que era meu inimigo, para indicá-lo a ocupar o Governo, como um sistema de continuidade.

Castro: Quer dizer que os militares, em princípio, não pensavam em Paulo Guerra?

Cid: Não. **Os militares não pensavam em Paulo Guerra. Paulo Guerra foi uma sugestão minha. Era uma maneira, inclusive, de não só evitar que os militares ficassem no poder, como também fazer um processo legal.**

Castro: Seria mais um golpe tirar Paulo Guerra. Seria o golpe do golpe.

Cid: É. O vice-governador devia assumir o Governo. Quando eu falei com Paulo Guerra ele disse: “Não aceito. Sou o vice-governador de Arraes. Só tem uma condição de eu chegar ao Governo, é se Arraes for para Presidente da República”.

Castro: Ele queria mostrar-se solidário a Arraes?

Cid: [ri] Ele disse que não queria... [em tom irônico]. Ainda não tinha se decidido a coisa no Sul.

Castro: Ele estava com medo de o golpe fracassar.

Cid: Eu não interpreto. Mas ele me disse que não queria. Então, eu voltei para ali, acompanhado de Jordão Emereciano, que era muito meu amigo, e tinha sido o Chefe da Casa Civil. Então, nos lembramos de passar na casa do advogado José Neves, da Ordem dos Advogados. Nós passamos lá. José Neves disse: “O quê? Não é possível”. E José Neves, não sei se vislumbrou que ele pudesse vir a ser presidente da Ordem, ou coisa que valha, sei lá. Mas o fato é que José Neves disse: “Então, eu vou falar com Paulo Guerra”. E quando falou com Paulo Guerra, talvez Paulo Guerra tenha transmitido a mesma impressão que eu tinha colhido dele. O fato é que Paulo Guerra resolveu querer [risos]. Porque não resta dúvida que aquilo era um anseio.

Castro: Através de Paulo Guerra houve o restabelecimento das oligarquias.

Cid: As oligarquias voltaram. Todas elas. Porque Paulo Guerra fez o Governo entre seus amigos, entre seus companheiros.

Castro: Até hoje as oligarquias estão no poder.

Cid: Até hoje ⁽²⁸⁾. Nós temos aqui uns 120 procuradores do Estado. Recentemente entraram mais uns 150 procuradores. Quer dizer, nós estamos com quase 300 procuradores. Diga assim, quantos birôs tem na procuradoria? E assim se vai fazendo o maior mal que se pode fazer à República, que é aumentando os que não fazem nada [risos]. Além disso, não se aposenta um procurador desses sem que seja recontratado. Nessa entrada de cerca de 150 muitos são aposentados recontratados. Por força de lei, ganhando o dobro daquele que não é aposentado.

Você não é advogado, nem procurador?

Castro: Eu sou funcionário estadual, formado em sociologia, não em direito.

Cid: Eu estou falando dessas coisas, porque isso me deixa de tal forma indignado, embora eu leve para o lado... [risos].

Castro: Por que a União Democrática Ruralista, a UDR, não se desenvolveu em Pernambuco, como se desenvolveu em outros Estados?

²⁸ No momento em que realizei as entrevistas, Pernambuco era governado por Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (PFL), cujo mandato foi de 15 de março de 1991 a 01 de janeiro de 1995.

Cid: A UDR, o que era? Era a luta dos proprietários contra os invasores. Não digo que sejam invasores, os possíveis ocupantes. Na realidade os projetos de colonização do INCRA estão vazios. Não é só lá em Caxangá, não. Existem não sei quantos hectares vazios lá em Catende: desapropriaram a terra, dividiram tudo e acabou. Eles entraram, desmataram, venderam a lenha, alguns ficaram morando, plantando algumas espigas de milho, e os outros foram passando, passando, passando adiante, e hoje a cana está entrando de novo. Porque o que ainda tem mercado certo, sem a especulação de intermediários, tem o preço tabelado, é a cana. Os outros produtos são vendidos por uma mixaria, com as máfias das CEASAS (29). O agricultor recebe uma mixaria.

Castro: Mas houve um segmento de fornecedores de cana que deu um certo apoio à UDR, como Antônio Celso, Francisco Falcão...

Cid: Apoio teórico. Porque pelas teses do INCRA, quando os problemas são levados pela radicalização ou pelo lado ideológico, o outro procura o apoio. Então, muitos fornecedores de cana ficam livres de invasão. **Esse processo de insegurança no campo existiu somente num curto período, no primeiro Governo de Arraes. Nesse segundo governo o trabalho foi completamente diferente, meramente eleitoral, já não tinha nada mais de ideológico. No primeiro, não, prepararam-se aquelas marchas de camponeses até nas pequenas cidades do interior, para quebrar, vamos dizer...** Em parte tinha até um fundamento social, porque existia, em função da tradição, um processo de submissão quase, um processo de respeito. Por exemplo, o trabalhador tirava o chapéu para o proprietário, se levantava, quer dizer, um processo de manifestação de respeito. Embora isso não fosse uma exigência, era uma tradição. E o processo encontrado para quebrar essa tradição foi adotado no primeiro Governo de Arraes. Então, eles faziam as marchas camponesas. Faziam aquela marcha, quebravam as porteiros, quando encontravam o administrador soltavam o cavalo, tomavam a sela e amarravam o administrador e o levavam, puxando, para a delegacia. A delegacia dava porte de arma aos camponeses, alguns revólveres que tinham sido tomados dos outros eram dados aos camponeses, para para armar um estado de espírito.

²⁹ Centro de Abastecimento e Logística

Castro: Arraes, em seu primeiro Governo, apoiou isso aí?

Cid: Ele apoiou ou deixou fazer. Isso eu não posso saber porque eu nem estava dentro. Mas era feito. E era feito por um homem de bem, um homem que eu respeito pelas suas qualidades de dignidade e de honestidade.

Castro: Gregório Bezerra.

Cid: **Gregório Bezerra, que era extraordinariamente radical. Eu me tornei amigo de Gregório Bezerra.** Gregório Bezerra almoçou comigo aí na sala de jantar, na última campanha eu talvez tenha sido o único político que ajudou Gregório Bezerra, dei um carro de som, pelo respeito que eu tenho a ele. Não tinha que ver com a ideologia. Gregório Bezerra, por causa de um retrato, me fez responder a um processo e ser posto três vezes sob a ameaça de cassação, como comunista [risos].

Castro: Ele foi preso com um retrato seu?

Cid: [risos] Não, **eu tinha um retrato com Gregório Bezerra e com Prestes. Então, esses retratos foram usados pelo IV Exército e serviram como um pretexto para me processar. Aí eu fui processado, e absolvido no Tribunal. Isso são coisas de ditadura, às vezes são trágicas, às vezes são cômicas.**

Castro: Então, Arraes tolerou que, em seu Governo, Gregório Bezerra...

Cid: Não sei se foi tolerado, ou o que foi. Mas, pela maneira sistemática em que isso era feito... E a polícia...

Castro: Acobertava.

Cid: Ajudava a fazer. Inclusive, foi escolhido a dedo o Secretário de Segurança.

Castro: No segundo Governo Arraes ele foi diferente.

Cid: **Completamente diferente. No segundo Governo Arraes foi o Chapéu de Palha que mobilizou o maior grupo eleitoral do Estado. Ele não solucionou nenhum problema, dando dinheiro durante quatro meses ao homem. Tudo continuou no mesmo. Mas o sujeito passou quatro meses recebendo o salário mínimo. O trabalho era nas estradas, mas não existia ferramenta, nem enxada. No geral eram as mulheres dos trabalhadores que eram alistadas. No Vaca na Corda, dá-se uma vaca. Se se for fazer uma estatística nos açougues se verá que**

nunca o abate de fêmeas foi tão grande. Era uma vaca que se entregava a um homem mas não se indagava se ele tinha terra, se ele não tinha terra. A credencial era o número de eleitores que tinham em casa. **Água na Roça... e assim foi.**

Castro: O senhor acompanhou bem...

Cid: Ah! Acompanhei de perto. Então, esses problemas todos deram a ele essa votação enorme na Zona da Mata. Observe o seguinte. Quando ia o Chapéu de Palha para um município, era precedido de um comício e era terminado com um comício, feitos pelos cabos eleitorais.

O outro era o Projeto Cidadão. Eu me lembro que eu demiti dois delegados porque num período eleitoral eles estavam dando aquelas carteirinhas. Alistavam um camarada e davam uma carteirinha, como se fosse a carteira de identidade. Os cabos eleitorais do PSD alistavam por conta do Governo, enquanto os outros tinham que alistar por sua própria conta.

Isso, então, oficializou-se, com Arraes, através do Projeto Cidadão. Procure saber quem eram os encarregados de exercer o Projeto Cidadão, no interior. Se era um juiz, se era um organismo, ou se era um cabo eleitoral. Agora, foi muito bem feito, porque deu um resultado enorme.

Castro: Os usineiros e fornecedores ainda tem força política em Pernambuco?

Cid: O usineiro nunca teve muita. O fornecedor tinha mais antes que a organização do sistema de sindicato no campo passou a se difundir e a maneira como vem se desenvolvendo. E hoje o fornecedor também tem pouca expressão eleitoral.

O primeiro sindicato de campo que eu criei foi no município de Panelas. Acho que isso é uma necessidade. Aos poucos a coisa vai evoluindo.

Socialmente, **a solução tem que ser acordo. Ninguém pode resolver o problema brigando. Primeiro, porque isso implica em armas, e nós nem temos. Segundo, porque as políticas sociais têm que atender a todos.**

Castro: Foi sindicato rural?

Cid: Não, foi Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Castro: Isso, em torno de 59.

Cid: Isso em torno de 59.

Castro: Por que o senhor disse: “Eu criei”? Houve iniciativa por parte do Estado para estimular a criação do Sindicato?

Cid: Para estimular a criação do Sindicato, independente do Estado. Inclusive, eu indiquei uma das pessoas que estava organizando. Ela nos procurou e o Estado lhe deu todo o apoio e estimulou para que organizasse nos outros municípios.

Castro: Porque, normalmente, os sindicatos eram criados ou pela Igreja – Padre Crespo, Padre Melo – ou pelo PC, por Gregório Bezerra.

Cid: Isso não eram Sindicatos, eram Ligas, porque não existia ainda Sindicato de campo, não existia legislação estadual que reconhecesse o sindicato de trabalhadores rurais.

Castro: Mas, a partir de certo momento, as Ligas foram se transformando em Sindicatos, não é isso?

Cid: Mas as Ligas só se transformaram em Sindicatos em 61. Eu estimulava isso. Eu os procurava levando solução, através dos Planos que fazia, de colonização, e tudo, para ver se resolvia isso e restabelecia a paz.

Castro: Em que forças políticas o senhor se apoiava na criação desses sindicatos?

Cid: O meu Governo tinha o apoio também das esquerdas e tinha o maior apoio popular que alguém pudesse ter.

Castro: Do PC, no caso.

Cid: Não era só o PC. Mas os outros partidos, que tinham os trabalhadores em si. Pelo respeito que eles me tinham. **Quando havia uma greve aqui em Pernambuco – existiram poucas no meu Governo – eu ia sem segurança, para a reunião do Sindicato. Quando eles estavam reunidos, na greve, eu, pessoalmente, entrava sindicato adentro. “Eu vim encontrar uma solução para o problema aqui de vocês. Vamos discutir”.**

Castro: O senhor, até o final do Governo, ainda contou com o apoio de certas forças de esquerda. Mesmo que o PC, depois de certo tempo, tivesse rompido.

Cid: O rompimento que se deu comigo e o PC – mas Gregório, por exemplo, nunca rompeu – foi em função da eleição de Lott. Porque, como eu apoiei Jânio, e as forças de esquerda estavam apoiando Lott, inclusive o marido da filha de Lott, que era um oficial, e que era de esquerda, aí foi que eu entrei um pouco em divergência com o PC, sem todavia perder parte do apoio popular. Eu saí do Governo brigando com as esquerdas, que Arraes passou a comandar. O pensamento de Arraes foi realmente polarizar nele as esquerdas de Pernambuco. Ele sonhou com isso.

Castro: E Gregório continuou com uma boa relação com o senhor.

Cid: Continuou até o fim da vida. Ele e o grupo político mais ligado a ele.

Castro: No caso, Paulo Cavalcanti.

Cid: Paulo Cavalcanti estremeceu comigo quando ele escreveu umas inverdades no livro dele e eu fui para os jornais. A última vez ele retirou-se da polêmica pela imprensa e mandou um recado, perguntando: “Você está procurando ser meu inimigo?” [risos] Então nós paramos a polêmica. Ainda hoje eu falo com ele.

Castro: Ainda sobre aquele momento. Padre Crespo e Padre Melo são figuras controvertidas. Diz-se que depois do golpe de 64 o Padre Melo serviu como uma espécie de ponta de lança dos militares para indicar nomes de interventores em sindicatos. E que Padre Crespo, ao contrário, tentou se afastar do poder, mantendo-se numa linha mais ligada ao movimento sindical, sem vinculações com os militares, mas que procurou se apoiar no Governo dos Estados Unidos. Em alguns momentos teria sido o Governo americano que deu um certo respaldo ao Padre Crespo. Não sei até que ponto essas interpretações têm fundamento histórico. O senhor tem algum conhecimento disso?

Cid: Não, eu não acompanhei. Depois da revolução eu me afastei. Não tinha nem como ficar. Já ouvi essas versões, mas não posso lhe dar testemunho. Na realidade, Padre Melo teve apoio do Governo. Não sei se ele usava esse apoio em benefício dos trabalhadores, ou usava os trabalhadores em benefício desse apoio. Mas não posso lhe dar esse testemunho, porque não acompanhei. A coisa era de tal modo hostil, em processar, que eu disse: Vou ficar quieto, se não eu acabo preso [risos].

Castro: Além do patronato da cana, que outros segmentos patronais – da indústria, agricultura, comércio, bancos ou outros setores – têm peso na política de Pernambuco?

Cid: Os sindicatos, em si, eu acho que não têm peso. Hoje, **no interior, os grupos patronais organizam-se no período político em função de suas tendências políticas de um lado ou do outro, não são ideologias.** E eles têm alguma influência política. O comércio ainda é o que mais tem.

As organizações industriais, não são bem sindicatos, não têm peso político. A influência que elas exercem na política é através da ajuda às campanhas dos líderes políticos. Às vezes ocorrem financiamentos maciços quando se passa para o lado dos empreiteiros, dos contratantes, dos grandes financiadores de obras. Isso se faz através de lideranças empresariais. Então, esses empresários chegam a ter alguma força política em função dos grupos políticos aos quais eles se associam.

Agora, na cidade, nas capitais, ainda há uma influência dos grupos organizados que se mobilizam e que dão uma assistência muito grande, sob todas as formas. Como as associações de bairro, ou disso ou aquilo, em função de pontos de vista políticos. Tanto que **eu acho que essa influência é mais política do que classista.** Tem muitos sindicatos classistas com influência política quase nula. Há dirigentes de sindicatos que aglomeram um grande número de trabalhadores, mas que não elegem nem vereador. Porque nas cidades também, em função dos meios de comunicação, hoje, há uma independência muito grande. E quando foi viciado pelo presente, pelo dinheiro, então, é esse que exerce a maior influência. Existem, então, agrupamentos, que têm influência, mas pela assistência que dão.

Castro: A gente não tem políticos que representem categorias sociais. A exceção pode ser um deputado estadual, Romeu da Fonte, que foi assessor da FETAPE, considerado um defensor dos trabalhadores rurais. Talvez um outro seja Gilson Machado, que foi presidente do Sindicato dos Usineiros.

Cid: Procura saber se os votos de Gilson saíram da Zona canavieira. Os votos dele foram do Sertão, do Agreste, onde a mobilização financeira tem mais alto rendimento. Quanto mais miséria mais o dinheiro rende votos.

Castro: Ele não pode ser considerado eleito pelos usineiros.

Cid: Eu nunca tive apoio dos usineiros. A não ser na minha primeira eleição. Mas o apoio veio mais da Associação Comercial, do Centro das Indústrias, e menos das Usinas. Depois disso acabou.

Castro: O senhor também foi um caso típico onde duas entidades bancaram a candidatura, num certo sentido, em termos de categorias sociais bem definidas, que se expressaram através de seus órgãos de classe.

Cid: Não, mas o meu apoio, quer dizer, o apoio expresso em votos, foi muito mais do operariado, que é quem prevalece em Recife. Eu tive 82% dos votos em Recife. No *lockout* que foi feito aqui em Pernambuco, comandado por mim, no Centro das Indústrias. Não sei se você estava aqui nessa época.

Castro: A partir de 58 eu estava, como estudante do Colégio Nóbrega.

Cid: Em 58 foi a eleição, mas essas coisas ocorreram em 57. A adesão foi de tal ordem que você não encontrava um feirante que não tivesse aderido, um vendedor de coco, um fiteiro de cigarro. Todos desapareceram. Fecharam igualmente, a seção de vendas, desde o vendedor de coco, o verdureiro. Naquele tempo o camelô era volante, o sujeito vendia apregoando. Até o vendedor de miúdo saía: “Miúdo, miúdo”.

Castro: Eu me lembro de um comício seu lá na Pracinha da Independência. Eu devia ter uns 17 anos. Foi realmente uma coisa impressionante. O senhor sempre teve o dom da oratória muito forte, não é? Foi na campanha para Governador. Realmente, a campanha foi uma coisa eletrizante. Eu não acompanhei porque eu não vivenciava a política naquele momento, mas depois eu estudei a época.

4. ISRAEL DOURADO GUERRA FILHO

Perfil do entrevistado

Israel Dourado Guerra Filho tinha 29 anos por ocasião da entrevista, em 08 de setembro de 1992 e era deputado estadual, pelo PMDB, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, desde 1990, onde integrava a Comissão de Agricultura e desenvolvia um trabalho político e social na organização dos pequenos e médios produtores do Agreste, inclusive na bacia leiteira de Garanhuns.

Israel Guerra, como advogado, militou a serviço das organizações dos trabalhadores rurais, a saber : (i) Assessor jurídico do polo sindical de Arcoverde, vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), quando acompanhou de perto os conflitos sociais no Agreste e no Sertão do Moxotó e Ibimirim ; (ii) Membro da Comissão das Áreas de Conflitos Agrários de Pernambuco (EDUCATER) ; (iii) Assessor jurídico do Movimento Nacional dos Sem Terra (MST), instalado em Pernambuco em 1990.

Israel Guerra nasceu em 21.04.1963, em Arcoverde. Sua família possuía uma grande força política em Arcoverde . Seu pai, Israel Dourado Guerra, além de pastor, foi prefeito do município, cargo exercido por seu irmão, Julião Guerra, no momento de nossa entrevista. Israel Guerra é também diácono da Igreja batista.

Em 2022, candidatou-se a deputado estadual de Pernambuco pelo Partido Republicano Progressista (PRP), não tendo sido eleito.

Destaques da entrevista

Para Israel Guerra o **arrefecimento da luta pela terra em Pernambuco**, na Nova República, comparativamente aos anos das Ligas Camponesas, deveu-se aos seguintes fatores: (i) a conjuntura internacional anterior ao golpe militar de 64 possibilitava uma grande mobilização social, depois ocorreu a repressão aos movimentos sociais populares durante a ditadura, os quais ainda estavam enfraquecidos na Nova República; (ii) a perda de combatividade do movimento sindical, em parte devido ao risco do desemprego numa situação econômica frágil do país e da própria indefinição do movimento socialista mundial após a queda do

muro de Berlim, em 09 de novembro de 1989; (iii) a postura mais conciliadora de Arraes com as elites dominantes, o que repercutiu sobre as lideranças sindicais.

O não desenvolvimento da **União Democrática Ruralista (UDR)**, além de dois pequenos ensaios, em Pedra e em Surubim, deveu-se à ausência de mobilização da luta pela terra em Pernambuco.

O fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em Pernambuco e no Brasil deve-se ao fato de que as esquerdas, inclusive o movimento sindical, confiaram muito nos planos oficiais e não lutaram para que a reforma agrária fosse de fato uma política pública. Os pequenos e médios produtores rurais sentiram-se ameaçados, pois a direita divulgava que o PNRA ia tomar as terras também dos pequenos e médios proprietários.

Israel Guerra destacou que é difícil haver justiça agrária no interior de Pernambuco, onde a maioria dos juizes são de famílias de fazendeiros ou ligados aos proprietários rurais, inclusive alguns juizes são grileiros. A esperança está numa nova safra de juizes com uma mentalidade mais progressista.

Israel fez restrições ao modo como a FETAPE conduz as **campanhas salariais anuais dos canavieiros**, limitando-se ao aspecto de marketing e dando pouca importância à capacitação dos trabalhadores para serem os protagonistas dessas lutas. Mas esta deficiência não é exclusiva da FETAPE, ela afeta a todo o sindicalismo nacional e internacional.

Durante o segundo governo de Arraes (1987-1990), e o governo de Carlos Wilson (1990-1991), o vice que o substituiu, a **Secretaria de Trabalho e Ação Social**, chefiada por Dr. Romeu da Fonte, ex-assessor da FETAPE, exerceu uma função de mediação dos conflitos entre as diversas categorias de trabalhadores rurais e os latifundiários, segundo Israel Guerra.

No interior do Estado, **os juizes são contra a reforma agrária**, em sua maioria, havendo juizes grileiros. Israel Guerra conseguiu uma **desapropriação por via judicial**, um caso inédito. Os novos juizes têm uma mentalidade mais aberta.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida no gabinete do deputado Israel Guerra Filho na Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Entrevista

COMPARAÇÃO ENTRE A LUTA PELA TERRA EM PERNAMBUCO ANTES DO GOLPE MILITAR E NA NOVA REPÚBLICA

Castro: Em Pernambuco, durante o 1º Governo de Arraes, época das Ligas Camponesas, houve uma grande mobilização no campo. Ultimamente, durante o segundo Governo de Arraes e início da Nova República, não se verificou o mesmo grau de radicalismo, e até parecia que patronato e trabalhadores tinham se habituado a negociar. O que é que explica essa mudança no grau de enfrentamento entre o patronato rural e o campesinato?

Israel: Há duas coisas que eu acho que deveriam ser analisadas. Primeiro, as condições sociais que se deram nos dois momentos.

O primeiro momento foi um momento rico de avanços, de formação de todo um contexto sócio-político em que realmente houve condições para que as forças sociais pudessem se manifestar mais no palco político, tanto camponeses quanto a reação. Houve um quadro político propício à manifestação dessas forças.

Com o Golpe de 64 houve, naturalmente, um processo político de repressão, de fechamento de sindicatos, de desestímulo à atividade sindical e às lutas do sindicato, entre elas a luta pela terra e a luta na própria questão trabalhista. Isso mudou, e se chegou a outro quadro político, com Arraes, no seu segundo governo, mais articulado com as forças conservadoras, um Arraes mais pragmático, menos ideológico, e, naturalmente, os trabalhadores sofrendo um processo de opressão, que não dava realmente para repetir o clima do primeiro governo. Eu acho que esse fato político influenciou muito.

E também a mudança do movimento sindical, que se acomodou, perdeu combatividade e até, de certa forma, não soube definir bem a relação com o Estado, com o governo do Estado, com as forças do Estado. Enquanto o patronato manteve a sua capacidade de articulação, o movimento sindical dos trabalhadores não definiu bem a sua posição com relação ao Estado, e perdeu também muito em força, em luta, em combatividade. Eu acho que esses dois fatores influenciaram para essa mudança nas relações entre trabalhadores, patrões e governo.

Castro: O fato de Arraes tem mudado o seu comportamento, sendo mais moderado e procurando mais alianças com dissidências da direita, repercutiu no movimento sindical, por conta das ligações entre ele e a FETAPE?

Israel: Não tenho dúvida. O Arraes de 86 a 90 foi um Arraes extremamente pragmático, desde a escolha do Secretário de Segurança, quando chamou um general do exército, chamou outro general do exército para comandar a polícia militar, quer dizer, a área de segurança teve uma grande articulação com o exército, com as forças armadas. Tivemos um Arraes articulado com forças políticas ligadas a alguns setores conservadores, que momentaneamente tinham dissidências, como Antônio Farias, ligado aos latifundiários da região de Surubim, que era uma região de conflito histórico ⁽³⁰⁾. Por outro lado, a FETAPE, que não conseguiu ter uma proposta de atuação dentro do governo de Arraes, por conta do mito, por conta do carisma que ele representava para os trabalhadores, e a própria posição de certa forma paternalista que ele sempre manteve, que tinha um lado positivo, mas, também outro lado extremamente negativo.

Castro: Por que a UDR não se desenvolveu mais em Pernambuco?

Israel: Eu creio que Pernambuco, em relação a outros lugares do país, perdeu até a tradição de luta pela reforma agrária. Você vê, no Rio Grande do Sul o Movimento dos Sem Terra surgiu e se estruturou, mostrou força e organização, conseguiu avanços muito maiores do que Pernambuco. E se estendeu ao Oeste de Santa Catarina, ao Pará e a outras regiões de conflito que se acirraram durante a Nova República, mas Pernambuco não acompanhou.

Então, eu diria, que a UDR, em Pernambuco, ela também, por conta do nível de acirramento do conflito agrário, não se estendeu tanto. Nós tínhamos algumas áreas, como Pedra, onde surgiu o Movimento dos Sem Terra ⁽³¹⁾, que ocuparam a Fazenda Caldeirão e a Fazenda Ribeirinha, e tentaram ocupar as Fazendas Riachãozinho e Minador. Ali surge a UDR, que se organizou no Agreste, em pontos localizados. Em Surubim, outra área de conflitos, a UDR surgiu como uma reação.

Além disso a Nova República teve uma política agrária indefinida, extremamente ligada ao discurso e pouco prática. No nosso Estado houve menos

³⁰ Antônio Farias foi convidado por Arraes para compor, com Mansueto de Lavor, a chapa majoritária como candidato a senador, sendo Arraes candidato a governador.

³¹ O movimento a que se refere Israel é o MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra, com uma linha de atuação semelhante à do MST..

reação dos trabalhadores, inclusive na Zona da Mata, em relação à reforma agrária. O movimento sindical na Zona da Mata se preocupou com a questão específica do salário. Então, essa ausência de conflitos agrários na Zona da Mata do Estado não despertava uma reação dos proprietários e latifundiários nessa área.

Eu diria que o movimento da UDR, em Pernambuco, correspondeu à altura da mobilização do movimento sindical dos trabalhadores pela questão da terra.

Castro: A UDR de que você fala, existente em Pedra e em Surubim, ela chegou a se denominar UDR, ou é uma força de expressão?

Israel: Na Pedra ela chegou a organizar um núcleo local, que foi presidido pelo fazendeiro Paulo Dantas ⁽³²⁾, que é da área de fronteira entre Pedra e Buíque. É representada também na área do Agreste Meridional por um fazendeiro muito conhecido naquela área, Paulo Maranhão, dono de grandes extensões de terras, ali.

Castro: É da família de Constâncio Maranhão?

Israel: Do Gerson Maranhão, possivelmente.

Castro: Da região de Arcoverde?

Israel: Não, Itaíba e Buíque. Houve, em 89, um conflito com índios, com atentados. Esse pessoal organizou oficialmente um Núcleo da UDR na cidade de Pedra.

Castro: E em Surubim a UDR também instalou um núcleo?

Israel: Em Surubim, não sei. Sei que havia uma ligação entre fazendeiros e grupos armados. Não sei se, oficialmente, houve essa organização da UDR.

Castro: Que lições se pode tirar do fracasso da reforma agrária do PNRA?

Israel: Primeiro, que é preciso muita luta ainda para se chegar ao mínimo necessário na área de política agrária. **A gente teve a ilusão da Nova República e a gente talvez ainda esteja esperando muito pelos planos oficiais, pelas propostas oficiais, pelos planos de governos, que se sucedem.**

³² Sobre a existência da UDR no Agreste tratei com um dos meus entrevistados, Paulo Dantas, que tomou algumas iniciativas visando à criação da UDR, fato que não chegou a ocorrer (Ver entrevista no volume referente ao patronato rural).

Eu acho que é preciso uma mobilização muito maior, é preciso uma conscientização muito maior dos trabalhadores da importância da reforma agrária como uma bandeira de luta dos trabalhadores, não de um conjunto de Igrejas, de entidades civis organizadas, a parte orgânica da sociedade civil. **Eu acho que, sem massificar a bandeira da reforma agrária não há condição de se criar um contexto susceptível à mobilização real.**

Eu acho também que é preciso haver uma luta, a nível nacional, para **regionalizar as bandeiras em termos de metas, em termos de “o que queremos”, e “o que podemos”**, de forma que possamos oferecer aos governos uma proposta adequada ao contexto da nossa região.

A gente vê, por exemplo, aqui em Pernambuco, as áreas que o governo está oferecendo e oferece para a política agrária são áreas no Sertão mais seco do Estado. E hoje, **de todos os assentamentos de Pernambuco, a gente tem visto centenas de famílias de trabalhadores voltando às áreas de origem, deixando os assentamentos. Assentamentos inviabilizados pelas condições climáticas, pelas dificuldades.** É preciso haver uma mudança em relação a essa questão.

Sem sombra de dúvida, um papel fundamental que precisa ser assumido é o movimento sindical assumir a bandeira da reforma agrária como uma bandeira essencial para a mobilização, para o avanço dos trabalhadores. **Eu acho que a luta pela terra deveria ser o grande eixo das lutas sindicais em nosso Estado, para o nosso movimento sindical.** E isso, no momento, não é, de forma alguma o que acontece. É uma luta extremamente secundária, sem nenhum tipo de importância. Eu acho que enquanto não se colocar a questão da terra no eixo dessa discussão o movimento sindical em Pernambuco ainda vai padecer muito.

A REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA DOS PEQUENOS PRODUTORES.

Castro: Há uma indefinição na representação sindical e política dos pequenos e médios agricultores? Apesar de a legislação os enquadrar como trabalhadores rurais, a FETAPE sempre concentrou sua atenção aos assalariados da cana. E, do ponto de vista político partidário, essa camada social parece um pouco órfã.

Israel: Sem dúvida. Eu acho que essa foi sempre uma luta que a gente teve no movimento sindical, no tempo em que a gente pôde participar como assessor da FETAPE, era a luta de alguns companheiros, de alguns segmentos da FETAPE, de tentar uma política, uma estratégia de mobilização desses segmentos intermediários, entre o trabalhador rural sem terra, aquele que vivia da oferta da força de trabalho e o latifundiário. Então, **esse setor intermediário, do pequeno produtor, do pequeno proprietário, do médio produtor, ele sempre teve dificuldade de se acomodar dentro do movimento sindical.** Tanto é que a UDR, durante a sua ação, uma das estratégias era justamente incorporar os pequenos e micro proprietários ao seu movimento, como se eles estivessem sendo ameaçados pela reforma agrária proposta pelo governo. E não havia, do lado FETAPE, a preocupação em acomodar esse pessoal.

Naturalmente, também, como o discurso do movimento sindical atingia mais o trabalhador rural da área da cana, então, a conseqüente representação política, aqueles que eram apoiados pelo movimento sindical, surgiam dos pequenos proprietários e dos médios proprietários. Quando surgiam, surgiam dos trabalhadores assalariados, advogados, pessoas externas à essa categoria. Isso criou um vazio de representação, que ainda hoje a gente sente, do ponto de vista de mobilização e também da conseqüente representação política. Isso é um fato.

Castro: Qual é a sua vinculação, como deputado, com os pequenos e médios produtores? Acredito que você tenha aí bases eleitorais, sobretudo no Agreste.

Israel: Nós temos tentado em Arcoverde, em toda a região do Agreste Meridional e Setentrional, organizar e mobilizar pequenos e médios produtores em associações rurais e cooperativas. Atuamos em alguns municípios-chave da bacia leiteira do Agreste Meridional, como Pedra, Venturosa, Garanhuns. Aí a gente tem tentado mobilizar o pessoal em torno da bandeira da política da comercialização e da industrialização do leite, que é um produto importante naquela área, e da pequena pecuária. Em torno, também, de financiamentos de projetos do governo federal, que se abrem através do FNE, o Fundo Constitucional do Nordeste, para **essa parcela de pequenos e micro produtores rurais. Mas há uma grande dificuldade de mobilização desses segmentos porque é um segmento que não tem uma definição política, social e até de organicidade de que lado ela está. Ele se sente atraído tanto pela organização dos pequenos como também pelas forças**

políticas ligadas aos grandes produtores que oferecem propostas que atraem esse segmento. Mas nós conseguimos alguns resultados em Pedra, com uma associação criada de pequenos e médios produtores, temos também em Venturosa uma associação em caminho de criação. Temos procurado organizar esse pessoal, mas com muita dificuldade, pela ausência de uma definição do papel deles.

Castro: Essas associações e cooperativas têm assumido um papel de porta-voz dos pequenos e médios produtores, na defesa de seus interesses?

Israel: Nós temos um processo muito forte acontecendo no Agreste Meridional, que é a privatização da Companhia de Industrialização de Leite de Pernambuco (CILPE). Esse processo está desencadeando, em toda aquela área de Garanhuns, uma grande preocupação dos pequenos e médios produtores, para que mãos vai a CILPE. No Ceará, com indústrias grandes na produção de leite, a privatização da Betânia prejudicou os pequenos e médios produtores. Então, em cima desse fato a gente está tendo um motivo, um pretexto para tentar organizar e conscientizar os pequenos e médios produtores dessa sua situação e da necessidade da luta pelas suas propostas. Mas ainda não há uma conscientização dos pequenos e médios produtores, do que eles representam na economia regional e na economia nacional.

Castro: Qual a atuação da FAEPE, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Pernambuco, em relação à privatização da CILPE?

Israel: A FAEPE tem feito algum tipo de mobilização, mas muito incipiente, e muito atrelada, na nossa maneira de ver, ao governo do Estado, à atual gestão. A nossa visão é de que não há, realmente, uma posição própria da FAEPE com relação aos pequenos e médios produtores.

Castro: Os Sindicatos Rurais, ligados à FAEPE, procuram esses produtores?

Israel: Não. Como eu falei, há uma mobilização muito em torno das questões imediatas, em torno de política de crédito, a própria comercialização do leite diante da privatização. São questões imediatas, periódicas, de acordo com safra, entressafra, mas nunca uma questão mais constante.

Realmente, os sindicatos, lamentavelmente, não têm procurado, não têm uma estratégia para essa questão, a não ser quando são pressionados, quando são

apertados pelo pessoal, mas nunca com uma estratégia constante. Não há uma estratégia definida para essa questão, lamentavelmente.

AS RELAÇÕES ENTRE O PATRONATO DA CANA E OS TRABALHADORES

Castro: O descumprimento dos Acordos Salariais anuais, pelo patronato da agroindústria canavieira, ameaça a hegemonia do grupo dirigente da FETAPE?

Israel: Eu acho que a questão da dificuldade do cumprimento do acordo, das Convenções Coletivas de Trabalho na Zona da Mata, passa por um aspecto mais amplo. Eu tenho acompanhado, embora de um modo mais distante, porque sempre me preocupei com a questão agrária. Como assessor do Pólo sindical da FETAPE em Arcoverde, eu acompanhei muito de perto os conflitos agrários não só em Arcoverde, na Pedra, mas também no Sertão do Moxotó e Ibimirim. Mas, pelo que eu conheço das dificuldades da Zona da Mata, eu diria que, primeiro, há todo um conjunto de forças políticas que incluem uma gama muito grande de segmentos e aponta para uma ausência de saídas econômicas para a Zona da Mata, para o setor açucareiro do nosso Estado, de nossa região. Então, há, por outro lado, uma dificuldade muito grande de mobilização dos **trabalhadores da Zona da Mata que, lamentavelmente, a meu ver, deveriam ter um grau de conscientização muito maior do que têm hoje, e que participam, no meu entender, na minha análise, de forma extremamente débil das campanhas salariais. Não há um processo político de formação de base, de mobilização de fato, constante, desses trabalhadores**, de forma que as campanhas salariais têm se transformado, nos últimos anos, no meu acompanhamento, em fatos muito ligados ao *marketing*, a uma tradição, mas nunca a um movimento legítimo dos trabalhadores. **Há muito, uma mobilização que se faz de cima para baixo, na liderança da FETAPE, e os trabalhadores, pelo grau de conscientização, pelo grau de analfabetismo, pelo grau de mobilização do movimento sindical em Pernambuco, eu vejo um nível de participação extremamente marcado pela falta de legitimidade, pela falta de convicção dos trabalhadores. A participação é feita mais na base de grandes movimentações de massa, que não representam essencialmente um movimento político de consciência.**

Agora, se isso afeta a liderança da FETAPE, eu acho que não. O movimento sindical no país, como um todo, tem passado por momentos extremamente difíceis por conta de todo um processo recessivo, que tira dos trabalhadores a capacidade de mobilização, por conta da perda da estabilidade, por conta do risco do desemprego, por conta das condições econômicas extremamente precárias.

No caso, aqui em Pernambuco, como de resto, em todo o país, nós construímos um sindicalismo que não estava preparado para essa situação de recessão aguda do país. Então, **até a oposição à FETAPE também está enfrentando o mesmo problema de dúvidas internas, de redefinições diante da situação mundial do questionamento do socialismo, de todas essas questões que afetam não só o sindicalismo nacional mas o socialismo mundial.**

Então, o grupo dirigente atual da FETAPE não está ameaçado e deve permanecer. Os riscos que o sindicalismo de Pernambuco corre são quase os mesmos do sindicalismo nacional, porque não temos um sindicalismo reciclado para enfrentar as novas condições sócio-políticas regionais, nacionais e internacionais.

OS TRABALHADORES RURAIS SÃO MAL REPRESENTADOS POLITICAMENTE

Castro: Quem integra a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa?

Israel: O presidente é o deputado Diniz Cavalcanti, que é um grande empresário rural, latifundiário, de Petrolina. Os membros são Sebastião Oliveira, que é irmão do Deputado Inocêncio Oliveira, um grande latifundiário da área do Sertão, temos o Romeu da Fonte, que é ligado à FETAPE, eu, que também faço parte da Comissão de Agricultura e o deputado Agostinho Rufino que, não sei porque, tem sido o porta-voz dos usineiros, com relação à crise do setor açucareiro do Estado. Ele sempre faz pronunciamentos, embora a sua área de atuação seja Santa Cruz do Capibaribe, que é uma área de outro tipo de atividade, a sulanca. Mas ele tem sido o representante constante da preocupação dos setores açucareiros com relação à dificuldade da economia da cana-de-açúcar.

Castro: Ele deve ter utilizado, na sua campanha, dinheiro dos usineiros.

Israel: Eu acho que sim.

Castro: Na Comissão, vocês propõem Projetos de Lei sobre a agricultura no Estado?

Israel: A correlação de forças na Comissão é muito desfavorável para os trabalhadores. Eu tenho tentado, várias vezes, estabelecer uma discussão sobre a política agrária do Estado de Pernambuco. Tentamos convocar o Secretário de Agricultura, tentamos convocar entidades, como o Fórum contra a Seca, a própria FETAPE para o estabelecimento de um fórum de debates dessa questão mas há uma estratégia de emperramento dentro da Comissão, que é presidida por uma pessoa ligada não só aos setores conservadores, latifundiários e empresários, mas uma pessoa ligada também ao governador do Estado ⁽³³⁾. Houve somente um avanço na nossa luta aqui que foi a elaboração da lei que criou o Fundo de Terras de Pernambuco, o FUNTEPE. O FUNTEPE é uma reivindicação antiga nossa desde o tempo em que éramos assessores da FETAPE. Dentro desse processo houve aqui, por conta de nossa de nossa pressão, juntamente com a bancada progressista, um processo de diálogo, em que **esse Fundo foi composto por um Conselho de Administração, que tem representação da FETAPE, da OAB, e outras entidades que lidam com a questão agrária.**

Entretanto, o FUNTEPE até hoje não funciona por conta da ausência de compromisso do governador com a questão da terra, existindo apenas como um órgão semelhante à antiga Coordenadoria de Terras do Estado de Pernambuco, a COTEPE, ao antigo órgão de redistribuição de terras e recadastramento ⁽³⁴⁾, e como base para o Programa Terra e Comida, que o governador do Estado desenvolve na Zona da Mata, que, a nosso ver, tem graves erros, e o FUNTEPE serve apenas para legitimar esse processo.

Castro: O FUNTEPE é um órgão do Estado, ou apenas um Fundo de Recursos?

Israel: É um Fundo criado por uma lei estadual ligado à Secretaria de Agricultura, gerido por um Conselho de Administração, integrado por órgãos como a Federação

³³ O governador de Pernambuco era Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (1991-1995).

³⁴ Em Pernambuco foi criada, em 25 de junho de 1981, a Comissão Estadual de Regularização e Titulação de Terras de Pernambuco (COTEPE), transformada, em dezembro deste mesmo ano em Coordenadoria de Terras de Pernambuco, mantendo a sigla. Uma das primeiras ações da COTEPE foi a aquisição, em Pesqueira, de 6.147 hectares, para assentar 450 famílias. Através de convênio com o INCRA, a COTEPE efetuou trabalhos de regularização fundiária na microrregião do Sertão do São Francisco, distribuindo mais de mil títulos de propriedade. Também foi feita uma ação de regularização fundiária nas microrregiões do Alto Pajeú e Agreste Meridional.

de Agricultura, a FETAPE, OAB, EMATER, órgãos do governo. É um repassador de recursos para os programas do governo. O órgão gestor é o BANDEPE.

Castro: A Assembleia Legislativa é um espaço de choques de interesses agrários?

Israel: Eu diria que a Assembléia Legislativa padece de um problema grave, que é a falta de poder. Os deputados não têm prerrogativas constitucionais para propor projetos de lei, para apresentar propostas que tenham efetividade, a não ser como sugestão ao ao governo do Estado e a seus diversos órgãos. Então, lamentavelmente, o poder legislativo estadual, no país, **não obstante os avanços da Constituição de 88, a nível federal, os poderes legislativos estaduais permanecem castrados, quase sem nenhuma competência legislativa para atuar de forma concreta nas grandes questões do Estado.**

Nós temos, a Constituição do Estado, que estabelece as normas para a concessão de créditos para empresas agropecuárias. Mas, esse Artigo 152 da Constituição do Estado, ainda carece de regulamentação. Nós tentamos apresentar um projeto de regulamentação, mas fomos barrados pela dificuldade da inconstitucionalidade, por não termos competência para legislar sobre isso, que é privativo do governo do Estado. Então, o que o parlamentar pode fazer é a utilização da tribuna e do plenário para a discussão, para a denúncia, para o protesto dos trabalhadores, mas, efetivamente, não passa desse patamar.

Só para citar um exemplo, o debate sobre política agrária que nós fizemos, por requerimento nosso, convocando o Secretário de Agricultura, o Deputado Mendonça Filho, nesse debate, que foi feito no plenário da Assembléia Legislativa foi vedada a palavra ao Movimento dos Sem Terra presente. Só poderiam participar do debate os deputados e o Secretário, por questões formais, regimentais, que são utilizadas nesse momento, para barrar qualquer tipo de discussão, qualquer tipo de reflexão. Então, eu acho difícil a luta do ponto de vista da Assembléia Legislativa.

Castro: A Delegacia Regional do Trabalho atua na mediação de conflitos agrários?

Israel: Se existiu isso, foi na gestão de Gentil Mendonça, e de outros companheiros, quando houve, alguma preocupação da DRT em mediar tais conflitos.

Havia, também, na **Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado uma preocupação durante o governo de Miguel Arraes [1987-1990] e na gestão de Carlos Wilson [1990-1991]**, por conta da presença de representantes ligados ao

movimento sindical, como o nosso companheiro Romeu da Fonte. Houve, então, uma preocupação de dar a esse órgão do governo do Estado, **o papel de mediar os conflitos agrários entre trabalhadores de todos os níveis e os latifundiários.**

Isso desapareceu. A DRT, pelo que nós temos acompanhado, é totalmente alheia à questão agrária, à questão dos conflitos de terra no Estado de Pernambuco, se limitando a apenas a pequenos dissídios trabalhistas.

Castro: No interior, como funciona a Justiça, com relação aos conflitos agrários?

Israel: A nossa experiência como advogado de trabalhadores sem terra é extremamente difícil. **A grande maioria dos juízes no inteiro são fazendeiros, são proprietários rurais, são pessoas ligadas aos proprietários rurais.** Na minha região houve uma experiência interessante, porque, pela primeira vez, numa área de conflito agrário, nós, como advogados, impetramos um processo diferente. Em vez de esperarmos a ação de reintegração de posse do proprietário, nós é que entramos com ação de manutenção de posse, **no município de Buíque, na fazenda Pedra d'Água**, uma propriedade com 1.700 ha, com cerca de 70 famílias de posseiros. Mas aí, pudemos sentir a dificuldade do juiz, grileiro inclusive, que toma as terras do pessoal, e se posicionava claramente ao lado dos latifundiários, ao lado dos proprietários. Conseguimos, a duras penas, garantir, pela pressão dos trabalhadores, uma área de terra, que foi talvez **a primeira conquista agrária por via judicial** uma área de 300 ha para o assentamento das famílias, num acordo judicial que marcou história na nossa região.

Castro: Há juízes de Comarcas mais sensíveis à questão agrária?

Israel: Eu acho que sim. Há 37 novos juízes no Estado. **Desses 37 novos juízes nós conhecemos, pelo menos, a metade deles. Eu diria que há uma nova mentalidade nesses juízes. A maioria deles adveio do movimento de entidades civis, que já lidam com a questão agrária, ou a questão sindical, têm algum tipo de formação ligada às lutas progressistas.** Eu acho que há sinais positivos de que esses novos juízes teriam condições de enfrentar essa questão agrária com uma visão mais aberta, mais positiva.

5. JOÃO MONTEIRO DE MELO FILHO

Perfil do entrevistado

João Monteiro de Melo Filho tinha 66 anos por ocasião da entrevista, em 20 de agosto de 1992, era dirigente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em Pernambuco, e dono de um escritório de advocacia.

Ainda jovem, combateu a ditadura de Vargas, na Esquerda Democrática, que se transformaria depois em Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1945, foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em Pernambuco. Meu maior interesse em entrevistá-lo foi por ele ter sido Secretário de Governo e Secretário Assistente no governo de Cid Sampaio (1959-1962), com a missão de ser o interlocutor do governo junto das Ligas Camponesas.

Pessoa de total confiança de Cid Sampaio, como seu assessor na campanha eleitoral, como político de esquerda, e seu Secretário de Governo e Secretário Assistente, responsável pela articulação do governo junto às Ligas Camponesas

Na campanha presidencial de 1960, disputando Jânio Quadros e Lott, Cid Sampaio e seu grupo político apoiaram Jânio, candidato da direita, embora contrafeitos, pois todos sabiam do caráter democrático de Lott. João Monteiro, entretanto, apoiou Lott.

Destaques da entrevista

- Mostrou como Cid foi um mediador de conflitos no campo, comparecendo pessoalmente, aos locais de conflito para ajudar na negociação das partes. A Procuradoria Geral do Estado era orientada a procurar resolver os conflitos.
- Arraes, depois de Cid, seguiu na mesma linha de moderação. Mas as forças políticas exageraram no ritmo das mudanças, o que tumultuou o governo. Em seu segundo mandato Arraes estava mais maduro, as condições do país eram outras, e o povo estava mais amadurecido.
- As relações entre o patronato e os trabalhadores ainda hoje tem as marcas do senhor e do escravo, como nos tempos da escravidão. Quem tem uma aparência melhor já é chamado de « doutor », além da prática da compra de votos nas eleições. Isso afeta até o comportamento das organizações dos trabalhadores, que têm uma base social de ex-escravos.

- Os direitos sociais reconhecidos por lei necessitam, para serem aplicados, de uma regulamentação. Sem isso, o advogado mais progressista não pode avançar muito, senão estará fazendo política e não direito.

Situação da entrevista

A entrevista foi realizada em seu escritório de advocacia, em Recife. O contato de João Monteiro foi dado por Cid Sampaio, que eu já havia entrevistado.

Entrevista

A BIOGRAFIA POLÍTICA DO ENTREVISTADO

Castro: O senhor teve influência familiar em sua biografia política?

João Monteiro: As minhas mais remotas memórias políticas vêm de meu pai, que fez a Revolução de Trinta, em Pernambuco. Foi revolucionário, jornalista, pegou muita cadeia, um idealista. Isso, evidentemente, marcou a minha infância.

Castro: Como foi o início de sua atuação política?

João Monteiro: Nos idos de 1945/46 eu fui da Esquerda Democrática. Eu era vinculado ao Partido Socialista, que era a Esquerda Democrática e depois se transformou no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Aqui em Pernambuco era Gilberto Freire, Osório Borba, Carlos Duarte. Eu também, ainda estudante, em 44, 45.

Em Pernambuco, embora eu não tivesse a formação udenista, eu fui com a minha geração contra a ditadura de Vargas. Naquela época, moço ainda, eu não sabia distinguir o aspecto social do aspecto político. Então, às vezes, eu me surpreendia numa aparente contradição: eu apoiava Vargas no que se considerava avanço no trabalho, mas discordava da ordem política, que era ditadura. Eu fui contra Vargas ditador, o concentrador de poder, mas não fui contra o homem que, dentro das circunstâncias brasileiras, foi vanguarda nas conquistas sociais. Hoje eu sei precisar isso. Eu nunca fui para a rua para atacar Vargas na sua política salarial, política de proteção do menor, ao trabalho da mulher, da carteira de trabalho, das 8 horas. Ao contrário, eu dizia: "Precisamos mais". Tanto que, quando nós fundamos aqui o PTB e o PDT, eu já era mais maduro. E por isso estou no partido de Brizola.

Como Pernambuco era polarizado, e a minha geração foi a geração contra a ditadura de Vargas, e **o PSD aqui em Pernambuco era vinculado à oligarquia**, eu então votava nos candidatos da UDN. Eu olhava e dizia: “Bem, para derrotar eu não vou desperdiçar o meu voto”. Era o voto útil, eu fazia sem saber.

Castro: Qual foi sua participação na campanha de Cid para Governador, em 58?

João Monteiro: Eu vim conhecer o Estado de Pernambuco de 1958 quando da candidatura de Cid Sampaio ao Governo do Estado. De um lado Cid, apoiado por uma larga coligação de forças que incluía a União Democrática Nacional (UDN), uma dissidência do Partido Social Democrático (PSD), o Partido Comunista, a classe empresarial, o PSP ⁽³⁵⁾ e o PTB. Foi uma coligação muito aberta, com um arco muito amplo. Nessa oportunidade eu fiz parte do *staff* de Cid Sampaio, assessorando-o.

Naquela época a estrada pavimentada chegava, se não me engano, até São Caetano, ou antes, até Caruaru; na direção Norte, até depois de São Lourenço e Paudalho; na direção Sul, se tanto, até Palmares. Então, o transporte era difícil. As estadias, nas cidades, eram precárias porque a rede de hotéis era quase inexistente. Pequenas pensões. Cidades sem os serviços de infra-estrutura. Poucas tinham água encanada, muitas, às escuras, porque a energia de São Francisco, com uns 3 ou 4 anos de inaugurada, ainda não tinha chegado até lá.

Apesar desse atraso, nós encontrávamos no interior do Estado, no Agreste e no Sertão, por mais longínquo que fosse, determinação política dos grupos locais. Evidentemente que dentro de um nível tradicional, das forças políticas conservadoras. Mas havia sempre alguém que era governista e alguém que era oposição. Quem analisar os resultados das eleições de 45 até 64, verificará que havia um equilíbrio. As diferenças dos vitoriosos para os derrotados eram estreitas.

Depois foram chegando os serviços: água encanada, as agências de Banco, a energia elétrica, a SUDENE com seus projetos. E o que se verificou? Aquelas forças, tradicionalmente antagônicas, e diante da pobreza crescente, foram se acomodando, porque cada uma queria uma recompensa, queria participar do que se chamava desenvolvimento, queria levantar um dinheirinho no Banco do Nordeste, no Banco do Brasil. Havia também o propósito de educar os filhos, os filhos se formando precisavam ter empregos.

³⁵ Partido Social Progressista, criado em junho de 1946, por Adhemar de Barros.

Esse fenômeno se acentuou mais depois de 64. A gente olha, então, os resultados eleitorais e vê-se que aquela polarização municipal quase deixou de existir porque todo o mundo passou a ser governo. Os conservadores já não disputavam a hegemonia política nas suas áreas, porquanto todos eles estavam dependentes do Estado através dos favores do Governo.

Examinando-se os resultados eleitorais de 64 para cá, vai-se notar que houve um período, o da ARENA e MDB, no qual o MDB só existia organizado, no máximo até Arcoverde. No resto tudo se dividia em ARENA 1, ARENA 2, ARENA 3. Aqueles antigos adversários que brigavam para a disputa da prefeitura, se uniam para a sustentação do poder estadual e do poder federal.

Na minha interpretação esse fato se deve a dois fatores: a generalização da pobreza no Nordeste e a necessidade desses focos tradicionais conservadores do Sertão procurarem a subsistência através de favores do Estado.

Mas ingressei mesmo na luta organizada na **candidatura de 58, a candidatura de Cid Sampaio que foi a maior Frente, talvez do Brasil, que congregou desde empresário até o Partido Comunista**. Nesse bloco eu fazia parte de um segmento democrático de esquerda. Eu era visto pelos conservadores dentro do Governo como um homem que “era preciso ter reservas com ele”.

Castro: Dentro do Governo Cid Sampaio o senhor representava...

João Monteiro: Não, eu não representava nenhum segmento. Eu fui escolhido pessoalmente por Cid. Eu tinha sido o secretário particular dele durante a campanha. Fui escolhido por ele com aplausos, e acho que houve influência das correntes de esquerda. Eu tinha 32 anos. Numa reunião à qual eu não estava presente, Cid falou o meu nome e alguém disse que eu era muito jovem. Murilo Coutinho respondeu: “É jovem mas pensa como muito velho gostaria de pensar”.

Castro: Ainda em 1962, o senhor apoiou Lott, discordando de seu grupo, que apoiou Jânio na campanha presidencial

João Monteiro: Eu vivi contradições, é evidente. Por exemplo, na candidatura Lott, eu era Lott. Eu lutei até o fim pela candidatura Lott. Evidentemente, o meu grupo preferiu esmagadoramente Jânio.

Castro: O senhor saiu, então, do Governo?

João Monteiro: Não. A tendência de Cid era Lott. Faltou sensibilidade de Lott e de Juscelino. E, talvez, setores do PSD impediram a ida de Cid para Lott ⁽³⁶⁾. Na hora em que Cid fosse para Lott este se fortaleceria aqui em Pernambuco. No caso de vitória de Lott se enfraqueceria a única oportunidade que da direita retomar o poder.

Eu vi o livro de Moura, e li o capítulo que fala da campanha de Jânio, onde ele fala do movimento pró-Jânio Quadros, que congregava todo o mundo que não queria PSD, nem UDN, porque Jânio não queria nada com Partidos. Moura ficou dirigindo, em Pernambuco, esse Movimento pró Jânio Quadros. Contribuiu para a sua vitória, não resta dúvida, mas o livro supervaloriza a sua contribuição.

A maior contribuição em Pernambuco para a eleição de Jânio Quadros foi a nossa, embora contrafeito. A renúncia dele, as loucuras dele para mim nunca constituíram surpresa. Porque, se tivesse dependido de mim, nós teríamos ido para Lott. Lott não era um homem brilhante mas trazia a tranqüilidade quanto à continuidade democrática. Isso era o maior problema brasileiro. E não deu outra.

CID SAMPAIO COMO MEDIADOR DE CONFLITOS

Castro: Como foram as relações entre o Governo de Cid e as Ligas Camponesas?

João Monteiro: O Governo Cid Sampaio nasceu de uma ampla coligação de forças, numa época em que sindicato, e sobretudo a sindicalização rural era motivo de apreensão dos conservadores, porque entendiam que isso “era suspeito”.

Na plataforma de Governo de Cid Sampaio ele incorporou a liberdade política e, evidentemente, a liberdade de associação como um dos itens fundamentais. É evidente que, dentro dessa paisagem atrasada dos idos de 1958, 1959, 1960, qualquer trabalho no sentido de sindicalizar a massa rural sofria resistências.

Havia iniciativas como a das Ligas Camponesas, de Julião, que iam levar necessariamente à sindicalização. Se não me engano é ele mesmo que esclarece que colocou, ou **foi colocado, o nome de Ligas porque na época era muito difícil ou quase juridicamente impossível obter-se o reconhecimento dos sindicatos.** Julião, então, tentou começar através das Ligas.

³⁶ Em sua entrevista, Cid Sampaio falou de seu apoio à candidatura de Jânio, e o desgaste que isso lhe causou junto às esquerdas que o haviam apoiado na campanha para governador.

A Igreja, que já começara a preocupar-se com a problemática social, no concreto, saía das Encíclicas e tentava ganhar o campo, também tinha iniciativas no trabalho de sindicalização. O Partido Comunista tentou. Havia, então, uma espécie de campeonato para ver quem chegaria primeiro ao camponês. E como tudo na vida tem uma causa, neste caso a causa era o desamparo total do trabalhador rural, sem associação que o abrigasse para poder defender os seus direitos mínimos e a necessidade, daqueles espíritos mais lúcidos, de que isso não poderia continuar no país. Pois bem, então havia essa corrida.

O Governo do Estado – cuja Secretaria Assistente e de Governo foi indicada pelo Governador para acompanhar o processo – via com interesse o problema. Ele não poderia ser o arauto, não cabia a ele organização sindical porque senão aí seria a interferência do Estado, que nós combatíamos. **O sindicalismo teria de ser autônomo e não correia transmissora do Governo ou dos Partidos. Cabia ao Governo assegurar a liberdade de associação** que, evidentemente, aqui e acolá era perturbada. Perturbada, de um lado, por aqueles que queriam organizar o camponês de qualquer maneira, ou com propósitos políticos, alguns válidos, ou por idealismo, e por outro lado, aqueles que reagiam a essa organização.

O Governo, o que fazia? Evitava tanto quanto o possível os conflitos. Por várias vezes eu fui com o Governador a engenhos daqui da Zona da Mata para conversar com os trabalhadores que estavam concentrados com o fim de invadir engenhos e reclamar direitos, e em situação de tensão, de próximos conflitos. Muitas vezes fui só, outras vezes fui acompanhando o Governador, conversar com as partes e encaminhar, se possível, a solução do problema.

Eu me lembro de dois fatos com Julião. Sempre eu me dei bem com ele. E hoje é um companheiro de Partido, do PDT. Eu me lembro, certa vez, de Julião deputado estadual. Devia ser entre uma e duas horas da tarde. Nós estávamos na residência do Governador quando chegaram Nilton Cardoso, então presidente do PSB, e Pelópidas Silveira, vice-governador, preocupados para comunicar ao Governador que Julião se encontrava em Tapera, hoje Bonança, entre Pombos e Vitória, prestes a haver um ataque. Tudo decorrera, segundo veio a se saber depois, de uma tentativa de ocupação de umas áreas. Os proprietários dessas áreas tiveram conhecimento do fato, impediram, e daí ia surgir um conflito. A multidão ficou acampada em Bonança. Eu calculo umas duas mil pessoas. Então, aquela notícia era importante. Ficou imediatamente acertado ali. Eu disse ao Governador: “Eu vou

como um representante do Governo, acompanhado de Nilton Cardoso, presidente do Partido, tomar as providências que forem cabíveis”. Pois, saímos eu e Nilton Cardoso. Pena que Nilton tenha prematuramente falecido num desastre. Chegamos lá entre três e meia e quatro horas da tarde. E o povo lá... Uma cena, eu me recordo, fascinante. Os camponeses sentados, cansados, suponho que até famintos. “Cadê Julião?”. Julião tinha ido à Vitória. Suponho que para telefonar, se comunicar. De repente, ao longe a gente avista um carro que vem na estrada, naquela reta de Tapera. E alguém, com intuição, olha assim e diz: “É ele!” Era Julião que voltava. Então, aí aconteceu um episódio fascinante, que não me esqueço. Aquela massa humana triste, com a aparência de que estivesse dominada pelo desânimo, e de onde a esperança tivesse ido embora, de repente, como se uma chama estivesse se apagando e alguém abanasse, e o fogo voltasse com todo o ímpeto. Todos se levantaram. Era Julião que voltava. Então ele chegou. Nós dissemos a ele: “Você tem amplas garantias. As medidas de natureza policial que se tomaram é porque eram necessárias. Agora, confio que você administrará a saída do pessoal, porque nada acontecerá nem a você, é evidente, e nem aos camponeses”

Eu tentei localizar um ofício do Governo – não sei se o Dr. Cid Sampaio tem em seus arquivos, se eu não me engano eu ajudei nessa redação – **um ofício do Governo à Procuradoria Geral do Estado, que, na organização de então, era coordenadora de todos os representantes do município, os promotores. Essa recomendação era no sentido de evitar que a Procuradoria instruisse os promotores para evitar tanto quanto possível, conflitos, e procurasse resolvê-los dentro da maior harmonia possível, e garantindo as partes.** De um lado, os direitos que tinham os proprietários de não terem suas terras invadidas e, do outro, o direito de os operários terem liberdade de associação. Se mais não fez, isso eu posso assegurar, é porque o Governo faz o que pode dentro das estruturas do momento. **Naquele momento fazer associação era sinônimo de subversão. Mas, mesmo assim, o Governo assegurou essa liberdade, tanto quanto possível.**

Castro: Miguel Arraes continuou nessa linha de mediação que Cid Sampaio instaurou nas relações sociais no campo?

João Monteiro: No que toca ao **Dr. Cid, acho que ele instaurou, ou procurou instaurar, a mediação para, de um lado, respeitar o direito de propriedade reclamado, e, do outro lado, o sagrado direito que tem a pessoa de se**

organizar para defender seus direitos. Seriam, no caso, as Ligas Camponesas ou associações similares, uma vez que o sindicalismo rural estava por vir.

O Governo Arraes, era, evidentemente, um Governo de marcas mais avançadas. **Com a vitória de Arraes** ocorreu aquilo que quem sabe dois dedos de história e tem bom senso conhece. Venceram as forças caracterizadas como progressistas. As forças progressistas tinham como normal, como conquista, a associação dos camponeses. É evidente que os camponeses através de suas lideranças, ficaram mais animados, confortados, amparados no sentido de obter, o mais rapidamente possível as suas reivindicações. É possível, então, isso quem sabe história também conhece, que **nos idos de 62 e 63, tenham caminhado depressa demais. Isto é, quando era possível apenas dar dois passos quiseram dar vinte.** No movimento dialético isso se compreende. E quando isso ocorre, há excessos, omissões, contradições, acertos, erros, mas isso é próprio da humanidade, próprio do homem e a história registra.

Eu gostaria de dizer que **o primeiro Governo Arraes, diante dessas condições que a sua vitória proporcionou, evidentemente, teve muito mais dificuldade de ser mediador porque ele também fora parte. Por outro lado, dava mais autoridade para ele poder intervir, porque ninguém duvida, em sua consciência, de seus propósitos. Mas também dificultava a posição dele como mediador.** Muita gente não compreendeu isso e **houve conflitos entre facções que queriam chegar primeiro que a outra na organização camponesa, exageravam nas reivindicações. Não que as reivindicações não fossem justas, mas exageravam na oportunidade e no ritmo.** Isso trouxe para ele, é evidente, grandes preocupações e grandes problemas.

Castro: Arraes foi, então, atropelado?

João Monteiro: Acredito.

Castro: Para seu segundo Governo, Arraes volta com outra postura?

João Monteiro: Não digo que ele voltou com nova postura. Isso seria uma interpretação personalista. As condições do país eram outras. Ele interpretou essas novas realidades brasileiras não só porque estava mais maduro, como também pela experiência adquirida no exterior. Ele veio e encontrou uma realidade que não era mais a realidade de 64.

Eu digo um fato interessante, e que pouca gente tem falado nisso. **Apesar do regime de exceção de 64 a 85, de as liberdades terem sido tolhidas, de a censura garrotear os meios de comunicação – rádio, televisão, jornais – apesar disso, como o povo brasileiro amadureceu!** Isso é um problema com que os sociólogos e os homens da área da psicologia social deveriam preocupar-se.

RELAÇÕES ENTRE O PATRONATO E OS TRABALHADORES RURAIS.

Castro: Por que em Pernambuco não se desenvolveu a UDR, como em outros Estados? Nem se desenvolveu aqui o Movimento dos Sem Terra logo nos primeiros anos de sua existência em outros estados? O que chama a atenção é que os grupos mais radicais à direita e à esquerda não prosperaram em Pernambuco, nos últimos anos. Não houve ultimamente grandes conflitos aqui, como há no Bico do Papagaio, por exemplo, no Sul ocorrem constantemente ocupações de terra...

João Monteiro: Quanto às representações patronais você tem razão, e a gente entende bem. São essas categorias que integram as chamadas elites que mandam desde que Cabral aqui chegou. Elas já estão organizadas por natureza.

Quanto aos trabalhadores, aos prestadores de serviços que estão disseminados na chamada classe média, veja o desastre. Você cita a FETAPE. Com que esforço a FETAPE atua nas reivindicações mais primárias, que dizem respeito a salário. E as outras? Então, a gente vê, que mesmo nessas organizações que você apontou a atividade ainda é claudicante, deixa muito a desejar, embora mereça os nossos aplausos. Mas é ainda um começo diante dessa grande necessidade de a sociedade brasileira rural se organizar para defender os seus direitos.

Todo mundo sabe que **a organização da sociedade brasileira foi vertical, onde uns mandam e os outros obedecem. Um país que há poucos anos comemorou o centenário da suposta abolição da escravatura.** Você ainda hoje nota, sobretudo aqui no Nordeste, as marcas e os efeitos do instituto da escravidão. Eu sempre costumo dizer que uma cadeira de engraxate é um trono. O sujeito chega, senta em cima, como um rei. A primeira coisa que o engraxate pergunta a você, que às vezes está ali pela primeira vez: “Doutor, como é que o senhor quer?” Você toma um táxi. Você é doutor. O que é isso? Isso é o comportamento do homem comum. E o comportamento dos “doutores”? É sempre pensar que é dono

do mundo, e dá grito em todo o mundo. “Você sabe com quem está falando?”. O que é isso, senão um comportamento daquilo que Joaquim Nabuco, na conferência célebre, em 1878, se eu não me engano, dizia: “Por muitas e muitas gerações a sociedade brasileira vai ser marcada por dois estigmas. Um, o dos senhores, que serão sempre os senhores. E o outro, o dos escravos, que não se esquecerão nunca que foram escravos”. Passaram muitas gerações e a gente ainda sente o reflexo em tudo, nas organizações. O homem oprimido tem medo de se associar porque aquilo para ele já era um desafio ao senhor.

O nosso infeliz processo eleitoral, o que é? A compra de votos por aí fora. O que é isso senão resíduos de uma sociedade escravagista, e que, aparentemente proclamou uma abolição da escravatura. Em 1888 a sociedade brasileira era estimada entre 10 e 12 milhões de habitantes, sendo que 8 milhões eram crioulos e mulatos. A cem anos passados, que direitos tinham os mulatos, senão o de trabalhar? Eram analfabetos. O analfabeto só começou a votar há uns 3 ou 4 anos atrás, e, assim mesmo, ainda há várias restrições.

A MEDIAÇÃO DOS APARELHOS DA JUSTIÇA

Castro: Que peso têm as instituições jurídicas como mediadoras de conflitos?

João Monteiro: Por definição **o direito é o complexo de normas que asseguram a convivência social, que assegura o *status quo*. Então, indaga-se: “Pode o direito ser fator de mudança? Até onde o direito pode ser fator de mudança, se ele é, por definição, o instrumento da segurança social? O direito, afinal de contas, é isso. Mesmo o jurista avançado, quando ele avança demais não está fazendo mais direito, está fazendo sociologia política, está fazendo política.**

Castro: Diz-se que temos boas leis, que são avançadas em relação às de outros países. Mas a sua execução deixa a desejar. O senhor concorda?

João Monteiro: Toda lei precisa ser regulamentada para ter condições de ser aplicada. Por exemplo, a Constituição de 1946 não consagrou a participação dos operários nos lucros das empresas? E nunca aconteceu isso porque esse dispositivo constitucional não foi regulamentado. Quando isso ocorre, a lei é muito boa mas não tem aplicação, ela perde o poder jurídico que é a normatividade, a obrigatoriedade.

6. JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAVALCANTI

Perfil do entrevistado

José Francisco de Moura Cavalcanti tinha 67 anos por ocasião da entrevista, em 13 de Maio de 1992. Era formado em direito. Moura Cavalcanti nasceu numa tradicional família do patronato da cana de açúcar. Ele mesmo pode ser considerado um produtor de cana de açúcar e de banana na região de Macaparana, seu local de origem, na Mata Norte. Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, que governava Pernambuco no momento da entrevista, era seu sobrinho.

O que me levou a procurar entrevistá-lo foi o importante papel que ele desempenhou na política agrária nacional, além de ter sido governador de Pernambuco, com uma trajetória política conservadora e muito próximo da cúpula militar que governava o país. Além disso, era membro de uma família integrante do patronato açucareiro, especialmente na categoria dos fornecedores de cana.

Sua trajetória política incluiu os seguintes passos:

- Prefeito nomeado de Macaparana, em 1945, aos 20 anos de idade.
- Chefe de Gabinete do general Cordeiro de Farias, governador de Pernambuco (1955-1958), eleito pelo Partido Social Democrático (PSD). Este general foi seu padrinho político.
 - Governador do Amapá (1961), nomeado por Jânio Quadros.
 - Secretário de Administração (de abril a setembro de 1964) e Secretário de Coordenação e Planejamento (de setembro de 1964 a agosto de 1966) do Estado de Pernambuco, durante o governo de Paulo Guerra.
 - Presidente do INCRA (1971-1972), durante a presidência do general Emílio G. Médici. Ele fez parte da Aliança de Renovação Nacional (ARENA).
 - Ministro da Agricultura (1973-1974), no governo do general Médici. Estimulou a implantação de grandes projetos agropecuários na Amazônia.
 - Governador de Pernambuco (1975-1979), eleito pela ARENA em eleição indireta em 03 de outubro de 1974.

Destaques da entrevista

Gostaria de destacar algumas opiniões do entrevistado :

- Para que uma reforma agrária seja viável, deve-se educar o homem do campo para assumir uma parcela de terra.
- O maior problema fundiário no Brasil é a grilagem de terras, principalmente na Amazônia, que representa um vazio demográfico. Exemplificou casos de grilagem na Amazônia, que ele combateu quando presidente do INCRA. A vacina para a grilagem é a discriminação de terras, segundo ele.
- Deve-se implantar uma política agrícola adaptada a cada região. Há empresários ricos com o plantio de maconha, inclusive em assentamentos do INCRA no Vale do São Francisco, por falta de uma política agrícola.
- No geral, a agricultura de Pernambuco não se modernizou. Em parte, devido à topografia acidentada da Zona da Mata e à falta de critérios no projetos financiados pela SUDENE. Mas está surgindo uma área de exploração agrícola moderna, no Vale do São Francisco, voltada para a fruticultura.
- Os partidos políticos brasileiros não são ideológicos. Os políticos se organizam segundo seus interesses pessoais.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida em sua residência no bairro da Jaqueira, em Recife. Ele estava com a saúde fragilizada, e fazia hemodiálise quase todos os dias. Foi através de seu médico que eu consegui a entrevista. Apesar desse estado de saúde ele acompanhava o dia a dia da política. Presenteou-me com um livro de sua autoria, *Brasis que vivi* ⁽³⁷⁾ gentilmente autografado.

Durante a entrevista ele recebeu a visita de Gileno de Carli, que veio acompanhado de um proprietário rural cujas terras estavam sendo requisitadas pelo órgão de terras estadual para uso na reforma agrária. Os dois vieram solicitar a Moura Cavalcanti para interceder junto ao governador Joaquim Francisco de Moura Cavalcanti, seu sobrinho, para que não permitisse que o produtor perdesse suas terras. O nosso entrevistado, pedindo nossa licença, ligou imediatamente para o governador para solicitar sua atenção para este caso.

Entrevista

³⁷ Publicação da Editora Massangana, Recife, no ano de 1992.

A REFORMA AGRÁRIA

Castro: Por que fracassou o Plano reforma agrária de Sarney?

Moura: **O Plano de reforma agrária de Sarney, como todos os outros que se fizeram neste país, fracassou por falta de preparação do homem.** Segundo, as áreas escolhidas para a reforma agrária têm sido até hoje contraindicadas em Pernambuco, desde os tempos de Castelo Branco. Em Pernambuco deu resultado o assentamento de Bonito, porque se trouxe o japonês.

A estrutura agrária de Pernambuco é muito difícil. Primeiro, ela está assentada na Zona da Mata Sul, que é a mais fértil, na cana de açúcar. A cana de açúcar inspirou os usineiros, os barões do fim do século passado e princípio deste, para a grande propriedade. Com o passar do tempo, houve uma certa divisão de propriedade, principalmente na Zona Norte, onde surgiu o médio proprietário, o foreiro das usinas. No Agreste, predomina o minifúndio. São terras férteis, onde há a propriedade familiar. E no Sertão, há as grandes propriedades. Surge agora uma nova estrutura agrária às margens do São Francisco.

Castro: O Senhor acredita que ainda exista o latifúndio improdutivo?

Moura: No Sertão você tem duas grandes propriedades modernas. Uma delas pertence a esses Fonte, que têm agência de automóveis da Massey-Ferguson. A outra é de Gileno, que tem o maior latifúndio, a maior propriedade de Pernambuco, a Terra dos Sem Fim. Sem sem definição agrícola, a propriedade dos Carneiro da Cunha possui com 18 mil hectares. Todas produzindo. **Eu diria que não há a figura do latifundiário no Brasil, mas a figura do grileiro.** O grileiro é o pior que tem na estrutura agrária porque ele toma posse de uma terra, geralmente com os jagunços, diz que é dele, arranja um documento falso e loteia aquilo tudo.

Eu fiz desapropriação de 170 mil km² na região de Altamira. Conto um fato para você. Quando estava se abrindo a picada – a decisão de Médici na época era ocupar a Amazônia – eu mandei helicópteros do INCRA para lá. Eu fiquei num arraial de um aventureiro piauiense, abriu uma picada e fez uma aldeia, onde ele vivia em luta permanente com o índio, com o diabo lá!

Viveu lá a vida inteira, morreu na estrada. Então eu saía de helicóptero para ver a picada aberta. Nós chegamos numa região, eu me lembro bem, nós estávamos sobrevoando baixo. E a raiz das árvores que se derrubava tinha terra roxa. Eu entendo um pouco de terra. Eu disse: “Tirem amostra dessa terra”. E levei.

A terra era de origem basáltica ⁽³⁸⁾, em plena Amazônia. Ninguém acreditou na época. Eu disse: “Vamos ver se a gente implanta uma colônia aqui”. Ali hoje é a Usina Abraão Lincoln.

Castro: A maior usina do INCRA, não é?

Moura: É. Então, vamos fazer a discriminação territorial. A terra tinha dono. Mandeí ver os documentos. O fato que mais me impressionou: estava registrado no cartório de registro de imóveis de São Felix. Mas São Felix, não podia ter registro de imóveis porque São Felix não era comarca. Eu mandei o Procurador lá, o mais antigo procurador. Quando chegou lá ele viu que era um cartório de registro civil. Estava registrado na segunda página. Esta segunda página foi tirada e passada para um cartório de imóveis de São Paulo, que botou: 2º Cartório de imóveis de São Paulo. E aí foi vendido a terceiros, já veio de um cartório de imóveis. Fabricou-se uma propriedade sobre a terra. E eu fiquei Fui ao Presidente e expus o caso. E mostrei que era tudo gente de dinheiro. O que é que o senhor aconselha a fazer? Eu delimiti de 176 km², maior do que muitos países, e foi desapropriada. E aí quem tivesse título que apresentasse em cartório. E aí como ninguém apresentou os títulos, nem vai aparecer ...

Castro: Foi feita uma desapropriação sem que tivesse havido uma ação discriminatória antes. Quem tivesse títulos que fosse mostrar.

Moura: Pois é, quem tivesse título que fosse mostrar. Tinha título glosado. Em Pindaré, são dois milhões de hectares. Eram de vários donos e tinha um procurador. Mas ele não era dono, ele era procurador de uma infinidade de herdeiros. Tinha uma dona Josefa dos anzóis lá. Agora, o que chamou atenção era que eram dois milhões de hectares, pelos pontos de referência que davam do rio tal a tal, serra tal. Então eu mandei fazer o exame do documento. A primeira página era original. Mas tinha duzentos réis de custas. Mas nem naquele tempo duzentos réis podiam pagar as custas de dois milhões de hectares. Esse processo foi conhecido como o processo da traça porque da terceira página em diante estava ilegível. A UNICAMP analisou e disse que os furos daquelas páginas eram feitos com objeto cortante e que o papel foi fabricado em 56. Eu anulei na 1ª e 2ª instâncias, mas na última instância eles

³⁸ Terra basáltica, ou terra roxa, é extremamente fértil. O nome vem da decomposição de rochas compostas de basalto, de origem vulcânica.

levantaram a informação de que a propriedade não era do INCRA, era do Governo. Mas o INCRA era o Governo. E a lei dizia taxativamente que a tantos quilômetros à margem da estrada eram da administração pública. Quando eu saí da presidência do INCRA saiu uma sentença contrária, mas o presidente que me substituiu recorreu, agravou. Passou uns 10 anos no tribunal. Você já imaginou isso! Uns 10 anos no tribunal! As terras já estavam todas ocupadas.

O PATRONATO DA CANA DE AÇÚCAR

Castro: A a categoria dos fornecedores de cana se diferencia muito da dos usineiros, considerando-se que ambas vieram da mesma origem histórica?

Moura: O fornecedor de cana é o filho do homem que não chegou a ser usineiro.

Castro: Mas o fornecedor pensa um pouco como usineiro, não?

Moura: Não, é diferente. Entre o fornecedor e o usineiro há uma crise. O usineiro já é um empresário, com lucro certo. Eles gastam mais para plantar do que para comprar a cana do fornecedor. O álcool, como a gasolina, está condicionado pelo preço do petróleo. Sobe a gasolina, sobe o álcool. Subindo o álcool ele pode pagar melhor. O fornecedor de cana recebe mais um pouco, mas o **usineiro tem a parte maior, a parte do leão. O fornecedor é uma classe em declínio.** Eles serão amanhã os pobretões da região. Hoje eles ainda têm a caminhonete D-20; alguns, porque outros não têm. Os pequenos fornecedores têm propriedade familiar.

Castro: O Sr. acha que os fornecedores ainda têm peso político?

Moura: Não muito. A televisão, o asfalto, que chegou ao interior, quebrou esse peso. O usineiro não elege um prefeito. Eles financiam um candidato. Há uma repulsa natural à figura do usineiro.

O senhor de engenho é visto, aqui e acolá como um sofredor. E o senhor de engenho também explora. **Você não encontra em Pernambuco um fornecedor que tenha um colégio eleitoral, que seja um coronel. Essa condição política dele está desaparecendo. O rádio, a televisão, limitou muito o poder que o senhor de engenho tinha antes.** Até 1954 eles dispunham de muito prestígio.

A cana de açúcar, com todos os erros, é um fator para evitar uma explosão social. Na época das safras os salários são altos.

Está havendo uma crise entre os fornecedores de cana e os trabalhadores da cana porque agora os direitos sociais foram ampliados, com o pagamento de Fundo de Garantia, INPS, PIS. Isso será um fator propulsor para a mudança. O sujeito não vai poder sustentar a grande propriedade. O processo será muito lento.

RELAÇÕES ENTRE O PATRONATO RURAL E OS TRABALHADORES

Castro: Pernambuco é um dos Estados com menos conflitos de terra. Por que?

Moura: **A área com maiores conflitos no Brasil é a Amazônia. Por mais incrível que parece é a região de maior vazio demográfico.** Em Pernambuco o conflito é diferente. Os invasores são da cidade, sem emprego, que invadem os terrenos da cidade para fazerem favela. No interior a luta diária é preços, renovação de contrato, mais ou menos na lei.

Castro: Durante o debate do Plano Nacional de Reforma Agrária, o PNRA, da Nova República, mesmo naquele momento, não houve grandes conflitos.

Moura: Não, não houve mais conflito. O conflito, de uns anos para cá, está sendo resolvido na Justiça. Todo ele é sobre direitos e salários.

Castro: Isso é próprio de Pernambuco? Houve algum fator que contribuiu para que, aqui, o patronato rural e os trabalhadores administrassem melhor os seus conflitos?

Moura: Por mais incrível que pareça o responsável por isso é a cana de açúcar. Ela chamou mais a atenção para a concentração do poder e voltaram-se para este setor as medidas para a regulamentação dos direitos. O senhor de engenho, o plantador de cana, o fornecedor não discute mais: paga o salário mínimo, mais 10%.

A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM PERNAMBUCO

Castro: Houve modernização agrícola em Pernambuco? Se houve, em que setores?

Moura: Alguns setores, nas zonas onde é possível. **Nós temos contra a nossa modernização agrícola, principalmente quanto à mecanização, a nossa topografia.** A Zona da Mata está quase toda em região montanhosa. Na Mata Sul algumas usinas, como a Salgado, mecanizaram quase tudo, irrigaram. Na Mata Norte também. Na Paraíba as Usinas tem um plantio mais moderno que o de Pernambuco. Em Pernambuco a modernização é muito pequena. Eles importaram

da África do Sul um tipo de carregadeira automática, para carregar o caminhão, que trabalha com um declive de 50%.

Castro: Houve modernização na pecuária de Pernambuco?

Moura: **Não houve modernização na pecuária.** Houve uma facilidade de dinheiro muito grande. Esses homens apanhavam esse dinheiro e compravam alguns bois de raça. Enquanto a SUDENE forneceu, eles continuaram com essa pecuária moderna. Em Limoeiro, Otaviano Heráclio fez um gado moderno, um gado de padrão elevado. Alguns fazendeiros, com recursos da SUDENE, fizeram pecuária confinada, moderna. Mas pouca coisa, na melhoria do rebanho.

Castro: Surgiram novas classes na agricultura de Pernambuco?

Moura: Surgiram novas classes. Agora existem as grandes empresas do Vale do São Francisco que recebem apoio da SUDENE. Celso Furtado concebeu uma lei que proibia as grandes extensões de terra às margens dos açudes governamentais, onde se faria a irrigação e nas margens do São Francisco. Essa lei chegou a ser aprovada, mas como muitas leis no Brasil, não é cumprida.

Castro: Qual essa nova classe de gente rica no sertão, os fazendeiros?

Moura: Não fazendeiros, **os homens que usam a terra para maconha. Essa classe é mais poderosa do que foram os senhores de engenho naquela época.**

Castro: São pessoas oportunistas do ponto de vista do negócio...

Moura: Sim, são oportunistas. Eles aproveitam o lucro fácil.

Castro: Não são empresários...

Moura: Não são empresários. Eles fazem comércio, geralmente com madeira, num intercâmbio entre a Amazônia e as cidades. A madeira serve de cobertura. Voltam para a Amazônia carregados de alimentos, passando pelo Sertão de Pernambuco.

Castro: As terras plantadas com maconha não poderiam ser desapropriadas?

Moura: Desapropriadas não, confiscadas para a reforma agrária. Mas ainda não foi regulamentado o artigo da Constituição.

Castro: O Sr. acredita que haja uma força política impedindo essa regulamentação?

Moura: Não sei. Mas em muitos projetos de irrigação, com água do Governo, foi encontrada a maconha. Veja o absurdo da coisa.

Castro: A maconha se espalhou porque faltou uma política agrícola nessa área.

Moura: **Falta uma política agrícola. Nas áreas do Sertão onde há uma política agrícola não há isso.** Por exemplo, nos projetos de Petrolina, o Bebedouro, o Nilo Coelho, e do outro lado, na Bahia, você encontra lá é fruta, avião DC-08 carregado de uva, de melão e de frutas tropicais, na época de frio na Europa. Saem vários aviões, um atrás do outro. Petrolina é a cidade que mais cresce em Pernambuco, e no Brasil. Surgiu aí um agricultura diferente, com mais tecnologia.

A REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Castro: Há partidos políticos que representam os interesses da agricultura?

Moura: Bem, a agricultura tentou um partido. Nos outros partidos, indiscriminadamente, existem representantes da agricultura. Tem pessoas no MDB mais reacionárias, mais vinculadas ao passado do que poderia ter no PFL, ou teria no PDS. Os representantes da agricultura não se juntam por Partido. Eles se juntam mais em grupos, e às vezes esses grupos se aliam em defesa de interesses, fazendo as alianças mais estranhas do mundo.

A UDR EM PERNAMBUCO

Castro: A UDR não se desenvolveu em Pernambuco. Como também não se desenvolveu o Movimento dos sem terra. Como o senhor explica isso?

Moura: **Pernambuco é completamente diferente do resto do país. É dos casos extremos. Ou ele está numa ponta ou está noutra.** Pernambuco agora está no centro [risos]. Está navegando num mar de crises. Os ricos você vê como estão...⁽³⁹⁾. Imagine se um camarada da UDR tem algum interesse em defender coisa nenhuma nesse estado. A UDR aqui não tem aqui nenhum deputado estadual.

Uma política agrícola não pode ser para o Brasil inteiro. Eu tive oportunidade de servir num cargo onde saí do Rio Grande do Sul, onde saí num avião a jato ultra moderno, desembarcava no Amapá desse avião, pegava um teço-teco, ia para uma

³⁹ Referência a um usineiro que passou pela sua casa, durante a entrevista, para pedir o seu apoio para uma grave crise financeira que se abateu sobre sua usina.

determinada cidade a pé ou numa canoa, num barco, durante 4 ou 5 horas, até chegar ao povoamento onde eu queria chegar.

Castro: Isso foi quando o Sr. era Ministro da Agricultura?

Moura: Sim, mas principalmente quando era Presidente do INCRA. Eu deixava uma cidade que era primeiro mundo e passava para uma cidade miserável. A política agrícola tem que ser localizada. Ela não pode ser uma para todo o país.

Castro: Eu sei que o Sr. tem muito mais coisa para falar mas eu não quero forçá-lo.

Moura: Você pode fazer quantas perguntas quiser.

Castro: O seu livro de Memórias está sendo lançado quando?

Moura: Não é um livro que aprofundasse nada. Mas é uma reportagem, com alguns fatos que vivi na vida. Eu vou lhe dar um.

[Dirigindo-se ao empregado]. Me dá o livro, pra eu dar ao doutor.

[Moura me presenteia seu livro *Brasis que vivi.*]

7. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR

Perfil do entrevistado

Miguel Arraes de Alencar tinha 75 anos por ocasião da entrevista, em 12 de novembro de 1992 e era deputado federal pelo PSB na ocasião. Ele já havia governado Pernambuco pela segunda vez.

Arraes nasceu em Araripe (CE) em 15 de dezembro de 1916 e formou-se em direito e economia. Iniciou sua carreira profissional aos 18 anos, ingressando, por concurso, em 1934, no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do qual tornou-se delegado regional em Pernambuco entre 1943 e 1947, o que lhe confere um conhecimento muito grande sobre a agroindústria canavieira. A seguir, tornou-se Secretário da Fazenda de Pernambuco no governo de Barbosa Lima Sobrinho (PSD), entre 1948 e 1950 ⁽⁴⁰⁾. Voltou a exercer esse mesmo cargo em 1959, no governo de Cid Sampaio. Foi eleito pela Frente de Recife ⁽⁴¹⁾ como prefeito desta capital, e exerceu este mandato entre 01.01.1960 e 01.01.1963. Governou Pernambuco em três ocasiões: a primeira, pelo Partido Social Trabalhista (PST), em 1963 e 1964, quando foi deposto e preso pelo Golpe Militar e tendo, a seguir, exilado-se na Argélia por um período de 14 anos ⁽⁴²⁾. Foi substituído no governo do Estado pelo vice-governador Paulo Pessoa Guerra (PSD). Retornou ao Brasil em 15 de setembro de 1979, graças à Lei da Anistia. A segunda ocasião em que governou Pernambuco foi entre 15 de março de 1987 e 1º de abril de 1990, sob a legenda do PMDB, tendo como vice-governador Carlos Wilson Campos; a terceira ocasião foi entre 1º de janeiro de 1995 e 1º de janeiro de 1999, tendo como vice-governador Jorge José Gomes. Afastou-se do governo para se candidatar à reeleição, sendo derrotado e substituído por Jarbas Vasconcelos, que assume o governo do Estado em 1º de janeiro de 1999.

⁴⁰ Barbosa Lima Sobrinho foi presidente do IAA entre 1938 e 1945.

⁴¹ A Frente do Recife, reunindo os partidos PCB, PTB e PSB, foi constituída inicialmente em 1955 nas eleições municipais, onde o candidato frentista foi Pelópidas da Silveira, eleito prefeito de Recife. Sua base social era vinculada às correntes de esquerda localizadas nos grandes centros urbanos. Seu ideário estava focado no desenvolvimentismo regional.

⁴² Em 1965 Arraes foi levado para a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, de onde partiu para o exílio na Argélia.

Exerceu dois mandatos de deputado estadual: de 1950 a 1954 e de 1954 a 1958 e três mandatos de deputado federal de Pernambuco: o primeiro entre 01.02.1983 e 01.02.1986, pelo PSB, tendo se licenciado para concorrer ao seu segundo mandato de governador ; o segundo, pelo PSB, entre 01.02.1991 e 01.01.1995, e o terceiro, também pelo PSB, de 01.02.2003 a 01.07.2005. Em 1993 tornou-se presidente do PSB. Faleceu no exercício de seu terceiro mandato de deputado federal, em 13 de agosto de 2005, aos 88 anos.

Deixou familiares na atividade política, entre os quais pode-se citar: Ana Arraes, sua filha, que foi deputada federal de Pernambuco e presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), entre 2020 e 2022. Seu filho Eduardo Campos, duas vezes governador de Pernambuco, pelo PSB, de 2007 a 2014 e que, com Renata Campos, deixou dois filhos na atividade política: João Campos, atual prefeito de Recife, eleito pelo PSB em 2020 e reeleito em 2024, e seu irmão Pedro Campos, eleito deputado federal de Pernambuco pelo PSB, em 2022. Também é neta de Arraes e prima de João e Pedro Campos, a ex-deputada federal Marília Arraes, candidata ao governo de Pernambuco nas eleições de 2022, perdendo a eleição para a candidata do PSDB, Raquel Lyra.

Destaques da entrevista

Segundo o entrevistado :

- As experiências de reforma agrária vividas por Pernambuco fracassaram.
- Antes de se pensar em reforma agrária na Zona da Mata, é preciso rediscutir a economia sucro-alcooleira.
- O sindicalismo dos trabalhadores rurais tornou-se burocrático, sem trabalho de base social e sem capacitação das lideranças.
- O patronato ficou mais negociador porque sua força econômica e política caiu.
- A UDR não se implantou em Pernambuco porque aqui havia entidades bem representativas do patronato e pela ausência de conflitos de terra no estado.

Situação da entrevista

A entrevista não foi gravada, a pedido do entrevistado mas, por conta de sua fala pausada, pude anotar suas respostas com facilidade. A entrevista foi concedida em seu escritório político no bairro da Jaqueira. Parte da entrevista contou com a

presença do economista Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral ⁽⁴³⁾ que interveio em alguns momentos da entrevista. Eu tinha uma relação de proximidade com Arraes e mais ainda com Pedro Eugênio, com quem atuei no Movimento de Renovação dos Economistas no final da ditadura militar.

Entrevista

RELAÇÕES ENTRE O PATRONATO E OS TRABALHADORES RURAIS

Castro: As elites açucareiras de Pernambuco têm conseguido fazer fracassar todas as tentativas de reforma agrária na Zona da Mata. O agravamento da crise na agro-indústria açucareira, envolvendo usineiros, fornecedores e trabalhadores, não cria condições para a negociar reforma agrária e crise açucareira?

Arraes: Existem aspectos complicados. **A questão da reforma agrária foi colocada há muito tempo. Foi implementada em algumas áreas e fracassou.**

Houve a desapropriação no governo militar, da Usina Caxangá, o parcelamento da terra, e por diferentes razões isso aí fracassou. Depois de muitos anos essa usina que tinha sido entregue aos parceiros vai ser transferida para o Mato Grosso. Existem outras áreas que foram objeto de divisão no regime militar e que não progrediram. As razões são várias.

A questão da cana é também muito especial. Você deveria ver a questão cubana. Cuba dividiu terras e depois recuou. Ou você é agricultor ou você é trabalhador do complexo agro-industrial. Historicamente o trabalhador exercia as duas funções. O trabalhador tinha um pedaço de terra para plantar. Morava nas terras como forma usada pelo proprietário para assegurar a mão de obra. Depois, foram colocados para fora das propriedades porque a cana, como a soja, exige a grande exploração, senão não se viabiliza.

Castro: Não estou falando em reforma agrária através de divisão da grande exploração canaieira. Estou falando da possibilidade de reforma agrária em áreas não ocupadas com a cana. Nessas áreas se diversificaria a agricultura.

⁴³Pedro Eugênio, era professor da UFPE. No segundo mandato de Arraes como governador ele foi seu Secretário de Agricultura (1987) e Secretário de Planejamento (1989-1990) e no terceiro mandato de Arraes ocupou a Secretaria da Fazenda.

Arraes: Fizemos várias coisas nesse sentido. Em alguns municípios houve resultados positivos, os trabalhadores começaram a produzir alimentos. Isso depende muito da organização local.

Pedro Eugênio: Procurou-se trazer o Chapéu de Palha para a produção de alimentos pelos trabalhadores durante a entressafra. Quem quisesse produzir alimentos, receberia 80% do salário pago aos demais, e teria uma porção de terra para cultivar alimentos na entressafra. Mas a FETAPE não aceitou.

Arraes: A diversificação de cultura na Zona da Mata é coisa complicada. Fruticultura é complicado. Os cítricos têm muitos problemas como o mofo, etc.

Pedro Eugênio: Mas se poderiam realizar pesquisas para resolver esse problema.

Arraes: A cana e a beterraba são subsidiadas no mundo inteiro. Na França, o produtor da Comunidade Econômica Européia (CEE) recebe um subsídio maior do que o produtor da cana no Brasil.

Castro: Se a diversificação não é recomendável tecnicamente, tem que se ver que a cana de açúcar, na Zona da Mata de Pernambuco, tem uma baixa produtividade. Tecnicamente ela também poderia ser considerada inviável.

Arraes: A Zona da Mata produz cana há 500 anos [risos]. Se bem cultivada, ela tem altos rendimentos, se mal cultivada, torna-se inviável. O mau cultivo é em razão de não terem sido desenvolvidas pesquisas suficientes para a cana. Faltam variedades para a renovação dos plantios.

Pedro Eugênio: O Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar (PLANALSUCAR) foi liquidado.

Arraes: A Estação que tratou de cana foi a Estação Experimental do Curado, onde hoje é um quartel. O PLANALSUCAR também passou a pesquisar culturas alternativas. São Paulo começou a mecanizar. O trabalhador corta aqui muito menos que em outras áreas.

Castro: Diante do agravamento da crise na agro-indústria açucareira, não se poderia recolocar o problema da reforma agrária?

Arraes: **É necessário rediscutir toda a situação do complexo agro-industrial.**

Pela primeira vez, na história das negociações entre patrões e trabalhadores na Zona da Mata foi incluída uma cláusula para discutir-se toda a problemática da

cana. Em São Paulo, os bóias-frias têm outras atividades produtivas na entressafra. A decadência aqui atinge a todos: usineiro, trabalhadores e a população que vive na região da cana, onde 75% da cana é para álcool. O Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) duplicou a superfície plantada com cana.

Castro: A intervenção do IAA, protegendo os usineiros de Pernambuco, não contribuiu para que os mesmos não buscassem modernizar-se?

Arraes: Em parte. Para que a produção nordestina sobrevivesse na crise de 29/30, quando a produção de São Paulo era incipiente, foi preciso limitar a produção de cana em São Paulo. Foram medidas criadas nos anos 30. Mas não é só problema de modernização. É também problema de mercado. A expansão do mercado no Nordeste não se dava na mesma proporção da expansão do mercado no Sul, porque o produtor paulista não tinha os custos de produção que o produtor nordestino. Vamos admitir que a produção de São Paulo e Pernambuco fosse a mesma. Enquanto o paulista vende o seu açúcar na porta da usina, porque aí existe consumo, o nordestino deve arcar com o problema do transporte, do armazenamento, carregar os navios aqui e levar o açúcar para outros mercados. Os produtores daqui pediam preço, enquanto os de São Paulo se modernizaram. São Paulo nunca quis ter a presidência do IAA, preferindo um nordestino nesse cargo.

Castro: Existe burocratização dos sindicatos de trabalhadores rurais?

Arraes: A mentalidade dos sindicatos é um negócio meio complicado. Os sindicatos da cana foram criados a partir da luta de baixo. Durante a ditadura as lideranças vindas da base foram perseguidas e tiveram que sair dos sindicatos. Subiu uma nova direção, que se perpetua no poder, não tem mais ligação com as bases. Não fazem curso para a formação de quadros sindicais.

Castro: Mas durante a ditadura os sindicatos não abandonaram a luta. Eles fizeram a luta na justiça, pelos direitos.

Arraes: A luta pelos direitos é pouco. Só retomaram essa coisa. Esse sindicalismo atual é burocratizado. Não é que essa outra gente não tenha qualidade. Eles têm menos trabalho de massa. No correr do tempo, a direção do sindicato se torna uma promoção social. Não fazem nenhum curso, não há formação de quadros sindicais.

Na Zona da Mata se pode ter uma ou duas colheitas de milho, feijão, nas terras de rotatividade. O sujeito prepara a terra para cana e nesse espaço pode ter outra cultura. Mas o sindicato não quer. Eu arranji gente que cedia terra. O Estado dava semente e eles não quiseram. Mas há também o medo dos proprietários de que essa coisa provisória seja um motivo para a ocupação definitiva de suas terras.

Castro: É verdade que no início do seu segundo governo os usineiros lhe ofereceram 50 mil hectares de terra para a reforma agrária?

Arraes: Os usineiros não me deram terra nenhuma. Eu desapropriei terras perto das cidades a pretexto da expansão das cidades e deixava pedaços para cultura.

Castro: O programa Mata Livre teve resultados positivos?

Arraes: Foi positivo, principalmente onde recebeu sustentação local. Numa área eu consegui 70 ha de terra e o sujeito não cobrou nada. **A falta de organização, a mentalidade dos caras do sindicato acabou estragando um plano de produção.**

Castro: O que o senhor poderia dizer sobre a irrigação feita em Pernambuco?

Arraes: Em alguns açudes públicos, onde a pequena irrigação era possível, fizemos uma tentativa de começar essa irrigação nas terras que sobravam da desapropriação feita para a construção de açude. Aproveitamos a população local, para habitua-la a irrigar e para estimular a irrigação. Mas os sindicatos vieram pretender que esse pessoal fosse admitido como funcionários públicos. Em vários desses lugares há pequenos irrigantes que já tem hoje caminhão. É preciso esclarecer a questão da irrigação. A grande irrigação é o que mata o resto.

Castro: Estaria surgindo, nas áreas de irrigação do São Francisco, e polo de influência política do Grupo Coelho, um novo tipo de empresário, mais empreendedor, menos dependente do Estado?

Arraes: Eles, por causa da irrigação, são também dependentes do Estado.

Castro: A FETAPE só tem um técnico agrícola para todo o Estado.

Arraes: Isso é grave. É preciso associar agricultura e pecuária, fazendo um sistema integrado. Com três vacas o pequeno produtor tem o seu adubo de graça.

Castro: Atualmente a reforma agrária é inviável financeiramente?

Arraes: Ninguém tem condições de comprar essas terras do Brasil para fazer assentamento. Os custos de um assentamento são altíssimos.

Castro: Então, a reforma agrária é um tema superado?

Arraes: **Nos termos clássicos, é superado.** O fundamental é tocar a agricultura e a pecuária no Nordeste, com uma reformulação total do sistema de produção rural. É necessário ver outras soluções. Segundo o IBGE, **há no Brasil milhões de proprietários de terra que estão sem condições de produzir e comercializar.**

Castro: Antes do Golpe de 64, Pernambuco foi um dos Estados brasileiros com maior agitação social no campo, em torno da reforma agrária. No início da Nova República, momento em que o senhor novamente é governador do Estado, os conflitos de terra não foram tão freqüentes e agudos aqui se comparados com os de outras regiões do país. Houve poucas invasões de terra no seu segundo governo.

Arraes: No segundo governo houve muita invasão urbana. Já era uma consequência do êxodo do campo. Em 63 não havia tanto problema urbano. **As organizações populares em 63 eram muito mais contestadoras do que hoje. Hoje elas são muito corporativistas. No segundo governo as greves no campo foram resolvidas pela negociação.**

Castro: Mas no primeiro também.

Arraes: É.

Castro: Existiria, em Pernambuco, uma tendência à resolução dos conflitos sociais no campo, tanto os conflitos trabalhistas quanto os agrários, pela via de negociação?

Arraes: **O patronato apresenta uma tendência à negociação porque a força econômica e política deles caiu.**

Castro: O senhor disse em 62 que jamais um usineiro seria governador em Pernambuco. Até agora a profecia se cumpriu. Mas, nessas eleições municipais [de 03 de outubro de 1992], os **fornecedores e usineiros** tiveram bastante sucesso na Zona da Mata. Significa que nessa área permanecem os currais eleitorais?

Arraes: Eles detêm o controle eleitoral da Zona da Mata principalmente a partir das cidades, da classe média das cidades.

Castro: Dos candidatos apresentados pela FETAPE poucos foram eleitos.

Arraes: Sustentei que eles não deviam disputar prefeituras. **O trabalhador rural não é votado no centro urbano.** Em 63, havia um líder sindical em Pernambuco, o Barbosinha, presidente do sindicato dos comerciários muito eficiente. Dava uma assistência grande ao pessoal do comércio, com advogados, dentistas, etc. Era sempre eleito com 70% dos votos dos comerciários para a presidência do sindicato. Quando se candidatava a deputado não tinha um terço dos votos dos comerciários.

A UDR

Castro: Por que a UDR não se desenvolveu em Pernambuco?

Arraes: **O Estado tinha organizações, como a dos fornecedores. Havia um processo de entendimento. Além disso, não há conflitos de terra em Pernambuco.**

CONFLITO DE PATRIMÔNIO

Castro: Estive com alguns posseiros de Patrimônio que não estavam satisfeitos com o resultado da negociação. Achavam que teriam que ficar com o imóvel todo, que era da Igreja e não de João Santos.

Arraes: Foi da Igreja, não era mais. Esse imóvel pertenceu, no passado, à diocese de Nazaré, que cedeu, do começo do século para cá, a uma família que preferia ter moradores que explorá-lo diretamente. A diocese de Nazaré preferia tratar com essa gente de usina do que tratar com trabalhadores.

Em certa altura João Santos começou a meter lá fornecedores que ele protegia. Eram prepostos dele, que se encarregavam de botar para fora os moradores. Uns moradores resistiram, mas o resto, com o correr do tempo, foram saindo, indenizados ou capitulando. O núcleo que resistiu tornou-se muito disposto. João Santos criou uma empresa agrícola para explorar o engenho, separada da usina. Essa empresa foi entregue a esses caras. Ele é mestre nessa coisa. Tem quarenta, cinquenta anos de experiência de botar gente para fora. A propriedade, que era da diocese, foi transferida para essa empresa. Já não era mais da Igreja.

Quando eu assumi o governo, logo nos primeiros dias, houve um choque em Patrimônio, Pedro Eugênio foi lá. Nesse choque morreu um trabalhador. Havia uma espécie de terror. O trabalhador, para ir para a casa de outro, passava isolado e alarmado no canavial. A negociação foi feita ali. Não dava para pegar o engenho todo. Depois da negociação, muito custosa, eu consegui que os trabalhadores aceitassem. Estive lá, fiz uma assembléia de todos os moradores, debaixo das árvores e negocieei diretamente com eles. Havia duas tendências: um grupo minoritário queria tudo. Deve ter sido esses que você encontrou. O outro grupo admitiu a negociação. O primeiro grupo acabou se rendendo na medida em que o que eles queriam não levava a nada. Partiu-se o engenho pela estrada. Transferimos o pessoal do lado de lá para o lado de cá. Fizemos açude, casas, eletrificamos.

8. OSWALDO LIMA FILHO

Perfil do entrevistado

Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima Filho tinha 72 anos por ocasião da entrevista, em 24 de julho de 1992 e era deputado federal de Pernambuco pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nasceu no Cabo de Santo Agostinho em 26 de abril de 2021. Na juventude, foi membro da Ação Integralista Brasileira entre 1937 e 1938. De 1939 a 1943 cursou Direito em Recife.

Iniciou sua carreira profissional em 1944, como promotor público em Surubim. Foi pecuarista em Bom Jardim, no Agreste de Pernambuco. Foi ministro da Agricultura do governo de João Goulart (1963-1964), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sempre agiu como um ferrenho defensor da reforma agrária.

Exerceu dois mandatos de deputado estadual de Pernambuco, entre 1947 e 1950, pelo Partido Social Democrático (PSD) e de 1951 a 1954, pelo PTB. Em 1950, ele apoia a candidatura de Vargas à Presidência da República, pelo PTB. Em 1956, ele integrou o grupo fundador da Frente Parlamentar Nacionalista. Exerceu diversos mandatos como deputado federal : de 1955 a 1959 pelo Partido Social Progressista (PSP), criado em junho de 1946, por Adhemar de Barros; de 1959 a 1963 pelo PTB; de 1963 a 1967 pelo PTB e MDB ; e de 1967 a 1969 pelo MDB. É cassado em 1969, recuperando os direitos políticos em 1979, com a Lei da Anistia. A seguir exerceu novos mandatos como deputado federal: de 1983 a 1987 (PMDB), de 1987 a 1990 (PMDB) sendo nesta ocasião deputado constituinte e relator da "Sub-comissão de política agrícola e fundiária e da reforma agrária" na Assembleia Nacional Constituinte. Em 1990 é reeleito deputado federal, ficando como suplente.

Filiou-se ao PT em 1990, passando ao PDT em 1992, quando escreveu seu livro de memórias ⁽⁴⁴⁾. Faleceu em 11 de novembro de 1994, aos 73 anos.

Destaques da entrevista

- Há uma capacidade de negociação entre os atores sociais do campo em Pernambuco baseada na criação do movimento sindical antes do Golpe Militar e da manutenção do sistema sindical durante a ditadura, em parte graças à ação moderadora de setores da Igreja. Na Nova República os sindicatos conseguiram

⁴⁴ LIMA FILHO, Oswaldo. *Política Brasileira - 1945-1990 - Uma Visão Nacionalista*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.

acordos coletivos com as usinas e outros direitos, como manter o salário na zona canavieira acima do salário mínimo regional.

- Oswaldo Lima, como deputado federal representando a bancada do PTB durante o governo de João Goulart, mediou negociações entre usineiros e trabalhadores, negociando o aumento do preço do açúcar e outros subsídios, desde que houvesse o cumprimento dos acordos e obrigações trabalhistas por parte dos usineiros. Foi concedido um subsídio aos produtores de cana do Nordeste, proposto por Celso Furtado, Ministro do Planejamento de João Goulart (de 28 de setembro de 1962 a 31 de março de 1964), e que vigorou até 1988 ou 89 e, pelo qual, os produtores de açúcar do Nordeste recebiam 100% do aumento do preço da cana e os produtores de São Paulo receberiam 2/3 desse aumento. Isso possibilitou a venda aos trabalhadores da cana, nos barracões das usinas, bens de consumo durável, como bicicletas, camas, etc.
- O Acordo do Campo, estabelecido entre usineiros e trabalhadores, no primeiro governo de Arraes, e por este mediado, contribuiu para uma cultura de negociação entre os atores sociais do campo pernambucano.
- Arraes citou João Santos, como um usineiro e grande industrial do cimento que tem muita influência na política por conta dos parlamentares que elege.
- O fator decisivo que levou o patronato canavieiro a negociar foi o fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Não pesou o fato de representantes desse patronato terem ocupado cargos de direção no governo federal.
- As alianças eleitorais entre partidos de esquerda e de direita não foram um fator para a diminuição do clima de conflito entre as classes sociais porque as alianças partidárias não tinham repercussão nas bases sociais.
- O segundo governo de Arraes, em relação ao campo, teve de mais positivo o Chapéu de Palha, dando um salário aos trabalhadores na entressafra da cana.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida em sua residência na Praça de Casa Forte, em Recife. Nós éramos muito próximos em razão de minha militância nos movimentos sociais e sindicais.

Entrevista

O JOGO DAS FORÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS NO CAMPO PERNAMBUCANO

Castro: Em Pernambuco, sempre houve uma polarização política forte. Mas o Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, levou a um enfrentamento entre o patronato e o campesinato nesse Estado. Como o Senhor explica isso?

Oswaldo: Eu tenho a impressão que essa situação resultou de alguma evolução anterior. Durante o governo João Goulart o Ministério do Trabalho, as organizações da Igreja e o Partido Comunista trabalharam muito pela sindicalização rural. **Depois do Golpe Militar algumas forças da Igreja, em Pernambuco, por exemplo, o Padre Melo e o Padre Crespo, se empenharam junto das autoridades militares em evitar que esse sistema sindical rural fosse destruído.**

Quando se volta ao regime democrático, depois da eleição de Tancredo Neves e da posse de José Sarney, os sindicatos já existentes passaram a agir com nova força, dentro das liberdades que foram sendo obtidas, com a extinção dos atos institucionais e a política geral de democratização do país. Isso levou a que **a força dos sindicatos impusesse, em diversas ocasiões, acordos coletivos com os industriais do açúcar.** Esses acordos consagraram uma série de direitos.

Em primeiro lugar, o salário do trabalhador rural, que ficou sendo estabelecido sempre num limite bem superior ao salário do operário em geral. Eu mesmo tive uma participação nisso porque eu lutava contra a célebre divisão do salário mínimo e obtive, ainda no Governo Juscelino Kubitschek, a unificação desses salários.

Em 1962, durante o Governo de João Goulart, quando eu era deputado, e sendo insistentemente procurado pelos industriais do açúcar, eu fiz uma outra intervenção, junto aos Ministros Santiago Dantas e Celso Furtado. Mas eu condicionei a minha intervenção a que os sindicatos dos trabalhadores do açúcar também participassem da negociação. Nessa época, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar era o deputado estadual Diógenes Vanderlei, e representavam a indústria açucareira os usineiros Rui Carneiro da Cunha, Renato Bezerra de Melo e Fernando Pessoa de Queiroz. Estabeleceu-se, então, que a bancada do PTB, que eu representava, lutaria pelo aumento do preço do açúcar, desde que se estabelecesse, naquele momento, um acordo escrito entre patrões e operários. Os patrões se obrigavam a cumprir os últimos dissídios e as obrigações trabalhistas. Fomos, então, negociar com o Ministro Santiago Dantas, que reagia

muito a um aumento do preço do açúcar, em virtude de sua política anti-inflacionária, e com o Ministro Celso Furtado. Depois de longas negociações eu consegui convencer Celso Furtado de que o aumento era indispensável. Demonstrei-lhe, o que ele aceitou, que nenhum patrão iria aumentar as suas responsabilidades com as despesas de mão-de-obra sem que tivesse uma compensação nos preços. Como eu considerava que ele, como eu, estávamos comprometidos com a melhoria das condições de vida do trabalhador, era necessário fazer isso. Ele mostrou como São Paulo já tinha um elemento ótimo de preços. Mas, afinal, **o próprio Celso sugeriu uma solução, que vigorou até muito pouco tempo, até 1988 ou 89. Segundo essa solução os produtores do Nordeste receberiam o preço total do aumento e os produtores de São Paulo receberiam 2/3 desse preço.** Os produtores do Nordeste, ficaram, então, recebendo uma espécie de subsídio do preço fixado para São Paulo. Isso estimulou muito a indústria canaveira a melhorar as condições operárias. Naquele período, por exemplo, eu tenho testemunho de proprietários, que me informaram que os seus barracões passaram a vender o que nunca tinham vendido: bicicletas, camas e objetos que, em geral os trabalhadores não tinham condições de comprar.

Houve também, um fato importante, em Pernambuco. **O Governo Arraes conseguiu estabelecer o chamado Acordo do Campo, pelo qual as condições de trabalho e a medida do trabalho diário foi fixada de forma mais justa.**

Depois de 64 foi muito difícil ao Governo militar, que também, embora de forma menos decisiva se interessava na parte social, modificar essas condições. Houve, por exemplo, aqui, o caso da Usina Caxangá, onde um empresário, o Sr. Júlio Maranhão, falido, deixou de pagar alguns meses o salário. José Gomes da Silva, fez uma exposição ao Presidente Castelo Branco, e conseguiu desapropriar a Usina e dividir os últimos hectares de terra com os camponeses ⁽⁴⁵⁾.

De maneira que eu **acho que o fator principal dessa atenuação das lutas foi o fortalecimento dos sindicatos, a negociação com os patrões, e essa política de subsídios concedida pelo Governo Federal aos produtores de açúcar do Nordeste.**

⁴⁵ A Usina Caxangá, incluindo o setor industrial e o setor agrícola, foi desapropriada em 16 de fevereiro de 1968, pelo presidente Castelo Branco, através do Decreto Nº 55.761. O IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária ficou encarregado de executar o Decreto, devendo fazer convênio com o Instituto do Açúcar e do Alcool. José Gomes da Silva foi um dos intelectuais que concebeu o Estatuto da Terra e se tornou o primeiro presidente do INCRA, sucessor do IBRA, em 1985.

Castro: O fato de membros das elites rurais de Pernambuco terem ocupado altas funções públicas nacionais ligadas à agricultura, em cargos de decisão, contribuiu para que o patronato se habituasse a negociar com os trabalhadores?

Oswaldo: Não creio. Eu acredito é que o fato principal foi **o fortalecimento do sindicato. Eles eram obrigados a negociar com os sindicatos. E, tendo negociado antes de 64, sob a ameaça de greve, eles não tiveram condição de se negar a negociar depois de 64.**

Castro: As alianças eleitorais entre a esquerda e setores da direita, como na eleição de Cid Sampaio, contribuíram para que, depois, os conflitos se atenuassem, em Pernambuco?

Oswaldo: Não creio. Embora houvesse uma aproximação muito grande entre dirigentes do Partido Comunista, como Gregório Bezerra, Iram Pereira, David Capistrano, com dirigentes da UDN, como Cid Sampaio, Lael Sampaio, Cleophas e outros, isso não integrou as militâncias. A UDN continuou a ser um Partido extremamente reacionário, o patronato continuou a ser muito hostil ao Partido Comunista. A UDN admitiu aquela aliança uma vez que ela lhe era favorável porque permitia a eleição de um dos seus dirigentes, o industrial Cid Sampaio. **E logo depois essa aliança seria rompida, ainda no meio do Governo Cid Sampaio, quando este, à frente do empresariado local, se dedica à eleição do Sr. Jânio Quadros, enquanto as esquerdas apóiam a candidatura do Marechal Lott.**

Castro: Mas Cid ainda continuou com certo apoio popular.

Oswaldo: Sim, mas pela primeira vez ele é vaiado, num comício, após essa divisão.

Castro: A eleição de Cid representou um golpe para as oligarquias do Sertão.

Oswaldo: Contra as oligarquias rurais do Sertão e do Agreste.

Castro: Com o golpe de 64, essas oligarquias voltaram e permanecem na política até hoje. Mas, até que ponto elas estão enfraquecidas, em Pernambuco?

Oswaldo: Eu estou constatando a verdade de observações feitas pelo meu mestre Inácio Rangel. Estudando os ciclos de Kondratief, ele sempre os liga a correntes e

classes dominantes na política brasileira, desde a Colônia e começo do Império. No último ciclo, que se estende ao nosso tempo, ele afirma que os industriais passaram a ser a classe dominante hegemônica atual, sendo apoiados pelo capitalismo agrário, que era uma classe hegemônica anterior, tendo substituído os latifundiários, as oligarquias tradicionais.

Eu estou vendo isso se verificar, no Brasil, de uma forma quase textual. Quem é o Ministro da Agricultura, hoje? É o Sr. Cabrera, um típico representante desse capitalismo agrário, resultante da modernização conservadora no campo. E na política os industriais passaram a desempenhar papel decisivo: ocupam os mandatos, compram os mandatos, corrompem as eleições através dos meios de comunicação e de outros instrumentos. De formas que essas oligarquias rurais estão em absoluto declínio. Elas não orientam mais nem mesmo a política agrícola e agrária, que é determinada por esse capitalismo agrário, que tem maior importância no Sul e no Sudeste do país.

Castro: Mas, eles controlam a política local no interior.

Oswaldo: Não mais. Estão sendo substituídos por delegados desses industriais.

Castro: Como Gilson Machado, que se elegeu com votos do Sertão.

Oswaldo: Gilson Machado, Ricardo Fiúza, chegam ao interior com milhões de dólares, dados pelo sistema financeiro industrial e destituem as antigas lideranças.

Castro: Gilson Machado apesar de ter sido presidente do Sindicato dos Usineiros, não foi eleito como um representante da classe.

Oswaldo: É, ele tem apoio desses industriais daqui, do Sul e de toda a parte. Um homem como João Santos, industrial, um dos maiores industriais de cimento do Brasil, elege hoje deputados em vários Estados do Brasil, inclusive Pernambuco. Designa qualquer pessoa e elege deputados por um custo assombroso.

Castro: Em toda eleição João Santos consegue eleger alguns candidatos.

Oswaldo: Muitos, deputados estaduais, federais. É o homem mais poderoso na política pernambucana, embora nos bastidores.

Castro: Que outro caso, além dele?

Oswaldo: Bom, a eleição de José Ermírio de Moraes foi um início desse processo, em 63. E isso tem se repetido: Gilson Machado, Ricardo Fiúza, os Coelho, em Petrolina. Esses industriais estão dominando a cena política.

Castro: Os Coelho, além de suas indústrias, possuem um grupo diversificado?

Oswaldo: É, são um grupo financeiro e econômico muito poderoso.

Castro: E o setor comercial, como o Bompreço, por exemplo.

Oswaldo: Esse ainda não ingressou na atividade política não. Os oligopólios estão se tornando muito poderosos, sobretudo esses oligopólios comerciais de alimentos, mas ainda não estão em ação no campo político. Já estão se preparando para isso.

Castro: E os empresários agrícolas e agroindustriais do Vale do São Francisco?

Oswaldo: Esses eu conheço pouco. Eles estão chegando agora em Pernambuco.

Castro: Durante a Nova República, Pernambuco teve dois governos, Roberto Magalhães e Arraes. Arraes deu atenção à questão agrária?

Oswaldo: Acredito que não. A única mudança efetiva ocorrida no Governo Arraes, e que foi uma medida realmente útil, é que Arraes se preocupou com o desemprego sazonal na lavoura da cana. Esse desemprego, durante a entressafra, punha cerca de metade da mão-de-obra rural na lavoura canavieira sem emprego e passasse a viver num regime de fome. Porque eles não tinham emprego, não tinham terra, não tinham cultura de subsistência e ficavam vivendo das sobras do salário recebido no período de sete meses de safra. **O Governo Arraes, criando o programa chamado Chapéu de Palha ofereceu trabalho com uma remuneração de salário mínimo a essa população, cerca de cem mil desempregados. Esse foi o único fato positivo.** No mais, o Governador mandou fazer alguns estudos, algumas pesquisas, conseguiu algumas doações de áreas muito limitadas.

Eu tenho a impressão, e isso eu disse em discurso na Câmara Federal, que **o Governador Arraes, em seu segundo mandato, se preocupou principalmente em se aproximar da direita e, assim, desfazer a imagem que ficara, do seu primeiro Governo, que foi muito perturbado pela ação do Partido Comunista, das Ligas Camponesas, do Partido Socialista, da ação de Julião, de Joel Câmara, e de alguns líderes como Gregório Bezerra, como Júlio Santana,**

como Gilvan Pio Hansen, que agitaram muito o Estado e deixaram, no país, a impressão de que o Governo Arraes era um Governo comunista.

Assim, acredito que o Governador Arraes procurou corrigir essa impressão que ficara de seu primeiro Governo. E, por isso, as suas intervenções na questão agrária, foram muito moderadas e de sentido conciliador. Eu cito, por exemplo, o **caso do Engenho Patrimônio**. Patrimônio era uma propriedade que pertencia à Igreja, e que estava ocupada por posseiros há mais de 30 anos. E um bispo irresponsável arrendou essa propriedade à Usina Santa Teresa, do Sr. João Santos. A Usina foi expulsando violentamente grande parte desses posseiros. Depois da redemocratização foi possível uma reação contra esses desmandos. Eu fiz várias manifestações na Câmara contra essas violências, procurei intervir junto ao INCRA e obtive da Dra. Terezinha Bittencourt, então, diretora do INCRA de Pernambuco, com a assistência dos sindicatos, que se processasse o levantamento do Engenho e, afinal, o INCRA, aqui, pediu a desapropriação, uma vez que era evidente o conflito social. Esse processo de desapropriação não se realizou em virtude da resistência do senador Marco Maciel, que era, então, Chefe da Casa Civil da Presidência. Após a posse de Arraes, eu pleiteei de Arraes, que ele intervisse junto ao Presidente da República, a quem eu já havia solicitado, e junto à presidência do INCRA, para que essa desapropriação fosse autorizada. Arraes me respondeu que ele estava processando uma solução conciliatória, que havia tido uma conferência com José Santos, filho do Sr. João Santos e que esse processo estava caminhando. Esse entendimento era para que a desapropriação se fizesse apenas na metade do engenho, que seria desapropriado por Títulos da Divisa Agrária e a outra metade permaneceria em poder da Usina. Isso foi feito dessa forma. E satisfez muito à Usina que nunca tivera terra lá, e havia tomado essas terras como um golpe de grileiro.

Por aí você vê, é um caso onde tinha havido morte de camponeses. Havia uma insistência da minha parte e dos políticos que apoiaram Arraes, dos camponeses que apoiaram Arraes no município de Condado, para que esse engenho, que era um caso típico de violência e de crimes de terra, fosse corrigido. Não se conseguiu senão isso. Os grileiros ficaram com metade do engenho e receberam ainda uma indenização pela outra metade.

Castro: Que importância teve a **Igreja**, como mediadora de conflitos?

Oswaldo: O trabalho da Igreja foi muito útil pela ação de três ou quatro sacerdotes, entre os quais os padres Antônio Melo, vigário do Cabo e Crespo, que era orientador das entidades. O bispo Dom Acácio, de Palmares, teve uma atuação muito forte em todos esses conflitos e como mediador para a solução das questões, bem como o bispo Dom Francisco Austragésilo, de Afogados da Ingazeira.

Castro: As posturas de Melo e Crespo foram um pouco diferentes, não é?

Oswaldo: É, mas de qualquer forma atenuaram muito os conflitos, sobretudo depois de 64, quando muitos militares queriam entender a ação sindical como ligada ao Partido Comunista. A presença dos sacerdotes e da Igreja, ajudando e orientando esses sindicatos, evitou muitas perseguições.

Castro: E Dom Hélder Câmara agiu também como mediador?

Oswaldo: Não, a ação dele era mais num sentido muito mais amplo. Ele era também muito hostilizado pelas autoridades militares depois de 64, militares e civis.

A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM PERNAMBUCO

Castro: A modernização agrícola que ocorreu no Brasil passou por Pernambuco?

Oswaldo: Ela se exerceu principalmente através da SUDENE e do **Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e permitiu inversões astronômicas em projetos de pecuarização sobretudo. E esses projetos representaram o aumento do latifúndio e a expulsão de camponeses.**

Castro: Mas não criaram uma classe empresarial moderna, na agricultura?

Oswaldo: Não. Permitiram um tipo de transferência de recursos muito nocivo ao Estado. São **grandes empresários que utilizavam recursos da SUDENE para transferir suas atividades para a margem baiana do São Francisco e para o Maranhão, com propriedade de 50 a 100 mil hectares.**

Castro: Que **casos** o Senhor pode citar?

Oswaldo: São numerosos. **O João Santos é um, o Fiúza é outro, o José Múcio, que já foi até para Mato Grosso, os Meira Lins.**

Castro: Isso é porque o preço da terra lá é mais barato, a terra é mais fértil?

Oswaldo: A terra lá é menos povoada e mais barata. Segundo, lá há possibilidade de irrigação, aqui é mais difícil. Terceiro, lá a questão social não é tão aguda.

A REAÇÃO AO PNRA. A UDR

Castro: Na **reação ao PNRA** qual o peso que exerceram as lideranças do patronato pernambucano, através de que mediadores e canais?

Oswaldo: Pesou muito. Porque eles têm muito poder econômico. Os canais que usaram foram seus **representantes no Congresso: Gilson Machado, Ricardo Fiúza, Inocêncio, todos eles. Eles são maioria na bancada de Pernambuco.**

Castro: A falta de grandes pecuaristas, aqui, contribuiu para o insucesso da UDR?

Oswaldo: Hoje já há **grandes pecuaristas, como os Brasileiro**, gente rica.

Castro: Já é um segmento importante?

Oswaldo: **Já é um segmento importante. Mas eles não são decisivos porque a força maior aqui é na lavoura canavieira.**

Castro: Por que a UDR não conseguiu instalar em Pernambuco?

Oswaldo: A força da UDR se verificou onde ela conseguiu enganar, em Estados como o Paraná, muitos pequenos proprietários. Houve um erro de colocação nas forças de esquerda ao exigirem a definição do módulo mínimo para garantir a não desapropriação. **O módulo deixou os pequenos proprietários inseguros quanto à desapropriação.** Eu defendia desde 1962 que se estabelecesse um limite físico, isto é, que a reforma agrária não atingisse propriedades com menos de 500 ha. Isso preservaria os pequenos e médios agricultores e, então, a briga seria só com os grandes.. Eu fui visitado, quando relator, por comissões de pequenos proprietários. Eu indagava assim: "Quantos hectares o senhor tem?" Um dizia: "Eu tenho 70.", outro, "tenho 80", "tenho 100". E eu dizia: "Mas isso, os senhores não pode temer. O módulo do Paraná é tanto, os senhores estão todos resguardados". Mas eles não confiavam. O módulo era uma palavra estranha e perigosa.

APÊNDICE 1 – LISTA DOS ENTREVISTADOS

1ª CATEGORIA: PATRONATO RURAL (entrevistas no 2º volume desta obra)

Subcategoria 1: representantes do patronato rural em geral

- 1) Antônio Ribeiro de Godoy, primeiro presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE), ex-Secretário de Agricultura de Pernambuco. Ele também figura no grupo dos políticos.
- 2) Gileno de Carli, presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura (SAA).
- 3) Pio Guerra Júnior, presidente da Federação de Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE).

Subcategoria 2: usineiros.

- 1) Armando Monteiro Filho. Ele também figura no grupo dos políticos. Sua entrevista está no grupo dos políticos.
- 2) Cid Feijó Sampaio. Ele também figura no grupo dos políticos. Sua entrevista está no grupo dos políticos.

Subcategoria 3: fornecedores de cana

- 1) Antonio Celso Cavalcanti de Andrade, presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP).
- 2) Gerson Carneiro Leão, Presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco (SINDICAPE).
- 3) Luiz Augusto Perman, vice-presidente do SINDICAPE.
- 4) Mauro Oliveira Cavalcanti, fornecedor médio em Nazaré da Mata.

Subcategoria 4 : pecuaristas

- 1) José Maria Azevedo, grande produtor de leite em Garanhuns. Ele também figura no grupo dos dirigentes de cooperativas agropecuárias.
- 2) José Queiroz Siqueira, latifundiário no Pará, residente em Recife.
- 3) Paulo Dantas, pecuarista e latifundiário em Buíque, no Agreste.
- 4) Rodolfo Moraes, presidente da Sociedade Nordestina dos Criadores (SNC).

2ª CATEGORIA: POLÍTICOS (entrevistas no 2º volume desta obra)

- 1) Antônio Ribeiro de Godoy, secretário de Agricultura de Pernambuco e primeiro presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE) Ele também figura no grupo do patronato agrário.
- 2) Armando Monteiro Filho, ministro da Agricultura de João Goulart e usineiro. Ele também figura no grupo do patronato agrário.
- 3) Cid Feijó Sampaio, governador de Pernambuco e usineiro. Ele também figura no grupo do patronato agrário.
- 4) Miguel Arraes de Alencar, governador de Pernambuco.
- 5) Israel Dourado Guerra Filho, deputado estadual de Pernambuco. Ele também figura no grupo do trabalhadores rurais, como seu assessor jurídico.
- 6) João Monteiro de Melo Filho, interlocutor de Cid Sampaio junto às Ligas Camponesas.
- 7) José Francisco de Moura Cavalcanti, governador de Pernambuco.
- 8) Oswaldo Lima Filho, deputado federal relator da reforma agrária na Constituinte (1987/88).

3ª CATEGORIA: LIDERANÇAS DE TRABALHADORES RURAIS (entrevistas no 3º volume desta obra)

Subcategoria 1: dirigentes da FETAPE e da CONTAG.

- 1) Antônio Marques, diretor de Política Agrícola da FETAPE.
- 2) Aristides Veras dos Santos, secretário do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT-PE), presidente da FETAPE e CONTAG.
- 3) José Francisco da Silva, juiz do Tribunal Superior do Trabalho e presidente da CONTAG.

Subcategoria 2: trabalhadores rurais e dirigentes sindicais de base

- 1) José Laurentino do Carmo, presidente do STR de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá.
- 2) **Marcos** Luiz Oliveira Bezerra, assentado no Engenho Patrimônio, em Condado, coordenador local da CPT.
- 3) STR de Surubim. Foram entrevistados em grupo:
 - a. Antônio Eleutério de Lima, assentado e ex militante das Ligas;
 - b. Heleno Martins dos Santos, assentado.

- c. Severino José de Oliveira, trabalhador sem terra.

Subcategoria 3 : assessores sindicais

- 1) Expedito Rufino de Araújo, assessor da CONTAG e FETAPE.
- 9) Israel Dourado Guerra Filho, assessor da FETAPE. Deputado estadual. Ele também figura no grupo dos políticos. Sua entrevista está no grupo dos políticos (2º Volume desta obra).

4ª CATEGORIA: DIRIGENTES DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS (entrevistas no 3º volume desta obra)

- 1) José Maria Azevedo, presidente da OCEPE. Ele também figura no grupo do patronato rural, na categoria de pecuarista.
- 2) Malaquias Anselmo de Oliveira, vice-presidente da OCEPE.

5ª CATEGORIA: LIDERANÇAS DE ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS (entrevistas no 3º volume desta obra)

- 1) Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foram entrevistados em grupo:
 - a. Padre Hermínio Canova, coordenador regional;
 - b. Artur Pelegrino (José Artur Tavares de Brito), assessor regional.
 - c. Flávio Lira, assessor regional;
 - d. José Aldo dos Santos, assessor regional;
 - e. Lenivaldo Marques, assessor regional.
 - f. Zacarias Bezerra das Chagas, assessor regional;
- 2) Padre Crespo (Enes Paulo Crespo), fundador do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE).

O segundo volume da coleção “Reforma Agrária em Pernambuco” contém as entrevistas com o empresariado e os políticos de Pernambuco mais envolvidos com a reforma agrária. O empresariado está representado por usineiros, fornecedores de cana, pecuaristas, grandes proprietários de terra, além de representantes do conjunto do empresariado rural, como Pio Guerra Júnior, presidente da Federação de Agricultura de Pernambuco (FAEPE). Entre os políticos foram entrevistados governadores, com destaque para Cid Sampaio, Moura Cavalcanti e Miguel Arraes, deputados como Israel Guerra Filho e Oswaldo Lima Filho, edirigentes de órgãos estaduais voltados ao campo.



UFRPE



Editora
Universitária
da UFRPE

ISBN: 978-85-79464-79-9



9 788579 464799